



140 ANOS

FUNDADO EM 28 DE JANEIRO DE 1862



Revista do
Instituto
Arqueológico,
Histórico e
Geográfico
Pernambucano

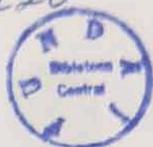
Paínanquim do Vigário da Boa Vista - Acervo do IAHGP

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

P 226



Revista do Instituto
psicológico Histórico e
Etnográfico De nankai



140 ANOS

FUNDADO EM 23 DE JANEIRO DE 1862

Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

Número 59 • Janeiro de 2002

Revista do Instituto Arqueológico
Histórico e Geográfico Pernambucano
Número 59. Recife, janeiro de 2002

Editores

Luzilá Gonçalves Ferreira
Marcos Galindo
Jobson Figueredo

Conselho Editorial

José Luis Mota Menezes (*Presidente*)
Reinaldo Carneiro Leão (*Secretário*)
Luzilá Gonçalves Ferreira
Marcos Galindo
Jobson Figueredo
Fernanda Ivo
Zilda Fonseca
Tácito Galvão

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
Fundado em 1862.
Rua do Hospício, 139 - 50.060.080. Recife - Pernambuco
Tel. (081) 3222.4952

Sumário

- Uma apresentação necessária ----- 7
José Luiz Mota Menezes
- b. > Homenagem ao Historiador
José Antônio Gonsalves de Mello ----- 9
José Luiz Mota Menezes
- b. > Pereira da Costa:
Habitante e donatário da história de Pernambuco ----- 17
Fernando de Mello Freyre
- b. > Pereira da Costa: 150 anos.
Os Anais - uma outra forma de ler ----- 35
José Luiz Mota Menezes
- b. > O Recife:
os espelhos do passado e os labirintos do presente ----- 53
Antonio Paulo Rezende
- b. > Da Polícia Médica à cidade higiênica ----- 67
Carlos Alberto Cunha de Miranda
- b. > O Instituto Histórico e a construção da memória ----- 91
Lourival Holanda
- b. > De que serve a uma mulher um diploma em Direito? ----- 99
Luzilá Gonçalves Ferreira

- b. > José Hygino e o Sonho da História 119
Marcos Galindo
- b. > O Recife das "Terras de Marinha" 127
Maria Ângela de Almeida Souza
- b. > A presença judaica na construção de Pernambuco 147
Maria das Graças Araújo Vieira
- b. > A construção do Cemitério de Nossa Senhora da Conceição
de Olinda 179
Sônia Maria Arcelina de Paula
- b. > Escravos e estrutura da riqueza no Agreste pernambucano - 207
Flávio Rabelo Versiani
José Raimundo Vergolino.

Uma apresentação necessária

O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, no passar dos anos, está completando 140, tem sempre publicado sua Revista. Não tem sido ela periódica, no sentido de um ritmo com tempos iguais. Este tempo, entre um número e outro, variou muito. Faltavam recursos para a publicação com uma freqüência desejada. Nunca deixou de existir autores. O quadro de sócios do IAHGP foi e é constituído com o que Pernambuco, e em alguns momentos o todo do país, possui de melhor. Os textos foram sempre doados com muita satisfação pelos seus autores. Ocorreram até queixas, de alguns desses colaboradores, em determinados tempos da vida da Revista, diante da demora ou esquecimento da inclusão de alguns escritos no corpo das revistas. Esta tem renome internacional. Possuir a coleção completa, desde aquele primeiro número de 1863, é o orgulho de muitos bibliófilos. O último número publicado data de um tempo que não é pequeno. A retomada da publicação da Revista tem sido uma reclamação permanente.

Hoje voltamos a publicar a Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. O nome tem sido mantido desde 1863, salvo quando acrescentou-se *Histórico*, de uma maneira estranha, ao título da instituição. Publicamos o volume ...e nele estabelecemos o hiato de cerca de dez anos.

A atual Diretoria, no seu plano de atividades, apresentado em março de 2000, incluiu a retomada da edição da Revista. Tal item dessa programação hoje materializa-se.

Nesse volume incluíram-se textos com variados assuntos. Logo um outro volume lhe seguirá, pois deve sair à luz no quinto mês desse ano de 2002. Ele já se encontra na gráfica da Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, e teve o justo apoio do Governo do Estado.

Este volume é dedicado a dois ilustres historiadores, José Higinio Duarte Pereira e Francisco Augusto Pereira da Costa.

A maioria dos assuntos aqui tratados aborda alguns aspectos da Cidade do Recife, pela qual Pereira da Costa e José Higinio tanto lutaram. Seus autores são sócios do Instituto, professores universitários e pesquisadores, todos apaixonados por nossa cidade, por sua história. A renovação da História somente será efetiva no momento em que todos os historiadores tiverem nela lugar e puderem ver seus textos publicados e avaliados pelo grande público. Esse o papel da Revista do IAHGP e ele será cumprido à risca pela atual diretoria, assim esperamos.

A Presidência do IAHGP, agradece penhoradamente aos colaboradores e sente-se feliz por mais uma etapa cumprida do seu programa de ação.

Recife 25 de janeiro de 2002.

José Luiz Mota Menezes.

Homenagem ao Historiador José Antônio Gonsalves de Mello

Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
Dia 25 de outubro de 2001

José Luiz Mota Menezes

Minhas Senhora e meus senhores.

Ingressei, oficialmente, no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, no dia 3 de Junho de 1973. Freqüentava, no entanto, essa instituição desde muito antes. Sendo assistente, na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife, do Diretor do Museu do Estado de Pernambuco, Professor José Maria de Albuquerque Melo, o levava, todos os sábados, para as reuniões plenárias do Arqueológico e as assistia como convidado do também amigo Olímpio Costa, de saudosa memória. Quando comecei a ir a tais reuniões tinha 25 anos. Meus amigos, por força da convivência com os do meu pai, eram, na maioria, bem mais velhos do que eu.

Naquela instituição, desde 1965, uma pessoa me chamou a atenção pelo aspecto formal e sério com que presidia as reuniões, em contraste com o bom humor dos momentos que as antecediam, onde quer Olímpio Costa ou secretário que o sucedeu, Pedro Camelo, e outros rememoravam situações curiosa e de humor de cada um dos sócios mais

aproximados, inclusive onde predominavam episódios do tempo de juventude do próprio Presidente, José Antônio Gonsalves de Mello. Não me lembro bem de quem dirigiu o Instituto antes de 1965.

Em algumas das inúmeras reuniões que passei a assistir um aspecto a memória me informa no momento. Nelas o Presidente sempre trazia alguma novidade para os demais em termos de suas pesquisas no Brasil ou no exterior. Era notável a maneira calma e quase monocórdica com que ele narrava uma ocorrência onde, vez em quando, alterava o ritmo e acentuava um aspecto e dizia com ênfase: *é pela primeira vez que se tem conhecimento de tal assunto*. A busca de aspectos novos parece-me uma das características do historiador hoje homenageado.

Lendo o opúsculo de Lúcia Gaspar, (*José Antônio Gonsalves de Mello – Cronologia e bibliografia, 1995*) verifico que José Antônio nasceu em 1916 e bem nascido. Seu pai, o notável Ulysses Pernambucano de Mello, médico psiquiatra, foi renovador no tratamento dos doentes mentais e um dos mais importantes diretores do Hospital da Tamarineira. Nesse nosocômio mudou o modo de cuidar dos doentes. Era acima de tudo um humanista, característica de outros pernambucanos das gerações que nasceram nas duas décadas do dealbar do século XX. Meu pai foi um deles. O espelho de um pai notável sempre tem sido um bom princípio para muitos nessa vida. Com 16 anos terminou o ciclo secundário e aos 21 anos o de Direito.

Seu relacionamento com Gilberto Freyre começou, em termos de trabalho, naquele período da Faculdade de Direito do Recife. Na qualidade do que hoje chamamos bolsista ele pesquisou para o Mestre de Apipucos, seu primo, documentos que pudessem servir como instrumental na elaboração de *Casa Grande e Senzala*. Na oportunidade despertou para um dos períodos mais desconhecidos da História de Pernambuco, o holandês. Sua preocupação com a Antropologia o levou a publicar em 1937, quando formou-se em Direito, um texto sobre a situação do negro sob domínio holandês. Assunto que retomará depois em sua obra maior, *Tempo dos Flamengos*, editada em 1947. A questão do negro era então alvo das atenções do Congresso Afro-Brasileiro do

Recife, isto em 1934. Face ao seu interesse por aquele período holandês e por conselho do primo Gilberto, começou a estudar a língua dessa gente. Diferentemente de hoje, ele não esperou que fizessem a tradução dos inúmeros documentos copiados na Holanda, guardados nas instituições brasileiras, inclusive no Arqueológico de Pernambuco, ele aprendeu a lidar com a língua escrita e falada no Nordeste com aquelas características do século XVII. Tinha o homenageado apenas 18 anos nessa altura. Aos 21 publicou seu primeiro texto. Este é documento revelador do cuidado com os documentos e a verdade que acreditava neles estar contida, sempre os tratando como elementos fundamentais. Marca de uma vida inteira enquanto historiador.

Estando, a serviço, era funcionário público, no Rio de Janeiro conviveu com José Honório Rodrigues, também interessado no período de permanência dos holandeses no Nordeste, talvez diante de sua diferença em relação a cultura luso-brasileira e, na altura, segundo informação daquele texto de Lúcia Gaspar, criaram, com refugiados holandeses, um *Instituto Brasil-Holanda*. Voltando a Pernambuco tornou-se sócio do Instituto Arqueológico, então contando 27 anos de idade. Parece-me ter sido na altura o mais novo em idade membro dessa instituição.

Suas pesquisas no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco e a leitura direta das fontes holandesas existentes nas instituições pesquisadas o levaram a escrever *Tempo dos Flamengos*, obra publicada em 1947 quando então tinha apenas 31 anos de idade. Pela idade e precisão documental do assunto tratado era obra de gênio e bem afim com aquela do seu primo Gilberto Freyre, editada pouco anos antes. Embora as questões tratadas não se identifiquem enquanto fim, elas aproximam-se no lugar dos acontecimentos o Nordeste brasileiro, com ênfase em Pernambuco. O carácter Histórico - Antropológico, além da visão social da obra do historiador José Antônio tem forte influência do *ver* de Gilberto onde a poesia deste cede lugar à precisão de uma linguagem carregada de indicações paralelas, verdadeiros livros dentro de outro. *Tempo dos Flamengos* ainda não foi totalmente explorado em tudo que de indicativo ele sugere e informa. É *Tempo dos Flamengos* uma obra fechada no que de revelador e preciso existe dito e aberta naquilo que permite ser amplia-

do. Não são os assuntos alvos de reparos diante do obsessivo compulsivo do autor na busca e da eficiente crítica interna e externa dos documentos que realizou e nas relações presentes entre as informações colhidas, então consideradas em toda a sua plenitude, numa quase exaustão.

O primeiro José Antônio Gonsalves de Mello que conheci foi fruto da leitura da 1ª edição daquele livro citado, adquirido contemporaneamente pelo meu pai, hoje guardado com carinho na minha biblioteca. Outras edições surgiram e as tenho todas. No tempo nenhuma tão importante quanto aquela que me despertou para a História, apesar de meu destino ter me guiado para a formação em arquitetura. Uma predileção pela História antes surgida de relance nas aulas do saudoso amigo Potiguar Matos, na Escola Técnica do Recife.

Em 1961 conheci de perto o professor José Antônio no Instituto Arqueológico. Antes tive contato com outro dos melhores homens desse estado Olímpio Costa, de quem José Maria me disse, certa vez, que daquele canto do Arquivo Público, na Rua do Imperador, ele influenciava pessoas e mudava situações em Pernambuco. Olímpio tinha uma visão bem própria da gente e dos acontecimentos e os que giravam em torno dele bem o sabiam. Infelizmente apesar da amizade dos dois, poucas vezes vi José Antônio naquele lugar.

Em 1949 nosso homenageado assumiu a Direção Executiva do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Ninguém melhor talhado para o cargo. O carácter formal do escolhido e o rigor e dureza com que encarava as questões definiram bem uma casa direcionada à pesquisa naquele momento da construção, diante das tantas outras ações que seu criador Gilberto desejava realizar. O Mestre de Apipucos sempre soube escolher seus auxiliares. Era um sábio no encontrar pessoas certas para cargos e com o perfil desejado neles. Sendo funcionário do IPASE não permaneceu nosso homenageado no Instituto depois de 1951.

Um opúsculo do professor José Antônio guardo com muito interesse e, não satisfeito, tenho dois exemplares: o seu Relatório *A Universidade do Recife e a pesquisa histórica*. Editado em 1959, ele registrou o que

fez nos arquivos europeus na missão de 1951 a 1953 patrocinada então pelo Reitor da Universidade do Recife, de quem guarda sempre muita gratidão, Joaquim Amazonas.

Durante um ano, de 1957 até 1958 voltou para a Europa e percorreu os mais diversos arquivos da França, Espanha, Inglaterra e Holanda, onde fixou residência em Haia. O material colhido nessa viagem é muito extenso. Pode-se dizer uma obra ciclópica, de gigante. Professor José Antônio, graças ao método e os claros objetivos adotados para as pesquisas desejadas pode reunir o que de melhor existia nesses arquivos sobre o Brasil, essencialmente relacionado com o período holandês (lembrando a performance de José Higinio Duarte Pereira em tarefa bem semelhante). A partir dessa data surgiram inúmeros estudos e as reuniões do Arqueológico foram enriquecidas com suas comunicações.

No ano de 1964 assumiu a direção do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Foi um Diretor exigente, não agradou a todos, mas impôs respeito, este obtido por seu carácter e trabalho além da assiduidade no trato do Ensino e da História. Os anos sessenta talvez tenham sido os das maiores realizações do mestre. Em 1965 foi eleito para a presidência do IAHGP. Dessa presidência somente sairá no ano 2000, reeleito sucessivamente por mais de trinta anos. Um verdadeiro reconhecimento para quem foi um dos defensores intransigentes da Instituição e da História Pernambucana. O Instituto era, em símbolo, José Antônio, e quanto mais ascendia sua importância maior era conhecido o Arqueológico no exterior.

Formando, não oficialmente um grupo de trabalhos e pesquisas, teve, na UFPE, em Cleonir, Vera, Dias e Fernanda Ivo quatro grandes colaboradores, resultando dessa união textos admiráveis. Foi um comentador e anotador cuidadoso de obras clássicas qual a reedição dos Anais Pernambucanos de Pereira da Costa, promovida pelo seu amigo Leonardo Dantas, muito presente em sua vida. Este o responsável pela reedição de inúmeros livros esgotados, com a sempre notável colaboração do homenageado. A minúcia e o cuidado com o pequeno detalhe chegava à obsessão. É essa característica que o faz perceber as entreli-

nhas dos documentos e os relacionar, diante de sua prodigiosa memória, com outros, estabelecendo assim uma teia admirável que o afasta enquanto historiador daqueles fatuais, inserindo-o entre os que bem aproximam-se dos franceses da *Nova História*.

De sua relação com os judeus resultou uma das mais completas pesquisas, reunidas em um livro, sobre a Gente da nação, publicada em 1989 pela editora Massangana, da FUNDAJ. Os diversos estudos desfiaram mitos e lendas sobre assuntos judaicos no Brasil, especialmente em Pernambuco.

O que posso dizer sobre o historiador fora do Instituto e no seu dia a dia? quase nada. Nunca fui nem consigo ser um freqüente visitante dos amigos. Não que não o deseje mas pela minha própria timidez a qual somo um enorme respeito pelo lugar e descanso deles nas suas casas. Lembro mesmo às vezes em que fui a sua moradia. Nas Rua das Pernambucanas uma vez; na da Aurora duas e algumas na Rua dos Navegantes. Não me parecia ser eu oportuno. Talvez possa explicar isto. Certa ocasião, D. Ivone, sua esposa, disse ao José Maria, que o procurou comigo às duas horas da tarde, *estar José descansando e que não poderia receber*. José Maria ficou muito zangado e eu nunca mais tive a coragem de incomodar o amigo no recesso do seu lar. Leonardo foi mais feliz. Ia quase toda as semanas o visitar, conviver com o mestre. Parece-me o homenageado gostava dessas ida e vindas. Infelizmente não aconteceu tal comigo. O José Antônio que conheço, não é tanto aquela escultura que hoje encontra-se sob o Arco da Rua Augusta em Lisboa, do poeta Fernando Pessoa, a quem um escultor substituiu sua cabeça por um livro aberto. Não! outras faces felizmente conheço do amigo. Mas aquela do convívio com os filhos; com a esposa e com as pessoas de sua casa eu desconheço.

Certa vez meu pai falando de um amigo comum disse ser ele *um diamante bruto*. As pessoas, sendo diamantes, quando lapidadas apresentam faces interligadas e quanto melhor as são mais belo será a pedra preciosa. Algumas dessas faces conheço de José Antônio. Elas me fascinam essencialmente aquelas voltadas a pesquisa; a precisão da informa-

ção; o emprego correto do documento; o método de trabalho; a convivência nas duas partes das reuniões do Arqueológico. Uma é notável a da coragem em enfrentar governos, inclusive no caso da destruição do Cabo de Santo Agostinho, diante da inclusão do Porto de Suape e muitas outras mais.

Sua produção científica tenho quase toda. Não possuo dos originais escritos pelo mestre nem sequer uma folha. Tenho em mim o conteúdo do que ele escreveu, como diziam no meu tempo de escola, *de cor!* Uso suas informações em todos os meus trabalhos sobre o Recife e creio, sem falsa modéstia, ampliei o que ele disse naquelas partes relacionadas com o desenho urbano do Recife. Ele é entre os historiadores que conheço o que melhor lida com o espaço urbano.

De todas essas faces uma é inestimável: a da cordialidade e do trato educado com as pessoas. A do respeito pelo outro e aquela em que ele selecionava a quem devia fornecer informações, separando os que de certo modo não a saberiam empregar daqueles a quem ele poderia fornecer subsídios. Tinha com o Instituto Arqueológico uma relação quase de ciúme e não o mostrava tão facilmente aos outros. Guardava dessa instituição seus livros e arquivos como preciosidades, com um cuidado que somente o amor pode explicar.

Somente posso dizer do mestre aquilo que ele quis me mostrar e consegui perceber. Esse pouco que pude conhecer, as diversas faces do seu diamante, no entretanto, me permitem o considerar um dos maiores historiadores do Brasil. A ele a nossa homenagem e, um tanto carregado de tristeza diante do seu estado atual, eu dou polimento a essa pedra preciosa em todas as suas faces bem lapidadas e as entrego a todos os senhores para a apreciar.

Muito obrigado.

Publica-se o presente texto numa homenagem ao Presidente de Honra do LAHGP, falecido recentemente.

Pereira da Costa: habitante e donatário da história de Pernambuco

Fernando de Mello Freyre

Por ocasião do cinquentenário de Pereira da Costa – e já vai muito longe isso – o historiador Jordão Emerenciano, à época atuante diretor do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, teve a idéia, sob todos os aspectos feliz, de comemorar a importante data com a publicação de uma plaqueta que, reunindo trabalhos de estudiosos e intérpretes de sua obra, permanecesse, como veio a permanecer, como testemunho de sua presença no tempo. Referindo-se à iniciativa de Jordão Emerenciano, o historiador José Antônio Gonsalves de Mello, por tantos anos Presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, que dela fez parte com um estudo definitivo, **Pereira da Costa e as fontes para a História de Pernambuco**, lembrou que a publicação da plaqueta, editada em 1951 – ano em que o Arquivo Público deu início à publicação dos **Anais Pernambucanos** – encontrava “*repetidos exemplos na obra desse grande cronista pernambucano*”. E observava:

“Pode-se dizer que com esses exemplos começava a se esboçar um costume, que me parece mais acertado, de comemorar datas e acontecimentos: o de reunir estudos alusivos, o de publicar trabalhos, o de deixar algo duradouro”, acentuando, ainda, que “Pereira da Costa divulgava muitos dos seus escritos por ocasião de datas aniversárias de acontecimentos marcantes da história deste Estado. E, portanto, nada mais justo que uma autêntica grande data da história e dos estudos

*históricos de Pernambuco – a de 16 de dezembro de 1951 – seja comemorada no mesmo estilo”!*¹

É nessa perspectiva, acreditamos, tantos anos já transcorridos, que as instituições culturais de Pernambuco, seguindo o exemplo e o costume a que se refere José Antônio Gonsalves de Mello, realizaram na Fundação Joaquim Nabuco um Seminário, coordenado pelo geógrafo e historiador Manuel Correia de Andrade, com o propósito de assinalar o sesquicentenário do ilustre cronista pernambucano. E procurou, através dele, contribuir com estudos que venham a se acrescentar, a exemplo do que ocorreu com a plaqueta editada naqueles dias antigos, para a perpetuação da sua justa e merecida glória. O que ainda continua a ser, salvo engano, a melhor maneira não só de expressar nossa reverência, como mostrar aos pósteros e aos nossos contemporâneos, que por tudo que ele fez e realizou, para além da morte, “o poder que pode mais que os que podem tudo”, da expressão de Vieira, sua presença e sua memória continuam vivas.

Da vida de Francisco Augusto Pereira da Costa, que nasceu em 1851 no bairro de Santo Antônio, no Recife, e se ausentou do mundo em 1923, pode-se dizer que foi toda ela modesta e franciscana na sua simplicidade. Não foi favorecido pela fortuna nem se deixou, nunca, seduzir por “ambições de ordem material”.² Também não se deixou consumir pelo desejo de conquistar “postos de evidência”.³ Ao contrário, “renunciou até mesmo às mais modestas pretensões de bem estar”⁴, como se a exemplo dos frades da Penha, com os quais conviveu e dos quais foi amigo, tivesse feito voto de pobreza. Tão pobre foi que, morto, conforme consta nas suas disposições finais, deixou apenas “uma insignificante pensão do Monte Pio dos Funcionários Públicos do Estado” e um “pequeno pecúlio” na “Cooperativa dos Funcionários Públicos de Pernambuco”, razão pela qual, arrependido, pediu perdão pelo “meu crime de lesa família, o único de que me

¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Pereira da Costa e as fontes para a História de Pernambuco*. In: *Homenagem do Arquivo Público a Pereira da Costa*. Recife: Secretaria do Interior e Justiça/Imprensa Oficial, 1951, p. 4

² JOFFILY, Antônio. *Um brasileiro singular*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964, p. 75

³ *Ibidem*, p. 75

⁴ *Ibidem*, p. 75

acusa a consciência".⁵ No mesmo documento legou ao filho Carlos Augusto sua pequena biblioteca, seus livros de apontamentos e os originais do **Dicionário de Pernambucanismos** e dos **Anais Pernambucanos**. Tudo sacrificou por Pernambuco, às "*suas glórias e venerandas tradições*," entregue todo e todo absorvido, completa e desinteressadamente, na "*propagação dos ocultos mistérios da sua belíssima e portentosa história*".⁶

É impossível de um "*indivíduo morto*", — escreveu Gilberto Freyre recordando Oliveira Lima, de quem foi íntimo amigo apesar da diferença de idade — traçar "*um retrato completo ou autêntico*." O que se pode, a propósito de "*indivíduo retratado*" ou de "*gente evocada*", é esboçar apenas "*verdades particulares*".⁷ Sob esse aspecto, pode-se dizer de Pereira da Costa que foi ele, por vocação e, quem sabe, por destino, como tantas vezes reconheceram e continuam a reconhecer os que têm se aproximado de sua obra ao longo do tempo, um devoto da pesquisa histórica. Uma vocação que nele parece ter amanhecido intensamente, à época em que foi caixeiro de uma livraria situada à Rua 15 de Novembro, onde escutava, deslumbrado, as conversas de Abreu e Lima, Franklin Távora, Soares de Azevedo Feitosa, Victorino Palhares, Joaquim Portela, Antônio Joaquim de Mello, alguns dos seus mais célebres freqüentadores. E na qual, a partir dessa convivência, o contato diário e permanente com os livros o levaria a tomar gosto pela leitura e a descobrir sua vocação para as letras. Tanto assim que desprezou o conselho do patrão, que o aconselhava a ler livros de escrituração mercantil em vez de se dedicar à leitura da **História do Brasil**, de Abreu e Lima, a **Biografia de Alguns Poetas e Homens Ilustres da Província de Pernambuco**, de Antônio Joaquim de Melo ou a **Galeria Pitoresca dos Homens Célebres**. Foi nas "*tertúlias com aqueles cultores da seara da inteligência*, — como testemunha seu conterrâneo Arthur Muniz — *que ele ouviu falar pela primeira vez do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, recentemente fundado, dos seus patrióticos fins, do seu largo campo de ação e dos sedutores episódios da nossa história ali discutidos*". Daí, conclui Arthur Muniz, sua "*acentuação pelo amor a esses*

⁵ MELO, Mário. *Dr. F. Pereira da Costa*. In: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife: XXV, Jan.- Dez., n° 119-122, 1923, p. 292

⁶ *Ibidem*, p. 15

⁷ FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima, Dom Quixote Gordo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970, 2ª ed., 1970, p. 292

estudos, não lhe escapando mais a leitura das atas das suas sessões e dos seus trabalhos pela imprensa".⁸

Consideradas essas razões, não constituirá exagero supor que em 1871, ano em que ingressou na carreira de funcionário público, na qual serviu, sucessivamente, na Repartição das Obras Públicas, na Secretaria do Governo e na Câmara dos Deputados, Pereira da Costa, que só tardiamente, em 1891, formou-se em Direito na Faculdade de Direito do Recife, já carregava em si a vocação de pesquisador. E possivelmente já sabia, pelas influências recebidas daquela gente ilustre a que se refere Muniz Galvão, que o objeto de sua pesquisa seria, para sempre, Pernambuco e a sua História. Talvez pudesse sugerir, nesse sentido, que em Pereira da Costa a sua vocação talvez já incluisse o "*instinto, predestinação e obscura consciência do futuro labor*"⁹ mencionada por Luiz da Câmara Cascudo ao conceituar o que para ele era vocação na época em que escreveu suas **Memórias**, recolhido no seu casarão da Junqueira Aires, em Natal, já um homem sábio e experimentado, possuído daquele "saber de experiência feito" a que se referia, aguçado pelas aventuras e o sofrimento, o poeta soberano da língua portuguesa. Vocação que se anunciou com a publicação do seu primeiro artigo no **Diário de Pernambuco**, em 5 de agosto de 1872, o *Número Sete*, de teor esotérico, e confirmada com a publicação do seu **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**, publicado em 1882, cujos verbetes "*desde 1875 vinha ele divulgando*,"¹⁰ tanto no **Diário de Pernambuco** como no **Jornal da Tarde**". Livro que ele próprio reconheceu como "*incompleto e incorreto*", mas reconhecendo, igualmente, que encerrava "*um cabedal bem valioso de notas e apontamentos que legamos aos futuros biógrafos*". Afirmando, consciente da sua importância, que "*são fidedignas e autênticas as fontes em que fomos pesquisar*".¹¹

À época em que publicou o seu Dicionário, ocupava Pereira da Costa "*um lugar insignificante na Secretaria de Melhoramento do Porto*," – infor-

⁸ MUNIZ, Arthur. *José Higino e Pereira da Costa Discursos proferidos no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1903, p. 27

⁹ CASCUDO, Luiz da Câmara. *Ontem - Memórias*. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1998, p. 53

¹⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves. *O Dicionário Biográfico de Pereira da Costa*. In: COSTA, F. A. Pereira da. **Dicionário Brasileiro de Pernambucanos Célebres**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Educação e Cultura/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 11

¹¹ *Ibidem*, p. 12

ma uma “publicação a pedido” no **Diário de Pernambuco** de 22 de agosto de 1882 – mas “*o seu amor ao trabalho, a severa perseverança em esmerilhar escritos e documentos e um gosto apurado por sua especialidade fizeram dele um célebre cronista da nossa Província*”.¹² O autor daquela publicação a pedido – escreveria anos depois José Antônio Gonsalves de Mello no prefácio à segunda edição do **Dicionário Biográfico** publicada pela Fundação de Cultura Cidade do Recife em 1982 – antecipava o que de fato viria ele a ser: “*um célebre cronista da nossa província*”. Revelando que já nesse tempo Pereira da Costa, ainda jovem, trabalhava com uma “*pertinácia extraordinária*”.¹³ Explica-se assim, possivelmente, a razão pela qual mais tarde, ao ingressar como sócio correspondente no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano – que junto com a Biblioteca Pública do Estado funcionava nas dependências do Convento do Carmo – Pereira da Costa, que já havia sido amanuense naquela instituição, tenha ousado, no seu discurso, criticar o que lhe pareceu ser pouca a atividade da instituição. Para ele “*O Instituto pouco tem trabalhado (...) Na Geografia ainda não deu um passo (...) em matéria de História o Instituto pouco há trabalhado*”,¹⁴ disse ele no seu discurso de posse.

Mesmo já passado tanto tempo, talvez não seja descabido entender que Pereira da Costa, criticando o Instituto, manifestava, apenas, o seu desejo e vontade de vê-lo como uma instituição mais atuante. Ninguém, mais do que ele, que o freqüentava assiduamente e conhecia intimamente as suas atividades, tinha consciência das tarefas que a instituição, à época com apenas 14 anos de existência, poderia desenvolver para realizar-se plenamente. Nesse sentido, ao salientar no seu discurso o pouco trabalho que aquela instituição vinha fazendo no que se refere ao estudo da História e da Geografia, não é impossível supor que ele, com as suas críticas, apenas manifestava indiretamente o que ele próprio, ainda jovem e com sua devoção pela pesquisa, se propunha a realizar e realizou, a considerar, por exemplo, o que sobre ele escreveu Aderbal Jurema na ocasião do seu centenário: Pereira da Costa – testemunha o historiador pernambucano – “*dentro do Instituto resolveu tudo.*”

¹² *Ibidem*, p. 11

¹³ *Ibidem*, p. 11

¹⁴ *Ibidem*, p. 11

*Não se deteve diante de nenhuma tarefa por mais difícil que lhe parecesse, indo da história ao folclore, num trabalho que, hoje, nos causa admiração*¹⁵. À época do seu ingresso no Instituto, porém, embora sua capacidade de trabalho já fosse reconhecida e igualmente reconhecido o seu amor pela pesquisa, exceto o próprio Pereira da Costa, ninguém em sua época, inclusive os membros do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, acreditaria ou seria capaz de imaginar que um homem só – quixotescoamente só, pobre e vulnerável, armado com uma lente, um lápis bicolor, um preto, canetinhas de madeira e osso, de menino de escola antiga, e um mata-borrão – fosse capaz de erguer no campo da pesquisa histórica o monumento que ele veio a erguer: esse conjunto de obras e informações que, ainda hoje, nos causa espanto, assombro e orgulho, com o qual deu vida a uma época e tornou-se, ele próprio, parte indissociável do monumento por ele erguido. Pois a verdade é que com o seu trabalho Pereira da Costa tornou-se um dos mais célebres pernambucanos da vida cultural do seu Estado. Possivelmente mais célebre do que muitos daqueles pernambucanos incluídos no **Dicionário Biográfico** por ele publicado com o generoso propósito de “*homenagear à memória dos nossos ilustres antepassados, pelos seus feitos e empreendimento, pelas suas conquistas e vitórias, e por suas virtudes e patriotismo*”.¹⁶

Sobre a relação de Pereira da Costa com o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, relação plena e total entre um homem e uma instituição, confirmando o muito, quase demasiado trabalho por ele nela produzido, lembra o historiador pernambucano Fernando de Oliveira Mota no seu lúcido e instigante ensaio, **Pereira da Costa – Acadêmico e Escritor**, que em relação ao Pereira da Costa do Instituto Arqueológico, o Pereira da Costa acadêmico e um dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras, onde ocupou a cadeira de Muniz Tavares, pouco participou ou quase nada escreveu para aquela instituição. Na Academia, revela, Pereira da Costa poucos vestígios deixou de sua passagem: apenas um trabalho escrito – registra um como que surpreendido Oliveira Mota – “*Apontamentos para a História da Litera-*

¹⁵ JOFFILLY, Artúlio. *Um Brasileiro Singular*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964, p. 56.

¹⁶ COSTA, E. A. Pereira da. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Educação e Cultura/Fundação de Cultura Cidade do Recife, p. iii.

tura Pernambucana, publicados nos números. 2, 7 e 8”¹⁷ da revista da instituição. Apontamentos bem sugestivos, faz questão de ressaltar, mas deixando claro que foi ao Instituto Arqueológico que Pereira da Costa, a partir de 1876, se dedicou “*de corpo e alma*”, mostrando que até o número 100 da revista do Instituto ele “*publicou cerca de 30 trabalhos, constituindo alguns ensaios definitivos para a historiografia pernambucana*”.¹⁸ De onde conclui que o Instituto Arqueológico, de acordo, aliás, com o que declarou o próprio autor dos **Anais Pernambucanos**, foi realmente a sua “*tenda de trabalho*”.¹⁹ Para Oliveira Mota, Pereira da Costa teria sido “*acadêmico por ter pertencido à Academia Pernambucana de Letras*”,²⁰ como um dos seus sócios fundadores. Sem desdenhar do título – “*dele se serviu em alguns dos seus trabalhos*”²¹ – mas sem tomar “*parte ativa*” na vida da instituição. Para ele, a Pereira da Costa faltava o espírito de “*beletrismo*” de que eram possuídos, na sua época, escritores e estudiosos como Carlos Porto Carreiro, Carneiro Vilela, Gervásio Fioravanti e Alfredo de Carvalho. Observando, – e possivelmente com razão – que nele “*O historiador a tudo sobreleva, a tudo empolga. Particularmente o devoto da pesquisa histórica*”,²² que entende como “*o traço mais persistente e mais definidor de toda a vida intelectual de Pereira da Costa*”²³ Também afirma Oliveira Mota, no seu ensaio, que em Pereira da Costa, na sua obra “*acentuadamente monográfica*”, estão ausentes tanto o artista da palavra como o esteta. Não existe nele o “*escritor puro*”, mas sempre o historiador, o autor de

“Estudos que resultam de um longo esforço de catar e recolher, de respigar e ajuntar. Nos jornais, nos manuscritos, nos livros das irmandades, nas trovas populares e nas estórias. Na observação direta do que lhe foi dado ver”. E “Estudos, ademais, que foram, animados pela ânsia da divulgação”, que para Oliveira Mota constituía “uma das suas mais nobres virtudes” (...) “patente em artigos, em prefácios, em ensaios”.

¹⁷ MOTA, Fernando de Oliveira. Pereira da Costa *Acadêmico e Escritor*. In.: **Homenagem do Arquivo Público a Pereira da Costa**. Recife: Secretaria do Interior e Justiça/Imprensa Oficial, p. 67

¹⁸ *Ibidem*, p. 68

¹⁹ *Ibidem*, p. 68

²⁰ *Ibidem*, p. 67

²¹ *Ibidem*, p. 68

²² *Ibidem*, p. 68

²³ *Ibidem*, p.

Sentimento nunca comprometido pelo açodamento, nem pela vaidade, nem pelo preconceito, nem pelo sofisma. Mas uma ânsia de divulgação que “*Resulta, pelo contrário, da sua observação de pesquisa, o que vale dizer, da sua preocupação de verdade e de exatidão*”.²⁴

O que diz Fernando Oliveira Mota sobre o Pereira da Costa acadêmico e escritor, sobre não ter sido ele um esteta ou um artista da palavra, parece coincidir com a opinião da maioria dos conhecedores e admiradores da sua obra: unânimes, todos, em nele reconhecer um devoto da pesquisa, mas sem ser escritor. Digamos, um escritor que se preocupasse em dominar a gramática da linguagem ou que procurasse unir a sua preocupação com a pesquisa histórica à preocupação de criar um estilo literário. Daí se poder dizer dele que foi, como observou Costa Porto, um historiador que “*fazendo história, não teve o plano de fazer filosofia da história*”, porque a ele o que interessava e seduzia era “*afundar-se nos velhos in-fólios, recolher material em quantidade, juntar as pedras e traçar a argamassa para que os pósteros construíssem o monumento da história de Pernambuco*”.²⁵ Opinião, a de Costa Porto, em ensaio publicado em 1951, sob um aspecto da obra de Pereira da Costa para o qual já tinha chamado a atenção Gilberto Freyre no seu pioneiro ensaio, de 1927, a propósito do estudo de Pereira da Costa sobre a **Prosopopéia**, de Bento Teixeira. Para Gilberto Freyre a crítica não foi o seu forte.

*“Quando para ela resvalava era para se revelar, como na última parte do seu estudo sobre a **Prosopopéia**, um tanto ou quanto sem jeito, como se estivesse trabalhando com a mão canhota. O seu forte era a investigação, a pesquisa, a informação exata, pura, minuciosa e às vezes decisiva, que procurava sugar na própria fonte, tapada por muito mato bravo, ou no quase impossível MS, papel ou livro velho em que de longe farejasse a nota ou mesmo a simples data apetecida ou em debate.”*²⁶

Já o historiador José Antônio Gonçalves de Mello, considerando a linguagem de Pereira da Costa no prefácio que escreveu para o **Dicio-**

²⁴ *Ibidem*, p.

²⁵ PORTO, Costa. *Atualidade de Pereira da Costa*. In.: *Homenagem do Arquivo Público a Pereira da Costa*. Recife: Secretaria do Interior e Justiça/Imprensa Oficial, p. 46

²⁶ FREYRE, Gilberto. *Acerca da 'Prosopopéia'*. In.: FONSECA, Edson Nery da (Org.) *Prefácios Desgarrados*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, Brasília: Ministério da Educação, 1978, v. 2, p. 704

nário Biográfico dos Pernambucanos Célebres, refere-se à sua “*re-
dação barroca*” que sobrecarregava “*os textos biográficos*”, mas igualmente
ressaltando que “*as informações permanecem úteis e fidedignas*”. E mais:

*“Enquanto não se elaborar modernamente um Dicionário Brasileiro
de Biografias ou uma versão estadual dele, este livro de Pereira da
Costa permanecerá de consulta obrigatória acerca dos naturais de Per-
nambuco falecidos até 1881.”*²⁷

A opinião desses três estudiosos, do mesmo modo que a opinião
de Fernando de Oliveira Mota, são convergentes no que se refere à
paixão de Pereira da Costa, na condição de pesquisador, pela História
de Pernambuco. À sua mais que devoção pela pesquisa. Porque pesqui-
sador, antes de qualquer outra coisa, foi tudo que em vida ele foi por
escolha e temperamento. Ele próprio, aliás, sob esse aspecto da sua per-
sonalidade, antecipou-se em dizer, auto-retratando-se, que se conside-
rava “*um simples cronista*”. Mais precisamente:

*“Ao mineiro que desce às profundezas da terra, extrai o diamante
informe, cheio de impurezas e o entrega ao perito e paciente lapidário
para lhe dar brilho e valor.”*²⁸

Ninguém mais do que ele, portanto, mais alheio a preocupações
com estilo e forma ou com a construção de uma linguagem literária. O
que fez e realizou – consciente do que estava fazendo – como também
escreveu Costa Porto no seu ensaio publicado por ocasião da comemo-
ração do seu cinquentenário, foi catar “*as espigas de trigo que, mais tarde,
enchessem os telheiros vazios, a fim de fornecer alimento e pasto aos futuros investi-
gadores*”.²⁹ Seria esse o mesmo motivo ou razão que levaria Gilberto Freyre
a afirmar, considerando a sua obra, ser “*impossível alguém interessar-se pelo
passado de Pernambuco sem interessar-se pela obra de Pereira da Costa*”. Para
Gilberto Freyre,

²⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *O Dicionário Biográfico de Pereira da Costa*. In: COSTA, F. A. Pereira da. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Educação e Cultura/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 11

²⁸ PORTO, Costa. *Atualidade de Pereira da Costa*. In: *Homenagem do Arquivo Público a Pereira da Costa*. Recife: Secretaria do Interior e Justiça/Imprensa Oficial, p. 46

²⁹ *Ibidem*

*“Ninguém remexeu, esfuracou, desentranhou tanta coisa do folclore e da história de Pernambuco – principalmente política e militar. O muito material que recolheu pelas livrarias – parece a obra, não de um homem só, mas de uma academia inteira de investigadores”.*³⁰

O que só se explica, o que só é humanamente explicado, porque esse homem, que nunca teve colaboradores, que foi um

*“Autodidata, a aprendizagem da técnica de pesquisa histórica, ele a realizou praticamente, no curso dos seus trabalhos de gabinete”;*³¹

a tudo renunciou, de fato, para fazer da pesquisa histórica a única razão de ser de sua vida. Não errará, nesse sentido, quem disser que a sua biografia é a sua obra e a sua obra a sua vida. Através dela, poderia dizer alguém dotado dos recursos ou do dom da poesia, tornou-se ele um habitante e donatário da história e do passado de Pernambuco, tão completo, tão minucioso, tão detalhado no mundo de informações que nos legou, que *“a sua palavra sobre a História de Pernambuco é considerada com justeza palavra de mestre”*.³²

Sabe-se de Pereira de Costa que poucas vezes se ausentou de Pernambuco: em 1884, para ocupar o cargo de Secretário Geral da Província do Piauí, sobre o qual escreveu e publicou **Cronologia da Província do Piauí e Notícia sobre as Comarcas do Piauí**, considerado um clássico por Aderbal Jurema; em 1887, para Fernando de Noronha, em viagem de estudo; em 1908, para o Rio de Janeiro. Em todas essas circunstâncias, porém, o que se evidencia ainda e sempre na sua história de vida, inclusive na condição de funcionário público, é o pesquisador. É assim que o vemos cumprindo as mais honrosas incumbências providas de cargos diversos, entre as quais a de “examinar livros e documentos históricos existentes nos conventos do Recife e Olinda;” a de escre-

³⁰ FREYRE, Gilberto. In: JOFFILY, Attilio. Um brasileiro singular. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

³¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Pereira da Costa e as Fontes para a História de Pernambuco*. In: *Homenagem do Arquivo Público a Pereira da Costa*. Recife: Secretaria do Interior e Justiça/Imprensa Oficial, 1951, p. 18.

³² *Ibidem*, p. 29.

ver “um trabalho sobre a Ilha de Fernando de Noronha, tendo em vista a sua geografia, riqueza e importância;” a de “auxiliar o diretor do Arquivo Público;” a de “organizar o catálogo da Biblioteca Pública;” a de “discriminar os papéis relativos à instituição abolida pela lei de 13 de maio para serem destruídos pelo fogo, como resolveu o Governo da União”, a de “confeccionar no Estado um repertório sistemático dos trabalhos relativos às ciências geográficas de acordo com o plano adotado pelo Congresso Internacional de Berna,” entre outras. Isso para não falar do trabalho por ele voluntariamente desenvolvido junto à Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, ora promovendo conferências e exposições, ou redigindo suas leis orgânicas, ora escrevendo sua história. Ou prestando serviços expressivos à Sociedade Propagadora da Instrução Pública e à Santa Casa de Misericórdia, chegando a imprimir uma **Selecta Pernambucana**, “*com o objetivo de concorrer para o levantamento da instrução entre nós, firmando o seu caráter cívico*”.³³

Foi com esse mesmo espírito que, eleito deputado em 1901, entrou ele na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, onde permaneceu por cinco legislaturas sucessivas. Tímido e arredo, morno no que se refere à paixão política, raras vezes frequentou a tribuna, mantendo-se ausente do rumor do plenário. Serviu ao seu Estado – como o viu Andrade Lima Filho – “*mergulhado no trabalho silencioso das comissões técnicas, que mais se coadunava com o seu temperamento de homem de gabinete, menos preocupado com os ouropéis da retórica do que com a pesquisa do fato – pesquisa, esta sim, a grande, a absorvente paixão da sua vida*”.³⁴ Cabendo ressaltar, porém, que na Assembléia, a que “*comparecia com irreprochável assiduidade*,”³⁵ era ele “*uma espécie de consultor da Casa, a quem se ouvia em todas as questões, exceto as de ordem política*.”³⁶ Testemunho de Andrade Lima Filho feito a partir da observação do jornalista e historiador Mário Melo, para quem o Pereira da Costa deputado era “*uma espécie de órgão consultivo porque ninguém melhor do que ele, conhecia a história e as tradições de Pernambuco*”.³⁷

³³ MUNIZ, Arthur. *João Higino e Pereira da Costa Discurso proferido no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife: Arquivo Público Estadual, p. 36-37

³⁴ JOFFILY, Atilio. *Um brasileiro singular*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964, p. 75

³⁵ *Ibidem*, p. 76

³⁶ *Ibidem*, p.

³⁷ MELLO, Mário. *Dr. F. A. Pereira da Costa*. In: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife: v. XXV, jan.-dez., ns. 119-122, 1923, p.122

Esses, de maneira geral, são os traços da biografia de Pereira da Costa como homem em trânsito no mundo. Um homem comum: “familiar, patriarcal, de roupas caseiras e de boné”,³⁸ que assim vestido recebia em casa – como o recordou comovido seu neto Attilio Joffily – “bom, simples, cordial, manso de espírito e de coração”³⁹ – à vontade e modestamente a afeição de amigos como o historiador Oliveira Lima, o erudito Alfredo Carvalho, o jornalista Mário Melo, o Maestro Euclides Fonseca e, entre outros, um jovem que parecia um estudante mas já era professor na Faculdade de Direito, Assis Chateaubriand, o Assis, como ele o chamava.

Mas foi esse homem, precocemente envelhecido, que fumava cigarros de estramônio para domesticar a doença, que se distraía fazendo canteiros de jardim e cevando guaiamuns, que no carnaval fazia o curso num landô da Casa Agra, uma figura excêntrica mesmo para a sua época, como também o recordou seu neto – “de fraque, bengala e chapéu coco”⁴⁰ e aparentemente, só aparentemente exilado e ausente do mundo, que com o seu fascínio pelos arquivos e papéis velhos, ouvindo o povo, observando os seus costumes, pesquisando as suas tradições, hábito e alimentação, anotando, registrando, utilizando questionários pela primeira vez entre nós – um deles, organizado em 1883, comparado aos questionários elaborados pelo IBGE em 1963 – que unindo o tempo dos seus antepassados ao seu tempo, a ele incorporou-se e foi e continuará a ser, como extensão do que somos como brasileiros e pernambucanos, objeto permanente de consulta, respeito, admiração e veneração. Tanto o Pereira da Costa das pesquisas realizadas nos arquivos, nas bibliotecas, nas repartições do Governo, nos conventos e em todo e qualquer lugar onde pudesse obter, com precisão, informações de importância para a História política, militar, literária, territorial, civil, social, entre outras, como o Pereira da Costa que colhia diretamente da boca do povo, percorrendo a pé as ruas do Recife antigo, as informações que o levaram a enveredar pela Etnografia e a escrever o **Folk-lore Pernambucano**, livro considerado por Luiz da Câmara Cascudo como “*um corte*

³⁸ JOFFILY, Attilio. Um brasileiro singular. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964, p. 15

³⁹ *Ibidem*, p. 74

⁴⁰ *Ibidem*, p. 17

no mundo interior da sensibilidade popular, um corte nas raízes e não um exame classificador de flores e folhas bonitas”.⁴¹ Assim o viu o historiador Costa Porto em 1923, no tempo de criança, quando cursava o Seminário de Olinda,

*“acompanhado de alguns professores da casa, um septuagenário, de andar quase trôpego, cabelos brancos e ar sereno de simplicidade monástica: era, informaram-me, Pereira da Costa, que por ali fazia sondagens, a fim de descobrir a entrada perdida do lendário e, talvez problemático, “subterrâneo” do Colégio dos Jesuítas.”*⁴²

Também o viu Gilberto Freyre, conforme recorda no prefácio que escreveu para o livro de poesia **Canaviais**, de autoria da neta de Pereira da Costa, Giselda Joffily Pereira da Costa:

*“velhinbo e de fraque, comendo, com naturalidade, a despreocupação e a alegria de um colegial guloso, doces de tabuleiros, à porta de uma livraria do Recife.”*⁴³

Já tivemos oportunidade de dizer, em outra ocasião, que talvez se possa afirmar de Pereira da Costa, parodiando Terêncio, que nada, absolutamente nada de Pernambuco lhe foi estranho. Sua devoção pela pesquisa, que o acompanhou até a velhice, constitui um caso raro de empatia de um estudioso com o seu objeto de estudo: no caso, Pernambuco, a sua História, o seu povo. Bem pode ser esta a possível razão pela qual lhe doía e tanto o magoava, como se pode constatar nos **Anais Pernambucanos**, ser testemunha do vandalismo praticado contra os templos e monumentos históricos do Recife e de Olinda, por ele denunciado em artigos impregnados de indignação nos jornais da época:

“penetramos ontem no templo em demolição, vencendo as dificuldades de caminhar sobre montões de pedra – escreve ele a propósito da Igreja de São Pedro Mártir de Olinda – destroçada para dar “espaço a um projetado jardim” – “confrangem-nos o coração! Vimos a pia batismal, onde recebeu as águas lustrais do batismo

⁴¹ *Ibidem*, p. 19

⁴² PORTO, Costa. *Atualidade de Pereira da Costa*. In.: **Homenagem do Arquivo Público a Pereira da Costa**. Recife: Secretaria do Interior e Justiça/Imprensa Oficial, 1951, p. 47

⁴³ COSTA, Giselda Joffily Pereira da. **Canaviais**. Recife: Imprensa Industrial, 1947, p. 7

a velha nobreza de Olinda, que sonhou com as nossas liberdades pátrias em 1710, e já glorificada pelos feitos dos seus ancestrais nas lutas contra o batavo invasor de fino mármore, de um belo trabalho artístico (...) condenada a se perder por completo!"

E lamenta:

"Porque não a retiraram para alguma igreja melhor que não tem pia, e remedia-se com uma simples bacia de louça em cima de um môcho?"⁴⁴

E sobre a Capela de Apipucos:

*"Condenaram, destruíram tudo que havia de antigo, talvez por imprestável ou **fora de moda**; retiraram o velho altar-mor, com o seu bonito nicho de talha dourada, em que se via a imagem da padroeira, e fizeram tudo de alvenaria, acaso sob o plano de algum boçal mestre pedreiro" Mas... mil vezes a velha, tradicional e graciosa capelinha do extinto engenho de Apipucos, com a sua elegância e simplicidade do século XVI.⁴⁵*

Ou sobre a Capela de N. S. dos Remédios:

*"As varandas das tribunas e do côro de tornearia e talha, foram substituídas por outras de ferro, e abriu-se de cada lado da nave duas arcadas que carecem dos preceitos ditados pelo gosto e pela arte." (...) "Enfim, — resume desconsolado — a capela é toda nova, **moderna**, inclusive a sua própria fachada, mas tudo de um triste atestado de competência do mestre pedreiro a quem foi confiada a execução das obras: e assim, sem uma fiscalização ou direção técnica competente, deixaram-no expandir o **seu gênio artístico!** E acabaram com o cargo dos **juízes de ofício**"⁴⁶*

Ou, ainda, sobre a Igreja da Sé Catedral de Olinda:

"a nossa catedral, — velho templo, rude, acaçapado, de uma arquitetura ingênua, mas um monumento vivo do passado extinto, uma obra que não se devia tocar, não se devia bulir — foi entretanto friamente

⁴⁴ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Recife: Secretaria de Turismo Cultura e Esportes/ FUNDARPE/ Diretoria de Assuntos Culturais, v. 5, 2ª Ed., 1983, p. 205-206.

⁴⁵ *Ibidem*, v. 2, p. 55.

⁴⁶ *Ibidem*, v. 4, p. 123-124.

resolvida essa criminosa, chamada **remodelação**, essa derrocada quase que por completo, de tudo o que havia de arte e precioso, e respeitado no seu longo perspassar de séculos⁴⁷

*“Com esse atentado da **remodelação do templo**, com a destruição de uma obra – que tinha em si o caráter do século em que surgiu, e significava na sua ingenuidade, na simplicidade de suas linhas a aspiração e a piedade dos homens que a fizeram – desapareceu, em grande parte, o que tinha de belo, de artístico, tradicional”*⁴⁷

A preocupação de Pereira da Costa denunciando esses desmandos e defendendo publicamente a preservação dos monumentos antigos, revela não só sua preocupação pela importância histórica dos monumentos, como a sua compreensão e sensibilidade para o que neles era significativo como expressão estética e artística. Sob esse aspecto, suas denúncias sobre os crimes praticados contra igrejas do Recife e Olinda ou contra edifícios de arquitetura notável, a exemplo do Convento do Carmo ou do Palácio da Soledade, paço de residência prelatícia, talvez o mais notável do país, faz dele um precursor das ações que levaria o governo brasileiro a criar, em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, destinado a tombar, restaurar, preservar e defender o patrimônio brasileiro nessa área. Iniciativa, vale a pena lembrar, que ganhou forma e se consolidou na administração do Ministro Gustavo Capanema com a participação de alguns estudiosos brasileiros que eram, todos eles, como foi Pereira da Costa, devotos da tradição e do passado, a exemplo de Gilberto Freyre, Rodrigo Mello Franco de Andrade e Mário de Andrade.

Também vale a pena lembrar que à criação do IPHAN, considerado pelo poeta pernambucano Joaquim Cardozo como *“uma das mais importantes criações da revolução de 30”*⁴⁸, antecipou-se em Pernambuco e a ele deu fundamento, a criação em Pernambuco, por iniciativa de Gilberto Freyre, *“do primeiro órgão de defesa nessa área, que foi o Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado”*,⁴⁹ destinado a manter e preservar

⁴⁷ *Ibidem*, v. 5, p. 264-265

⁴⁸ BARROS, Souza. *A década 20 em Pernambuco*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1985, p. 142

⁴⁹ MELLO-MOURÃO, Gerardo. *Um senador de Pernambuco Brevi memória de Antônio de Barros Carneiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 59

o que do “*Brasil antigo ainda restava de pé por milagre*”,⁵⁰ conforme registrava o autor de **Casa-Grande & Senzala**, ainda um adolescente, em artigo publicado no **Diário de Pernambuco** em 1923.

Por tudo isso podemos afirmar, como escreveu um dia Gilberto Freyre, que realmente é impossível alguém se interessar pelo passado de Pernambuco sem interessar-se pela obra de Pereira da Costa. Opinião, aliás, a sua, compartilhada por todos aqueles que – como já observamos – dela se aproximaram, a exemplo de alguns dos mais eruditos e dedicados estudiosos da cultura pernambucana e brasileira. Um deles, Luiz da Câmara Cascudo. Outro, José Antônio Gonçalves de Mello. Câmara Cascudo, a quem se deve, depois de uma insistência que perdurou por mais de duas décadas, a publicação, em 1974, da primeira edição autônoma do **Folk-lore Pernambucano**, coordenada pelo Arquivo Público estadual, à época dirigido por Mauro Mota, considera esse livro – publicado originariamente em 1908, na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, em carta dirigida ao então Governador do Estado de Pernambuco, Eraldo Gueiros Leite, defendendo a sua publicação – “*o mais extenso, sólido, surpreendente documentário da cultura popular do Nordeste no tempo, pesquisado com atenção inimitável e segurança admirável em 40 anos de tenacidade sentimental.*”

Para o admirável etnógrafo e folclorista Potiguar,

*“Não existe, senhor Governador, na bibliografia brasileira, realização comparável e não será possível consegui-la pela dispersão e desaparecimento fontes das que o mestre dispunha e manejava. Revolta-me esse volume básico, no registro meticuloso da imaginação fantástica e lúdica do nosso Povo, enseada de rios imemoriais e vários, continuar sepultado num tomo esgotado de revista erudita, citado em ouvidavaga, nas sucessivas mutilações da lembrança ocasional. Nenhum mestre estrangeiro ultrapassou o que foi feito no Recife, impresso há 66 anos. Desde 1960, tento reavivar esse depoimento incomparável, fazendo-o regressar à circulação, régia oferenda de Pernambuco às indagações radiculares e coletivas da memória tradicional brasileira.”*⁵¹

⁵⁰ FREYRE, Gilberto. **Tempo de Aprendiz**. São Paulo: IBRASA/MEC, v. I, 1979, p. 341.

⁵¹ MOTA, Mauro. *Notícia sobre Pereira da Costa*. In: Costa, F. A. Pereira da. **Folk Lore Pernambucano**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1974, la. Edição Autônoma, 1974, p. II-12.

É um depoimento, o de Luiz da Câmara Cascudo, que se harmoniza com o que diz José Antônio Gonsalves de Mello a propósito dos **Anais Pernambucanos**. Para o seu mais completo estudioso, que é, como o autor dos Anais, um dos grandes brasileiros de Pernambuco, essa é uma obra “*que permite apontá-lo como quem assentou em bases seguras a história pernambucana. História – acrescenta o autor de Tempo dos Flamengos – que ele alicerçou com enorme messe de fatos históricos sem igualdade até hoje.*” Advertindo que “*não pode ser desconhecida de nenhum historiador, caso não queira correr o risco de desinformação*”.⁵²

Essa obra, no entanto, sobre a qual disse o seu autor, vencido pelas dificuldades encontradas para editá-la, que mesmo morto não conheceria repouso enquanto não fosse publicada, passou um tempo inexplicavelmente longo “*sem merecer as honras de uma edição*”.⁵³ Inclusive, durante catorze anos os seus originais, entregues à confiança de Olímpio Costa Júnior, “*estiveram guardados no cofre da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (...) escritos em tiras de papel almaço e dispostas em treze caixas de charuto*”.⁵⁴ Só mais tarde, por ocasião do seu Centenário do seu autor, veio ela a ser publicada, graças aos esforços de alguns pernambucanos ilustres, conscientes da sua importância.

Distante desse episódio, que parece revestido de uma auréola de lenda, e próximos da sua importância, louvamos a memória e a ação de todos os que se reuniram para editá-los. Porque entendemos que ao editá-los e juntá-los a livros reconhecidamente necessários e admiráveis, como o **Folk-lore Pernambucano**, o **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**, o **Vocabulário Pernambucano**, aqueles que o fizeram, estudiosos, políticos, admiradores, todos eles devotados à cultura e à história de Pernambuco, salvaram com seu gesto, mais uma vez, o Pernambuco que ele, sozinho, já havia salvo, como diz um dos maiores poetas brasileiros, o pernambucano João Cabral de Melo Neto, no mag-

⁵² MELLO, José Antônio Gonsalves de. In.: *Pereira da Costa e suas fontes históricas*. In. COSTA, F. Pereira da. **Anais Pernambucanos**, Recife: Governo do Estado de Pernambuco/FUNDARPE/ Diretoria de Assuntos Culturais, 1983, v. 1, p.15

⁵³ JOFFILY, Atilio. *Um brasileiro singular*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964, p. 15

⁵⁴ SILVA, Leonardo Dantas. *Nota do Editor*. In. COSTA, F. A Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais, 1983, v. 1, p. 9

nífico e definitivo poema escrito em sua homenagem: **A Pereira da Costa:**

*“Quando no barco a linha da água/ era baixa, quase naufrágio,/ ele
foi quem mais ajudou/ o Pernambuco necessário,/ porque com sua
aplicação,/ não de artista, mas de operário,/ foi reunindo tudo, sal-
vando/ tanto o perdido quanto o achado./ Sem o sotaque do escritor/
nem o demônio do missionário,/ só quis de pernambucania/ ser sim-
ples professor primário”.*⁵⁵

Já vai longe tudo isso, porém o tempo, em vez de desbotar, acentua e torna cada vez mais nítida a presença desse homem que se apossando dos fatos, das ações, dos gestos, dos acontecimentos de uma época, fez dessa época um bem de sua posse e tornou para sempre Pernambuco vivo.

⁵⁵ MELLO NETO, João Cabral de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguillar, 1994, p. 387

Pereira da Costa – 150 anos

Os Anais Pernambucanos
– uma outra forma de ler

José Luiz Mota Menezes

Quando cursava, em 1960, o quarto ano do Curso de Arquitetura na Universidade do Recife, tomei conhecimento dos *Anais Pernambucanos*, de Francisco Augusto *Pereira da Costa*. Naquela altura era aluno e amigo do saudoso engenheiro Ayrton de Almeida Carvalho. Ele, nas suas aulas, muito incentivava os alunos à leitura de autores, não apenas os voltados para a História da Arquitetura no Brasil, disciplina que lecionava, mas de História Geral, Sociologia e demais ciências afins com o que ele ensinava.

Depois já professor da faculdade, e diante da dificuldade de localizar um assunto desejado nos dez volumes daqueles *Anais*, adquiridos a Melquisedec Pastor, alfarrabista do Recife, me uni a Cristina Jucá, Armando de Holanda e outros seus colegas de turma na organização de um índice por assuntos direcionado à história da arquitetura e do urbanismo. O manuscrito resultante por muitos anos me serviu.

No presente texto desejo, diante do Sesquicentenário de Nascimento daquele autor, ressaltar a sua importância em um cenário onde circulam inúmeros arquitetos disfarçados de historiadores.

Diante de tal interesse somente me ocorreu uma idéia: a de tentar me aproximar, já que procuro escrever sobre história, da maneira como Pereira da Costa utilizou os documentos que lhe permitiram redigir aqueles *Anais*, mais precisamente naquilo que diz respeito à História da Arquitetura e do Urbanismo. Também tentarei seguir, dentro de minhas possibilidades, o modo de raciocinar do autor quando da elaboração dos seus diversos “verbetes” alusivos aos antes referidos.

Utilizando um verbeito qualquer, dos muitos que constituem sua obra maior, procurarei perseguir aquele objetivo ora determinado.¹

No Volume II, na página 112, da edição fac-similar, de 1983, da Fundarpe, pode-se ler:

NOVEMBRO 17 (1597)

“Carta de aforamento perpétuo passada pela câmara do senado da vila de Olinda em favor de Antônio de Albuquerque, sua mulher, filhos e posteridade — dos salgados do Recife, mediante o foro de vinte mil reis anuais, para os aterrar, e construir um passo com suficiência para depósito geral de todos os gêneros, com o fim de não prejudicar os interesses del-rei, uma vez que muitas pessoas, sem licença, faziam casas e passos para recolherem gêneros em prejuízo da fazenda real — segundo os próprios termos do respectivo requerimento, despachado no dia 7”.

Diante do exposto, naquele dia 17 de Novembro (de 1597) a câmara do senado de Olinda aforou uma parte da península do Recife, alagada, talvez mangues, a um interessado que deveria aterrar e construir um armazém para a guarda de gêneros diversos.

Com tal verbeito começo a tentativa de decifrar a maneira, não somente de apresentar ao leitor a informação mas, sobretudo procurar acompanhar o raciocínio do historiador diante do que o documento informa e o porque foi ele escolhido pelo autor dos *Anais Pernambucanos*.

1 PEREIRA DA COSTA, P. A. *Anais Pernambucanos*, volume 2, 1591-1634, FUNDARPE, Recife, 1983, pags 109 a 126.

Sobre aquele documento, que o autor deve ter conhecido o original, diz Pereira da Costa, ser ele *assinado pelos vereadores Pedro de Abreu de Vasconcelos, Inácio do Rego, Duarte de Sá e Domingos Gomes de Abreu, e pelo escrivão da câmara João Velho Prego*. Ainda informa que a **carta** teve **confirmação**, como era de praxe, do rei Felipe III, datada de 6 de fevereiro de 1601.

Num primeiro momento o autor tenta localizar para o leitor onde era o lugar, no Recife, concedido por aforamento e, para tanto, utilizou-se das informações do engenheiro *Émile Beringer*,² quem primeiro estudou, cientificamente, o desenvolvimento urbano daquele então povoado, precisamente na península, o mais antigo local habitado. No entanto, o que constitui a **primeira singularidade da informação**, Pereira da Costa, através de *um gancho*, muito próximo ao que hoje seria um *hipertexto*, conduz o leitor a um verbete anterior, presumidamente já lido, do **dia 7**, do mesmo mês e ano, onde tratou do requerimento aludido no seu estágio inicial, o pedido à câmara pelo requerente e seu deferimento :

NOVEMBRO 7 (1597) – página 109

“ Reunião, em vereação, da câmara de Olinda, na qual foi deferido um requerimento de Antônio de Albuquerque, em que solicitava o aforamento de um terreno situado nos salgados do Recife, bem como a necessária licença para o aterrar e construir um passo com suficiência para depósito geral de todos os gêneros”

Esclarecendo o leitor Pereira da Costa, citando Frei Vicente do Salvador,³ diz nesse verbete que: *Passos de açúcar são lógeas (lojas) grandes onde se recolhem os caixões até se embarcarem nos navios*. Depois, acrescenta que *o passo era um armazém de depósito de gêneros coloniais*. A seguir, no mesmo verbete, ele tece considerações sobre a questão e a exemplifica com a citação de *vários* passos existentes, *em tempos diferentes*, no Recife. Assim, ao tratar do passo que seria construído pelo Albuquerque, e não consi-

2 BERINGER, Emílio, FOURNIÉ, Victor. Memórias acerca do Porto do Recife, In Album do Porto do Recife, Ano 2 – n° 2 – Dezembro de 1958, pags 19 a 70.

3 SALVADOR, Frei Vicente do, OFM. História do Brasil, São Paulo...

derando o tempo desse, ele repassa, *como se estivesse pensando*, para o texto, o que ele conhecia e desejava que o leitor soubesse a respeito do assunto e, dessa forma, encaminhava o mesmo na direção da importância histórica que teve esses armazéns no Recife.

Acompanhando o raciocínio do autor e a ordenação dos assuntos dos verbetes dos *Anais* ele antes, no dia **7 de novembro**, trabalhou o leitor para a informação que seria a do dia **17 de novembro**. Mas, nesta, ele o remete àquela. Um caminho, talvez difícil para alguém que deseje uma informação mais imediata da questão, cheio de idas e vindas.

Voltando ao dia **17 de novembro**, verifico que o autor procurou localizar, no Recife do século XVI, o lugar aforado ao requerente. Ao comentar as informações do engenheiro *Beringer* que o ajudou a chegar desejado, informa também ao leitor sobre *quantos* habitavam aquela península no ano em tela. Para chegar a tal resultado empregou o número dado por Frei Vicente do Salvador, em sua *História*, praticamente contemporânea do requerimento citado.

No verbete daquele dia 17 o autor procurou descrever o crescimento do povoado dos Arrecifes de forma cronológica no que se refere à ocupação do espaço na península. Aceita a contagem daquele frade historiador e diz possuir o burgo cerca de 130 casas. À primeira vista, diante de estudos recentes, o número 130 parece exagerado. Naquele Recife deveria ter existido, considerando o ano de 1630, cerca de 40 edificações, entre moradias e armazéns. A cartografia histórica (1630) informa com relativa precisão. Pereira da Costa pode ter acertado. *Casa* não é edificação e sim espaço habitável dessa. Deste modo, uma edificação pode ter, por exemplo três casas a ainda sua loja, o que também não significava somente casa de comércio, mas lugar de trabalho.

Considerando o desenvolvimento de suas informações, a **reconstituição do povoado**, em termos de uso do solo, é, assim parece-me, o objetivo maior do autor, isto envolvendo o menor, o de situar aquele aforamento. Antes, no dia 7, já dizia dessas “casas do Albuquerque” então arruinadas e em cujo local foram nelas construídos (ou reconstruídos) *dois passos medindo noventa palmos de comprido por sessenta e seis de largo*, (19,80m x 14,52m) pelos holandeses entre 1630 e 1654. Ficava esse

aforamento concedido, dessa maneira, na Travessa que da **Rua dos Judeus** seguia para o mar, conforme um Inventário dos prédios realizado em 1654 pelo escrivão Mesquita. (que ele comenta). (4)

Naquela reconstituição ele declara da **contemporaneidade do Recife em relação a Olinda**. Porque era o seu porto, situado no povoado do Recife, onde ancoravam os navios do trato comercial da colônia.

Depois, seguindo uma ordem cronológica descreve o crescimento do Recife e chega até o século XIX, numa panorâmica rica de detalhes os mais variados, inclusive com informações sobre as ruas mais antigas. Uma visão geral construída com informações diversas e organizada segundo narrativa típica e presente em toda a obra do autor.

Talvez não satisfeito com o desenvolvimento do que vinha informando, em certo trecho do texto, desloca-se o autor da questão urbana, territorial, e segue outro caminho que nada indica ter a ver com o assunto até então tratado: conduz o leitor para os **ataques sofridos pelo povoado do Recife de diversos piratas!**

Parece-me, numa percepção inicial, que o autor conversando com alguém, de repente, lembrou de outro assunto e saindo do *caminho principal* desejado passa a seguir por *veredas*.

Resta entender porque o autor assim o fez. Teria desejado criar uma envolvente *romântica* para o espaço urbano do povoado, dando com tal informação ao leitor a oportunidade de perceber a atmosfera do Recife e sua importância enquanto porto, com material armazenado nesses passos capaz de despertar a cobiça de tais corsários? Agindo assim, presumidamente ele aproxima-se mais de um cronista ou romanista. Na verdade, passa a ser um “contador de histórias”, no bom sentido, maneira talvez freqüente de fazer História no século XIX.

A questão envolveria outras discussões mas, no momento, apenas desejo a considerar, tomando tais verbetes como exemplos, a forma de ver de um texto e chego as seguintes conclusões, ainda de forma provisória:

- Em primeiro lugar Pereira da Costa deve ter começado suas pesquisas, sem uma direção certa, anotando tudo quanto encontrou

de interesse sobre Pernambuco. Forma freqüente entre os historiadores do período em que viveu;

- uma vez concluídas, embora não em sua totalidade, as pesquisas, procurou ordenar essas informações então segundo datas (acentuações) nelas contidas e de maior interesse; essas ordenadas cronologicamente;
- ignorou, no conteúdo dos verbetes, uma possível cronologia histórica de Pernambuco, presente em outros historiadores, desenvolvendo cada “verbeta” segundo uma outra linha: a da memória relacionada com o assunto principal e sem um tempo determinado, uma visão diferente para a época;
- no autor, na sua visão interior, bem própria de arquitetos e urbanistas, a povoação do Recife passa a ser construída a partir de outras informações conhecidas, as quais acrescenta suas próprias observações; ele não ignora as relações espaciais urbanas e sua descrição do povoado é bem fiel não apenas à cartografia existente, vai mais além, numa concepção de desenho urbano bem apropriada da que nos forneceu o engenheiro Emile Beringer. Este profissional tentou também recompor tal forma de ocupação urbana da península e o faz de maneira cronológica;
- Pereira da Costa emprega o raciocínio daquele engenheiro e o amplia dotando seu texto de um carácter que o faz de boa leitura, bem comum aos **contadores de história** e distante dos historiadores que privilegiavam e até destacavam o papel dos documentos, na análise das minúcias, em troca do bom entendimento do todo; Pereira da Costa tem uma percepção onde privilegia o geral desde o particular, (de uma certa forma holística da História);
- O autor escreve e a proporção que lembra de uma questão relacionada ou não com o assunto principal, mas que ele considera interessante, a introduz no texto, talvez obrigando o leitor a ler toda a obra;

- essa forma adotada pelo historiador pernambucano na redação de seus verbetes torna difícil a confecção de qualquer índice. O já realizado, embora bem elaborado, levando em conta nomes e assuntos, não é fácil de ser utilizado. As razões me parecem claras: quando ele compõe seus verbetes, da forma como descrevemos, além de os tornar diferentes conduz a uma informação dentro de outras, em cadeia sucessiva;
- A riqueza das informações e o fato de Pereira da Costa ter compulsado vários documentos, hoje desaparecidos, torna a sua obra em algumas partes fontes primárias. Lamenta-se sempre a ausência de indicação de onde ele colheu a maioria das informações.

Não pretendo no momento estender mais a questão tratada, não tenho na mira uma tese de doutoramento. Acredito que o livro que escolhi do autor é e continuará a ser um dos mais importantes escritos para a História de Pernambuco. E ele um notável *contador de histórias*, com a precisão de um mestre no assunto.

NOTAS

1. São os seguintes os verbetes de interesse no presente texto:

NOVEMBRO 7 – Reunião, em vereação, da câmara de Olinda, na qual foi deferido um requerimento de Antônio de Albuquerque, em que solicitava o aforamento de um terreno situado nos salgados do Recife, bem como a necessária licença para o aterrar a construir um passo com suficiência para depósito geral de todos os gêneros.

Passos de açúcar, como escreve Fr. Vicente do Salvador (*História do Brasil, 1627*), são umas **lôjeas grandes onde se recolhem os caixões ate se embarcarem nos navios**. O passo, portanto, era um armazém de depósito de gêneros coloniais. A notícia mais remota desses passos em Pernambuco se encontra na carta de doação de um terreno situado no Recife, lavrada em Olinda pelo capitão-mor governador Filipe Cavalcanti, a 17 de setembro de 1590, em favor de Gaspar Dias, cujo terreno ficava onde vivia ele e o **Passo de Fernão Soares**.

Tratando o autor dos **Diálogos das Grandezas do Brasil** do modo - de se fazer o pau-brasil em Pernambuco, diz que depois de beneficiado era conduzido em carros para os passos, e que vendido, era levado em bateis para os navios

Os passos que em 1630 havia no Recife, em que se viam então em depósito umas 20.000 caixas de açúcar, muito pau-brasil, tabaco, algodão - e outras drogas das terras, - foram incendiados por ordem do general Matias de Albuquerque para que o invasor holandês não lograsse de tais riquezas. Mandou também aquele general incendiar os navios que estavam fundeados no porto, carregados de gêneros coloniais prontos a largarem, o que tudo valeria bem um milhão de cruzados.

Na instituição do patrimônio da capela de N.S. dos Prazeres sobre os montes Guararapes, lavrada em Olinda, no mosteiro de S. Bento, a 8 de novembro de 1636, figuram entre os bens doados pelo governador Francisco Barreto, fundador da mesma capela, - "dois passos de receber açúcar situados no Recife, medindo noventa palmos de comprido a sessenta a seis de largo, fabricados pelos holandeses em uns reguengos que estavam devolutos, entre uns chão que antigamente estiveram casas de Antônio de Albuquerque e outros que foram de Francisco Ribeiro". - Estes dois passos, que figuram sob as verbas n.º. 255 a 256 do Inventário dos prédios que os holandeses construíram no Recife, oficialmente procedido em 165-4, ficavam situados na travessa da Rua dos Judeus (hoje do Bom Jesus) que vai para o mar rendendo então de aluguel anual, um, 70\$000 e o outro 50\$000.

Encontra-se, enfim, ainda reminiscência de um passo que houve no bairro do Recife, em meados do século XVII junto a **pancada do mar**, na praia do Forte do Matos, no nome da rua do Cordoniz, presentemente com o oficial de Mariz a Barros, a qual, segundo um documento de 1745, que tivemos presente, a mencionada com a denominação de **Rua do Passo do Cordoniz**, acaso apelido ou alcunha do seu proprietário.

A exemplo dos passos do Recife, a para facilitar o depósito a transporte dos gêneros coloniais destinados a exportação levantaram-se vários outros passos em localidades diversas, de fácil comunicação fluvial ou marítima, cujas mercadorias em depósito eram transportadas em lanchas para o porto do Recife onde ancoravam os navios.

Desses passos colhemos notícias dos seguintes:

Passo do Rio dos Afogados. A Antônio Ribeiro de La cerda, com a gente que trouxe, escreve o Marquês de Basto nas suas Memórias Diárias, encarregou o general Matias d Albuquerque em 1630 o posto do Passo do rio dos Afogados na passagem da ilha de Santo Antônio, porque este lugar não fora guardado.

A quem pertencia o estabelecimento, vê desta passagem de Fr. Rafael de Jesus, escritor do tempo: - "Em 15 de agosto de 1646, pela meia noite, saiu do Recife o general Sigismundo, com toda a gente que tinha, passou o vau dos Afogados, a fez alto no passo que chamam de **Francisco Barreiros**, sitio que distava boa meia légua da nossa Estancia da Barreta.

O passo ficava situado a margem do braço do rio Capibaribe que passa em frente da povoação dos Afogados.

Passo da Barreta. Foi construído em época anterior a invasão holandesa, em 1630, e ficava situado ao norte da ilha do Nogueira, não muito distante dos Afogados. (V. a data de 17 de setembro de 1646).

Passo de Santa Cruz do Jequiá. Ficava à margem direita do rio deste nome, a já estava levantado em 1697. (V. a data de 5 de abril daquele ano).

Passo de João Velho Barreto. Deste passo apenas temos notícia pelo seguinte: Nos planos de campanha contra a dominação holandesa, em uma reunião dos principais chefes do movimento, que teve lugar no engenho S. João da Várzea em 8 de setembro de 1645, alguns, como contemporaneamente escreve Fr. Manuel Calado na sua obra, foram de opinião que se levantasse o Arraial no sítio do Passo de João Velho Barreto, junto ao Capibaribe, a perto do Arrecife. Este sítio ficava nas imediações da Estancia de Henrique Dias, na Boa Vista.

Passo do Fidalgo. Estava situado a margem esquerda do rio Capibaribe, em Santana, e em terras, que originariamente pertenceram ao engenho Casa Forte, a depois as do Jequiá.

Deste passo faz menção o holandês Adriano Verdonck em uma memória apresentada ao Conselho Político do Recife em 20 de maio de 1630, escrevendo: — “No lugar de S. Lourenço fazem também muito pau-brasil, além do que para ali é levado para ser transportado em carros para o Passo do Fidalgo, distante de Pernambuco (o Recife) cerca de duas milhas, a para onde se vai em barcas que sobem o rio Capibaribe”.

Em 1635, quando os holandeses assediaram o forte do Arraial do Bom Jesus, ocuparam o Passo que chamavam do Fidalgo, que ficava a tiro de mosquete do mesmo Arraial, e já daquém do rio Capibaribe, e ficando com a sua posse seguros da condução de abastecimentos a munições para as tropas sitiadas por aquele rio que passava junto, segundo um cronista do tempo.

Passo do Rio Formoso. Inscrevemos a este por encontrarmos com o nome de **Rio do Passo** uma camboa que partia da margem setentrional do Rio Formoso, na distancia de meia légua da sua foz no Oceano, cuja camboa foi em 1853 reunida à da Mangabeira, à margem meridional do rio Serinhãem, perdendo assim aquela sua denominação de Rio do Passo. O passo do Rio Formoso devia ficar em uma das margens daquela camboa, junto à sua foz.

Passo de Una. Ficava situado em uma das margens do rio deste nome, junto à sua foz no Oceano, no lugar chamado Abreu de Una. Já existia no tempo da invasão holandesa, como se vê da patente regia de 6 de março de 1689 conferindo o posto de mestre de campo a Manuel Lopes, na qual se declara que tomara ele parte no **recontro do Passo de Una**.

Passo de Itapissuma. Ficava no litoral, junto ao canal da ilha de Itamaracá, a de construção anterior a 1630.

O **Passo Grande e o Baixo**, na ilha de Itamaracá. Entre um a outro ficava uma passagem, cujo imposto foi arrematado em 1638, no tempo dos holandeses, por cem florins, vindo portanto a construção de ambos de tempos anteriores.

NOVEMBRO 17 - Carta de aforamento perpetuo passada pela câmara do senado da vila de Olinda em favor de Antônio de Albuquerque, sua mulher, filhos e posteridade dos salgados do Recife, mediante o foro de vinte mil reis anuais, para os aterrar, a construir um passo com suficiência para deposito geral de todos os gêneros, com o fim de não prejudicar os interesses del-rei, uma vez que muitas pessoas, sem licença, faziam casas a passos para recolherem gêneros em prejuízo da fazenda real, - segundo os próprios termos do respectivo requerimento, despachado no dia 7. Esta carta vem firmada pelos vereadores Pedro de Abreu de Vasconcelos, Inácio do Rego, Duarte de Sá e Domingos Gomes de Abreu, a pelo escrivão da câmara João Velho Prego; e teve confirmação regia por Provisão de Filipe III datada de 6 de fevereiro de 1601.

O bairro peninsular do Recife, originariamente, ao tempo da fundação da capitania em 1535, tinha a feição primitiva da sua formação geológica, como ponto terminal do istmo de Olinda, com a sua mesma largura, variavelmente disposta e obedecendo as sinuosidade da sua extensão, que se pode seguramente firmar, desde o local em que ora campeia a igreja da Madre de Deus, em ponta agudamente traçada, ate chegar, em linhas sinuosas, ao seu extremo no litoral da vizinha cidade de Olinda.

“A partir da fortaleza do Brum a em direção ao sul, escreve E. Béringer (*O porto de Pernambuco e a cidade do Recife no século XVII*) o istmo ocupava uma superfície bem inferior à atual. Assim o forte de S. Jorge, construído pelos portugueses no sitio onde se acha atualmente a igreja do Pilar, era banhado pelas águas do Beberibe; e além, entre este forte e a entrada da cidade do Recife (atualmente largo dos Voluntários da Pátria), o istmo compreendia apenas a estreita zona limitada pela rua dos Guararapes e a parte oriental da rua do Farol.

“A cidade do Recife, tal qual ela se desenvolveu pouco tempo depois do abandono a incêndio de Olinda, terminava na igreja da Madre de Deus, a as defesas, estabelecidas logo a margem da praia, para protege-la contra as surpresas do inimigo, campeavam aquém das ruas da Restauração, de d. Maria César, da praia do Apolo e da rua do Amorim. Vê-se, assim, como a cidade atual se expandiu a custa do porto e do rio: ao sul apoderou-se dos bancos de areia que existiam no local da rua Tuiuti, da praia do forte do Matos, da igreja da Madre de Deus, da Alfândega; a oeste ela invadiu o leito do Beberibe em mais de 150 metros”.

Em face desta exata delimitação, é fácil ajuizar-se o quanto se conquistou ao mar a ao rio para chegar-se a atual circunscrição territorial do bairro de S. Frei Pedro Gonçalves, ou do Recife, como vulgarmente se chama; e formando assim, originariamente, uma **estreita língua de terra**, vem daí a sua antiga denominação de **Lingüeta**, hoje apenas circunscrita a praça do Comercio e suas imediações, e cuja feição

característica em 1636, apesar mesmo de alguns aterramentos já então feitos, de um a outro lado, era ainda – a de uma língua de areia, com cinquenta passos de largo, –, como escreve Brito Freire, historiador coevo.

O povoamento do Recife a será duvida contemporâneo ao de Olinda, o centro colonial de Pernambuco firmado pelo donatário Duarte Coelho em 1535, porquanto era no seu porto que ancoravam os navios do trato comercial da colônia, a daí a necessidade da construção de armazéns para recepção dos seus carregamentos, de depósito de gêneros coloniais de exportação, e de casas para habitação da gente empregada em tais serviços.

Como ponto de partida, averiguado, temos a referencia de Recife dos navios com suas praias, que o donatário de Pernambuco faz da localidade, no Foral de patrimônio da comarca da Vila de Olinda, lavrado em 12 de março de 1537, e cujo documento é o mais remoto que se refere à localidade com o nome de Recife, originado do cordão de pedra, ou coral, que emerge do Oceano, fronteiramente, a defende, a constitui assim o seu abrigado a seguro ancoradouro interno.

As construções que se foram levantando, disseminadamente, a em épocas diferentes, partiam do centro para as extremidades, acomodando-se a forma curvilínea da península, e se foram espalhando a proporção dos aterramentos lentamente feitos, quer na margem oriental banhada pelo mar, quer na oposta, pelo rio Beberibe. Com o fim de animar a promover o povoamento da localidade, foram os donatários fazendo concessões de limitados tratos territoriais a título de sesmarias perpétuas aos concessionários, – **“como de coisa sua própria, sem foro nem tributo algum por sua areia sáfia, que não produz fruto nenhum”** – como se vê, de algumas dessas cartas de sesmarias, que chegaram aos nos os dias, nomeadamente: uma lavrada por Filipe Cavalcanti, capitão e governador loco-tenente do donatário Jorge de Albuquerque Coelho, em 17 de dezembro de 1590, já mencionada, e a de 17 de novembro de 1597, de que acabamos de tratar.

De tais concessões temos ainda noticia do próprio donatário Duarte de Albuquerque, seu irmão o general Matias de Albuquerque, André de Albuquerque e o capitão-mor do Cabo de Santo Agostinho, João Pais Barreto, em cujas terras construíram prédios ou retalharam-nas em pequenos lotes a título de aforamento para o mesmo fim. Gaspar Dias, por exemplo, construiu nas suas terras, que ficavam junto à capela do Corpo Santo, umas seis casas a alguns armazéns, nos quais – tinha a sua balança de pesar caixas de açúcar, pau-brasil a outras drogas – e assim progressivamente caminhava o burgo do Recife, graças ao desenvolvimento comercial da colônia pela freqüência de navios no seu porto, onde desembarcavam os seus carregamentos, e de torna-viagem iam peçados de gêneros do país em que avultavam açúcar e o pau-brasil, e cuja freqüência se pode avaliar de uma noticia das condições da colônia em 1580, da qual se vê que naquela época vinham já a Pernambuco anualmente, quarenta a cinco navios, pouco mais ou menos.

Em 1594 muito sofreu o povoado com a efêmera ocupação dos piratas James Lancaster, inglês e João Venner, francês, que regressaram com a sua esquadra composta de onze velas repletas dos despojos da sua pilhagem, em que avultava o importante carregamento de um galeão; que de volta da Índia naufragara nas costas de Pernambuco. Nada escapou de tão infame espoliação, nem mesmo as próprias pratas e alfaías da capela do Corpo Santo. Lancaster chamou então ao Recife - **Cidade baixa** - para o distinguir de Olinda. Apesar, porém, deste ligeiro revés, não arrefeceu a marcha progressiva do povoado, de forma que, em princípios do século XVII, era esta a sua feição característica, como a descreve um escritor da época, Fr. Vicente do Salvador:

“O principal porto da capitania, que é o mais nomeado e freqüentado de navios que todos os mais do Brasil, ao qual se entra pela boca de um recife de pedra, tão estreita, que não cabe mais de uma nau enfiada após outra, e entrando desta barra ou recife para dentro, fica logo ali um, poço, ou surgidouro, onde vem acabar de carregar as naus grandes, e nadam as pequenas carregadas de cem toneladas, ou pouco mais, para o que esta ali uma povoação de 200 vizinhos, com uma freguesia do Corpo Santo, de quem são os mareantes devotos, a muitas vendas a tavernas, a os passos de açúcar, que são umas lójeas grandes, onde se recolhem os caixões até se embarcarem nos navios.

“Esta povoação que se chama do Recife, esta em oito graus, e a uma légua da vila de Olinda, cabeça desta capitania de Pernambuco, onde se vai por mar a por terra, porque é uma ponta de areia, que o mar da costa, que entra pela dita boca, cinge a leste, a voltando pela outra parte faz um rio estreito, que a cinge ao loeste, pelo qual rio navegam com a maré cheia muitos bateis a as barcas que levam as fazendas ao Varadouro da vila, onde esta a Alfândega”.

Em 1630 contava já o povoado umas 130 casas a alguns armazéns, cujos habitantes, por serem em sua maior parte homens do mar a pescadores, tinham já levantado, como vimos, uma capela dedicada ao seu S. Telmo, ou S. Frei Pedro Gonçalves, com o título de Corpo Santo; a ponto de importância comercial, e de grande freqüência de gente estranha, tinha uma pequena força de guarnição à praça, a para a sua defesa o forte de terra chamado de S. Jorge, e o do mar, ou Picão, sobre os arrecifes, a entrada da barra.

Naquele ano se efetua a invasão holandesa; a reconhecendo o general Matias de Albuquerque, depois da tomada de Olinda, - que a praça do Recife, fracamente fortificada a com uma pequena guarnição sob o comando do sargento-mor Pedro Correia da Gama, não podia resistir ao invasor, mandou incendiar os seus armazéns, e os navios surtos no porto, no intuito de priva-lo de tão avultados cabedais; e destarte, 2.000 caixas de açúcar e imensa quantidade de outras mercadorias, cujo valor excedia a quatro milhões de cruzados, bem como quase todos os prédios do povoado foram presas das chamas.

Apossando-se o inimigo da praça com a queda dos dois fortes de sua defesa,

fixou aí a sede do governo colonial, e onde permaneceu até 1637, quando o príncipe Maurício de Nassau resolveu fixá-la na ilha de Antônio Vaz, ou Santo Antônio, até que de novo voltou para aquela localidade em 1645, após a partida daquele príncipe para a Europa, ao ser privado do governo do Brasil-holandês.

Contudo, a **Aldeia do Recife**, como os holandeses chamavam ao povoado em 1630, não perdeu no todo com aquela mudança da sede do governo, -uma vez que ficaram permanecendo lá os tribunais, alfândegas e as repartições públicas; e constituindo o empório comercial da colônia, prosperou tanto, que em 1654, quando se deu a evacuação holandesa, contava uns 300 prédios, entre casas térreas e sobrados de um e dois andares.

Todos esses prédios levantados sob um plano de regular arruamento, correspondiam, em sua maior parte, às atuais situações da praça do Corpo Santo e das ruas do Bom Jesus e Marques de Olinda; e era nesta que estavam situados os terrenos e antigos prédios de Duarte de Albuquerque, os quais foram reivindicados por seu filho o conde de Vimieiro, depois da restauração, notando-se entre eles umas - casas térreas com sobrado sobre pilares de pedra para a banda do rio; e outros prédios com paredes de pedra a cal.

Pelo minucioso inventário dos prédios construídos pelo invasor, e procedido em 1654, após a sua evacuação, se vê que essas construções constavam de casas de sobrados com suas lojas, de um e dois andares, alguns grandes; de elegante construção, com os seus miradouros, e de casas térreas ou terreiras, em cujos prédios estão compreendidos os que, sob o novo regimen, foram aproveitados para as estações públicas, nomeadamente palácio do governo, alfândega, cadeia, provedoria da fazenda real, casa da câmara, armazéns e a sinagoga dos judeus, todos convenientemente mencionados no aludido documento.

O aluguel dos sobrados, com as suas competentes lojas, variava então de 12 a 40\$000 anuais, segundo a sua importância, e o das casas térreas, de 6 a 22\$000, figurando algumas com a menção particular do aluguel mínimo **de uma pataca por mês**.

Excepcionalmente, pagavam o aluguel de 70\$000 as casas de sobrado ocupadas pela Companhia do Comercio, e dois armazéns ou passos doados pelo general Francisco Barreto aos padres beneditinos para patrimônio da capela de N. S. dos Prazeres, nos montes Guararapes, que rendiam, um 50\$000, e outro 70\$000 anuais.

As ruas do povoado, obedecendo já a um traçado regular, que depois não foi observado, com exceção da praia, praça ou rua dos Judeus, Cadeia, dos Ferreiros e terreiros da igreja e de palácio, não tinham denominação alguma, sendo contudo os seus prédios convenientemente designados nas suas respectivas situações, tais como: Rua que vai para a praça dos Judeus; Rua da banda do mar; Rua ou travessa que vai para palácio; travessa que vai para o mar; Rua da banda do rio; Rua fronteira à dos Judeus; e canto da porta da vila.

Convenientemente fortificado, ficava o bairro encravado dentro das suas linhas de contorno, que partiam, pelo lado do mar, do extremo oriental da bateria situada junto às portas que fechavam o povoado ao norte, no termo da rua do Bom Jesus, e correndo pelos fundos dos prédios desta rua, avançava depois para o mar, em linha reta, pelo beco da Lingüeta, em cujo extremo dobrava, abrindo um pouco até as confrontações da capela do Corpo Santo, partindo daí em direção oblíqua até cortar a frente do local em que se construiu depois a igreja da Madre de Deus. Deste ponto tomavam então as linhas de defesa a direção norte, marginando o rio, passavam pelos fundos da rua da Cadeia, e seguindo pelas ruas da Senzala nova e velha, terminavam, por este lado, no correspondente ponto de partida, no oposto, junto à respectiva fortificação das Portas, ao extremo norte da rua do Bom Jesus.

Tal era a feição característica do bairro peninsular do Recife em 1654, podendo-se, em face desta sua estreita delimitação, bem avaliar do quanto se conquistou ao mar e ao rio, em extensão a largura, para chegar a sua atual circunscrição territorial, fechada pela cinta de cais que a contorna.

Vê-se, portanto, que os holandeses deixaram este trecho da cidade em condições prósperas, e já então unido ao de Santo Antônio por meio de uma ponte de custosa construção; e foi assim que em 1655 teve logo o predicamento de paróquia sob a invocação de S. Frei Pedro Gonçalves, padroeiro da sua capela, que ficou com os foros de igreja matriz, sendo logo instalada com a posse do seu primeiro vigário o Licenciado Manuel Dias de Carvalho.

Mesmo assim, ainda em meados do século XVIII, como escreve o nosso cronista Jaboatão, o bairro media apenas -umas quarenta braças mais ou menos nos lugares de maior largura, e de vinte a trinta nos de menos.

Só muito depois da restauração de Pernambuco da dominação holandesa é que teve começo o povoamento do trato territorial de Fora de Portas, assim chamado por se estender, norte a fora, das Portas do Recife, local já convenientemente determinado, a em cuja extensão, até chegar à fortaleza do Brum, e mantendo a mesma largura do istmo, apenas se via, um pouco aquém daquela força, o velho e arruinado forte de S. Jorge, precisamente situado no local escolhido para a construção da capela do Pilar, e onde depois, e um pouco mais abaixo, foi levantado o poste de suplicio da polé, como lugar ermo e afastado do povoado.

E' da construção da capela de N. S. do Pilar que vem o povoamento de Fora de Portas, pelos anos de 1683.

Esta divisão do bairro como que em duas partes distintas, desapareceu em 1850 com a demolição do Arco e Capela do Senhor Bom Jesus das Portas, última reminiscência da Porta do Recife, bem como das fortificações que a ladeavam, correndo em linha desde o mar até o rio, fechando assim o recinto do primitivo e originário burgo.

Em 1746 tinha a localidade atingido já a tão considerável desenvolvimento ma-

terial, que constava de 653 fogos, com uma população de 4.757 habitantes; e uns dez anos depois, segundo Loreto Couto, tinha o bairro consideravelmente aumentado de perímetro pelos aterramentos verificados em ambas as suas faces, a entrando mesmo pelo extremo sul, com a construção da bela igreja da Madre de Deus e da vasta e contígua casa de residência de seus padres, ocupada hoje pela alfândega, atingiam então as suas construções a 1.082 prédios, em que se contavam sobrados de dois, três e quatro andares, **feitos ao estilo moderno.**

A parte de Fora de Portas, tão insignificante ainda, tinha esta feição segundo o referido escritor: - "Saindo do Arco do Bom Jesus, fica a língua de areia que serve de estrada para a cidade de Olinda. A poucos passos estão fundados os quartéis em que se recolhe a gente de guerra, que vem nas armadas, a grande Casa da Junta, a uma comprida rua que formam 140 casas a tem por coroa a igreja de N. S. do Pilar".

Vieram depois as ruas paralelamente dispostas sobre os aterramentos feitos, e limitados, de um a outro lado, pela linha de cais que borda todo o bairro.

Para a construção da bela e vasta igreja da Madre de Deus, da extinta Congregação dos Padres do Oratório de S. Filipe Neri, fundada em fins do século XVII, foi aproveitado um banco de areia que ficava no extremo sul da península, e somente aterrada a parte que lhe era necessária, e bem assim a uma casa contígua para residência provisória dos padres, mas prolongando-se depois os aterramentos até chegar ao estreito largo feito para dar entrada a ponte, que então terminava, correspondentemente, quase que ao meio do atual trecho da rua da Cadeia (Marques de Olinda), que se estende do arco da Conceição à travessa da Madre de Deus.

Anos depois, empreendendo os padres a construção do seu convento, de uma vasta e alterosa fabrica, a que efetivamente realizada, bem se pode ajuizar das suas colossais dimensões, sabendo-se que partia de junto ao templo, e compreendia não somente todo o edificio da Alfândega como ainda o espaço da rua deste nome, solicitaram do governo da metrópole a concessão do terreno alagado chamado - **Sítio do Lamarão**, - para o aterrar e construir o projetado convento, deixando ainda espaço para a sua respectiva horta ou quintal, o que efetivamente obtiveram por ordem regia de 5 de dezembro de 1754, - "ficando, porem, uma parte murada para reparo das embarcações".

O trecho que daí segue, a face oriental do bairro, a em direção norte, tinha já naquela época a denominação de Forte do Matos, originado de um forte que o ricoço Antônio Fernandes de Matos construiu na localidade, as suas expensas, em fins do século XVII, para defender o ancoradouro e a povoação do Recife, e bater a praia das Cinco Pontas, em remuneração do que, teve a mercê do capitão comandante daquela praça, que apesar do nome oficial de Forte da Madre de Deus e S. Pedro, recebeu do vulgo a consagração do apelido do seu fundador, que ficou e perdura na localidade, não obstante o desaparecimento da fortificação, parcialmente, e por completo, com a demolição dos seus ultimos vestígios em 1847.

Para a construção daquele forte foi necessário fazer-se um grande aterramento, que foi tendo em extensão, prolongamento para o norte, e em largura toda à que, partindo da última linha de casas de construção holandesa, foi caminhando, em diferentes épocas, até chegar ao cais, recebendo o primeiro trecho de construções novas, que surgiu no Forte do Matos, o nome de **Rua da Praia**, como assim se chamava em 1686, por correr então à margem do litoral a cujos prédios ainda em 1766 tinham tão baixo aluguel, que andavam no mínimo em 9\$600, a no máximo em 11\$000 anuais.

Ainda em 1823 tinha a localidade esta feição particular, segundo um documento oficial contemporâneo: -- “A praia chamada do Forte do Matos, que deve um dia ter um cais e bons estabelecimentos, não a hoje mais do que uma multidão, informe de impensas a armazéns particulares, que só parecem próprios para escapar extravios e contrabandos... convindo aproveitar todas as ocasiões de demolir-se os monstruosos edifícios que ali existem, a ir-se preparando aquele lugar para o seu verdadeiro destino, que a ter um dia cais e bons estabelecimentos públicos”.

Do **Forte do Matos** por diante vem os trechos que terminavam na Travessa do Corpo Santo, ocupada pelo Trapiche do Pelourinho, que, deixando uma estreita passagem longitudinalmente disposta, chegava até ao mar, em cuja face tinha os seus guindastes de madeira sobre um pequeno lanço de cais, situado um pouco aquém do atual; e em seguida a este trecho começavam os aterramentos feitos para as construções do lado de leste da antiga Rua do Trapiche, depois do Comércio a no qual se viam -- as casas da Alfândega das Fazendas, -- até que se prolongaram à Lingüeta, ou Siculé, como se chamava em 1750, recebendo depois a imposição do nome de Praça do Comércio, e por fim o atual de Santos Dumont.

Foi precisamente no tempo do governo do Conde de Vila Flor (1763-1768) que foi construído -- o cais de pedra desde o Trapiche da Alfândega até o forte de Bom Jesus, cujo local corresponde hoje ao edifício em que funciona a repartição dos correios.

Os aterramentos e cais que daí se seguem até ao seu extremo junto a estação central da Great Western, nas imediações da fortaleza do Brum, são de épocas posteriores, dos nossos dias, a começaram com a construção do extinto arsenal de marinha, em meados do século findo.

Voltando-nos agora para o lado oposto da península, o ocidental, banhado pelas águas confluentes dos rios Beberibe e Capibaribe a partindo do **Cais do Apolo**, a começar da ponte 7 de setembro, ou antes do Recife, pela consagração popular desde a sua primitiva fundação em 1640, cais esse que, segundo o relatório das obras públicas de 12 de janeiro de 1857, época da sua construção, tinha o esquecido nome de **Rua do Beberibe**, a que abrindo um pouco no centro da sua extensão toma uma nova direção até chegar junto ao trecho final da rua do Brum (Barão do Triunfo), todos os trechos que destarte, partem dos primitivos e extremos da península, por esse lado, até a zona limitada pelo cais, ocupando uma área de largura muito superior a conquistada

ao mar no lado oposto, são relativamente modernos, como igualmente os seus arruamentos.

Efetivamente, a **Rua dos Guararapes**, originariamente Rua Nova do Pilar, e depois rua Nova de Santo Amaro, teve início em 1838 com a construção dos seus primeiros prédios, a ao mesmo tempo que se prosseguia no aterramento da grande parte ainda restante da zona em que se estende, iniciou-se o da atual rua do Brum, até chegar ao cais, ficando assim fechado, por completo, este trecho, extremo norte do bairro.

O trecho fronteiro ao extinto Arsenal de Marinha, chegando em extensão até a rua da Senzala Velha, e em largura às confrontações da rua do Apolo, foi aterrado em 1799 pelos proprietários de canoas e outros barcos, começando os trabalhos com areias tiradas do istmo, até que o governo proibiu a sua extração por portaria de 28 de início daquele ano.

Uma parte deste trecho, constituindo uma grande praça, recebeu a denominação de **Largo do Arsenal de Marinha**, mudada depois para a de **Praça Voluntários da Pátria**, por deliberação unanime da nossa edilidade em vereação de 11 de abril de 1870, em homenagem aos nossos bravos conterrâneos, - os voluntários da Pátria, - quando festiva e delirantemente foram recebidos no seio querido da terra que os viu nascer, ao regressarem da campanha do Paraguai, glorificados pelo seu valor e heroísmo em defesa da honra nacional e dos nossos bríos a dignidade, para depois serem ingratamente esquecidos por uma nova geração de edis, impondo a praça o estranho nome de uni general que nos trouxe como troféus das suas glórias os tristes louros da chacina de Canudos! *

Os trechos que se seguem, partindo das ruas da Senzala nova a velha (Domingos José Martins e D. Maria Cesar) em busca do cais, e até onde chegavam as construções holandesas, limitadas pelas linhas fortificadas de contorno ao povoado, foram igualmente conquistadas ao rio, em diferentes épocas. Da **Rua da Guia** (Restauração) paralelamente disposta ao correr daquelas duas ruas, e acompanhando as suas sinuosidades, temos já notícias em 1815, tirando a sua denominação originaria de uni nicho de N.S. da Guia colocado na frontaria de um dos seus prédios.

Segue-se, enfim, o trecho da Rua do Apolo (Visconde de Itaparica), que em 1831 tinha já as suas construções bem adiantadas, mas ainda sem denominação alguma, como se vê de um **Comunicado** inserto no suplemento do Diário de Pernambuco, n. 198 daquele ano, pedindo providencias sobre o abuso de se largar lixo - "por detrás da rua da Guia, à banda da maré pequena, onde se acha uma rua nova, principiando no porto das canoas, no seguimento para Fora de Portas, com casas de um e outro lado.

A denominação de Apolo imposta à rua, a que igualmente se estende a toda a linha de cais que borda o lado ocidental do bairro, veio, depois, originada de um teatro

que ali houve com o nome de Apolo, fundado pela Sociedade harmônico teatral, logo após a sua incorporação em 1835, a de cuja importância bem se pode ajuizar pela sua bela fachada ainda no seu todo conservada, ostentando-se no frontão um bonito escudo de mármore, em relevo representando uma alegoria dramática, apesar de desde muitos anos não mais se prestar aos seus fins, a de se ver mesmo esse antigo templo de arte profanado em armazém de açúcar, tendo já anteriormente servido de prensa de algodão

Originariamente a velha rua do Apolo não chegava até as confrontações da do Brum, desembocando na Rua de Vital de Oliveira, outróra travessa do Arsenal, porquanto, para obedecer ao seu traçado, ia ter a uns prédios situados naquela travessa, inconveniente este que desapareceu em 1841, com a demolição de tais prédios, ficando destarte com o seu extremo norte livremente franqueado, como ora se vê.

A paróquia de S. Frei Pedro Gonçalves do Recife, originariamente, estendia-se a todo o bairro insular de Santo Antônio, inclusive o atual de S. José, a perdendo aqueles territórios em 1789 com a constituição da sua primeira freguesia, ficou circunscrita aos seus próprios a naturais limites, confinando assim com a de S. Pedro Mártir da vizinha cidade de Olinda, a servindo de linha divisória o forte de Santo Antônio do Buraco, inclusivamente.

Segundo Figueira de Melo no seu Ensaio estatístico de Pernambuco publicado em 1852, — a península do Recife que ao norte se liga ao istmo de Olinda, tem uma légua de extensão (6 quilômetros) e de largura um tiro de fuzil (300 metros).

A sua gradual conquista territorial, como vimos, correspondeu o movimento crescente das suas construções, constituindo assim novas ruas a praças, que em geral não obedeceram a um plano regular a harmônico, a dai a grande copia de prédios condenados a desaparecerem para abrirem espaço as avenidas reclamadas pelo melhoramento do porto do Recife, felizmente já em vias de execução.

E conhecido já todo esse movimento ate o século XVIII, encontramos logo em 1822 o bairro do Recife, com 1.229 fogos a 5.682 habitantes; em 1828 com uma cifra de 964 prédios, 196 estabelecimentos comerciais e 5.910 habitantes, cujo número subia em 1840 a 7.248; em 1842 com 1893 fogos; e em 1910, segundo um mapa da Recebedoria do Estado, contando 1.180 prédios, sendo: térreos 630, de um andar 224, de dois 171, de três 128 a de quatro 27, representando um valor locativo de 1.386:678\$000, ficando assim fechado o ciclo histórico do rico a opulento bairro comercial do Recife.

O Recife: os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as tentações da memória e as inscrições do desejo

Antonio Paulo Rezende

Prof^o do Departamento de História da UFPE

“É uma convicção profunda minha: não sabemos que nomes temos. Sei que me chamo José Saramago, mas o que isso significa? Quem sou eu de fato?”

(José Saramago, entrevista a Folha de São Paulo, 17/10/97)

Resumo

O artigo faz uma articulação da História com a Literatura, numa reflexão sobre o “ser” da cidade do Recife. A referência básica é o livro de Ítalo Calvino, “As Cidades Invisíveis”, autor com quem se estabelece um diálogo constante, na perspectiva de pensar conceitos importantes como memória e tempo, além de buscar novas formas de narrativa preocupadas com a dimensão estética do texto.

Palavras-chaves

Cidade, história, cultura, memória.

Abstract

*The article deals with relations between history and literature in order to reflect on the "being" of Recife as a city. The basic reference is Italo Calvino's book *The Invisible Cities*, with whom a constant dialogue is established in the perspective of reflecting on some important concepts such as memory and time. Besides, the article searches for news forms of narrative concerned with the aesthetics of the text.*

Key-words

city, history, culture, memory I

A cidade tornou-se tema de diversas análises da historiografia, passando a ocupar um lugar de destaque como objeto de estudo nos trabalhos acadêmicos. Muitas dessas análises preocuparam-se, inicialmente, com a dimensão econômica, enfatizando o domínio do capital sobre o trabalho, a degradação existente devido ao regime de exploração dos assalariados e à concentração de riqueza nas mãos dos proprietários dos meios de produção. Assim, a cidade parecia oprimida pela disciplina imposta pelo modo capitalista de produção e seus sujeitos submersos num cotidiano sem maiores perspectivas de mudanças. Mas a cidade tem sido também tema de historiadores considerados da Nova História, preocupados em utilizar fontes alternativas que revelem os eixos da vivência cotidiana e a construção do moderno no amplo sentido, de busca do novo e da novidade. Vale destacar trabalhos como os de Carl Schorske (Viena Fin-de-Siècle), Otto Friedrich (Oymphia-Paris no Tempo do Impressionistas), Eugen Weber (França Fin-de-Siècle), entre tantos outros.

Nada mais exemplar e fabuloso, porém, sobre o "ser" das cidades do que **"As Cidades Invisíveis"** de **Ítalo Calvino**. A imaginação de cidades com cartografias inusitadas, com nomes femininos misteriosos, os diálogos do sultão com **Marco Polo**, são inscrições de uma beleza que se instalam na nossa memória imperecivelmente. Com **Calvino** as cidades ganham uma dimensão bem diferente das análises que as circunscrevem aos limites da produção de mercadorias ou do ir-e-vir in-

cansável das prestações de serviços. Os encantos do texto mostram que as cidades representam mudanças e permanências, imaginários e cotidianos, heterogêneos e grandiosos, para quem as vive, para quem as pensa, para quem se envolve com as suas histórias. As histórias das cidades não podem resumir-se ao jogo da economia ou às funções sociais de seus habitantes. Com **Calvino**, estabelecem-se traços que desenham uma articulação entre a Literatura e História, enquanto conteúdo e forma de construção dos textos.

O imprevisível é constante para quem espera o linear nas cidades de **Calvino**. Quem pode esquecer de **Zaira** com seus altos bastiões, de **Anastácia** com seus enganos, de **Ispásia** com suas lagoas azuis, de **Adelma** com suas multidões lotando as vielas, de **Perínia** edificada sob a tutela dos astrônomos, de **Veneza** cidade emblemática que não sai da memória de **Marco Polo**, o exímio contador de história, talvez a síntese de toda essas divagações de **Calvino**, com sua magia que transcende todas as outras descritas pela criação do autor. Assim, o encanto e a surpresa se mostram numa ficção que não está dissociada daquilo que convencionalmente chamamos de real. Os textos de **Calvino** nos levam, inclusive, a questionar se haveria, efetivamente, essa dissociação.

Como afirma **Marco Polo**, respondendo às indagações insistentes do sultão sobre o significado de **Veneza**:

As margens da memória, uma vez fixadas com palavras, cancelam-se. Pode ser que eu tenha medo de repentinamente perder Veneza, se falar a respeito dela. Ou pode ser que, falando de outras cidades, já a tenha perdido pouco a pouco” (Cia. das Letras: São Paulo. 1990, p. 82).

A memória cria seus emblemas, pois suas perdas são constantes e ela fica mergulhada nas dimensões dos múltiplos tempos subjetivos e objetivos. Até onde nos territórios da memória se misturam invenção e realidade? Até onde a idéia do real não sintetiza a nossa busca por uma objetividade que nos decifre enigmas que, como duendes, ocupam a história?

As cidades se instituem como um grande cenário aberto para o infinito. É extremamente difícil saber das suas origens, quem foram seus

“verdadeiros” fundadores. Não é à-toa que não se pode investigar as suas histórias dissociadas de seus mitos, de suas lendas, de suas assombrações, mesmo na modernidade cartesiana. As tecnologias e as invenções modernas não conseguiram esmagar a magia que, ainda, compreende o ser de cada cidade, sua diversidade inesgotável. Como a grande moradia dos homens, a cidade se esconde com máscaras das mais inesperadas formas, como páginas de um livro que sempre remete o leitor para uma contemplação do seu mundo interior, do seu devir que lhe tira o sossego. Pode ser o lugar para se viver cem anos de solidão, como **Macondo de Gabriel Garcia Marquez**, ou o espaço privilegiado de negócios, de mistura de culturas e de ansiedades, como Nova York.

O inferno e o paraíso convivem, no seu território, que não pode ser medido, apenas, pelo espaço físico, mas sim pelos espaços das lembranças e dos esquecimentos que vão sendo construídos no seu cotidiano, onde a imprecisão torna-se uma regra desafiante e plena de fantasias. No filme **Amarcord de Fellini, 1973**, contemplamos imagens que revelam muito dos significados da convivência histórica dos habitantes das cidades. As recordações do cineasta italiano causaram um grande tumulto e especulação na sua cidade de origem. Todos queriam se ver no filme, encontrar-se com o passado, com as paisagens e os rituais da sua cidade. Fellini negava, porém, que tivesse intenções de fazer um filme que revelasse as aventuras de seus antigos companheiros. No filme **Shorts Cuts de Robert Altman, 1993**, o grande vazio do cotidiano pós-moderno, com a banalização da violência e a prevalência da mesmice, invade de tédio as cidades governadas pela técnica e suas máquinas autoritárias. O filme é o espelho de uma sociedade de fragmentos, de indivíduos atomizados, desencantados com a aventura da modernidade. Nem por isso, nega a imprevisibilidade que marca o cenário da história.

II

O Recife possui memórias que atravessam sua história, sem perder sua dimensão da magia e do mistério. Os espelhos do passado se misturam com os labirintos complexos do presente. Há cidades que procuram fugir do seu passado, destruir sua memória, como se isso garantisse sua identidade moderna. Embriagam-se com a mística do

progresso. É uma fuga que, apenas, significa o naufrágio artificial do passado e da tradição, criando mistificações, quebrando seus espelhos com espadas de demônios ensandecidos que arquetetam uma história linear e se ligam num futuro que pode significar o próprio apocalipse.

Não é um exagero se afirmar que, muitas vezes, a história se veste de uma escatologia onde anjos e demônios buscam se apropriar das trombetas que anunciarão o juízo final. Isso, inclusive, é uma marca dos fins de milênios. Como os homens, as cidades também morrem ou se suicidam, acreditam que são portadoras de um destino que os planejamentos modernistas não conseguem dominar. Tudo isso não nega, porém, a sua possibilidade de renascimento, pois a cidade tem seus emblemas e símbolos, suas vestes brilhantes e opacas, suas sortes e seus azares. Como bem disse **Caetano**, em Sampa, "*Narciso acha feio o que não é espelho*". Nem sempre lá estarão as mesmas paisagens, ruas, vielas, edifícios que, muitas vezes, são incorporados à complexa identidade da urbe contemporânea. Resta ao poeta denunciar a perplexidade e o desvario, traduzindo um sentimento geral de sentir-se estranho. A cidade é também lugar de afirmação de mitos, de comemorações e rituais que revelam a sobrevivência de um tempo circular.

O envolvimento com o tempo, a construção de lembranças e esquecimentos são, portanto, operações da escrita da história. O **Recife** não escapa dessas operações. Suas fortes vinculações com o passado convivem com as constantes modernizações seculares que nos remete ao domínio holandês. Quem pode esquecer todo um imaginário que se criou a partir dos feitos de João Maurício de Nassau? Até hoje se discute se a cidade não teria um outro destino, caso continuasse sob o "progressista" domínio dos flamengos. Na história do **Recife**, o passado tem uma presença, praticamente, demolidora com relação aos seus projetos para o futuro.

Existe um desequilíbrio, se nos apropriamos das análises freudianas para explorar a construção das identidades na história. Os mortos parecem governar os vivos, imobilizar seus sentimentos, frustrar seus desejos, desfigurar suas utopias. Fala-se do **Recife Antigo** como se ele tivesse um encanto inusitado, como uma condenação às trivialidades do

Recife Moderno. Assim, a cidade sobrevive e não consegue ultrapassar os limites que a memória dominante lhe impõe. É uma permanência soberana que teima em se fazer resistente e, aparentemente, inexpugnável.

O **Recife** parece continuar sendo um grande porto, onde os navegantes temem chegar para não serem enfeitiçados ao contemplarem os grandes espelhos que formam a arquitetura desse imaginário que penetra e reatualiza seu passado, lembrando o historicismo de **Dilthey**, quando analisa a relação sujeito e objeto na construção do conhecimento histórico. Como as cidades fabulosas de **Calvino**, o **Recife** é uma cidade onde seus prédios modernos, suas avenidas povoadas de máquinas poluentes e velozes, não conseguem tornar tênue a lembrança do passado. Assim a cidade pode tomar a forma de um imenso labirinto histórico, onde o invisível é mais marcante do aquilo que é concreto e tem forma definida. As formas da cidade multiplicam-se a partir dos olhares de seus habitantes, dos seus desejos e dos seus desesperos.

O **Recife** se torna um cenário onde o império das lembranças gloriosas consegue conviver com as mais indescritíveis misérias. O presente é vivido com as dificuldades que enchem o cotidiano de incertezas e receios que deixam espaços mínimos para construção das utopias, mas grávido de nostalgias e lembranças. Em plena era do simulacro, das invenções pós-modernas, o Recife não se deixar vencer, totalmente, pelas folias que misturam frevo, maracatu, axé "music". Conserva seus lugares onde se pode dialogar com o passado das mais variadas formas: lamentando-se das perdas ou superestimando os ganhos, mostrando que as travessias benjaminianas das memórias invadem nosso coração, não só em busca de um tempo proustiano, mas dos próprios significados da vida.

Ao querer esconder seus desencantos, o **outro Recife** fecha suas portas para o sonho e o desejo. Ainda se ouve o murmurar de vozes estrangeiras que anunciavam os doces lucros advindos do comércio do açúcar. Na época do domínio holandês, o **Recife** fez um pacto com a modernização, a cidade cresceu de maneira impressionante, parecendo se antecipar, no tempo, às novidades que ocupariam o mundo americano tão ambicionado pelos europeus. Existe toda uma produção histo-

riográfica, onde se destacam os historiadores **José Antônio Gonsalves de Melo e Evaldo Cabral de Melo**, que retrata o significado do chamado mundo holandês em terras pernambucanas.

Não podem ser esquecidas, também, as análises de **Gilberto Freyre** de grande valor e originalidade para se falar de uma identidade pernambucana. **Freyre** lamentava, já na década de vinte, os danos que as invenções modernas traziam ao fragmentar às tradições históricas. Propunha-se a articular o moderno com o tradicional, pouco preocupando-se que lhe chamassem de um autor contraditório. Dizia-se amante do paradoxo. Como **Narciso** se autocontemplava na relação com sua cidade que ele mesmo considerava misteriosa e atraente. Como poucos dialogou com as ambigüidades recifenses, sem cerimônias. No artigo publicado no Diário de Pernambuco, 30-3-1924, **Freyre** considerava sua memória, para criticar o progresso:

“Menino, ainda, conheci no Recife os velhos “bonds” tirados a burros, morosos e bons. Eram tão lentos que faziam esquecer o tempo. Eram uma escola de paciência. Mas pitorescos. Deliciosamente pitorescos. E tanto a velhice como a gordura femina tinham então garantido os seus direitos. Agora, com os vertiginosos elétricos, raro é o dia em que me não é dado aos nervos o “Frisson” de assistir a alguma acrobacia de possibilidades trágicas ou macabras”.

No mesmo artigo ressalta: “A morte da cortesia nos elétricos é inevitável. A cortesia passou a saia-balão e a diligência e o “bond” de burro. A vida moderna não permite doces vagares em que outrora se requintava a gentileza”. Mas acrescenta:”

Não estou a querer nos condutores dos nossos elétricos suaves maneiras de secretários de legação. Mas o que me parece é que a “Tramways”, como a administração dos Correios- em cujos “guichets” a venda dum ou o registro de uma carta assume o ar de imenso obséquio da parte do funcionário para com o público- bem podiam exigir dos seus empregados, com o traquejo técnico, ligeiras noções de cortesia. Mesmo porque a vida no Recife não é assim tão intensa que não permita um pouco dos vagares delicados de outrora”.

III

A sacralização do passado faz parte do olhar romântico sobre a cidade do **Recife**. A bela obra de **Mário Sette** não deve ser esquecida nessas lembranças, seguindo os mestres do romantismo europeu das primeiras décadas do século XIX, tão inspiradores dos nossos intelectuais preocupados com a identidade nacional. O **Recife** apresentava-se como uma reserva ímpar dessa nacionalidade: a cidade de lutas e resistências, rebelde e preocupada em romper com a metrópole. A tradição heróica se espalhou pelo século XX, convivendo com o patrimonialismo e o patriarcalismo até mesmo nos meios intelectuais. Nas primeiras décadas do século, ocorreram greves dos trabalhadores urbanos e a cidade continuou sendo cenário de rebeldias. Nos acontecimentos de 1930 e 1964, o **Recife** procurava caminhos, visualizava utopias, mas terminava por mergulhar no cotidiano da derrota e da desesperança. O moderno e o tradicional apresentavam-se com os mais variados disfarces, faziam parte do cotidiano social e cultural.

As crises econômicas constantes, a perda do prestígio político, a falta de sensibilidade de muitos dos seus agentes ditos modernizadores, reforçaram mais a instância do sagrado. A cidade parece estar imobilizada, apesar do movimento intenso dos seus habitantes, da sua fama de cidade cruel. Na política, conviveu e convive com artesãos que fazem dos cochichos e dos acordos inesperados uma arte singular na construção do poder. A rebeldia apresenta-se, aos olhos do presente, como um fantasma de tempos muito distantes. As ditaduras mais recentes, com seus interventores, foram decisivas para que esse fantasma tomasse forma. As vozes foram emudecidas pela violência e não pela persuasão. Politicamente, a cidade desfigurou-se, perdeu seus espelhos, seu fio de Ariadne. Muitos dos seus moradores cruzam suas ruas, desconhecendo os embates que nela aconteceram.

O **Recife** deixou seus sonhos para viver pesadelos políticos, com o golpe militar de 1964 e suas claras intenções repressoras, formador de uma elite conservadora mais preocupada com a forma do que com a ação cidadã, de uma plasticidade política assustadora que consegue manipular, sem culpas evidentes, os mecanismos de dominação. Assim

se constroem um imaginário sobre o passado e um receituário de perspectivas para o futuro que não admitem insubordinações. Vive-se a ordem, como lema inquestionável. Caímos na monotonia que idiotiza a imaginação.

Os novos sujeitos sociais são criados como cidadãos da economia, espectadores da história e pouco interessados em rememorar as lutas e os conflitos políticos. As elites dominantes se incorporam ao poder central sem questionamentos, ajudando a desmantelar os núcleos de resistência e não suportando conviver com a crítica. Para isso, a cidade tem que aprender sua história transformando a relação entre passado e presente, numa relação estática, subordinando o presente, fazendo uma tradução do passado como tempo dissociado e irreversível, merecedor de contemplações e não de reflexões. A cidade não deixa de ser um cenário, mas os atores perdem sua autonomia ou se tornam marionetes. Como diria **Jean Baudrillard** vivemos à sombra das maiorias silenciosas. Um silêncio que dói, um silêncio de pacto com a mesmice, um silêncio que esvazia a história e presentifica a vida. Perde-se a dimensão do instituinte, a “poêsis” da história.

Os atores terminam por reproduzirem o texto, pois a rebeldia significa falta de talento para entender as excelências da trama. Escutam-se murmúrios, alguns atores se inquietam e rasgam o texto, porém, são, muitas vezes, punidos com o anonimato, com o fechar das cortinas. A cidade refaz seus cenários como se sua história não existisse. O Recife perde sua ligação com o passado na perspectiva da reinvenção. Como na simbólica e forte alegoria kafkaniana da **Metamorfose**, surpreende-se com seu corpo, demora a se reconhecer, se deixa levar por vozes que prometem o fim de todos os males, desordens, misérias, em mais uma falácia do desenvolvimentismo escatológico, com suas mortalhas carnavalescas transformadas numa mercadoria de luxo e de objeto de desejo, profundamente sedutor.

A sua alma invisível passa a ser escravizada pelo medo da perda que se transforma num grande fantasma do seu cotidiano. Vive seu lazer, mais esperado, nos finais de semana das praças de alimentação dos “shopping centers” ou na esperança de ser contemplada nos sor-

teios monumentais dos programas de televisão. Eis o estranho humor das famosas pegadinhas, das disputadas olimpíadas dominicais, sem direito a repouso, mas ansiosa para magicamente apropriar-se de uma riqueza messiânica, prometida pelos profetas da imagem, como nomes muito pouco bíblicos (**Faustão, Gugu, e o mestre Sílvio Santos**), numa celebração chacrianiana da vida.

IV

A história do **Recife** ganha uma outra dimensão, quando conseguimos transcender esse olhar fixo que se restringe às mesmas imagens. Diante desse discurso que se repete resta ouvir o conselho de **Andre Breton e Paul Éluard**: “*Não leias. Olha as figuras brancas desenhadas pelos intervalos separando as palavras de várias linhas dos livros e inspira-te nelas*” (*A Imaculada Conceção*. Lisboa: Estúdio Cor, s/d., p 97). Ou dos mesmos autores: “*Põe a ordem no seu lugar, desarruma as pedras da estrada*” (*idem, ibidem*). Não se pode, então, pensar a partir de um olhar fixo que esconde a diversidade. Sacralizar momentos do passado não é monopólio dos nossos historiadores, por mais que se queira garantir a cientificidade da história como os positivistas mais ferrenhos. A pós-modernidade não acena apenas com o niilismo, mas também com a quebra de paradigmas e preconceitos, ela não é ruína renomeada das vivências modernas, é, sobretudo, um outro tempo.

É na multiplicidade que podemos nos aproximar das histórias, ouvindo vozes e silêncios que estavam aprisionados. Como ainda afirmam **Eluard e Breton**: “*Dá aos sonhos que esqueceste o valor daquilo que não conheces*” (*idem, ibidem*). Olhando as figuras brancas, desarrumando as pedras da história, retomando sonhos que parecem mortos, poderemos atravessar o labirinto e conviver com seus fantasmas. Eles representam criações da nossa cultura, não adianta aprisioná-los, mas sim entender as suas simbologias.

A história produz-se a partir dos confrontos, das permanências e da problematização. Não há um ponto final que encerre o discurso. **Jorge Luís Borges**, no seu livro “**El Hacedor**”, faz uma reflexão interessante. Conta que ao fechar os olhos vê uma bando de pássaros, mas

não consegue definir quantos são e afirma que se **Deus** existisse ele saberia definir a quantidade de pássaros. E se **Deus** não existir? O número torna-se indefinido e acrescenta:

“En tal caso, vi menos de diez pájaros (digamos) y más de uno, pero no vi nueve, ocho, siete, cinco, cuatro, tres o dos pájador. Vi un número entre diez y uno, que no es nueve, ocho, siete, seis, cinco etcétera. Ese número entero es inconcebible; ergo Dios existe” (Buenos Aires: Émecé. 1960. p. 17)

V

A história de uma cidade não se esgota, porém ao se aproximar da sua memória, aquele que a vive pode iludir-se com a possibilidade de retê-la na sua totalidade. Por isso, o trabalho do historiador tem uma dimensão decifradora, na medida em que consegue criar diálogos entre os tempos históricos. O passado do **Recife** não está imobilizado. As perguntas do presente não deixam que a história se ossifique. A tradição e a modernidade não são antagônicas em todos os sentidos, mas se completam. Como afirma **Baudelaire**, no seu texto “**O Pintor da Vida Moderna**”:

O passado é interessante não somente pela beleza que dele souberam extrair os artistas para quem constituía o presente, mas igualmente como passado, por seu valor histórico. O mesmo ocorre com o presente. O prazer que obtemos com a representação do presente deve-se não apenas à beleza de que ele pode estar revestido, mas também à sua qualidade essencial do presente” (in *A Modernidade de Baudelaire*, São Paulo: Paz e Terra. 1988. p. 160).

A modernidade se apóia em tradições, apesar dos contrapontos, das releituras que faz da tradição e de se apresentar como um tempo de rupturas contínuas. Sem a problematização, o passado torna-se um imenso espelho que nos impede de fazer uma sinfonia dos tempos, portanto cancelando os sonhos, aumentando, cada vez mais o território do medo. O que foi vivido, contudo, se encontra, constantemente, com o que está sendo vivido. Não importam as dissonâncias, tudo tem sua representação na história. Basta se desfazer do olhar fixo, para sentir que, nas

idades, os espelhos são quebrados, sem grandes obstáculos, e as ruínas possuem significados, mas a complexidade dos labirintos do presente é que paralisa os sujeitos históricos. Querer reduzi-los a mesmice da sociedade de massas ou lançá-los para o futuro sem que se conheçam suas tradições, é fazer com que a cidade deixe de ser um cenário e passe a ser uma prisão ou tristemente a cidade dos homens sem tempo.

Ítalo Calvino, nem por isso, deixaria de incluir a cidade na fantasia das suas fábulas, com sua alma visível e seu valor de troca dando ritmo às especulações dos que transformam o mundo num grande e imenso mercado, onde as coisas substituem os homens e os homens se olham como coisas. Não importando seu nome, nem as suas lembranças, mas sua “competência” para viver a “modernidade” globalizada ao som repetitivo e, paradoxalmente, atraente do plim, plim, a marca de fantasia mais envolvente e consumida na famosa **Terra de Santa Cruz**, “abençoada por Deus e bonita por natureza”, como canta **Jorge Benjor**, antes conhecido como **Jorge Ben**.

Talvez, fosse interessante lembrar uma outra cidade imaginada por **Calvino**: Zora. Segundo ele, a viagem de **Marco Polo** para visitá-la foi inútil, pois “*obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definhou, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo*” (op. cit., p. 20). No país do esquecimento, a relação com a memória termina por ser, muitas vezes, inscrita de ambigüidades incríveis que deixa o historiador angustiado com os registros que consegue organizar, onde a imaginação histórica tem uma importância fundamental.

O contar a história não deve se resumir, portanto, a uma cronologia precisa de datas e nomes, mas a um diálogo incessante entre o passado e o presente, pois a história não se limita a um sentido único, ela é um devir que não conseguimos aprisionar com as nossas frágeis e mutantes certezas. Um devir que cabe aos homens inventar. Como afirma **Octavio Paz**

“el valor supremo no es futuro sino el presente; el futuro es un tiempo falaz que siempre nos dice “todavía no es hora” y que así nos niega. El futuro no es el tiempo del amor: lo que el hombre quiere de verdad, lo quiere ahora. Aquel que construye la casa de la felicidad futura

edifica la cárcel del presente” (Posdata, 24^a ed. México: Sieglo XXI, pág. 101, 1991).

Cada trecho da história, como fato ou representação, é uma síntese de complexidade labiríntica. A história da cidade do Recife não revela, exclusivamente, as aventuras nela vividas, mas também guarda uma universalidade marcante, tem um pouco da história de cada cidade, não importando a sua localização, nem tampouco a forma da sua arquitetura. Há um mal estar generalizado na construção da cultura. Ele está registrado nos desejos, nos medos, nas fantasias de cada homem. Ele é o resultado da impossibilidade de se alcançar um equilíbrio definitivo e inquestionável que fizesse nos refazer de uma perda mítica original, que parece nos perseguir, para a qual não conseguimos criar um tradução clara e elucidativa da nossa incompletude.

O historiador é, sobretudo, um narrador perplexo dessas tantas buscas, onde o real e o imaginário escondem enigmas que não se esgotam. As histórias das cidades são, portanto, pretextos, para que ele possa, se possível, desvendar esses enigmas. Como afirma **João Guimarães Rosa**, em **“Grande Sertão: Veredas”**:

“Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas- de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. O que falei foi exato? Foi. Mas teria sido? Agora acho que nem não. São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo recruzado” (20^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1986. p. 172).

E ainda na vereda de Guimarães :

“Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância” (idem, p. 92).

No “sucedido desgovernado”, no desalinhavado do texto, talvez esteja o encanto maior do texto: seu olhar sobre o mundo e os homens que são os construtores dos enigmas.

Obs: Esse texto foi publicado, inicialmente, na Revista Projeto História, nº 18. São Paulo EDUC. maio 1999.

Da Polícia Médica à Cidade Higiênica

Carlos Alberto Cunha de Miranda

Para conhecermos melhor a prática e a influência que os médicos higienistas exerceram na sociedade do Brasil Império, faz-se necessário recorrermos aos textos de Georgen Rosen e Michel Foucault, sobre o momento histórico em que foram definidos novos princípios referentes às questões da saúde e da interferência dos médicos nas condições gerais de vida da população¹.

A nova abordagem na relação saúde e sociedade foi desenvolvida através das noções de polícia médica, medicina urbana e medicina da força de trabalho. Essas três etapas, segundo Foucault, permitiram o desenvolvimento da medicina social na Europa do final do século XVIII. Os estudos de Foucault nos permitem entender, também, o processo pelo qual a medicina que se desenvolveu na Alemanha setecentista foi uma medicina de estado, voltada para uma intervenção direta na vida do médico e do cidadão comum da cidade. A particularidade dos pequenos estados alemães, ainda em processo de unificação, obrigou o Estado a reforçar o poder central, e atuar de várias formas, tanto na política econômica da Alemanha, como em outras atividades essenciais à população nas cidades. Nessa época, tem início um processo de formulações sistemáticas das relações entre saúde e condições de vida na

¹ *George Rosen – Da Polícia Médica à Medicina Social: ensaio sobre a assistência Médica* – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. *The Evolution of medicine*. in: Freemann, H. E. Levine, S. e Reeder, L. G. (ed), *Handbook of medical sociology*. Trad. E.D. Nunes. Prentice – Hall, N. J., 1963, pp.18-51. *Uma História da Saúde Pública*. Trad. Marcos Fernando da Silva Moreira. São Paulo: Hucitec: editora da Universidade Estadual Paulista; Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994. Michel Foucault – *Microfísica do Poder*; Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, em particular os capítulos: “O nascimento da Medicina Social” e “A política de Saúde no século XVIII”.

sociedade. O caráter meramente biológico da doença é retirado progressivamente e novas práticas médicas são articuladas aos projetos de reorganização social. Os trabalhos de Rosen nos permitem compreender a importância da medicina na implementação dessa política estatal alemã.

O termo *Medizininichepolizei*, polícia médica, foi utilizado pela primeira vez na Alemanha, em 1764, por Wolfong Thomas Rau, em seu livro “Reflexões sobre a utilidade e a necessidade de um regulamento de polícia médica para um Estado”. O programa da polícia médica, iniciado no final do século XVIII, consistia nos seguintes pontos: registrar os diferentes fenômenos epidêmicos ou endêmicos, obtendo os dados através da observação da morbidade, pela contabilidade solicitada aos hospitais e aos médicos que exercem a medicina nas diferentes regiões da Alemanha; normalizar o ensino através de um controle pelo Estado dos programas de ensino e da atribuição dos diplomas; criação de um departamento especializado para coletar informações transmitidas pelos médicos, e para controlar a atividade dos profissionais da saúde junto à população; e, finalmente, a criação de um corpo de funcionários médicos competentes, nomeados pelo governo, para interferir diretamente com o seu conhecimento e sua autoridade sobre uma determinada região.

É nesse período que surge o médico como administrador da saúde.² O conceito de polícia médica alcança seu ápice com a monumental obra de Johann Peter Frank, *System einer vollständigem medicinischen Polizey*, “Sistema duma polícia médica geral”. Os volumes suplementares do sistema aparecem de 1822 a 1827 e tratavam, entre outros assuntos, da importância dos dados estatísticos, hospitais militares, doenças epidêmicas e venéreas. Pelo sistema de Frank, o médico deveria controlar todos os pólos da vida, inclusive os mais íntimos, para o bem estar da comunidade. Assim, questões como a proteção às grávidas, a saúde infantil, a alimentação, o vestuário e a recreação da crianças deveriam ser objetos de intervenção por parte da medicina. Particularmente interessante são as considerações acerca da higiene das moradas, que foram

² Michel Foucault. Op. cit. p. 83-84

divididas, pelo médico alemão, da seguinte forma: primeira parte: da disposição da morada humana; segunda parte: da edificação de moradas humanas saudáveis; terceira parte: das instalações de limpeza pública nas cidades e noutros lugares habitados. Em todos os seus escritos, Frank propõe medidas para baixar a mortalidade nas cidades e corrigir, dentro do possível, os erros cometidos quando da elaboração dos projetos para edificações de cidades e casas. Como na maioria das cidades alemães, o traçado das ruas eram estreitos e sinuosos, Frank afirmava que a disposição das ruas deveria ser de tal forma que o ar pudesse circular livremente: “as vielas excessivamente estreitas não dispõem de bastante ar em face do número elevado de casas; quando o vento não sopra, a calmaria pode ser perigosa”³. Assim como para o traçado das ruas, Frank exigia também um planejamento cuidadoso para a edificação das casas nos centros urbanos.

“Como não é possível edificar cada casa aberta aos quatro ventos, o mais conveniente é dispor grupos de casas em forma de um triângulo ou retângulo, que compreenda uma grande praça livre”⁴.

A polícia médica deveria ocupar-se, ainda, dos problemas referentes à limpeza urbana que eram os maiores responsáveis pelo surgimento de doenças nas cidades alemães.

Para solucionar tais problemas, Frank propõe que os estabelecimentos industriais que impurifiquem o ar e sujem as ruas e os rios, como as tinturarias e os curtumes, exerçam suas atividades fora das cidades. Sugere, também, uma maior fiscalização por parte das autoridades contra a prática de se jogar animais mortos e outros gêneros de “imundices” nas ruas. Atribui grande importância à instalação no subterrâneo das ruas de um sistema de canalização, que deve ser suficientemente largo e com um declive conveniente para que o escoamento pudesse se processar corretamente. Pelo pouco que foi exposto da grande obra de Frank, podemos afirmar que o seu Sistema de uma polícia médica geral alicerçou as bases das concepções higiênicas do século XIX.

³ J. E. Nenner - A evolução da higiene da morada na Idade Moderna. Actas Ciba. Ano X. N11 Novembro -1943. P. 254.

⁴ Idem. op. cit. p. 254.

A medicina urbana ocorreu na França juntamente com o fenômeno da urbanização das grandes cidades, principalmente de Paris. Segundo Foucault, na segunda metade do século XVIII, os franceses “sentiram a necessidade de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de forma coerente, homogênea, dependendo de um poder único e bem regulamentado”.⁵

Essa medicina consistia em três grandes objetivos: analisar os acúmulos de tudo que poderia provocar confusão, perigo e doenças no espaço urbano. Neste caso, os matadouros e os cemitérios são transferidos para as periferias da cidades. O segundo objetivo é o controle da circulação. Conforme Foucault “não a circulação dos indivíduos, mas das coisas ou dos elementos, principalmente, a água e o ar”. Nessa época, o ar era considerado um dos grandes responsáveis pelas doenças, daí a preocupação dos médicos com a arejamento da cidade e o alargamento das suas ruas, e também, com as possíveis fontes de contaminação do ar e da água, através dos curtumes e outras fontes poluentes. O terceiro objetivo da medicina urbana é a organização das distribuições e seqüências, ou seja, a colocação dos diversos elementos necessários à vida na cidade: área para praças, mercados, circulação dos transportes e animais, bem como locais para despejo dos dejetos humanos e lavagem de roupa, sem que a água das fontes fossem contaminadas.⁶ Com certeza, a idéia de aperfeiçoamento da humanidade que tanto caracterizou os primeiros tempos da Revolução Francesa, “Declaração dos direitos do homem”, encontrou eco especialmente entre os médicos que participaram na organização dessa medicina urbana. Assim, na Assembléia Constituinte, 17 médicos participaram, como deputados, das discussões que permitiram a criação de Comitês de Salubridade nos departamentos e principais cidades da França.

Nesse tempo, a noção de salubridade passa a ter uma grande importância para a medicina social. De acordo com Foucault, “salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene

⁵ Foucault. Op. cit. p. 86

⁶ idem. pp. 89-91

pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no séc. XIX, a noção essencial da medicina francesa – é o controle político-científico deste meio”.⁷

Durante a Convenção, nos anos de 1793 e 1794, os profissionais da saúde aumentam a sua representação em plenário para 49 médicos do total de 749 deputados. Nesse período, é estabelecido um sistema nacional de assistência social que, com o passar dos anos, revelou-se incompleta e limitada. Somente com o Diretório, a medicina vai ser efetivamente reorganizada. No início do século XIX, é organizado em Paris um Conselho de Saúde (conseil de salubrité). Órgão consultivo, composto inicialmente por quatro membros, tendo, posteriormente, aumentado para sete o número de seus representantes. Tinha como finalidade estudar questões referentes à saúde pública, e recomendar às autoridades competentes soluções necessárias para resolver os problemas insalubres das cidades. Gradualmente, surgiram conselhos semelhantes em outras cidades francesas: Lião, em 1822; Marselha, em 1825; Lille e Nantes, em 1828; Troyes em 1830; e Ruão e Bordéus no ano de 1831.⁸

Conhecidos os conceitos de polícia médica que são aplicados na Alemanha, e de medicina urbana na França, analisaremos, em seguida, a influência que esses princípios exerceram nos médicos brasileiros, no século XIX.

No período colonial, poucas foram as modificações na organização e no planejamento das políticas de saúde para a população. O mesmo modelo de organização dos serviços de saúde, até então vigentes em Portugal, foram transferidos para o Brasil. A estrutura administrativa da Fisicatura era representada pelo Físico-Mor e pelo Cirurgião-Mor do Reino, que, usando de suas atribuições, estabeleciam regimentos sanitários, expediam avisos, alvarás e provisões para serem executadas pelos seus representantes no Brasil⁹. As autoridades sanitárias praticamente

⁷ Michel Foucault. *Op. cit.* p. 93

⁸ George Rosen. *Uma História da Saúde Pública.* *op. cit.* p. 139

⁹ Ver a Coleção de Documentos Impressos da Biblioteca Nacional

só intervinham no âmbito específico da legalização e da fiscalização do exercício da medicina.

Em 1782, D. Maria I criou a Junta do Proto-Medicato em substituição à estrutura da Fisicatura. Formada por um Conselho de sete deputados, essa instituição, tinha, como objetivo maior, a fiscalização do exercício da medicina e o controle da venda de medicamento. Com a passagem da Fisicatura para o Proto-Medicato, praticamente não ocorreram modificações significativas na estrutura administrativa da medicina da colônia. Os serviços de saúde continuaram sendo prestados pelas Santas Casas de Misericórdias, pelos hospitais militares e pelas enfermarias das ordens religiosas. Esses institutos atuavam sempre de forma precária, com instalações físicas inadequadas e com uma grande carência de profissionais médicos. A população em geral era assistida pelos físicos, cirurgiões-barbeiros, barbeiros sangradores, boticários curandeiros e parteiras, também chamadas de curiosas.

Chegando ao Brasil em 1808, D. João restabelece, quase que de imediato, os cargos de Físico-Mor e Cirurgião-Mor, abolindo definitivamente a Junta Proto-Medicato.¹⁰ Na análise dessas duas organizações médicas, fica evidente a falta de uma maior preocupação, por parte do estado português, com a saúde da população no Brasil Colonial.

Ao procurar estabelecer uma relação entre saúde e sociedade nessa época, verificamos que as Câmaras Municipais estavam quase sempre presentes como órgãos reguladores dessa relação. A ação do poder municipal na área da saúde pública ocorre através de uma ação ineficiente e meramente fiscalizadora em relação à limpeza das cidades, à inspeção sanitária dos navios através do Provedor da Saúde, ao comércio de alimentos, aos cuidados com o isolamento dos leprosos nos centros urbanos e, em relação à construção de fossas e fontes. As resoluções da câmara chegavam à população através de posturas publicadas em editais, e nem sempre eram as mais adequadas à vida da população das cidades. Entretanto, surgem modificações significativas no campo da medicina quando D. João, com a finalidade de promover uma melhor

¹⁰ MACHADO, Roberto. *Danação de Normas: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil* - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, pp. 35-36

qualidade do ensino de cirurgia e de suprir a falta de médicos no Brasil, cria, em Salvador, a Escola de Cirurgia, em 18 de fevereiro de 1808. Anexo à Escola, é criado o Hospital Real Militar para ser utilizado no campo do ensino teórico-prático.

Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, D. João autorizou, no mesmo ano, a instalação de uma outra Escola de Anatomia, Cirurgia e Medicina, que deveria funcionar também junto a um hospital militar.¹¹ A criação dessas duas escolas para formação de cirurgiões e clínicos, por sugestão do então Cirurgião-Mor do Reino, o pernambucano José Correa Picanço, marcará definitivamente o processo de institucionalização da medicina no Brasil.

Em 1813 e 1815, as Escolas Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia, respectivamente, passam a denominar-se Academias Médico-Cirúrgicas. Nesse período, seus currículos sofreram sensíveis modificações, com o acréscimo de várias cadeiras; entre elas, uma de introdução à Higiene. Com a regulamentação do ensino médico na colônia, inicia-se uma discussão para afirmação de um novo modelo para formação dos profissionais da medicina, e para a constituição de um saber reconhecidamente oficial no Brasil.

Depois da independência, em 1826, as Academias Médico-Cirúrgicas adquirem poder para conferir certificados de médicos e de cirurgiões, libertando-se assim da tutela da Fisicatura que se identificava com os velhos interesses portugueses.

No ano de 1828, a Assembléia aprova uma “moção”, elaborada pelo então deputado do Rio Grande do Sul Francisco Xavier Ferreira, com indicativo para a extinção dos cargos de Físico-Mor e Cirurgião-Mor do Império. Com o fim da Fisicatura e do cargo de Provedor de Saúde da Corte, o governo atribui oficialmente às Câmaras Municipais a responsabilidade pelos serviços de saúde pública no Brasil. Essa atribuição ao poder municipal, proposto pelo Regimento de 1828, coloca

¹¹ Sobre a Escola de Cirurgia da Bahia e a Escola Anatómica, Cirúrgica do Rio de Janeiro, ver o Primeiro e o segundo capítulo do Livro de Lycurgo Santos Filho – História Geral da Medicina. 2. Vol São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

os médicos em franca oposição à autoridade das câmaras, manifestada através de discursos críticos apontando a incoerência do que, segundo Roberto Machado, poderia chamar de higiene desmedicalizada.¹²

É nesse período que tem início a ofensiva dos médicos, que têm como objetivo restaurar o poder, então perdido, com o regulamento de 1828. Assim, inspirados na Academia de Medicina de Paris criada em 1920, os médicos brasileiros Cruz Jobim e Soares de Meirelles resolvem fundar, no Rio de Janeiro, uma associação médica nos mesmos moldes da academia francesa, com a finalidade de promover a defesa e o desenvolvimento da ciência médica no Brasil. Em 1829, surge então a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro que deveria funcionar, segundo Jobim, como um órgão de consultoria para as autoridades do governo nas questões relacionadas à higiene pública nas cidades.

No discurso inaugural da Sociedade, Jobim não esconde a influência recebida no velho continente e faz um importante pronunciamento sobre a necessidade de se elaborar uma doutrina nosográfica de conotação nacional, na qual seriam adotadas abordagens estatísticas já conhecidas na Europa. Segundo palavras de Jobim:

*“Um projeto digno da sociedade seria propor para as nossas províncias essas topografias médicas de que a França e a Alemanha têm sabido dar tão belos exemplos ao mundo e que, sem dúvida, vista a diversidade de climas, conduziriam, entre nós, a resultados muito mais brilhantes por meio de pequenas associações médicas em cada capital, viríamos a conhecer minuciosamente, de uma parte, todas as condições físicas apreciáveis da atmosfera e do solo, a umidade, a temperatura, a eletricidade, as estações, a natureza do terreno, as suas produções e, de outras, o número de indivíduos que nascem, que morrem, de que moléstias e com que relação entre os sexos, as idades, os temperamentos, os ofícios, e assim poderíamos obter a solução de várias questões relativas às epidemias ou endemias que existem ou podem existir em nosso país”.*¹³

¹²MACHADO, Roberto. op. cit. p.184

¹³FERNANDES, Reginaldo. *O Conselheiro Jobim e o Espírito da Medicina do seu Tempo*. Rio de Janeiro: Editora do Senado Federal, 1982. p. 31

Os trabalhos da Associação eram intensificados quando a Comissão de Salubridade Geral da Sociedade apontava, em 1830, vários problemas envolvendo a higiene nas cidades e a prática médica. Entre outros, assuntos, opinar sobre a carência e a necessidade de reformas para os hospitais, a proibição dos sepultamentos em igrejas, a falta de médicos, a necessidade de um sistema de saneamento básico, de abastecimento de água e de calçamento para as ruas da cidade, o ajardinamento das praças públicas, o aterro dos pântanos, etc.¹⁴

Desse relatório apresentado pela Comissão, surge um projeto que dará origem ao Código de Posturas de 1832 para a cidade do Rio de Janeiro. Esse Código representou um certo progresso em matéria de legislação sanitária municipal, no que diz respeito a uma ação mais enérgica das autoridades contra os focos de desordem nas cidades. Todavia, insatisfeitos com o seu papel na elaboração das posturas municipais, os médicos tornam-se os mais ferrenhos críticos dos trabalhos dos vereadores, por serem estes leigos em medicina e responsáveis pela regulamentação de assuntos referentes à saúde pública da cidade. Nessa época, a sociedade de medicina utiliza o conceito de polícia médica em vários de seus documentos com a finalidade de controlar e fiscalizar a vida social no Brasil. Privilegiando a higiene pública, como instrumento para dar à medicina um estatuto político próprio, os médicos passam a propor projetos para uma saúde pública no país, elaboram teorias e criam outras instituições médicas. Assim, a medicina passa a intervir mais diretamente na sociedade em questões de saúde pública.

Como órgão de defesa da prática médica, a Sociedade de Medicina, atendendo a uma solicitação do governo, elabora um anteprojeto para uma ampla reforma do ensino médico no Brasil. Em 1832, as duas Escolas Médicas Cirúrgicas existentes no Brasil são transformadas nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Os estatutos das duas instituições de ensino são cópias do estatuto da Faculdade de Medicina de Paris. Inicialmente, a Faculdade seria composta por três cursos: Medicina, Farmácia e Obstetrícia. Para viabilizar a proposta peda-

¹⁴ Relatório da Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, in *Seminário de Saúde Pública*, 9 de abril, n. 15, 77-80

gógica, foram criadas quatorze cadeiras regidas por quatorze professores, e seis substitutos. Segundo a lei que os instituiu, o curso de Medicina teria a duração de seis anos e só poderia exercer a “cura”, “partejar” e comercializar os medicamentos aquele que fosse devidamente aprovado pelas duas Faculdades de Medicina.¹⁵

Em 1835, durante o período regencial, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro é transformada em Academia Imperial de Medicina, com a incumbência de tornar-se um órgão consultivo do Estado para os assuntos da saúde. A Academia pretende assumir o papel de vanguarda como difusora das “luzes da civilização” ante a escuridão da ignorância, através do conhecimento e da informação do progresso das ciências, principalmente da medicina. O Dr. Meirelles, um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, justifica o reconhecimento do médico como autoridade responsável pelo combate à ignorância do povo da seguinte forma:

“O povo geralmente não entende o que lhe é útil, e muitas vezes é incapaz desta inteligência. É preciso que a autoridade, como mais instruída, e mais capaz desta inteligência, faça o que entender que é útil e conveniente, sem se importar com o que diz ou pensa o povo erradamente, e sem lhe dar satisfação em matéria que não pode ser juiz, e cumpre por mais do que tudo instruir e persuadir a autoridade, isto se faz com representações e propostas.” Afirma ainda o médico “que é preciso não descansar, e repetir contentemente as mesmas causas para alcançar algum bom resultado”.¹⁶

Nesse período, prevalecia, na medicina oficial do Brasil, a teoria do médico francês François Joseph Victor Broussais, que havia organizado um sistema médico baseado em um só princípio que valeria para todas as doenças (medicina fisiológica). Segundo Broussais, na verdade não existiam doenças e sim irritações no estômago e nos intestinos que se propagavam de um órgão a outro por “simpatias” ou através da mu-

¹⁵ Fernandes. Op. cit. p. 38

¹⁶ KURY, Lorelai Brillante. *O Império dos Miasmas – A Academia Imperial de Medicina (1830-1850)*. Dissertação de Mestrado do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1990. pp.124-125. cit. a Revista Médica Fluminense, Fevereiro, I (11), 1836. pp. 6-7.

cosa gastro-intestinal.¹⁷ As irritações, por sua vez, eram conseqüências de estímulos internos ou externos (alimentação, clima, moral, etc.) que estimulavam por demais o organismo. A base da terapêutica broussaisiana era os antiflogísticos como as sangrias e as sanguessugas.

A doutrina do médico francês, não escapou às críticas mordaz do padre Carapuiceiro que, demonstrando interesse e um certo conhecimento da ciência médica, julgava a doutrina de Broussais absurda e contrária à realidade da complexidade do corpo humano¹⁸. Em sua crítica a Broussais o Padre Carapuiceiro tece o seguinte comentário:

*“seja qual for, ou em virtude desse systema, ou porque, muitos de seus seguidores o não entenderam cabalmente, o certo he, que varios facultativos enamorados dessa novidade e simplicidade classificam por irritação a todos, e qualquer enfermidade, e conseqüentemente não conhecem outra medicina curativa, que não seja a applicação dos antephlogísticos, e o tratamento depletorante. No uso clínico desses Srs. As boticas não carecem de outras drogas mais do que bichas e mais bichas, sacos de raiz de altéia e de cevada, xarope de goma e espargo e a tridace. Seja qual for o temperamento e a idiosincrasia do enfermo, seja qual o sexo e idade, há de gramar bichas e pôr-se no uso dos antiflogísticos.”*¹⁹

A cidade do Recife nessa época apresentava graves problemas em sua infra-estrutura urbana. Com muitas de suas ruas estreitas, tortuosas e de terra batida, faltava à cidade toda uma rede de serviços públicos básicos (água, iluminação, saneamento e transporte público), o que causava sérios problemas principalmente os referentes à saúde da população.²⁰

¹⁷ Arturo, CASTIGLIONE – *História da Medicina*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2. Vol., 1947. P. 235

¹⁸ O Padre Carapuiceiro havia realizado a leitura do Tratado Elementar de Diagnostico, & ou Curso de Medicina Clínica de L. N. Rostan, um dos mais determinados Crítico de Broussais.

¹⁹ O Carapuiceiro – Padre Lopes da Gama ano de 1839. N. 41. p 2. Fundação de Cultura da Cidade do Recife. Editora CEPE. Recife, 1983.

²⁰ ZANCHETTI, Sílvio Mendes – *O Estado e a cidade do Recife (1836-1889)*. Tese de Doutommento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP. São Paulo, 1989, p. 182

George Garder, que visitou o Recife em 1837, considerava que,

*"A cidade de Pernambuco é pouco recomendável a quem não tem negócios a tratar. Os prédios são mais altos do que o do Rio e as ruas, na maior parte, ainda mais estreitas e, por certo, igualmente sujas. Em quase todas as cidades e capitais do Brasil as chuvas são o único varredor que as mantêm sofrivelmente limpas, quando edificadas em declive, o que, infelizmente não é o caso de Pernambuco: na estação chuvosa as ruas enchem-se de água e lama; na seca, o lodo converte-se em nuvens de pó. Sempre me pareceu extraordinário que as doenças epidêmicas aí não prevaleçam com mais freqüência em vista de tais circunstâncias."*²¹

Na gestão de Francisco do Rego Barros (1837-1844), foram introduzidas de imediato medidas com o objetivo de melhorar as condições de higiene da cidade e de dinamizar os serviços públicos em Pernambuco. Em sua mensagem de governo dirigida à Assembléia Provincial, apresenta um relatório no qual diagnosticava os principais problemas econômicos da província e identificava a falta de infra-estruturas produtivas como um ponto a ser atacada de forma urgente.²² Segundo Zancheti, o programa de ação de Rego Barros para resolver os problemas emergenciais de Pernambuco pode ser resumido nos seguintes pontos: criação de uma rede de estradas que ligasse a zona canavieira ao porto da cidade do Recife; melhoria do porto; criação de uma rede de serviços públicos; ordenamento do espaço urbano do Recife, com o estabelecimento de um plano de alinhamento de ruas, construção de equipamentos públicos culturais e edificações modernas para o serviço público.²³ A ausência de um pessoal técnico especializado para implantação do projeto de modernização da cidade fez com que o Presidente da Província solicitasse à Assembléia autorização para contratação de operários e técnicos estrangeiros para viabilizar o projeto, tendo em vista a dificuldade de encontrar no Brasil essa mão-de-obra especializada. Assim, em 1839, chegou ao Recife a Companhia dos Operários for-

²¹ George Gardner. *Viagem ao Interior do Brasil*. Editora Itatiaia

²² Zancheti, op. cit. p. 183

²³ Ed. USP -1975, p. 50. Zancheti, op. cit. p. 184

mada por 16 pedreiros, 16 carpinteiros, 8 ferreiros e 160 pioneiros, todos profissionais alemães e chefiados pelo engenheiro Augusto Kersting.²⁴

Em setembro de 1840, chegava ao Recife o engenheiro francês Louis Léger Vauthier formado pela Escola Politécnica, que assumiu em 1842 a direção dos trabalhos da Repartição de Obras Públicas. No primeiro ano de sua gestão dinamizou a ROP e estabeleceu um programa prioritário de construção de estradas que ligassem a cidade do Recife às zonas produtoras de açúcar. Ainda de acordo com Zancheti “O projeto modernizante da ROP, apesar das inúmeras realizações no plano material, não atingiu os objetivos organizacionais traçados pelos seus idealizadores. As estruturas administrativas do Estado não foram modificadas de modo a absorver as práticas introduzidas pelos técnicos franceses”.²⁵

Ao término da gestão de Rego Barros, é criado, em 1845, o Conselho de Salubridade Pública com o objetivo de dotar o Recife de melhores condições sanitárias e de combater as epidemias reinantes na época.

Inspirados no espírito empreendedor dos Doutores da Academia de Medicina do Império, alguns médicos pernambucanos com formação em faculdades européias, principalmente as francesas, fundam, em abril de 1841, a Sociedade de Medicina de Pernambuco com o objetivo de valorizar a Ciência Médica e participar juntamente com o Estado na regulamentação das práticas de higiene pública da cidade.²⁶

No discurso de instalação da Sociedade, proferido pelo seu Presidente Antonio Peregrino Maciel Monteiro, na Sala dos Atos do Convento do Carmo, os propósitos da sociedade são devidamente explicitados.

“(...) a medicina é de todas as Sciencias a mais social; porque o homem é o primeiro e o mais nobre elemento da sociedade, e a medicina

²⁴ Ver. AULER, G. A. *Companhia de Operários (1839-1843)* Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, Imprensa Oficial, 1959.

²⁵ Zancheti. Op. cit. p. 197

²⁶ Faziam parte desse grupo os seguintes médicos. Joaquim d'Aquino Fonseca, José Joaquim de Mores Sarmiento, Simplício Antônio Mavignier, Antônio Peregrino Maciel Monteiro, e Sinfrônio Olímpio César Coutinho.

o considera e compreende em suas mais importantes e mais amplas relações: do que acabo de ponderar deduz-se naturalmente a necessidade rigorosa de aquinhoar largamente a medicina na distribuição da influência social (...) Por quanto sendo a existência do homem o primeiro e maior objeto dos seus cuidados, e a conservação della o mais sagrado de seus direito (...) que ilegítimo seria o governo que na regia publica desconhecesse a obrigação de cuidar com desvelo da saúde e da vida da Sociedade. Daqui resulta o complexo de regras sanitárias conhecidas debaixo da denominação de Código de Polícia Médica, em cujo aperfeiçoamento trabalharão os sábios e os governos de todos os países.”²⁷

Como forma de divulgar as novas conquistas do conhecimentos da medicina, os integrantes da Sociedade de Medicina de Pernambuco resolvem criar, em outubro de 1842, uma publicação denominada “Annaes da Medicina Pernambucana”. Esse periódico foi responsável pela dotação de concursos anuais com prêmios para os melhores trabalhos apresentados na área do conhecimento médico. Inicialmente, a dotação dos prêmios era a seguinte: Medalha de Ouro no valor de 200\$000 (duzentos mil réis), para o primeiro colocado e medalha de Prata no valor de 50\$000 (cinquenta mil réis) para o segundo. Posteriormente, essa quantia foi aumentada. Os Annaes abordavam, com frequência, temas ligados às condições de higiene da cidade do Recife, o método de tratamento para as doenças mais frequentes na cidade e no Brasil, a evolução das práticas cirúrgicas, observações meteorológicas, etc.²⁸

A ofensiva médica no campo da saúde pública não parou por aí. A necessidade de controlar as condições higiênicas da cidade do Recife através de uma polícia sanitária fez com que o poder público juntamente com os médicos higienistas criassem, em 15 de maio de 1845, o Conselho de Salubridade Pública. As palavras do seu Presidente Aquino Fonseca, quando da instalação do Conselho, são bastante elucidativas sobre o projeto higienizador do Conselho para a sociedade:

²⁷ Annaes da Medicina Pernambucana (1842-1844) Coleção Pernambucana, Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, Recife, 1977. pp. 11-12

²⁸ Ver. Annaes da Medicina (1842-1844)

“(...) é preciso que empenhemos nossos esforços para que o público se convença de que um Conselho de Salubridade é uma instituição de suma importância em qualquer país civilizado, porque cuida do melhoramento sanitário, e tem de resolver questões de higiene e de medicina legal de alto interesse para a sociedade; é preciso que por nossos acurados trabalhos, acreditemos esta instituição, e a tornemos necessária pelos resultados obtidos.”²⁹

Os cinco anos de atividade do Conselho conciliaram propostas e ações simultâneas nas mais diversas áreas da sociedade, sempre tomando por base matérias de higiene pública. Era meta dos membros do Conselho de Salubridade intervir diretamente na desordem urbana, responsável pela ação negativa sobre a saúde física e moral da população. Assim, o termo polícia médica aparece com frequência nas atas do Conselho como instrumento eficiente no controle das epidemias e para produção de uma cidade ordenada e higienizada. As principais medidas propostas pelo Conselho para ordenar a cidade do Recife foram as seguintes:

- a elaboração de um estudo sobre os velhos métodos de enterramentos nas igrejas, considerados pelos higienistas por demais perigosos para a saúde pública. A criação de cemitérios públicos também constava na pauta dos estudos do Conselho. Mas é somente em 1851, seis anos após a criação do Conselho de Salubridade, que foi inaugurado o Cemitério do Senhor Bom Jesus da Redenção, na localidade denominada de Sítio de Santo Amaro;
- o aterramento das áreas pantanosas e de águas estagnadas, que, sob a influência do calor, transformavam-se fontes de miasmas pútridos, responsáveis pela insalubridade da cidade e pelo aparecimento das febres intermitentes;
- a fiscalização dos gêneros alimentícios, principalmente das carnes vendidas nos açougues, das bebidas e dos medicamentos comercializados nas boticas;
- a melhoria do ar e das condições higiênicas das prisões, dos hospitais, dos quartéis, das fábricas, dos colégios, dos matadouros e dos açougues;

²⁹ LédUAR ASSIS ROCHA. Op. cit. pp. 166-167

- um combate sistemático aos médicos homeopatas e aos charlatões;
- a vigilância na limpeza das praias, praças e ruas da cidade;
- a fiscalização no porto a fim de evitar a entrada de pessoas de outros países contaminadas com doenças epidêmicas, e a construção de lazaretos para a quarentena desses doentes;
- a aplicação da vacina contra a bexiga, no maior número possível de habitantes da cidade e do interior da província;
- a retirada de mendigos e prostitutas das ruas da cidade, estas consideradas pelos higienistas como responsáveis pela disseminação de várias doenças entre a população e de introduzirem bebidas alcoólicas e armas nas cadeias públicas;
- a retirada das fundições e das oficinas de ferreiros, caldeireiros, latoeiros, etc., do centro da cidade;
- o combate à lepra.

Com o fim das atividades do Conselho de Salubridade Pública, o órgão responsável pelo projeto de higienização da cidade passa a ser da responsabilidade da Comissão de Higiene Pública, que tinha como presidente Aquino Fonseca.³⁰ Esse período é marcado por uma intervenção mais direta do médico no “corpo social”, tendo em vista o grande perigo das epidemias, responsáveis por um número significativos de mortes, mesmo entre as pessoas de nível social mais elevado.³¹ Conforme foi visto, não cabia mais à medicina intervir apenas no corpo do indivíduo doente; era necessário agir no “corpo social” através de medidas sanitárias para prevenir e combater as doenças nas cidades.

Assim, em 28 de Agosto de 1855, o Presidente da Comissão de Higiene Pública, Aquino Fonseca, faz publicar no *Diário de Pernambuco*

³⁰ Em 29 de outubro decretou-se um regulamento, para ser observado pela Junta Central de Higiene Pública, e pelas Comissões de Higiene Pública criadas em alguns províncias com o objetivo de substituir o poder municipal nas questões referentes a saúde pública. O regulamento disciplinava o exercício da profissão dos médicos, dos cirurgiões, dos boticários e dos dentistas. O regulamento sistematizou o lançamento de dados estatísticos demográficos-sanitários no tocante à mortalidade e doenças mais comuns. Regulou, ainda o exercício da Homeopatia, e das visitas a hospitais, prisões, e a outras instituições.

³¹ No início dos anos cinquenta espalhou-se na cidade do Recife uma epidemia de febre amarela, responsável por um grande número de mortes.

“Bases Para um Plano de Edificação da Cidade”, que tinha como objetivo melhorar as condições de salubridade dos habitantes da cidade. Segundo o médico, “ninguém ignora que não se improvisam cidades; mas os vícios de seus planos primitivos podem ser corrigidos, e é o que convém fazer; é sabido que a duração de vida nas cidades é maior ou menor segundo as condições de salubridade em que se acham as populações.”³²

O primeiro objeto de análise do plano recai sobre o aspecto natural da cidade. Abordagens geográficas como a análise do ar são observadas pelos protagonistas da medicina social. Para esses higienistas, convinha que as habitações fossem situadas em lugares salubres, ventilados convenientemente e expostas à “ação vivificadora dos raios do sol”. A luz solar, afirmava o Presidente da comissão,

“tem sobre os seres organizados, principalmente sobre a espécie humana, uma grande influência; sem ela o organismo enfraquece (...) a luz solar deve penetrar nos aposentos; seus raios devem cair sobre todas as ruas, e vias públicas. Na construção de casas convém ter muito em vista o ar atmosférico e a luz solar; por isso cumpre que as casas não só sejam espaçosas e bem situadas, mas que nelas possam penetrar o ar, e que as ruas tenham bastante largura para que a ventilação seja livre e os raios de sol se espalhem pelos aposentos”³³.

Nessa época, a teoria dos miasmas, aceita por grande parte dos médicos higienista brasileiros, determinava que a inalação e o contato com o ar proveniente da putrefação de cadáveres e da matéria pútrida dos lixos, pântanos, mangues, matadouros, chiqueiros, curtumes, esgotos, etc. eram os grandes responsáveis pelas doenças nas cidades. Daí, a necessidade imperiosa de sanear os pântanos e oferecer à população água de boa qualidade para o consumo. Aquino Fonseca demonstra ser um fervoroso adepto dessa teoria ao fazer a seguinte declaração:

³² O Diário de Pernambuco e a História social do Nordeste (1840-1889). (Org) José Antônio Gonçalves de Mello. Volume II, Recife, p.805. Bases para um Plano de Edificação da Cidade. Diário de Pernambuco, 28 de agosto de 1855.

³³ O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste, p. 806

*“É verdade que, durante a noite, o vento do oeste traz sobre a cidade os miasmas, que durante o dia desprendem desses pântanos que ocupam parte da superfície, que se estende de Olinda ao Rosarinho e que vai dos Afogados à Piranga e lugares adjacentes, miasmas que se acumulam nas altas regiões da atmosfera; e não se deve desprezar esta consideração, porque muito influi sobre a salubridade pública (...) para que a saúde se entretenha é necessário que as famílias possam dispor de água fácil e abundante; mas é precisamente o que se não dá nesta cidade, onde posta em baldes, é carregada à cabeça de escravos, e não custa pouco. Será pois conveniente concorrer para que a distribuição se faça nas casas por meios de tubos que, partindo dos canos que alimentam os chafariz os levem às habitações do rico e do pobre; e não se suponha ser isto luxo, portanto a saúde pública é tanto mais lisonjeira, quanto maior é a quantidade de água de que pode dispor a população(...) Não se entretendo a saúde só com a água de beber, é preciso que as casas, bem construídas, possam ter quartos acomodados a banhos, e mesmo promover a construção de estabelecimentos especiais em que a população, a baixo preço, possa banhar-se, como sucede nas melhores cidade da Europa”*³⁴.

A edificação de casas, segundo os membros da Comissão, deveria obedecer aos critérios da polícia médica (medizinichepolizei) estabelecidos por Johann Peter Frank. Vejamos, de forma detalhada, algumas sugestões apresentadas pelos médicos higienistas para construção de casas, seguindo a orientação do que era salubre para a medicina na época. Segundo palavras de Aquino,

“já J. P. Frank pedia uma lei que proibisse a habitação das casas recentemente construídas, antes de um ano depois de acabada (...) Se os proprietários não têm escrúpulos de alugar suas casas apenas terminadas, porque são movidos pelo lucro, os locatários nem mesmo esperam que o reboque esteja seco, assistindo alguns até a pintura; do que resulta reumatismo sob todas as formas, ingurgitamentos inflamatórios das articulações, bronquites em todos os graus, fluxões intensas das mucosas e órgão parenquimatosos, inflamações crônicas do sistema

³⁴idem.op. cit. p. 806-808

linfático, indurações glandulosas renitentes, tuberculos pulmonares, degenerescência orgânicas, além de vertigens, cefalalgias e algumas vezes cólicas saturninas etc."³⁵

O plano estabelecia que a altura das casas não deveria ficar à vontade do construtor da obra "nenhuma casa tenha mais altura do que a largura da rua; e se não é permitido abaixar muito das que existem, convém não permitir que nas ruas que estão abertas, se construam casas com maior altura do que essas ruas têm de largura, nem que se elevem às que se reedificarem, dando-lhe de ora em diante a cada rua a largura precisa, nunca maior do que a altura de um sobrado de dois andares, porque por este modo estender-se-á a edificação e as habitações se não irão aglomerar". Os higienistas recomendavam, ainda, que não houvesse excesso de largura nas ruas, tendo em vista que o sol penetrava com muito mais intensidade nas casas provocando um forte calor durante o verão.³⁶ As ruas deveriam ser calçadas a fim de evitar o acúmulo de águas durante o inverno e a poeira no verão "tão incômoda e, por vezes, nociva".

A medicina, ao impor uma nova concepção de moradia, passou a criticar a alcova escura, úmida e sem ventilação como responsável por numerosos males que acometiam mulheres e crianças. Jurandir Freire afirma que os médicos chegaram a constituir uma verdadeira "síndrome de alcova"³⁷. Para Aquino: "Se já são desfavoráveis à saúde esses pequenos quartos, pior se tornam quando se acham acumulados de móveis, que ainda mais diminuem a sua capacidade; de sorte, que não se renovando o ar à medida que se vicia com as exalações pulmonares e cutâneas, esses lugares de dormir são capazes de agravar a moléstia daqueles que nela estão e podem mesmo complicá-lo de um modo muito mais desagradável".³⁸

As críticas às construções coloniais atingem também outro compartimento da casa: a cozinha – que segundo os médicos "quase todas

³⁵ *idem* p.808

³⁶ *Idem*, p. 809.

³⁷ Costa, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989, p. 115

³⁸ *Diário de Pernambuco*. *Op. cit.* p. 810-811

são pequenas e escuras, não ventiladas e fumantes, de sorte que concorrem poderosamente para a mortalidade dos escravos, que de ordinário sucumbem à tísica pulmonar. Se as cozinhas são situadas no centro das habitações, como se encontram em casas de alguns ruas, os males que delas resultam ainda mais funestos são; porque, além do ar viciado que se respira, o fumo introduz-se também nos pulmões, o que é bem nocivo a saúde³⁹.

Os médicos propõem ainda que, para a cidade tornar-se bem construída e higiênica, era necessário estabelecer nos centros das casas espaços livres, para que os “apostosos que deitam para eles, participem da ventilação e luz solar; e tanto mais vastos são quanto melhor preenchem esse fim.(...) um bom pátio deve ser espaçoso e calçado e ter declive, para que as águas de chuva vão ter os canos, que comunicam com os esgotos; estreitos e não calçados tornam-se obscuros, úmidos e insalubres, e não diferem desses quintais cuja ar é pesado e infecto⁴⁰.

As escadas das residências também eram motivo de preocupação para os higienistas por serem consideradas escuras, estreitas e mal cheirosas, uma vez que os barris, contendo os excrementos humanos (os chamados tigres), eram armazenados sob as mesmas, não satisfazendo, assim, às condições mínimas de higiene. Segundo os médicos, “uma boa escada deve ser larga, clara e arejada; cada degrau deve ter pouca elevação e do espaço em espaço deve haver pontos de descanso ou patamar. Na parte superior é preciso ter uma clarabóia, e em toda a sua extensão janelas que correspondam a cada patamar.”⁴¹

A cobertura do teto das casas deve ser sempre de telha, e dentro do possível evitar o costume de deixarem os aposentos sem forro de madeira, para que o calor acumulado nas telhas durante o dia não se torne excessivo na parte da noite. Os telhados deveriam, além disso, ter um sistema de escoamento das águas das chuvas, no qual canos de ferro permitiriam o escoamento das águas direto para o esgoto das casas,

³⁹ Idem. p. 811

⁴⁰ Diário de Pernambuco. Op. cit. p. 812

⁴¹ Idem. pp. 812-813

evitando, assim, o incômodo “para aqueles que durante as chuvas, são obrigados a transitar pelo passeio”.

Os integrantes da Comissão de Higiene Pública também criticam as ruas tortuosas e mal alinhadas do Recife, herança dos tempos coloniais, e as habitações térreas quase sempre pequenas, baixas, escuras e úmidas. “Conservam-se extrema e constantemente úmidas; de sorte que não é só isto, senão os vapores aquosos que se desprendem com o calor do dia, tornando-se insalubres essas casas, que vêm a ser causa de grande número de afecções tuberculosas do pulmão, de escrófulas, linfátites das extremidades pelvianas, de afecções crônicas das vias gástricas, de clorose, etc.”⁴²

Por último, a Comissão sugere que todas as praças e os pátios centrais dos quarteirões sejam ornados com árvores, “de modo que não interceptem a ventilação”.

Ao findar as considerações sobre o plano para reformar o sistema de edificação, a Comissão reafirma que as condições essenciais de salubridade de uma cidade são: “A ventilação das casas, a ação benéfica dos raios solares, e o desaparecimento de tudo que possa concorrer para o entretimento da umidade, conseqüência da inobservância das duas primeiras condições”. Conforme foi visto, os médicos higienistas oferecem um diagnóstico das edificações da cidade, responsável pelas doenças e mortes, e, ainda, propõem um plano geral para transformá-la. Diante do que foi exposto, concordamos com a afirmativa de Roberto Machado que com a medicina social do século XIX, nasce o planejamento urbano⁴³.

⁴² Diário de Pernambuco. op. cit. p. 811

⁴³ Roberto Machado. op. cit. p. 27.

BIBLIOGRAFIA

1. *Annaes da Medicina Pernambucana* (1842-1844) Coleção Pernambucana. Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, Recife, 1977.
2. AULER, G. A. *Companhia de Operários (1839-1843)*. Arquivo Público Estadual, Imprensa Oficial, Recife, 1959.
3. CASTIGLIONE, Arturo. *História da Medicina*. segundo volume. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1947.
4. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
5. FERNANDES, Reginaldo. *O Conselheiro Jobim e o Espírito da Medicina do seu Tempo*. Rio de Janeiro, ed. do Senado Federal, 1982.
6. GAMA, Padre Lopes da. *O Carapuceiro. ano de 1839*. N. 41. p 2. Fundação de Cultura da Cidade do Recife. Editora CEPE. Recife, 1983.
7. GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*. Editora Itatiaia.
8. KURY, Lorelai Brillhante. *O Império dos Miasmas – A Academia Imperial de Medicina (1830-1850)* Dissertação de Mestrado do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1990.
9. MACHADO, Roberto. *Danação de Normas: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
10. NENNINGER, J. E. *A evolução da higiene da morada na Idade Moderna*. Actas Ciba. Ano X. N.11 Novembro, 1943.
11. *O Diário de Pernambuco e a História social do Nordeste (1840-1889)*. (Org.) José Antônio Gonsalves de Mello. Volume II, Recife, p.805. Bases para um Plano de Edificação da Cidade. Diário de Pernambuco, 28 de agosto de 1855.
12. Relatório da Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, in *Seminário de Saúde Pública*, 9 de abril, nº 15, 1780
13. ROSEN, George. *Da Polícia Médica à Medicina Social: ensaio sobre a assistência Médica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. The Evolution of medicine. in: Freemann, H. E. Levine, S. e Reeder, L. G. (ed), Handbook of medical sociology. Trad. E.D. Nunes. Prentice – Hall, N. J., 1963, pp.18-51. Uma História da Saúde Pública. Trad. Marcos Fernando da Silva Moreira. São Paulo: Hucitec: editora da Universidade Estadual Paulista: Associação Bra-

sileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994. Michel Foucault – Microfísica do Poder; Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, em particular os capítulos: “O nascimento da Medicina Social” e “A política de Saúde no século XVIII”.

14. ZANCHETTI, Sílvio Mendes. *O Estado e a cidade do Recife (1836-1889)*. Tese de Doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP. São Paulo, 1989.

O Instituto Histórico e a construção da memória

Lourival Holanda

Letras – UFPE

Os Institutos Históricos exerceram sempre um papel fundamental – e fundante – na construção da identidade brasileira. Devemos muito do que somos às representações ali criadas e difundidas, sobretudo quando, entre o fim do Império e os começos da República, o país buscava uma imagem de si que propiciasse uma maior coesão aos muitos movimentos que naquele momento desenhavam a identidade nacional. Cada geração trabalha com a inteligência do seu tempo. E tenta responder às necessidades de seu momento.

Na flutuação de conceitos como global e local, memória e momento – é preciso redefinir, de modo operatório, a função dos Institutos históricos, sua importância na pesquisa histórica, na dinâmica da memória imediata, e sobretudo, sua responsabilidade na formação de novos núcleos de resistência à barbárie da desmemória que assola e assusta os de idade meridiana. Na compreensão atual ser cidadão integral implica em ser detentor de uma memória militante, reivindicatória. Daí a urgência de se repensar o papel do Instituto Histórico no momento nacional.

Nosso modo de pensar a memória varia; já não mais concebemos

o patrimônio enquanto coisa *natural, dada* uma vez por todas. O Instituto foi criado no momento em que a elite imperial constrói uma história do Brasil. O IHGB desde cedo reuniu em torno de si cientistas, diplomatas, intelectuais e escritores empenhados em dar uma feição cultural ao país. Daí o louvável seu acerto de seu acervo – e as lacunas que as premências de cada tempo alarga. Tudo se constrói historicamente. A temporalidade já está inscrita em nossa linguagem mesma. Muda-se de linguagem sempre que se muda de percepção da realidade. A linguagem é uma teia para apreender o sentido das coisas.

A mudança sofrida ao longo da história dos discursos históricos é considerável. Na universidade, o modo de tratar o objeto da história muda. Uma concepção linear, fechada, (história épica), em voga até recentemente, ainda de extração positivista, cede passo a enfoques monográficos, circunscritos a temas, contextos, questões de atualidade. A preocupação agora parece estar mais em ocupar o espaço do presente. Daí, por certo, o cuidado em historicizar o cotidiano. Contra as seduções da esperança, temos que pensar um futuro exequível. É nossa forma de sermos responsáveis. Por isso, creio, o Instituto Histórico tem um papel norteador quando cria *lugares de memória*. O próprio Instituto não é tão só um espaço de esperança – porque é chamado a ser mais: o espaço da conjunção de vontades. Aqui se unem vontades estudiosas, vontades industriosas. Há aqui o trabalho de uma segura mão – mais unânime que anônima agora – que uma firmeza de propósito guia.

Os tempos atuais pedem um retorno ao documento. Uma volta à memória. E toda memória é determinada por um momento (de que altura do tempo lembramos) e de um propósito (porque a concebemos, a que vem a memória). O documento pede o rigor aberto, em sua interpretação. O suporte histórico é o texto, o discurso, a linguagem. O escrito é, em muito, a alma das coisas. Por que deixa uma boa parte de seu sentido impregnado ali. A linguagem não é apenas o transporte da história: é parte do lugar onde a história se faz.

Muito da memória de Pernambuco está ali resguardada. Porque a história moderna passa pelo jornal, se faz *no/atravs* do jornal – *oração cotidiana do homem moderno*, como queria Hegel. Cabe à sociedade rever

seus valores a partir deste valor primeiro: o das representações sociais em torno das quais amarramos o sentido de nossas vidas.

Os Institutos podem ter uma função fârmaca (apenas para lembrar Platão, que associa lembrança e cura). A pesquisa pode ter uma função crítica de higiene social. Como entender os desacertos do presente sem ir às raízes onde, na história, eles se fundam? A memória coletiva é portanto um modo de luta por uma reivindicação de um melhor nível de vida. É como viver, conviver com os escombros de um passado que um descaso presente faz ficar insignificante, como?

Aquilo a que se está a chamar *aceleração* da história periga ser tão só o desenvolvimento desenfreado da técnica. Mas, qual técnica é boa se nenhum sentido conjunto a imanta? E tudo, no homem, busca significar, ter um sentido. Nem avançamos tanto no progresso científico ao alcance de todos e já nos voltamos para momentos na história recente que supomos imantados por um sentido: estético, político, sacro. Daí o prestígio atual da história, às portas do Instituto, o interesse pela cultura popular, pela fotografia antiga, o cuidar do patrimônio enquanto *lugares de memória*.

Um discurso oficial manipulou a memória recente a seu interesse e impôs silêncio a várias vozes. Machado de Assis é preciso quando fala num Brasil *oficial* – caricato e burlesco esse, e que encobre o Brasil mais vasto e profundo: o Brasil real. Muitos fragmentos da memória nacional amareleceram nas gavetas do Instituto, como as reservas de valores do tesouro nacional. Há, como lembra Michel de Certeau, os silêncios da história, carregados de significação, que urge escutar. A leitura do documento pede um Édipo ao enigma da material histórico: buscar o sentido daquilo que escapou. Carregamos uma herança de signos quebrados que, todos, insatisfazem. Claro, isso comporta certa margem de insegurança – mas só a insegurança faz pensar.

O Instituto tem sido um guardião sereno aguardando o tempo de dá-los à leitura perquiridora dos documentaristas – que sabem: sob o pó e as palavras, o sentido jaz. É quando o historiador acorda os sonhos dos mortos para melhor mover a vida. O Instituto é, de certa forma,

guardião do sentido, guardião da memória. Porque a memória sagra o tempo. Como no poema de Quevedo:

*serán cenizas mas terán sentido
polvo serán mas polvo enamorado.*

Claro que o pesquisador tem que ter uma outra inteligência (que não a tão somente cumulativa) para fazer falar o documento. Vem aqui o questionamento sobre a *redação* (aquilo a que chamam *emplotment*), Ricoeur vai dizer: *la mise en intrigue*: o enredo, a seleção dos fatos – e que já traz implícito um determinado quadro de valores do historiador – porque não há nenhuma *imaculada concepção* do fato). Benveniste distingue *enunciação histórica* (o fato passado) e *discurso* (quando alguém arma sua estratégia discursiva para ter efeito sobre o outro). O discurso põe em os postulados implícitos da pesquisa historiográfica. Ou: o modo de *representar* o real é já *interpretá-lo*.

E o *sentido*, (por que é preciso ver a história como uma continuidade *em transformação* – quer dizer: não há uma continuidade mística de qualquer “essência” da substância história). Ela é memória cumulativa de um processo histórico. Por isso não deve resultar numa retórica radical dum ceticismo arbitrário. A textualidade não deve devorar a história: não se pode renunciar à especificidade do histórico. A leitura do historiador tanto deve estar atenta à forma do discurso, quanto à experiência com o documental, à referência – porque é sobre o fato que o histórico funda seu sentido, apesar de toda a suspeição que um certo terrorismo teórico levanta sobre o *sentido*. Como se a componente de escritura (própria a todo texto) reduzisse a apenas isso todo registro de uma situação real.

Uma abordagem histórica recorre à narrativa (histórica), é certo; no entanto não está na lingüística da literariedade: antes, sua explicação de texto está ao nível do discurso, da significação portanto. Requer, deste modo, uma semiótica do discurso – ou: da referência. Enfim, ele vai ao fato. Se o objeto da literatura é a soma de experiências do mundo, o objeto da história pode bem ser o da busca de seu sentido. Daí a questão da interpretação.

Certa prática crítica, salutar até, mostrava o deslizamento de senti-

do, ao longo da história, dos momentos da cultura. No entanto, seu uso acríptico pode ser pernicioso: se tudo é construção, arranjos e montagens da memória, como fica o discurso histórico? Se se alastra um certo nominalismo radical – tudo é texto; o texto é tudo o que temos – num incerto pan-semiotismo, a realidade é devorada pelo signo. Tudo o que foi “incorporado” passa a ter um suspeito significado transcendental. Nessa perspectiva cético-cínica de desfazimento do sentido, qual a função do historiador? Pode o historiador renunciar à fé cartesiana na ciência? Pode abrir mão da crença kantiana na humanidade? Pode negligenciar a firme fé hegeliana na história?

Se há mudança, (mais: se ela é abrupta), se o sentido surge dos signos, pode ainda o historiador operar em sã consciência? A crise cultural mostrou os riscos e limites da crença numa lógica de mão única, e assim ataca o conceito metafísico de história, construído *a posteriori*, fincado em certezas finalistas – mas o essencial da história continua. Como o fósforo: quando se anuncia o momento de sua morte, é quando mais brilha.

A crise da história é salutar: momento de redefinição. Mas *os lugares da memória* ficam. Porque serão sempre fundamentais à constituição da identidade. O remédio à má história é *mais história* – e de melhor nível. Isso implica numa responsabilidade. E, ao mesmo tempo, define a pertinência social de certas instituições, como as Universidades e os Institutos Históricos.

Ultimamente o Instituto Histórico de Pernambuco tem aberto suas portas ao diálogo cooperativo com outros amigos. Recebeu entre seus membros uma escritora que tem trabalhado com muito brio e brilho, entre a literatura e a historiografia: Luzilá Gonçalves mostra que a fronteira une e faz mais fecundo o ofício dos que se ocupam com a circulação das coisas culturais. O Instituto dá provas de vigor, abrindo-se à atualização. É preciso não temer ir à especulação heterodoxa, frequentar outros registros, para alargar a leitura do documento. Já o grande padre Vieira via: *o verdadeiro saber é reconhecer a verdade ainda que seja filha de outros olhos ou de outro entendimento, e não se cegar com o próprio.*

A pesquisa pede o cuidado em defender-se do automatismo men-

tal a que a prática nos acua. Daqui, os fenômenos de fronteiras: buscar, desde o texto *dado*, seu sentido político *oculto*. E num momento de sociedade globalizante, de ameaças de diluição do local, (ou de reduzir o regional ao exótico, forma pobre e restrita de identidade) a referência à tradição impede de sermos meras caricaturas de modelos que a mídia impõe. O historiador é o poeta-detetive do detalhe diferenciador. Reivindicador da singularidade que fomenta cada cultura. O alargamento da pesquisa em história com a estrutura social – é uma reação contra a erudição estéril da história atomista da percepção anterior.

É preciso buscar e construir o sentido: na dupla acepção de *direção* e de *significação*: uma orientação significativa e uma significação orientada, para os estudos históricos. O historiador – e cada um é, no que se refere à vida pessoal, historiador, quando escolhe lembranças, ordena fatos e hierarquiza valorações – precisa defender a especificidade desses *lugares da memória* para restabelecer os vínculos da história pessoal com a poética social – enfim, com o *sentido* das coisas. Ainda que com resistências, na história pessoal como na social. Vale dizer com Guimarães Rosa: *Mas há, vaga, na gente, uma vontade de não saber, de furtar-nos ao malesquecimento. O inferno é uma escondida recordação.* Historicizar essa *escondida recordação* é operação salutar. Amarga, por certo – mas necessária.

A hermenêutica (a arte de compreender, de fazer falar os signos) ajuda a ver a importância que tais textos tinham em determinado cotidiano, que papel exerciam ali. A leitura de um fato deriva e depende do sistema de referência em que o inserirmos. A hermenêutica tende a mostrar que o fato só adquire *causalidade* dentro de certas regras de pertinência.

O literato e o historiador têm em comum, o documento – o dízimo que se paga ao real – ali cifrando uma leitura de mundo. As sociedades não são transparentes. Elas se *dizem* num modo artificioso – as línguas são sempre sinais de insídias. Importa, ao historiador, buscar, não tanto o que o texto *diz*, mas o que ele *significa*.

O historiador busca ver além da gramática social, consensual. Que *vê com e como* a convenção. A linguagem, a organização discursiva, tem

função modeladora, conformadora. O historiador deve ir à gramática que é a do documento, do tempo que estuda. Assim, vai descobrir o sentido daquilo que, a partir daqui, não tem sentido – mas que, recolocado em seu lugar, *faz* sentido. Saber e crença se fundem.

Para o historiador, há o cuidado em situar, historicizar, e por fim interpretar. Para *conceituar*, estabelecer nexos – que é o interesse do historiador.

O registro literário vai por um outro viés. *Os Rios Turvos* o romance de Luzilá, parte do documento. Também Marguerite Yourcenar, trabalhando *os arquivos do Norte*. Mas o documento é aqui uma *ocasião*: para ver a exemplaridade de Felipa, para ver os impasses de Bento Teixeira, o intelectual *brasileiro*. Para o historiador, o documento é *derivação*: resíduo de um conjunto cujo sentido completo sempre escapa. No entanto, nem por isso o historiador faz mera *evocação* do espírito de uma época: seu intuito é o de explicá-la. *Conceituar*. É intuito do historiador inventar um modo de relação que permita reconstruir o fato para torná-lo inteligível.

O procedimento literário tem outro escopo: segue um curso paralelo ao da realidade; vai viver o real de um outro modo que o do ritmo plano. Quando descreve, ajuda a compreender o que dá a ver. Aquilo que escapa à conceituação, a literatura acolhe. Por isso quer, pela reconstrução de uma linguagem, fazer repensarmos um mundo. Luzilá interroga o passado como uma forma de cobrança, de exigência para o presente. Seu romance educa em nós a sensibilidade ao Outro – no caso, à *outra*. E Felipa, depois de Luzilá, tem uma outra luz: sua linguagem transforma em compaixão o horror.

Daqui, os fenômenos de fronteiras: buscar, desde o texto *dado*, seu sentido político *oculto*. E num momento de sociedade globalizante, de poderes centralizadores, o historiador é o poeta-detetive do detalhe. Reivindicador do diferencial que fomenta cada cultura. É uma reação contra a erudição estéril da história atomista, anterior – e uma necessidade de resistência contra a banalização do evento, das obviedades sem transcendência, que a mídia multiplica em emoções sem o filtro de qualquer reflexão.

Ainda aqui, o papel social do Instituto, no momento atual: depois de certa efervescência do ideológico teórico, o Instituto é esse *lugar da memória*. É salutar esse retorno às raízes. Com a condição que esse olhar novo sobre o fato cultural evite o fetiche, através do constante cuidado crítico. Agora é preciso buscar, construir o sentido: na dupla acepção de *direção* e de *significação*: uma orientação significativa e uma significação orientada, pelos os estudos históricos. Por isso é preciso pôr, a serviço da ação, o rigor do pensador. E fazer a pesquisa subsidiar a paixão e empenho do militante – que somos todos, os que queremos transformar sempre em mais vida nosso momento imediato. História começa quando o historiador faz, ao passado, perguntas que aclarem seu presente.

De que serve, a uma mulher um Diploma em Direito?

As três primeiras bacharelas brasileiras

*Luzilá Gonçalves Ferreira **

Em seu livro *História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife*, volume VIII¹ o professor Gláucio Veiga nos conta a trajetória das três moças, às quais uma Faculdade brasileira atribuía, pela primeira vez, um diploma em ciências jurídicas e sociais. Consultando a imprensa pernambucana da época e as Revistas da Faculdade de Direito, podemos reconstituir a história dessas pioneiras, que ousaram sair do espaço privado dos lares para se lançar na arena do espaço público, lugar até então reservado aos homens.

Elas se chamavam Maria Coelho da Silva, Maria Fragoso e Delmira Secundina da Costa. Esta última, irmã de um conhecido cirurgião dentista, o Dr. Alfredo Costa, se casou após o curso e não exerceu outra profissão além daquela que se resume às atividades do lar. Mas suas duas outras colegas tentaram fazer valer o diploma que haviam obtido, embora cada uma de modo diferente.

Maria Coelho da Silva, que dirigia no Recife, o Colégio Imaculada Conceição, situado no Cais do Capibaribe, conforme anúncio num jornal do Recife, e dedicado à educação das moças, foi a primeira mulher a

¹ Vários volumes, publicados pela Editora da UFPE.

subir na tribuna do júri no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, onde fora residir. Durante alguns anos ela se dedicou à advocacia criminal. Em novembro de 1899, isto é, onze anos depois da obtenção de seu diploma, vamos encontrá-la requerendo um habeas corpus para uma cliente e vendo recusado seu pedido... pelo fato de ser mulher.

O documento que estabelece essa recusa, redigido e assinado pelo Dr. Carvalho Mourão, Sub-Procurador do Distrito Federal é um modelo de misoginia. Para justificar seu parecer, Mourão evoca vários precedentes. O de Mlle. Maria Popeline, uma belga doutorada em Direito que, tendo obtido seu diploma requerera à Corte de Apelação de Bruxelas ser admitida a prestar juramento e poder assim exercer a advocacia. A primeira câmara decidira, na sessão de 12 de agosto de 1888, que, não havendo lei que conferisse à mulher o direito de postular, ao Poder Judiciário não era lícito permitir que ela exercesse o ofício de advogado e este aresto fora confirmado pela Corte de Cassação. Exemplo semelhante acontecera na França em 1895, onde uma Mlle. Chauvin apresentara idêntico pedido. A Corte de Apelação de Paris declarara, como já haviam feito os tribunais italiano e belga, que a advocacia era “um ofício viril” e para que a mulher pudesse exercer esse ofício, seria necessário que a lei o houvesse permitido expressamente. E a lei não o poderia permitir, baseando-se em vários argumentos de ordem fisiológica, decorrentes da constituição física das mulheres, principal obstáculo ao exercício de uma profissão fora do lar. E Carvalho Mourão escreve, após um longo arazoado sobre a questão:

“A delicadeza de seu organismo não se compadece com a violência das emoções resultantes da luta forense, que além da grande atividade física, exige largos dispêndios de força intelectual, e se alguma vez se encontram espírito e corpo varonis em forma de mulher, a raridade do fato constitui mera exceção, em que os institutos de direito absolutamente não se podem firmar.”

Após essa tentativa de justificar, de modo concreto, a impossibilidade, para a mulher de exercer uma profissão dita masculina, em razão de sua fragilidade física, Mourão se torna lírico, ao estabelecer a oposição entre a razão e o sentimento, características de um e de outro sexo.

Esse lirismo deveria certamente cair no gosto do leitor da época, mas nos surpreende hoje, vindo da parte de um jurista que se quer austero e inflexível na defesa do Direito. Sobretudo porque é latente no seu texto, o desejo de fazer ciência e não literatura:

“Tendo mais desenvolvida a faculdade do sentimento do que a da razão, dirigindo-se mais pela influência carinhosa dos afetos do que pelos impulsos incoercíveis do dever, desenvolvendo-se como flor melindrosa na estufa recatada do pudor, onde só se expandem os aromas suaves da ternura, mal podendo perceber os abismos da perversão humana em sua infinita variedade, o lugar que a razão assinala à mulher é o recesso da família, dulcificado pelos encantos da virtude, não é o recinto dos tribunais, onde se autopsiam as misérias e os vícios humanos.”

Essa troca executada pela mulher do *recesso* (do lar) pelo *recinto* (dos tribunais) colocando em oposição os espaços público e privado, nos quais a mulher moderna deseja evoluir, só poderá ser uma fonte de desgosto para ela própria e para a sociedade, que perde desse modo o principal sustentáculo do equilíbrio da família, e, conseqüentemente, da sociedade. Aquela que tendo sido a dispensadora da ternura, exemplo de virtude, de recato, pode se transformar inteiramente ao contato das misérias humanas que o exercício do Direito lhe faz conhecer:

“Esta deslocação desvirtua o caráter da mulher, envenena-lhe o coração pelo contato imediato com todas as paixões ruins, arranca-lhe da alma, pelo atrito constante do interesses em luta, as crenças sadias e nobres, como que coopera eficazmente na obra do bem social, em que tanto se faz sentir a necessidade de sua influência consoladora e benéfica.”

Era por todos esses motivos que a Lei Romana proibia às mulheres o manejo das leis, explica Carvalho Mourão. E acrescenta a esses motivos um outro, igualmente “sério”: a aproximação entre homens e mulheres não era benéfica para a vida pública. Essas relações poderiam gerar simpatias, produzir condescendência, ocasionar despeitos, acender entusiasmos, dar lugar a inconveniências ridículas ou graves, “inconciliáveis com a majestade da justiça.” Aliás, continua o Sub-Procura-

dor do Distrito Federal, o mundo inteiro reconhecia esses argumentos, e agia em consequência, como o faziam países como a Inglaterra, Portugal, Itália, sendo a única exceção a República Norte-Americana. Aqueles países se inspiravam no Direito Romano, e nisso o Brasil os seguia: ali a mulher estava sujeita ao *jus potestatis* ou *sub manu mariti* ou *sub tutela*, e nesses casos sua situação de dependência não podia se harmonizar com o trabalho da advocacia, que reclama plena liberdade de ação.

É preciso lembrar que aquele requerimento de Maria Coelho havia sido precedido, alguns meses antes, por um pedido de inscrição como membro da OAB, da doutora Myrthes Gomes de Campos, com escritório de advocacia instalado à rua Uruguaiana, no Rio de Janeiro. A Comissão de Justiça, legislação e jurisprudência da OAB havia estudado longamente o caso. Na resposta dada à advogada, a Comissão resumira as razões nas quais se baseavam aqueles que se colocavam contrários à participação da mulher nas atividades jurídicas. Em primeiro lugar estava aquela que se baseava na fraqueza da constituição feminina – aquilo mesmo que invocaria Carvalho Mourão –, na reserva inerente ao sexo, na proteção que ela exigia, nas exigências da maternidade, nas obrigações do lar, que não lhe davam “tempo e nem as aptidões necessárias para as lutas e fadigas do foro”. Ao ler estas palavras podemos nos perguntar, partindo do raciocínio exposto, se, ao contrário, essas obrigações do lar, com seus problemas de relação com o exterior, com o cansaço advindo das noites insones, das tarefas infundáveis, para as quais nem sempre a mulher contava com ajudantes capazes, não eram exatamente um exercício que tornava a mulher mais apta à luta que a esperava na profissão.

Em segundo lugar, citava-se o Direito Romano, que afirmava ser a advocacia uma profissão viril. Dizia-se em seguida que o exercício daquela profissão não podia ser comparado ao de nenhuma outra: mais que um profissão, ela era uma espécie de ofício público e necessário. Havia ainda o fato de que a lei nunca declarara que a mulher era capaz de exercer ofício público e civil, e a lei que autorizara as Faculdades a conferir diplomas não alterava a legislação que vedava à mulher o tornar-se advogada.

É interessante notar que, após a exposição e análise desses argu-

mentos, a Comissão optara em favor do pedido da Doutora Myrthes. E se pronunciara:

“Que o direito da advocacia é um direito civil e portanto ninguém pode ser privado do exercício da advocacia, se existe título de capacidade ou de habilitação, sem que a lei tenha expressamente estabelecido as causas da incapacidade, em que se achar comprometido.”

Após a obtenção de seu diploma, ao que parece, Maria continuou por algum tempo a dirigir seu colégio, sendo considerada como um personagem feminino importante no cenário da cidade. No número especial do **Jornal do Povo**, dedicado ao primeiro aniversário da Abolição, um testemunho lhe é pedido. E ela redige, como o fazem igualmente outras mulheres que lutaram pela Abolição, um curto artigo, com epígrafe do poeta Lamartine em seu poema **O Lago** (“*O temps, suspend ton vol / Et vous heures propices, suspendez votre cours*”). E escreve, insistindo na importância do olhar do mundo sobre o Brasil, e do significado da libertação dos escravos para a nação como um todo:

“Faz justamente hoje um ano que rasgou-se para sempre aquele véu negro e indecoroso que nos envolvia, e que mesmo através do qual envergonhávamos de olhar para o estrangeiro; já não somos aquele povo bárbaro de outrora, já não vemos nossos irmãos chorando debaixo de um duro e cruel cativo, já não vemos as mães chorando pela ausência do filho que lhe fora arrebatado dos braços; não, nós somos um povo livre e todos uníssonos devemos dizer viva à lei de 13 de maio de 1888.”

E assinalando o caráter inaugural daquele acontecimento, ela conclui seu texto com uma pergunta:

“Qual será o brasileiro que não sinta uma alegria nascida do íntimo d'alma ao lembrar-se deste grande dia que será sempre olhado como o primeiro do nosso Brasil?”

Mas voltemos ao ano de 1888. O **Diário de Pernambuco** do dia 7 de novembro, narrou o ato acadêmico que consagrou as três moças, e a festa que se seguiu, salientando o fato de que aquela formatura demonstra-

va que novos horizontes podiam ser conquistados pela inteligência da mulher. O exame final de Maria Coelho, assim é narrado pelo **Diário**:

“Foi incontestavelmente um ato deslumbrante ver a bacharela ajoelhar-se, no auge do entusiasmo dos seus colegas e espectadores, prestar o juramento de estilo sobre o Evangelho e, em seguida, ser-lhe conferido o grau que até então só tinha sido conferido ao sexo forte; e mais esplêndido ainda o momento em que subiu à tribuna donde com grande verbosidade fez-se ouvir com todos presentes a sua tão suave quanto máscula voz.”

O **Diário** conta ainda que à noite, a Doutora Maria Coelho oferecera uma belíssima recepção em sua residência, à qual havia comparecido um “avultado número de senhoras da alta sociedade e distintos cavalheiros”. As danças se haviam prolongado até as duas horas da manhã e uma “lauta ceia” fora servida aos convivas, dos quais se ouviram bem elaborados discursos.

No dia 17 de novembro a **Gazeta da Tarde** anuncia, por sua vez, a colação de grau de Delmira Secundina da Costa, que em seguida fora acompanhada até a sua residência pelos moços da Academia “precedidos por uma banda de música, e naturalmente à noite, bailes, versos e cantos.”

Dois outros jornais, **O Recife Ilustrado** e **O Binóculo** registraram igualmente o fato, publicando retratos, entre folhas de louros e em primeira página, das três primeiras bacharelas do Brasil. **O Binóculo**, em seu número 43, ano Oitavo, ocupa a sua capa com os votos de parabéns, escrito em letras garrafais, às Exmas. sras. Dona Maria Coelho da Silva e Dona Maria Fragoso (Delmira Secundina não é citada), o todo emoldurado por uma margem desenhada de folhas de louros. No Editorial, faz-se o elogio das formandas, após anunciar-se o acontecimento e os dois nomes das homenageadas. E o Editor parece não encontrar as palavras para dizer sua admiração:

“A primeira é dotada duma bonita inteligência, possui considerável soma de conhecimento. O brilho cintilante de seu belo espírito ela deve ao profundo saber de um dos gênios mas fecundos da nacionalidade brasileira, o Dr. Tobias Barreto de Menezes.”

E, pressagiando a carreira que de fato seguirá Maria Coelho, o jornal lança os votos de que possa “conquistar uma reputação literária e científica”, dando desse modo, um “testemunho solene de sua bonita inteligência”, correspondendo assim aos ensinamentos do mestre. Quanto à “distinta Pernambucana a Exma. Sra. D. Maria Fragoço”, deseja-se que dê ótima aplicação ao seu título científico, “que com tanto critério como com tanta inteligência e denodo soube conquistar.” Acrescenta o editor que as moças são honras de Pernambuco que, “desassombradamente e heroicamente derrubaram a *bastilha feudal* do preconceito de que a mulher não tem aptidão para os altos mistérios científicos”. Ufanista com relação às glórias da província e desejoso de seguir a divisa do jornal, que é de render preito à virtude, saúda as jovens “com a efusão do entusiasmo” e conclui:

“Este fato bastante eloqüente e significativo prova que Pernambuco é sempre o principal lutador na imensa pugna de todos os movimentos científicos e civilizadores”.

A não menção do nome da terceira bacharela, Delmira Secundina, deve-se, certamente a questões havidas entre ela e seus colegas de turma. Em carta a Maria Fragoço, Arthur Orlando² que era então seu noivo, afirma não aprovar o desejo desta de querer assistir ao exame de Delmira, “por cumplicidade acadêmica”. Arthur Orlando acha que Maria não deve dar esta atenção à colega, á qual aliás, injustamente, a banca pretendia atribuir uma menção de excelência, segundo se dizia.

Um detalhe interessante, do qual, salvo engano, não se apoderaram os jornais humorísticos, foi o problema criado para a direção da Faculdade, pela presença de moças num recinto até então exclusivamente masculino. Como a permanência dos alunos no estabelecimento era longa, seria necessário para aquelas senhoritas um lugar reservado, onde pudessem descansar, ao abrigo do assédio dos colegas, estudar e satisfazer outras necessidades mais prosaicas. Foi assim que se criou um espaço para mulheres no prédio da Faculdade, o que se repetiu quando a Faculdade de Direito do Recife, após ter funcionado no mosteiro de S.

² Exemplar deste livro de Arthur Orlando se encontra na seção de obras raras da Biblioteca Estadual Castelo Branco.

Bento, em Olinda, e no Convento dos Jesuítas, como inquilina provisória, veio a ter sua instalação definitiva no prédio construído para esse fim, no começo de nosso século. Hoje ainda a chamada *sala dos espelhos*, fechada ao público, lembra a presença das distintas senhoritas que ali encontravam um espaço só seu, a salvo dos olhares dos colegas. A delicadeza das cadeiras de palhinha com encosto em medalhão, a pequenez das bancas de estudo, com o lugar destinado à pena e ao tinteiro, executadas em madeira de lei e caprichosamente entalhadas, segundo o costume da época, a beleza dos espelhos franceses, são testemunhos da passagem daquelas moças. E a elegância da pequena pia em mármore de Carrara, onde pequeninas mãos, hoje dormindo profundamente, se banharam.

Maria Fragoso: “os dois sexos são diferentes por sua própria natureza”.

Na residência de Maria Fragoso não houve, entretanto, festas reumbantes nem lautas ceias. Segundo conta Gláucio Veiga, Maria nascera rica, filha de um abastado comerciante português, cujos sócios o haviam enganado e roubado, partindo para Portugal – eram portugueses igualmente – deixando João Baptista Fragoso, que nenhuma culpa tivera, assumir as responsabilidades de enormes débitos dos companheiros desonestos. Desfazendo-se de sua fortuna para recuperar seu crédito no comércio da cidade, ele vendera seus escravos, as ricas jóias da família, as propriedades, os mais belos móveis e ficara reduzido à pobreza.

Depois dos exames no Colégio das Artes, a adolescente Maria Fragoso se matriculara em 1884 na Faculdade, então instalada no Convento dos Jesuítas. Preocupado com as possíveis dificuldades que a filha encontraria nos estudos, por ser mulher, seu pai, amigo de Tobias Barreto, pediu a este para dar aulas particulares a Maria. Não dispondo mais de tempo para fazê-lo, Tobias indicara um discípulo e amigo para o substituir, Arthur Orlando, que viria a namorar a aluna com quem se finalmente se casaria, na capela do Ginásio Pernambucano, no dia 6 de março de 1890, tendo sido testemunha do noivo, segundo notícia a **Gazeta da Tarde**, o Governador do Estado, o Marechal Simeão de Oliveira.

Como bom professor, Arthur Orlando orientara as leituras de sua aluna, presenteando-a inclusive com a obra de Jules Michelet, **La Femme**, livro que se encontrava então em sua 57ª edição, e que ela lhe pedira emprestado. Posteriormente Arthur Orlando, que integrava a Escola do Recife, se tornaria um brilhante jornalista, deputado e advogado, que sua esposa ajudava, redigindo muitas vezes os pareceres que o marido assinava, segundo se conta.

Dona Maria Orlando, neta de Maria Izabel Fragoso, conservou a correspondência que se trocaram os dois namorados³, o tratamento variando e evoluindo nos bilhetes e cartas, ele chamando primeiramente a aluna de Dona Maria e esta, cerimoniosa como convinha a uma moça, e sobretudo aluna, tratando o mestre por Doutor Arthur. Com o passar dos dias ele a chama de “minha feiticeira”, “minha Maria”, “Maria” e “meu coração”, enquanto ela respeitosa para com o professor durante muito tempo continua a chamá-lo de “Doutor Orlando”.

Influenciado por Tobias Barreto primeiramente, pela esposa em seguida, Arthur Orlando se tornaria um defensor da causa feminina no Recife de então. Em 1891 o jurista e sério jornalista publicaria um livro que surpreenderia seus habituais leitores, cujo título *O meu Álbum* anunciava o gênero de literatura que continha, numa época em que as moças cultivavam os álbuns de lembranças, de poesias e de pensamentos. Dedicado, segundo suas próprias palavras, à “minha mulher, a cujo olhar vibra todo o meu ser como o mármore de Memnon aos raios do sol”, o livro reúne textos leves, alguns de um romantismo retardado. Num desses textos, por exemplo, Arthur Orlando afirma se aborrecer quando ouve uma discussão sobre a superioridade que o homem ou a mulher exercem um sobre o outro. Para ele o homem tem mais razão, a mulher mais inspiração, no homem predomina a prudência e na mulher a ousadia. Em nada um sexo é inferior ao outro, eles se completam: a alma do homem se apura e se aviva junto à mulher, enquanto que a alma desta se alarga e se equilibra junto ao homem. E adianta uma idéia que o século XX exploraria: que há na alma humana elementos masculinos e femininos. E que estes elementos que aparentemente podem ser estéreis isola-

³ Da correspondência entre os dois, só as cartas de Arthur Orlando foram doadas à Fundação Joaquim Nabuco, onde podem ser consultadas.

damente, são fecundos conjuntamente. Num outro texto, o austero professor e participante da Escola do Recife, se mostra lírico, de um lirismo aliás, aqui e ali duvidoso, mas que se justifica pelo assunto, pela fase sentimental que vivenciava, pelo processo de urbanização desenfreada que estava sofrendo o Recife, provocando a nostalgia da vida retraída:

“Ali, Maria, naquele monte, coberto de verdor e pólen, junto àquela palmeira, em cuja cabeça vês brilhar todas as tardes a estula do pastor, é que havemos de construir a nossa casinha cor de rosa, um prodígio de engenhosidade e de gosto, próprio para os nossos olhares e sorrisos, um ninho encantador de sonho e frescura, onde poderemos ver nos olhos um do outro o que se passa em nossas almas; um retiro furtivo e misterioso, onde não seremos visitados senão pelo sol, que todas as manhãs virá dar-nos bom dia; ali sim, Maria, é que nós, não tendo entre bens de fortuna senão o espaço, o ar, a luz, havemos de passar a nossa vida, cheia de inocência e candura, até que um dia a morte venha buscar-nos para o seio da terra, transformando-nos em plantas, flores e perfumes, tornará a nossa morada uma escola de encanto para outros que se amarem como nós.”

O trecho acima mostra a que ponto seu autor fora marcado pelas idéias de Jules Michelet. Com efeito, no livro que Arthur presenteara a Maria, encontramos os conselhos que o autor da **Vida de Jeanne D’Arc** dava aos leitores, a respeito da vida artificial oferecida pela cidade. Michelet afirmava então que a rua era “uma mistura de cem coisas viciosas”, como a respiração de espíritos imundos, em mistura com a fumaça, com emanações más e maus sonhos. E pedia aos maridos que abandonassem as cidades, modo de desejar menos os prazeres que agitam e enervam, quando se pode ter no lar o amor e as alegrias rejuvenescedoras. E se não o pudessem fazer, que cultivassem um jardim, pois “o homem não cresce facilmente fora de suas harmonias vegetais”. Em todo caso, quando obrigado a permanecer na cidade, o homem deveria instalar sua esposa nos andares mais altos dos prédios – e aqui Michelet se posicionava contra o modelo urbano de construção burguesa, que instalava nos andares baixos os mais ricos e reservava aos pobres aqueles andares mais altos, o que se entende, num momento em que não existiam elevadores. Nos andares altos, escreve Michelet ao marido, exis-

tem a luz e a vista de que necessitava a jovem esposa grávida, nas longas horas em que esperava o marido. E se justifica:

“Quando não se tem sob os olhos as montanhas, as altas sombras, as belas florestas, recebe-se dos grande edifícios (onde está a vida nacional, a história da Pátria em pedras), emoções precoces cujos vestígios subsistem sempre.”

Essas visões grandiosas contribuiriam a formar a criança, acrescenta Michelet, como contribuem para instalar a poesia no coração das mães, poesias vivas e pilares da sociedade. Educar uma jovem é educar a própria sociedade, pois a sociedade procede da família cuja harmonia está na mulher, e da qual o destino evidente é o amor.

Oferecendo o livro de Michelet a Maria, Arthur Orlando gostaria, certamente, de ver a futura noiva adotar o ideal de abnegação e renúncia de si que pregava o escritor francês, praticado, aliás, em sua própria casa. Conhecemos a vida que levou a senhora Michelet que, segundo um biógrafo, lavava, engomava, cozinhava (cozinhar, escreve aliás Michelet, é como amamentar) ocupava-se da arrumação da casa sem delegar a ninguém este cuidado, entregando-se depois a copiar, noite a dentro, páginas e mais páginas do marido, para as editoras, durante a vida e depois da morte dele, num total esquecimento de si, como assinala o biógrafo. Em *La Femme*, Michelet aconselha ao jovem esposo que leve a sério a educação de sua jovem esposa, em seu próprio benefício e no benefício da sociedade. Assim fazendo, ele perfaz o trabalho já realizado pelas mães, às quais Michelet homenageia e lembra a dificuldade da tarefa a elas delegada pela sociedade, e o inevitável sofrimento daí advindo:

“Educar uma moça é uma obra sublime e desinteressada. Porque, tu, ó mãe, não a criaste senão para que ela possa te deixar e fazer sangrar teu coração. Ela é destinada a um outro. Ela viverá para os outros, não para ti e não para ela. É esse caráter relativo que a coloca mais alta que o homem e faz disso uma religião. Ela é a chama de amor e a chama do lar. Ela é o berço do futuro, ela é a escola, outro berço. Em uma só palavra: ela é o altar.”

Além de Michelet, cuja leitura marcou o espírito de Maria Fragoso,

como se pode ver na brochura que escreveria sobre a questão da mulher, a bacharela lera atentamente dois feministas: Stuart Mill, o polêmico autor de **A sujeição das Mulheres**, um ensaio que Freud traduziria para o alemão e que teve grande sucesso na época, e Condorcet, que tanta influência tivera na formação das primeiras feministas francesas.

Em 1904, Maria Fragoso publica no Recife um opúsculo, **A Questão da Mulher**⁴, onde expõe suas idéias sobre as relações entre os sexos, o lugar da mulher na sociedade e comenta as posições de alguns homens progressistas que se ocuparam da questão feminina, entre os quais Condorcet e Mill.

Condorcet, que Michelet chamara de o último dos filósofos havia sido o único teórico da Revolução Francesa que reclamara, antes mesmo de 1789, a igualdade entre os sexos. Fora igualmente o único a protestar porque na **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, não se falava nos direitos da mulher. Em nome da valorização do indivíduo, Condorcet será igualmente o primeiro a reivindicar o direito à instrução e os direitos cívicos para todos, independentemente do seu sexo. Para ele a diferença entre o homem e a mulher não estava na organização física, na inteligência de um oposta à sensibilidade do outro e sim no abuso da força da qual se servia o sexo masculino para subjugar as mulheres. Este abuso de poder se tornara um hábito nas sociedades, a ponto de os homens se servirem dele sem o questionar. No seu **Ensaio sobre as mulheres**, Condorcet lembra que todos violaram o princípio da igualdade de direitos, “privando tranqüilamente a metade do gênero humano do direito de contribuir para a formação das leis, excluindo as mulheres da cidadania”. Para que esta exclusão não fosse um ato de tirania, continua, seria preciso provar que os direitos naturais das mulheres não são absolutamente os mesmos que os dos homens, ou mostrar que elas não são capazes de os exercer. E raciocina:

“Ora, os direitos dos homens resultam unicamente do fato de eles serem seres sensíveis, suscetíveis de adquirir idéias morais e de raciocinar sobre essas idéias. Assim, as mulheres, tendo essas mesmas qualidades, têm necessariamente direitos iguais. Ou nenhum indivíduo da

⁴ Opúsculo sem menção de editora, depositado na Biblioteca Estadual Castelo Branco.

espécie humana tem direitos verdadeiros, ou todos têm os mesmos! E aquele que vota contra o direito de um outro, qualquer que sejam sua religião, sua cor ou seu sexo, desde já abjurou dos seus."

Podemos imaginar o efeito que teria causado esse raciocínio sobre aqueles que, acreditando estar realmente preconizando a liberdade, fraternidade e igualdade como princípios básicos da convivência dos homens, sob um regime democrático, haviam esquecido que nisso deveriam estar incluídas as mulheres. Aqueles que acabavam de ler no **Emile** de Rousseau que o desejo da mulher seria o do homem, que o seu lugar era no lar, suas atividades as das artes domésticas, seu apanágio o silêncio, sua dignidade a de ser ignorada, sua glória a estima do marido. Aqueles que haviam consultado o artigo *Mulher*, na **Grande Enciclopédia** e haviam aprendido que "a Natureza parece ter conferido aos homens o direito de governar". Aqueles que haviam talvez interpretado como um elogio por parte de Diderot, quando, na sua **Carta sobre a condição das mulheres** o autor da **Religiosa** se mostra galante, afirmando que, quando se escreve sobre as mulheres, é preciso, molhar a pena no arco-íris e jogar sobre o papel o pó das asas de borboleta.

Espírito lógico mas observador, pragmático, Condorcet insiste em analisar os atos quotidianos dos indivíduos desconstruindo as idéias pré-fabricadas e preconceituosas que regiam suas vidas, sem que nenhum questionamento esses mesmos indivíduos fizessem a respeito. Vai então buscar na fisiologia os exemplos habitualmente evocados para se justificar a inferioridade e a incapacidade femininas para ocupar determinados lugares na sociedade:

"Seria difícil provar que as mulheres são incapazes de exercer os direitos de cidadania. Por quê seres expostos à gravidez, a indisposições passageiras não poderiam exercer direitos dos quais nunca se imaginou privar pessoas que têm gota todos os invernos e que resfriam facilmente? Admitindo nos homens uma superioridade de espírito que não seja a consequência necessária da diferença de educação, esta superioridade só pode consistir em dois pontos: diz-se que nenhuma mulher fez uma descoberta importante nas ciências, deu provas de gênio nas artes, nas letras, etc. Mas provavelmente não se pretenderá conceder o direito

de cidadania apenas aos homens de gênio! Acrescenta-se que nenhuma mulher tem a mesma quantidade de conhecimentos, a mesma força de razão que certos homens."

Mas, continua, os homens de gênio são uma minoria, e que essa minoria posta de lado, a inferioridade e a superioridade se repartirão equitavelmente entre os dois sexos. As mulheres são superiores aos homens nas virtudes doces e domésticas. Elas sabem, como os homens, amar a liberdade, embora não desfrutem de suas vantagens. Sempre que o acaso ou as revoltas civis as fizeram entrar em cena, elas mostraram virtudes de cidadãs. E Condorcet faz uma afirmação que as feministas que lhe sucederiam não se cansariam, não se cansam, ainda hoje, de afirmar: finalmente, se existe alguma diferença fundamental entre homens e mulheres, essa diferença provém não da natureza, mas da educação, é a existência social que causa essa diferença.

O outro "feminólatra" – assim eram chamados na França os homens que lutavam em favor das mulheres, – que fazia parte das leituras de Maria Fragoço, Stuart Mill, se havia apropriado, das idéias de Condorcet, quase meio século depois. Mill consagrara sua vida à causa das mulheres e a questionar os privilégios de classe na Inglaterra de então. Achava inadmissível que aqueles que mais produziam para o progresso do país fossem os mais miseráveis. Convencido de que as questões sociais deviam ter primazia sobre as questões políticas, ele se batera contra a injustiça social, em favor do direito de voto dos negros da Jamaica e em prol da evolução feminina. Em 1867 ele fundou com duas inglesas, a primeira *Sociedade pelo voto das mulheres*, que a rainha Vitória veria, evidentemente, com maus olhos. Mill morreria seis anos depois, prevendo que o direito ao sufrágio feminino logo se faria.

Maria Fragoço foi uma leitora de Condorcet e Stuart Mill, cujas idéias ela analisa em seu ensaio, publicado pela Imprensa Industrial Nery da Fonseca: um opúsculo com capa rósea, tendo um delicado buquê de rosas ao lado do título. Estranhamente, ela não se entusiasma por seus posicionamentos em favor das mulheres, considerando-os românticos, abstratos demais. Seu romantismo provinha de uma "alucinação individual", que não levava em conta todas as circunstâncias e contingências

da vida, “não correspondendo portanto, seus argumentos, à realidade dos fatos”. E acrescenta, injusta, que esses paladinos do feminismo parecem vermes enamorados de estrelas.

Desde as primeiras linhas de seu trabalho, Maria Fragoso se coloca ante a questão, com a autoridade de quem refletiu e vivenciou o problema na prática quotidiana. Se o consenso universal fosse uma prova séria, diz ela citando o Dr. H. Thulié, a inferioridade feminina estaria fora de questão pois as legislações e as religiões sempre estiveram de acordo sobre o assunto. Entre aqueles que discutem o assunto, estão os que consideram que realmente a mulher é um ser inferior e os que a colocam em pé de igualdade com relação ao homem, lembra ela. E afirma: as duas opiniões se equivalem, porque não se podem comparar valores que não são semelhantes – e os dois sexos são diferentes por sua própria natureza, isto é, as diferenças entre eles são inerentes à sua própria organização, acentuadas pela educação que recebem:

“Mais se elevam as sociedades na escala da civilização, mais se acentuam os caracteres diferenciados de um e outro sexo; e mais se observam os fatos, quer no espaço, quer no tempo, mais se constata a impossibilidade de estabelecer comparação entre eles, tendo cada um, como têm, missão especial e organização adaptada e esta missão”

E Maria explica em que consiste essa missão especial que a natureza ou a sociedade atribuem ao homem e à mulher:

“Homem e mulher são naturezas indispensáveis, reciprocamente necessárias uma a outra. Cada sexo é complemento do outro, porque cada um deles possui funções especiais, cuja união íntima e solidária constitui a unidade humana, o par, isto é, o ser eminentemente social. A questão, portanto, é determinar a posição que o homem e a mulher devem ocupar na sociedade, de acordo com o determinismo social em sua integridade e não satisfazer-se somente com a histologia da alma, com a psicologia dos sexos, conforme pretendem alguns, porquanto a psicologia deve ser o coroamento da sociologia e não seu ponto de partida.”

Para Maria Fragoso, é evidente que a civilização não apagará dis-

tinções que existem *ab ovo* e, como disse alguém, o que foi decidido entre os protozoários pré-históricos não pode ser anulado por um ato do parlamento” mas a grande função da humanidade é perpetrar a espécie, melhorá-la sob o ponto de vista físico e intelectual. Nesse sentido, tanto o homem quanto a mulher devem concorrer igualmente para esse resultado, de acordo com os meios de que dispõe cada um. É exatamente essa civilização em progresso, que criou a mulher moderna, tão diferente das mulheres dos tempos primitivos. Essa mulher, que sabe desempenhar seu papel de mãe, é também aquela que não cuida apenas de seu bem-estar, de suas glórias, de seus triunfos, a que não renuncia ao papel humano “que a própria natureza das coisas lhe designa no seio da sociedade.”

A evolução da sociedade resulta da oposição e ao mesmo tempo da harmonia dos sexos. Conseqüentemente, é ir de encontro à evolução humana pretender assimilar os sexos ou estabelecer a superioridade de um sobre o outro. E Maria Fragoso continua, evidenciando sua formação positivista, assimilada do seu professor na Faculdade, Tobias Barreto, e voltando a atacar o autor de **A sujeição das Mulheres**:

“Todo erro na questão da mulher tem sido querer resolvê-la pelo lado puramente individual, psicológico, deixando de parte as condições da vida social.

“Felizmente, este velho ponto de vista vai sendo abandonado depois que o eminente filósofo francês Auguste Comte estabeleceu que o espírito humano não se desenvolve senão pela sociedade, o que importa dizer que todo indivíduo humano, moral e intelectual, não é senão um produto da sociedade, e acreditamos que o problema já estaria muito mais próximo de uma resolução, se o sr. Mill não voltasse ao período pré-sociológico, deslocando de novo a questão. Por sua vez, o grande Herbert Spencer, buscando a explicação dos fenômenos mentais na natureza do indivíduo, baseando a sociologia sob a psicologia, derivando os fenômenos sociais dos fenômenos físicos, como o fenômeno psíquico do fenômeno fisiológico, veio completar a confusão, que se faz na maioria dos espíritos.”

A admiradora de Comte crê firmemente, que o destino do homem

como o da mulher está determinado pelo meio e pelo momento histórico em que vivem esses indivíduos. E se apóia em outros grandes espíritos para convencer o leitor da justeza de suas opiniões, demonstrando, que havia assimilado as lições recebidas e que estava a par das idéias de autores mais recentes:

“Durkheim distingue três espécies de ambientes para o homem: físico, orgânico e social, mas o orgânico não é senão o resultante dos outros dois.

“Porém o meio físico, relativamente ao meio social é, por assim dizer, fixo no curso do homem, enquanto o meio social se caracteriza por uma incessante instabilidade. O meio físico permanece o mesmo durante uma infinidade de gerações, ao passo que o meio social varia de geração a geração.”

É desta maneira que se compreende que mulheres, vivendo em meios sociais diferentes do nosso, possuam uma fisionomia própria, como a americana, por exemplo. Esta é um produto do ambiente social da “grande República”, o resultado de uma civilização nova, a qual deve influir sobre a condição da mulher não menos que sobre a do homem. A população americana, compondo uma civilização inteiramente sua, modela esta mulher à sua imagem. Isso explica a conduta da mulher americana, que está despedaçando todas as cadeias e convenções tradicionais impostas ao seu sexo, apesar de que individualmente o yankee lastime, saudosos, o predomínio que lhe foge das mãos.

Maria Fragoso vai buscar longe, na história da humanidade, as fases por que passou a mulher e que a fez chegar à sua posição atual. Pois as relações entre os sexos nunca funcionaram de modo uniforme:

“Na história das relações entre os sexos da raça humana, se distinguem três épocas bem distintas e caracterizadas: na primeira reina a força muscular, a mulher é besta de carga ou escrava, desempenhando a função econômica de instrumento de trabalho; na segunda impera o erotismo sob a forma mundana de Messalina ou mística de Santa Tereza, sendo a mulher do ponto de vista econômico, uma verdadeira máquina de gastar dinheiro; na terceira, o instinto que caracteriza os animais e os selvagens, cede lugar à reflexão.

"A razão se substitui à paixão. Como consequência do aumento da sociedade em volume, em densidade, em complexidade, em mobilidade, surge um determinismo novo, que impõe ao homem e à mulher novas responsabilidades. O indivíduo, tornando-se cada vez mais refletido, é cada vez mais determinado em seus atos pela razão, filha do desenvolvimento social."

Esse desenvolvimento social, para Maria Fragoso, tem um alcance universal, é incessante e inevitável. Já não há terras a se descobrir, os povos estreitam cada vez mais suas relações, o comércio internacional se faz sem fronteiras. A ciência progride e suas descobertas não ocasionam desordens, antes contribuem a subordinar o indivíduo à sugestão do determinismo social. Que advirá daí? pergunta Maria. O cativo do homem fará *pendant* à emancipação da mulher? E ela lembra que enquanto as mulheres protestam contra as limitações às suas atividades, os homens se queixam da concorrência que elas lhes fazem em algumas profissões. E essa concorrência é justificada: as mulheres se lançam ao mercado de trabalho porque necessitam fazê-lo para sua própria subsistência ou para a subsistência de pessoas que conservam em torno de si. O trabalho das mulheres não deveria causar oposição entre os homens. Se eles pertencem a classes abastadas, eles não têm razão de lastimar seu destino. E nas classes inferiores o interesse bem compreendido deveria levar os homens a louvar esse trabalho. Mas é justamente nessas classes que surgem queixas, afirma Maria Fragoso. E cita as palavras de um homem, o Sr. G. Street, que escreve na **Fortnightly Review**:

"Nenhuma queixa acerca da sorte extremamente feliz das mulheres pode com razão ter lugar nas famílias ricas. Um homem bastante rico e ocioso poderá talvez imaginar que sustenta a mulher, mas, economicamente, é a sociedade que os mantém a ambos. Além disto, aos fins para que a sociedade mantém os ricos ociosos, ou antes, ao mister de animar as artes e as ciências e ao dever de dar bons exemplos de moralidade e de fina educação, as mulheres correspondem, geralmente falando, melhor do que os homens."

A crítica ao trabalho feminino vinda da parte daqueles que pertencem a famílias modestas, continua Maria Fragoso, é um contra-senso,

uma vez que o trabalho da mulher vem auxiliar as despesas caseiras e, talvez até fazer com que ela possa um pouco satisfazer “os gozos de arte” dos quais necessita. Que entendia Maria Fragoso por gozos de arte não o sabemos, mas a expressão soa como algo que proporcionasse algum momento de liberdade, de beleza: ida a concertos? Compra de belos objetos? Estudo de algum instrumento, para deleite próprio? E ela conclui:

“Aqueles que entendem que a emancipação da mulher importará no cativo do homem, pertencem àquela categoria de espíritos que não vêem em a natureza outra coisa senão contrastes, importando a afirmação de um termo a negação de outro, como finito e infinito, par e ímpar, uno e múltiplo, direito e esquerdo, reto e curvo, masculino e feminino, e assim por diante.”

Indivíduos pois, sem sutileza, sem capacidade de nuances.

Alguns anos antes que essas três primeiras bacharelas começassem seu curso, Tobias Barreto se batera na Assembléia Legislativa para a concessão de uma subvenção a uma jovem que desejava estudar nos Estados Unidos, já que mulheres não eram, então, admitidas em nossas Escolas de Medicina. Seu opositor, um certo Doutor Malaquias, se tinha mostrado contrário à concessão da ajuda à jovem, dona Josepha Agueda de Oliveira, alegando que as mulheres não eram aptas ao estudo das ciências, por terem o cérebro mole e com menos circunvoluções (sic) que os cérebros dos homens. O idealizador da Escola do Recife conseguira convencer os sizudos deputados seus colegas.

As primeiras bacharelas que foram alunas de Tobias, concluindo seu curso com brilhantismo, mostraram que seu mestre tivera razão ao defender a capacidade feminina para os estudos superiores.

* *Luzilá Gonçalves Ferreira, professora na Universidade Federal de Pernambuco, é escritora com 19 livros publicados. Entre eles um ensaio sobre a Imprensa Feminina no século XIX, intitulado Um discurso feminino possível (ed. UFPE, 1996), e um volume sobre a atuação das mulheres na Abolição da escravidão no Nordeste, publicado igualmente pela editora da UFPE sob o título de Suaves Amazonas (1999).*

José Hygino e o Sonho da História

Marcos Galindo *

Com patrocínio do Imperador D. Pedro II, O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, vivenciaram na segunda metade do século XIX uma época do ouro. Fenômeno semelhante se dava nas províncias onde, uma após outra sociedade histórica se organizava em grêmio. Os ventos positivistas animados pelos escritos de Augusto Comte sopravam no Brasil estimulando a busca por uma história precisa e firmemente fundada em dados primários. Era o século de Francisco Augusto Varnhagen que cascavilhava os velhos e empoeirados arquivos europeus em busca de manuscritos que iluminassem a história do Brasil.

Nos anos cinquenta desse século, (1841-1854), comissionado pela Coroa, partiu para Europa o ilustrado Dr. Joaquim Caetano Silva, com a missão de fazer uma história das fronteiras amazônicas da porção norte ocidental do território ocupado por brasileiros, então disputado por Portugal e as principais nações expansionistas européias. Desta missão resultaram o livro "*L'Oyapoc et L'Amazoné*" e uma magnífica coleção de oito volumes de cópias de documentos com tradução para o francês, oriundos dos arquivos da Casa Real e dos Estados Gerais em Haia. Esta foi a primeira grande iniciativa de acessibilidade aos arquivos depositados nos Países Baixos, que permitiram as primeiras incursões historiográficas de brasileiros no pantanoso oceano da língua holandesa. A esta época julgavam-se perdidos os arquivos da Velha Companhia das Índias

Ocidentais – o WIC, supostamente devorados pela incúria dos holandeses em 1821 e 1832¹ quando foram vendidas como papel velho mais de 60 mil pastas de manuscritos destes arquivos. Por uma felicidade conspirada pelo destino, grande parte os papéis de importância para história do Brasil, oriundos da Velha Companhia, ficaram preservados, ou porque não dizer, esquecidos em Midelburg, capital da Zelândia, onde havia se reunido pela última vez a cúpula da Companhia.

Entre 1841 e 1854, quando Caetano estivera na Holanda, ainda não se tinha conhecimento do feliz sucesso destes papéis. Somente em 1874 após a Visita do Barão de Ramiz, vieram à luz as descobertas dos acervos de Middeburg que continham as mais preciosas informações de interesse histórico brasileiro na Holanda.

É neste momento que aparece José Hygino, então já emergindo no meio intelectual da empobrecida e decadente açucarocrata Província Pernambucana, marcando definitivamente sua presença no panteão da historiografia nacional.

Nascido em 22 de janeiro de 1847, filho do Dr. Luiz Duarte Pereira² e D. Carlota Hygino e neto de José Hygino Miranda, “extremado

¹ Em 1821, dez mil volumes e em 1832, cinquenta mil volumes de material arquivado proveniente da *West Indian Compagnie* foram destruídos para reduzir custos de armazenamento. Mais sobre este assunto ver em Pereira, José Hygino Duarte. (1886) *Relatório...* op cit., e TANAP. *Towards A New Age of Partnership*. The Hague/Leiden, General State archives/Leiden University. 1999, p9

² Dr. Luiz Duarte Pereira - Filho de José Hygino de Miranda Revolucionário de 1848 – PE (Revolução Praieira) bem como Luiz Duarte Pereira. José Hygino Duarte de Miranda teve sua casa saqueada pelas tropas legalistas regulares, durante a revolução Praieira de (1848/9); em 02/05/1849 estava preso, a bordo da Corveta Enterpe, e é referido pelo autor, como rico proprietário ex-sub delegado da Freguesia de Santo Antonio do Recife, e há ainda uma referência a que, antes, estivera preso no “Constituição” e “Pirajá”, incomunicável. É citado também na relação dos pronunciados, no processo capital, com o posto de proprietário. “in “Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco” de Urbano Sabino Pessoa de Mello, Editado pelo Senado Federal / Brasília/ 1978, pp 99/236/240. As notas biográficas de José Hygino que seguem foram coletadas principalmente em Clovis Bevilacqua (1859-1944). José Higinio Duarte Pereira in. *Historia da Faculdade de Direito do Recife*, Edição comemorativa do Sesquicentenário da Instauração dos Cursos jurídicos no Brasil (1827-1977) 2ª edição Instituto Nacional do Livro com a colaboração do Conselho Federal de Cultura Ministério da Educação e Cultura, 1977. p. 342-348. e Moras, Zildo Gonçalves de. 1976. *Barão de Palmares* (Levi e Patriarca) - RJ 1976 - B. do Museu Imperial de Petrópolis (exemplar datilografado) 933-381-0 172 B; Xavier, Carlos, (1942) “José Higinio Duarte Pereira” in *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*, VI volume. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1942; Ver também Muniz, Arnur, (1903) “José Hygino e Pereira da Costa, discurso proferido no Instituto Archeológico, e Geographico Pernambucano.” Recife, IAGP/Arquivo Público Estadual, 1903, pp 23 e ss.

liberal na luta de 1848”.³ No seu terceiro ano de faculdade se alistou como voluntário da pátria para combater no conflito do Paraguai, não logrando, contudo, o intento, por ser considerado de “compleição fraca”.



J. H. Duarte Pereira

Em 1874 contrai património com D. Margarida da Câmara Duarte Pereira – filha do Barão de Palmares – com quem teve 6 filhos: Gertrudes Duarte Pereira; Maria Carlota Duarte Pereira; José Hygino Duarte Pereira Filho; Dolores Duarte Pereira; Bernardo Duarte Pereira e Luiz Duarte Pereira Neto.

Formou-se no ano de 1867⁴ e recebeu o Capelo doutoral em 1876. É nomeado Juiz municipal na cidade do Desterro, atual Florianópolis,

³ “Não se apagaram no futuro juriconsulto as tendências belicosas do avô” Bevilacqua, Clovis. 1977. *História da Faculdade de Direito do Recife*, 2ª ed. I.N.L. p. 342-348.

⁴ Existe divergência neste ponto. Carlos Xavier diz que Hygino se formara em São Paulo, enquanto, Zildo Gonçalves de Moras afirma que teria sido pela Faculdade de Direito do Recife.

Santa Catarina, onde inicia sua carreira política, sendo elevado a deputado provincial. Ainda em 1876 é reconduzido ao Recife para assumir o lugar de Juiz substituto daquela comarca, ao mesmo tempo em que é nomeado professor substituto da Faculdade de Direito. Em maio de 1878 demite-se do cargo de juiz substituto e é nomeado Secretário da Presidência da Província de Pernambuco.

Éram tempos turbulentos de efervescência intelectual, a abolição da escravatura sinalava uma ruptura eminente da velha aristocracia rural para uma sociedade urbana industrial, emoldurando a ebulição política que antecedeu a queda da monarquia. Queria o Brasil alcançar os avanços civis em voga na Europa industrial que contaminara a América, mas amarrado a Portugal na condição de colônia isto não lhe seria possível.

Hygino foi um jovem embriagado pela esperança, apostava na república e na filosofia positivista como agentes iluminadores que poderiam redimir o glorioso Pernambuco. José Higinio Duarte Pereira, levava o nome do avô, José Higinio de Miranda, expoente liberal ilustre da revolta de 1848, que certamente o estimulara nas escolhas que dariam prumo a sua carreira de intelectual e político.

O ilustrado Dr. José Hygino iniciou sua vida intelectual como jurista, a vocação para os domínios de *Clio* esteve como um projeto pene em sua vida que ele nunca logrou concluir: escrever a história o período a que se dedicou. Porque não teria Hygino concluído seu tão perseguido desidério?

Até o ano de 1884 Hygino não publicou nada de significativo no campo da história. Mas o encontramos em embates com Tobias Barreto em torno da teoria positivista Spenceriana do final do século XIX. Publicou em 1899 sua tradução do "*Tratado de direito penal alemão*" de Franz Von Liszt. Sua obra historiográfica, composta de uma bem conhecida lista de traduções de documentação primária, foi publicada principalmente nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.

A história do domínio Holandês no Brasil, até então contava apenas com trabalhos de P. M. Netscher, "*Les Hollandais au Brésil*" publicada

em 1853, e a monografia de Francisco Augusto Varnhagen *As Lutas dos Holandeses no Brasil*, impressa em duas edições (1871 e 1872). Apercebera-se Hygino que este período era um terrível hiato na história colonial Brasileira. Tinha nas mãos a oportunidade de fazê-lo, estava habilitado ao Alemão, estudou holandês. Em 1884 e 1885 planejou sua pesquisa na Holanda com base no relatório de Ramiz Galvão que se realizou entre abril de 1885 a abril 1886.

Hygino teve a sorte de encontrar os arquivos da Velha Companhia das Índias Ocidentais e a pachorra da busca das fontes da Holanda que lhe custaria tempo, saúde e a paz de espírito. Não caiu Hygino na vala comum da exaltação colonialista de Nassau e dos holandeses. Ao contrário, dedicou-se a oferecer as condições básicas para o estabelecimento de uma discussão que recuperasse a posição do Brasil na história universal àquele tempo, e, o entendimento dos desdobramentos da intervenção holandesa no desenvolvimento mais amplo da colônia pós-restauração.

Em 22 de maio de 1885, durante sua viagem a Holanda, vem à luz o primeiro número do periódico, o “*Jornal da Tarde*”, de onde militava contra o regime monárquico. Por perseguição dos monarquistas Pernambucanos, é forçado a retornar ao Brasil, diz Hygino:

“A 3 de Janeiro deste ano (1886) recebi uma carta do exm^o snr. Conselheiro Delegado do Tesouro em Londres, avisando-me de que, segundo lhe constava por um ofício do Inspetor da Tesouraria de Pernambuco, o exm.^o Sr. Barão de Mamoré, atual ministro do Império, suspendera os meus vencimentos desde dezembro ultimo.”⁵

Retorna ao Brasil e publica em abril de 1886 seu famoso relatório de pesquisas na Holanda. Nos anos seguintes trabalha na tradução de textos que copiara na Holanda para publicação e preparação da história do domínio Holandês quando é surpreendido pelo advento da República.

É eleito em 1891 Delegado do Povo por Pernambuco na qualidade de Senador e põe a serviço da república sua experiência jurídica e

⁵ Pereira, José Hygino Duarte. (1886) Relatório apresentado em sessão de 9 de maio de 1886. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. N^o 30, Recife, IAGP, pp 7-110.

bagagem histórica. A partir daí não mais conseguiria livrar-se da política, seu espírito iluminado o eleva rapidamente ao estrelato no parlamento. É eleito como um dos 21 parlamentares que compunham a comissão reunida para dar parecer sobre o projeto de constituição enviado pelo governo. Sabemos pelos *Annaes do Parlamento* que sua posição foi mais que de mero parecerista, influenciou profundamente nos destinos da Constituição, ao ponto de ser acusado de tentar reescrevê-la.

Quando da dissolução do Congresso pelo presidente Deodoro da Fonseca, José Hygino foi o redator do manifesto do Parlamento que se rebelava contra a dissolução arbitrária do congresso. Deodoro renuncia e com a ascensão de Floriano Peixoto, lhe é confiado em 23 de novembro de 1891 a pasta da justiça que vai ocupar até 10 de fevereiro de 1892. Acumula ainda os Ministérios do Interior e da Instrução Pública, estes exercidos por um ano, quando se retira para ocupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Em seguida abandona a vida pública e monta sua banca de advocacia no Rio de Janeiro, ocasião em que retoma o trabalho de historiador.

Amiúda-se com Pedro Souto Maior com quem retoma projetos interrompidos pela política em 1890. Traduzem juntos a obra de Joannes de Laet,

*“Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até o fim do anno de 1636. (Yaerlyck Verbael’ der West-Indische Compagnie)”*⁶

Fora do Governo manteve aceso seu prestígio e quando a república necessitou de uma “Consolidação das Leis da Justiça Federal” foi comissionar Hygino para a executar. Em 1901, no governo de Campos Salles, lhe é confiada outra missão, desta feita representando o Brasil na qualidade de Delegado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário e Vice-presidente da Segunda Conferencia Panamericana, reunida na cidade do México, quando lhe valera sua experiência de Jurista e conhecedor dos problemas da América Latina. Nesta ocasião propôs a

⁶ Publicado *Post mortem* em 4 Volumes dos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. 30 (1908); 33(1911); 38(1916); 41-42(1919-20).

codificação do Direito internacional público e privado, elaborada ombro-a-ombro com juristas americanos e europeus. Não viria Hygino este projeto concluso, a morte o encontra Hygino com 54 anos incompletos, no auge de sua carreira, deixando inacabada a obra histórica, seguida por Alfredo de Carvalho, que também não logra escrever a síntese histórica para o período. A obra sonhada por Hygino só viria à luz anos depois, esboçada em 1912 por Hermann Juliam Edward Wäetjen, publicada no Brasil em 1938 sob o título “*O Domínio Colonial Hollandês no Brasil. Um capítulo da historia colonial do século XVIII*” e por José Antônio Gonsalves de Melo em 1947 com *Tempo dos Flamengos*.

Em 11 de dezembro de 1901 noticiava o periódico Mexicano *El País*:

“Em todos os círculos aristocráticos não se fala de outra coisa senão da sentida morte do senhor Professor. Dom Hygino Duarte Pereira delegado da República do Brasil e Vice-presidente do Congresso Panamericano. Faleceu de pneumonia as quatro da tarde no aposento que ocupava no Hotel São Carlos...”

O Presidente México Porfirio Díaz enviou a Campos Salles Presidente do Brasil a seguinte mensagem.

“México, Diciembre, 11 de 1901

Excmo. Señor Presidente de los Estados Unidos del Brasil- Rio Janciro.

Reciba V.E. mi más sentido pésame por el lamentable fallecimiento del Sr. Duarte Perira.

Porfirio Díaz.”

Era vencido Hygino por um mal que o acompanhava desde muito tempo. Lembremos que ele fora em 1865 desqualificado como voluntário da pátria para lutar no Paraguai por ser de “Compleição fraca”. Em Haia, registrara duas décadas mais tarde no seu relatório de pesquisas o sacrificio de estar “*longos meses em um país paludoso e insalubre, como a Holanda*”, onde sofreu de males pulmonares como consta de seu relatório.

Agora quando se comemora o jubileu centenário de sua morte cabe-nos indagar, qual legado que nos deixou Hygino? Entendemos que lhe pertence o mérito do uso social largo e democrático da informação histórica. Nobilita-lhe o labor árduo dos arquivos, a pachorra da pesquisa. Hygino inaugurou, a seu modo uma nova era, o tempo da acessibilidade à informação histórica com trabalho e dedicação da vida a este objetivo.

** Professor do Departamento de Ciência da Informação de UFPE e membro efetivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.*

O Recife das “Terras de Marinha”

*Maria Angela de Almeida Souza **

O utrora uma baía, que se mantinha separada do mar por “recifes” – rochedos de arenito – paralelos à costa, a planície na qual a cidade do Recife se assenta formou-se por um duplo processo de sedimentação, desencadeado pelo mar e pelos rios que nela desembocavam. Resultou cortada por rios, canais, gamboas, maceíós e sua ocupação se deu mediante a conquista de imensos alagados. A exigüidade de terra firme tornou mais agudo o processo seletivo sob o qual a cidade se desenvolveu.

O Recife antigo já configurava o contraste dos sobrados altos e estreitos, com três a seis andares e ligados uns aos outros nas áreas compactadas, e dos mocambos, dispostos de forma livre e desordenada nos densos manguezais. Em sua obra *Sobrados e Mocambos*, Gilberto Freyre (1951) comenta que:

“... no Recife, os contrastes de espaço não precisaram das diferenças de nível. Impuseram-se de outro modo, pelo contraste do solo preciosamente enxuto e o desprezivelmente alagado, onde se foram estendendo as aldeias de mocambos ou casas de palha..”

Objeto de uma regulamentação especial do Império, em 1831, que incorpora ao Patrimônio da União todas as terras da costa brasileira, inundadas pela preamar média daquele ano, os alagados e, como tal, mais da metade da planície do Recife, passaram a se constituir “Terre-

nos de Marinha”¹ terras de praia, de margem, de beira-mar, de mangue, de maré. As condições de ocupação e de formalização dessas terras passaram, desde então, a condicionar o processo conflituoso em que se deu a urbanização da cidade.

Enfocando a legislação que disciplina as “terras de marinha” e as condições de acesso à terra urbana no Brasil, este texto aborda, de modo breve, a repercussão desse arcabouço legal no processo de urbanização do Recife.

1. O disciplinamento das “Terras de Marinha”

Até o início do século XIX, a titularidade sobre a terra das cidades brasileiras era concedida por “sesmarias”² - instituto jurídico de apropriação de terras expresso por “termos” da Câmara Municipal, a qual representava o poder público e administrava o patrimônio da Coroa Portuguesa. Seguia os mesmos critérios³ da doação de terras por “sesmarias” para produção agrícola, o que significava que aquele que requeria, à Câmara Municipal, a posse da terra na cidade tinha a obrigação de construir, num período determinado (cinco anos), caso contrário, seria obrigado a restituí-la.

As terras de praia, de margem, de beira-mar, de mangue e de maré,

¹ Com o objetivo maior de defesa da costa, as “Terras de Marinha” foram definidas como as terras inundadas pela preamar média do ano de 1831 (ano de regulamentação dessas terras), acrescidas de 33 metros (distância de alcance de um tiro de canhão)

² Ao introduzir na Colônia o sistema donatário, D. João III determinou aos capitães que dessem terras de sesmarias “na forma que tem na minha Ordenação”. Por sua vez, as Ordenações Filipinas definiam as sesmarias como “as dadas de terras, casais ou pardeiros que foram ou são de alguns senhores e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas e agora o não são.” (C. PORTO, 1980 p. 30).

Inicialmente implantadas no Brasil para terras de produção agrícola, as “sesmarias” são doações de terras feitas pelos Donatários das Capitânicas e pelos Governadores Gerais, no período colonial, em regime de “uso fruto”. Embora o próprio nome indique a contrapartida do sesmeiro (adquirente das sesmarias), ou seja, o retorno para o doador das terras da sexta parte dos frutos das terras doadas, chamadas “sesmas”, no Brasil a maioria das sesmarias foi cedida gratuitamente, em face da necessidade de estímulo para o povoamento e a exploração das terras. (R. C. Lima, 1988).

³ A doação das “sesmarias” implicava o cumprimento de condições que, não satisfeitas, tornavam sem efeito a concessão das terras. Era exigido: o aproveitamento da gleba em prazo determinado, o registro da carta ou “termos”, o pedido de confirmação ao Rei, o pagamento do “foro” (no caso em que a dada das terras assim o requeresse), a medição e a demarcação. Não cumprindo qualquer uma dessas exigências, a doação se tornaria sem efeito e as terras deveriam ser devolvidas, nascendo daí o termo “devolutas”.

posteriormente denominadas “terras de marinha”, não interessavam, no início da colonização, por ser o solo vizinho do mar, alagadiço, coberto pela maré, imprestável para agricultura e que exigia serviços pesados de aterro, de drenagem e de consolidação, no caso de utilizá-lo para construção. Por esta razão, a primeira notícia que se tem desse instituto em terras brasileiras, data de meados do século XVII, quando o Governador do Rio de Janeiro, em 1646, autorizado pela Coroa portuguesa, propôs à Câmara Municipal a venda dos chãos de praia, com ou sem foro, sendo a proposta atendida⁴.

Pela solicitação do Governador à Câmara Municipal ficou expresso que tais terrenos eram chamados de “marinha” da cidade e eram reconhecidos como de domínio público (propriedade do Município). Por outro lado, o processo proposto de alienação das terras através da constituição do **aforamento**⁵, estabelecia que tal alienação se dava, unicamente, em relação ao domínio útil, conservando ao Estado o domínio direto das terras.

Decorridos pouco mais de trinta anos, iniciaram-se as disposições do reino sobre os terrenos de marinha. Em 1678, uma Carta Régia dispunha que os mangues eram de regalia da Coroa, por serem necessários para o povo, os engenhos e os navios⁶. Já no século XVIII, outra Carta Régia de 1710 estabelece que as sesmarias nunca deveriam compreender as marinhas, para preservá-las para serviço do Rei e defesa da terra⁷. Quinze anos depois, a Carta Régia de 1725 impede edificações em marinhas⁸.

⁴ Estas informações foram extraídas do documento: “*Razões Finaes Offeredidas perante o Supremo Tribunal Federal sobre a Questão dos Terrenos de Marinha*”, de 1904, citado por V. CAMPOS (1980 p.2)

⁵ “Aforamento” é a concessão do domínio útil do solo ao ocupante, mediante o pagamento à União (detentora da propriedade da terra) de uma taxa anual (o “foro”), em regime de “enfiteuse”, que dissocia o regime jurídico (cedido ao aforante) e o domínio político (reservado à União). O instituto do aforamento é utilizado em terras sujeitas a senhorio, em que só se aliena o domínio útil do solo, preservando-se o domínio direto ao proprietário das terras.

⁶ Carta Régia de 4.12.1678: “... estes mangues são de Minha regalia, por nascerem em salgado, onde só chega o mar e com a enchente, e serem muito necessários para a conservação desse povo, engenhos e navios”. Citado por V. CAMPOS (1980 p. 4)

⁷ Carta Régia de 21.10.1710: “...as sesmarias nunca deverão comprehender a marinha, que sempre deve estar desempehada para qualquer incidente do Meu serviço e defesa da terra”. Citado por V. CAMPOS (1980 p. 4)

⁸ Carta Régia de 7.05.1725: “... impedir semelhantes edificios nas marinhas, por serem livres para o Meu serviço e uso comum”. Citado por V. CAMPOS (1980 p. 4)

Uma série de diplomas legais se seguiu disciplinando o assunto, cuja razão básica era a necessidade enfrentada pela Coroa portuguesa de prover a defesa da vasta costa brasileira, alvo constante de incursões de corsários e de invasões estrangeiras.

O instituto jurídico dos “terrenos de marinha”⁹ foi definido expressamente, pouco anos antes da independência do Brasil, através do Aviso de 18 de Novembro de 1818, do modo a seguir:

*“...Tudo que toca a água do mar e acresce sobre ella é da Coroa, na forma da Ordenação do Reino; e que da linha d’água para dentro sempre são reservadas 15 (quinze) braças pela borda do mar para serviço público, nem entrão em propriedade alguma dos confinantes com a marinha, e tudo quanto allegarem para se apropriar do terreno é abuso e inattendível; pois que, se pode haver posses de uns vizinhos para outros, nunca a pode haver contra a Coroa, que tem o domínio e a sua intenção declarada em Lei”.*¹⁰

Após a instalação do Brasil Império, foi mantida a legislação colonial naquilo que não conflitasse com a soberania do novo Estado. Nesse sentido, a Lei Orçamentária de 15 de Novembro de 1831 (art. 51, § 14 e 15) dispôs sobre os terrenos de marinha, incorporando ao patrimônio nacional todas as terras da costa brasileira inundadas pela preamar média daquele ano. Consolidou, assim, o instituto no direito brasileiro e passou a se constituir o marco inicial para a perfeita delimitação dos referidos terrenos. As Instruções publicadas pelo governo imperial, sob o nº 348, de 14 de Novembro de 1832¹¹, normatizou a demarcação das referidas áreas e, posteriormente, o Decreto nº 4.105, de 22 de Fevereiro de 1868, regulamentou a matéria em toda a sua abrangência, dispondo em seu art. 1º, § 1º:

⁹ Virgílio CAMPOS (1980), em Parecer sobre o assunto, considera os “Terrenos de Marinha” como “categoria impar de bens imóveis”. Segundo ele, constituem criação singular do Direito Público Brasileiro, uma vez que nenhuma legislação estrangeira contempla instituto idêntico ou semelhante. Nem mesmo Portugal, fonte da legislação colonial que lhe deu origem, o conhece ou conheceu em seu disciplinamento jurídico interno. (V.CAMPOS, 1980 p. 2)

¹⁰ Citado por V.CAMPOS, 1980 p. 5

¹¹ Instruções para reconhecimento, medição e demarcação dos terrenos de marinha. n.º 348 de 14.11.1832 (art. 4º): “Hão de considerar-se terrenos de marinha todos os que, banhados pelas águas do mar, ou dos rios navegáveis, vão até a distância de 15 braças craveiras para a parte da terra, contadas estas desde os pontos que chegam a preamar média”. Collecção das Decisões do Governo do Império do Brasil. 1832, p. 342-343.

“São terrenos de marinha todos os que, banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis, vão até a distância de 15 braças craveiras (33 metros) para a parte da terra, contados desde o ponto a que chega o preamar médio. Este ponto refere-se ao estado do lugar no tempo da execução da lei de 15 de novembro de 1831, art. 51, § 14. (Instruções de 14 de Novembro de 1832, art. 4º)”.¹²

Conforme as Instruções do Império de nº 348 de 1832, ficou estabelecido que o Inspetor das Obras Públicas deveria fazer reconhecer, medir e demarcar os “terrenos de marinhas” compreendido nos termos da cidade (art. 1º), ficando a Câmara Municipal incumbida de fornecê-lo as confrontações dos terrenos reservados para logradouros públicos, além dos títulos das concessões feitas aos particulares, bem como os requerimentos dos novos pretendentes (art. 2º). À medida que fossem feitas as medições e demarcações dos terrenos ocupados ou pedidos para este fim, seria feita a avaliação dos mesmos (art. 9º), com a finalidade de estabelecimento da taxa do foro, que seria estipulada na razão de 2 ½ % sobre os preços das avaliações feitas, devendo esta taxa ser imposta pelo Fiscal da Thesouraria da Província aos “enphiteutas” (art. 11). Os terrenos aforados teriam, a partir dessa demarcação, marcos numerados, sendo registrados em livro próprio os termos resultantes das medições e demarcações, com as precisas declarações e o despacho do Presidente do Tesouro, a quem competia emitir os títulos (art. 12). Embora dirigidas para a cidade do Rio de Janeiro, sede do Império, essas Instruções se estendiam às demais vilas e cidades litorâneas do país (art. 15).

A delimitação das “terras de marinha”, bem como a regularização de sua posse, não foi realizada de forma regular, nem mesmo eficiente. A infra-estrutura institucional era precária, o que dificultava, não apenas o delineamento preciso das terras, como a sua medição e confirmação. O próprio registro de terras era, também, deficiente, contando com as entidades religiosas para assumir o papel hoje desempenhado pelos cartórios de registro de imóveis. A desordem criada nesse setor administrativo, pelo regime das posses, abandonado à livre iniciativa dos

¹² Citado por V. CAMPOS, 1980 p. 6, que também afirma que toda a legislação sobre “terrenos de marinha” que daí em diante foi promulgada, até os dias atuais, mantém indiscutível o disposto neste Decreto.

povoadores, foi, de certa forma, remediada pela instituição do registro paroquial de terras, que, mesmo não possuindo função cadastral, teve uma importância expressiva como órgão de informação e estatística¹³.

Durante mais de um século, os "Terrenos de Marinha", que tiveram regulamentação especial, tornam-se motivo de controvérsia entre Municípios e União, em torno do domínio das terras, para efeito alienação. Já no século XX, esse instituto legal torna-se alvo de questionamento, a cerca de sua razão de existir, especialmente porque findaram as condições que fundamentaram a sua instituição, quando as condições de defesa da costa brasileira já não requerem a preservação das "terras de marinha", tal como elas estão delimitadas.

As normas que disciplinam as "terras de marinha", nas primeiras décadas do regime imperial brasileiro, se somam àquelas que passam a regulamentar a titularidade da terra no Brasil, após a metade do século XIX, consolidando o aparato legal do processo de ocupação e de expansão das cidades costeiras. Contudo, atos específicos às "terras de marinha" são sucessivamente criados para disciplinar a matéria, até que o Decreto-Lei n.º 9760 de 1946 revoga toda a legislação anterior, mantendo nas novas disposições um dos fatores mais polêmicos que se constitui a linha de demarcação dessas terras estipulada em 1831.

2. A regulamentação do acesso à terra: a Lei Imperial n.º 601 de 1850

A questão da titularidade da terra no Brasil, após a Independência e com a suspensão do processo de doação de terras por *sesmarias*, em 1822¹⁴, só veio a ser regulamentada com a Lei n.º 601 de 1850¹⁵, que

¹³ Murillo MARX (1991) analisa a importância da Igreja no processo de estruturação das cidades brasileiras.

¹⁴ Pouco antes de proclamada a independência do Brasil, a Resolução de 17 de Julho de 1822 pôs termo final ao regime das "sesmarias". Cerca de vinte anos depois, por Avisos de 6 de Junho e de 8 de Julho de 1842, o Governo imperial solicitou à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, que formulasse uma proposta de reforma legislativa sobre sesmarias e colonização. Tal proposta foi apresentada à Sessão, por Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Cesário de Miranda Ribeiro em 8.08.1842. No ano seguinte, Rodrigues Torres submeteu ao conhecimento do Legislativo um Projeto (n.º 94) sobre a matéria, que veio a germinar a Lei de terras promulgada em 1850 (R. Cirne, 1988 p. 63)

¹⁵ Um estudo aprofundado sobre a questão das terras, incluindo o sistema sesmarial, no Brasil foi realizado por R.C. Lima (1988) e C.Porto (1980).

passou a ser o estatuto fundamental do regime de terras do país, já então definido a partir do instituto da propriedade privada, incorporando as idéias européias. Já na Carta Constitucional de 1824, tal instituto se encontra expresso, garantindo, em toda a sua plenitude, o direito de propriedade privada ao *sesmeiro* legalizado, salvo a faculdade de expropriação do poder público, se este assim o exigisse¹⁶ (art, 179, I. 22). Na Constituição Imperial, já se encontrava distinto, portanto, o domínio público do domínio particular e seu objetivo consistiu em manter os direitos patrimoniais de cada um.

A Lei de Terras de 1850 não se voltava unicamente para as questões das *sesmarias*, ao contrário, a sua face mais importante foi aquela que regulamentou as futuras apropriações de terras. Proibiu as aquisições de terras devolutas¹⁷ por qualquer outro título que não fosse o de compra (art. 1) e autorizava o governo a vender as terras devolutas em ata pública, ou fora dela, quando e como julgasse mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras, que tivesse de ser exposta à venda, guardadas as regras dispostas na própria lei (art. 14).

Um aspecto importante da lei, que tem uma repercussão nas cidades, refere-se às relações estabelecidas ou a se estabelecerem entre os confinantes, ou entre os proprietários e os núcleos de povoação, mesmo vindouros. A Lei decretou que as terras alienadas ficariam sujeitas: (1) a ceder terreno para estradas públicas; (2) a dar servidão gratuita aos vizinhos, quando lhes fosse indispensável para sair numa estrada pública; (3) a consentir a tirada de águas desaproveitadas e a passagem delas, precedendo a indenização das benfeitorias e do terreno ocupado (art. 16).

Nessa mesma direção, a lei reservou as terras que, pelo governo, fossem julgadas necessárias: (1) para a colonização dos indígenas; (2)

¹⁶ O art. 179, Inciso 22 da carta de Lei de 1824 dispõe: "*É garantido o direito de propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público, legalmente verificado, exigir o uso e emprego da propriedade do cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A lei marcará os casos em que terá lugar esta única exceção e dará as regras para se determinar a indenização*". (Senado Federal. *Constituições do Brasil*. Brasília, 1996, p. 34)

¹⁷ Denomina-se terras "devolutas" às terras "devolvidas", face à anulação do termo de doação das terras por "sesmarias", em virtude do não cumprimento de alguma das condições impostas.

para a fundação de povoações, abertura de estradas e quaisquer outras servidões, e (3) assentos de estabelecimentos públicos; para a construção naval (art. 12).

Tornando nítida a linha divisória entre terras de domínio do Estado e as de domínio do particular, a referida Lei incorporou ao domínio do Estado todas as terras devolutas, ou seja: (1) aquelas que não se achassem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem tivessem sido havidas por sesmarias ou outras concessões do governo geral ou provincial, não incursas em comisso, por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura; (2) as que não se achassem dadas por sesmarias ou outras concessões do governo, que, apesar de incursas em comisso, fossem revalidadas por lei; (3) as que não se achassem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas pela lei; e (4) aquelas que não se encontrassem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal (art. 3).

A Lei n.º 601 proibiu a aquisição de terras por outro título que não fosse o de compra e venda, como também concedeu oportunidades, não só aos *sesmeiros* irregulares, através da revalidação das “*sesmarias*” ou de outras concessões que se achassem cultivadas (art. 4º), como também aos posseiros, cuja posse “*mansa e pacífica*” seria legitimada, mediante a comprovação de cultivo ou benfeitoria, ou, ainda, moradia habitual (art. 5º).

Passava, então, a compor o quadro fundiário brasileiro, regulamentado pela Lei n.º 601: as terras de *sesmeiros* regulares, *sesmeiros* irregulares e posseiros; as terras devolutas (devolvidas) e as terras públicas – de domínio público para uso institucional ou para uso comum. Entre estas terras públicas se inseriam as “terras de marinha”, que integravam o patrimônio nacional.

A disposição de legitimar a posse “*mansa e pacífica*” das terras, não somente reafirma as disposições expressas na regulamentação das “Terras de Marinha” de 1831, como fundamenta o argumento dominante dos pedidos de aforamento, especialmente nas cidades onde a extensão dos “terrenos de marinha” era expressiva, como o Recife e o

Rio de Janeiro. O argumento da ocupação “mansa e pacífica” foi, também, utilizado para regularizar as ocupações em terras não inseridas no domínio público, uma vez que a burocracia exigida na tramitação do processo de doação de terras, no período colonial, e o longo período sem qualquer instrumento de regulamentação da titularidade da terra, no início do Império, induziram à ocupação de quantidade considerável de terras devolutas, sem nenhuma formalização.

3. A Ocupação e a apropriação das “Terras de Marinha” do Recife

Por razões de infra-estrutura institucional precária, a demarcação das “Terras de Marinha” do Recife, bem como das demais cidades brasileiras, não foi feita de imediato, após as Instruções do Império de n.º 348 de 1832, que regulamentaram a demarcação das referidas terras. Além disso, os recursos disponíveis¹⁸, na época, para demarcar a linha da preamar média de 1831, conforme estabelecido na Lei Orçamentária de 1831, eram insuficientes, o que gerava polêmica entre Município e União, no que se refere ao domínio das terras. Desse modo, tal demarcação foi se processando, à medida que os pedidos de aforamento passaram a surgir, partindo especialmente daqueles que tinham algum interesse em explorar os mangues, ao invés de partir daqueles que o ocuparam de forma “mansa e pacífica”, como se encontrava disposto em lei.

Não se pode precisar, com certeza, o início da formalização dos “terrenos de marinha” do Recife, mediante pedidos de “aforamento”¹⁹. Contudo, a grande relevância desse instituto legal na estruturação da cidade se evidencia a partir do final do século XIX, com a expansão do Recife por sobre os seus imensos alagados, então, povoados de mocambos.

¹⁸ No Recife, segundo informações do Superintendente do Serviço de Patrimônio da União, a demarcação das “Terras de Marinha” era feita, até a década de 1980, mediante a superposição do mapa de Frans Post, feito na época dos holandeses, e do mapa da cidade de 1876. Só após a utilização dos recursos fornecidos pela fotografia aérea, foi estipulada a cota previsível da preamar média de 1831 e adotada como tal (apesar da grande modificação da cidade mediante os aterros).

¹⁹ Um estudo aprofundado do processo de aforamento dos “terrenos de marinha” do Recife é de relevada importância para a história da cidade.

O Recife, já nos seus primórdios, condicionado pela carência de terra firme, apresenta uma estrutura de parcelamento com lotes estreitos e compridos, onde se ergueram os sobrados magros e altos, ligados uns aos outros, nas áreas mais secas da cidade. Já as áreas alagadas tornaram-se reduto da população pobre.

Os mangues do Recife foram sendo ocupados aos poucos, de forma lenta, desde o século XVII, adensando-se após a abolição da escravidão. Os mocambos confundiam-se com a densa vegetação dos mangues e os seus moradores se alimentavam da riqueza que aqueles alagados ofereciam, passando a viver numa estreita dependência deles, num processo que Josué de CASTRO (1980) denominou “o ciclo do caranguejo”. Os moradores dos mocambos que ali se instalaram estabeleciam uma luta miúda, diária, contra a água do rio, contra a maré; uma luta em surdina, porém sem confrontos com os demais habitantes da cidade, num processo de ocupação “mansa e pacífica”, que caracteriza, conforme as disposições legais estabelecidas a partir do século XIX, o direito dos ocupantes sobre a terra. Assim surgiram o Coque, os Coelho, a Ilha de Joaneiro, e outras favelas que, hoje, ainda guardam a história remota da ocupação das áreas pobres da cidade.

Em recenseamento realizado no Recife, em 1913, os mocambos representavam 43,2 % das habitações da cidade. Ganharam visibilidade, nessa época, inicialmente, por confrontar-se com o interesse de uma população mais abastada, que passara a identificar o potencial dos alagados como via fluvial para indústrias ou comércios instalados às suas margens, como reservas de madeira exploráveis para aproveitamento em fornalhas e curtumes ou como manancial de peixes a serem cultivados em viveiros.

Na década de 20, tal visibilidade se ampliou com a emergência do interesse pelos alagados para empreendimentos imobiliários, quando tornou-se sistemático aterrar mangues e loteá-los ou, mesmo, loteá-los sem aterrar; construir mocambos e alugá-los ou comprá-los para convertê-los em fonte de rendimentos - através da cobrança do “aluguel do chão” - ou em prova de benfeitoria (CAVALCANTI, D.U., 1965). Em ambos os casos, para os interessados em explorar economicamente

os mangues, seria possível reivindicar pacificamente no judiciário o pleno direito de uso da terra, como o fizeram, valendo-se de uma posição social e financeira mais favorável do que a dos habitantes dos alagados e por terem acesso à informação e aos trâmites burocráticos. Desse modo, passaram a obter a posse formal das terras de mangue, sobre as quais o Recife moderno haveria de crescer.

A disputa por essas terras chegou a provocar choques entre os pretensos posseiros e entre esses e os moradores dos mocambos, mas também estabeleceu pactos entre esses novos posseiros e os habitantes dos alagados, o que definiu, na época, uma mudança no processo de ocupação dos mangues da cidade pelos mocambos. Tal mudança foi confirmada no Recenseamento dos Mocambos²⁰ de 1939, quando ficou constatado que 42,7 % dos mocambos do Recife²¹ pagavam o “aluguel do chão” aos proprietários das terras que ocupavam, o que evidencia a consolidação do pacto. (Falcão, J.A. & Souza, M.A., 1985)

No início do século XX, os mocambos emergem no discurso público sobre a cidade, como uma questão de saúde pública. No primeiro Congresso Médico em Pernambuco, em 1907, Dr. José Carlos Coltrim afirma²²:

“Constituem infelizmente um dos maiores defeitos desta cidade as habitações da população proletária. Os mocambos e os cortiços são uma ameaça constante à saúde pública. Sem conforto e sem a mínima observância dos preceitos higiênicos a pobre gente que os habita, corre com avultíssimo contingente para o aumento da mortalidade e as suas condições de vida constituem-se um perigo sério para a parte da população mais favorecida da fortuna.”

A tais considerações, um Secretário de Estado²³ acrescenta, não poder

²⁰ COMISSÃO CENSITÁRIA DOS MOCAMBOS. Observações Estatísticas sobre os Mocambos do Recife. Recife: Imprensa Oficial, 1939

²¹ Este Recenseamento constata a existência de 45.581 mocambos (164.637 habitantes) no Recife, o que representava 63,7 % das habitações da cidade.

²² Relatório de Dr. José Carlos Torres Coltrim apud CHERMONT, O. *Casas para Proletários em Annaes do I Congresso Médico de Pernambuco*. Recife, 1907, p. 559-603.

²³ Idem Relatório op. cit.

“ a bem da salubridade pública, permanecer por mais tempo os mocambos atualmente existentes na capital e nos seus subúrbios.”

Esse início de século registra, também, os avanços na medicina e na engenharia e a introdução de princípios de conforto e salubridade para as edificações, o que conduziu a um processo de indução de medidas sanitárias no espaço construído. As causas das doenças, entre as quais a tuberculose, o cólera, entre outras, eram atribuídas, desde meados do século XIX, às habitações insalubres da cidade. A época, a *Comissão de Hygiene Publica*²⁴ já manifestava a sua preocupação com as condições sanitárias das edificações em geral: com as condições de construção e de localização das edificações, com a relação entre edifícios vizinhos e com o asseio nas edificações. Contudo, no início do século XX, os mocambos da cidade tornam-se o alvo principal do discurso higienista.

É importante salientar, que tal discurso higienista e as reformas urbanas dele decorrentes já se encontrava presente na Europa, desde meados do século XIX, respaldando a reforma de HAUSSMAN, em Paris (1853), CERDA, em Barcelona (1859), e de outras cidades européias. No Brasil, as reformas urbanas se sucedem a partir do início de século XX, onde se destacam, entre outras, a intervenção nas áreas centrais do Rio de Janeiro, no governo de Pereira Passos, e o extenso programa de planos e obras do Recife, que compreende o Plano de Saneamento do Recife, do engenheiro sanitário Saturnino de Brito²⁵, a reforma do Bairro de São José, o reaparelhamento e modernização do Porto e o incremento das ações higienistas, implantadas a partir da Inspectoria de Hygiene. Contudo, a grande reforma urbana que se realiza no Recife por sobre as terras de mangue, transformando as condi-

²⁴ A *Comissão de Hygiene Publica* propõe, em 1854, as bases para um plano para a cidade do Recife, dirigido à Câmara Municipal, em que estão expressas as medidas que devem ser adotadas para higiene das edificações.

²⁵ O Plano de Saturnino de Brito, elaborado em 1917, tem como perspectiva básica uma cidade saudável. Destacando a necessidade de regulamentar as construções, propõe ao poder municipal do Recife conceder isenção de impostos àqueles que reformassem as suas casas, conforme a legislação urbanística em vigor, cujo conteúdo de maior expressão remetia às condições de insolação e de aeração das edificações. Essas leis adquiriam, inclusive, um caráter didático, uma vez que os construtores da cidade não se constituíam, na sua maioria, profissionais habilitados.

ções de ocupação das “terras de marinha”, onde se alojava a maioria dos mocambos da cidade, sob o forte argumento da salubridade pública, ocorre, posteriormente, já na década de 40.

Em 1938, o Prefeito do Recife, Novais Filho, a convite do interventor federal Agamenon Magalhães, ao lado de algumas medidas significativas para a modernização da cidade, entre as quais a revisão técnica dos planos até então propostos²⁶, expediu o Decreto nº 76, proibindo a construção de mocambos nas zonas urbanas e suburbanas do Recife. No mesmo ano, o Governo do Estado instituiu a Comissão Censitária dos Mocambos, com o objetivo de realizar o censo completo dos mocambos da cidade, como parte da Política de Erradicação dos Mocambos, e fundou a Liga Social Contra o Mocambo – entidade privada, de caráter humanitário, ligada à Secretaria de Saúde Pública – destinada a promover a extinção dos mocambos e a incentivar a construção de casas populares “dotadas de condições higiênicas e de fácil aquisição”.

Essa instituição se compunha de Secretários de Governo e da maior parte dos empresários das grandes indústrias, alguns dos quais eram, também, grandes proprietários urbanos. Através de uma campanha publicitária o Governo divulgou à população o plano a ser executado, cujas medidas, entre outras, incluíam: a proibição da construção de mocambos na cidade e interdição pela Saúde Pública de todo mocambo desocupado, intimando seu proprietário a demoli-lo; a taxaçaõ rigorosa dos terrenos onde existissem mocambos; o aterro dos terrenos alagados; a adoçaõ de uma “soluçãõ humana” quanto à indenizaçaõ para os habitantes ou os proprietários dos mocambos, ao mesmo tempo que a adoçaõ de uma “soluçãõ legal”, nos casos dos proprietários dos terrenos que haviam construídos mocambos para alugá-los a terceiros. Contudo,

²⁶ A revisão dos planos urbanísticos para o Recife é feita pela *Comissão do Plano da Cidade*. Nos diversos planos, elaborados com o ímpeto de modernizar a cidade, por Fernando Almeida (1932), Nestor Figueiredo (1932), Atílio Correia Lima (1934) e Ulhoa Cintra (1942) encontram-se estabelecidos zoneamentos de usos e de sistemas de circulação viária para as diversas partes da cidade, prevendo a sua expansão: traçados de vias radiais que se abriam em praças, com jardins margeando os canais e os rios, a exemplo dos planos modernistas europeus. O plano de Ulhoa Cintra, por exemplo, contém o traçado do canal Derby-Tacaruna, cuja abertura se deu na década de 40, no contexto da Política de Erradicação dos Mocambos, implantada pelo, então, interventor Agamenon Magalhães.

a indenização das benfeitorias estava prevista no artigo 16 da Lei de Terras nº 601 de 1850, bem como nos dispositivos posteriores que regulamentam a questão.

No início da campanha, o interventor Agamenon Magalhães reuniu no seu palácio os proprietários dos terrenos ocupados pelos mocambos para discutir amplamente a política a ser implantada. A proposta do governo era transformá-los em construtores de vilas populares, através de financiamento da Caixa Econômica Federal, facilitado pelo próprio Governo. Sob forte pressão do Interventor, alguns industriais do Estado organizaram uma sociedade anônima denominada “Empresa Construtora de Casas Populares”, criando, assim, as bases requeridas para a implementação da política.

Durante a fase de demolição sistemática dos mocambos, cuja derubada se fazia numa média de 100 por semana, foram tomadas medidas repressivas e violentas contra os moradores, a respeito do que Agamenon Magalhães, se expressou na imprensa:

“temos que considerar o problema como se tivesse havido um terremoto e as 164.637 pessoas ficassem ao relento.”²⁷

A demolição dos mocambos foi concentrada nos mangues centrais da cidade, visando a abertura do trecho do canal Derby-Tacaruna. O saldo entre mocambos demolidos (12.437, ou seja, 27,3 % do total) e casas construídas para abrigar esse moradores (5.327), no período de ação da Liga Social Contra o Mocambo (1939-44), foi de 7.090 negativos. Mais de 20.000 desses mocambeiros emigraram do Recife, como consequência dessa campanha, o que o próprio Governo assumiu e considerou um dado positivo:

“Essa população que está deixando o Recife é sobra. Não tem o que fazer aqui. É o governo que está facilitando o seu transporte para o Sul do país e para outras zonas do Estado e do Nordeste. Nenhum ramo de atividade sente falta desses 20 mil habitantes, que não produzem, que não tinham arte nem um emprego.”²⁸

²⁷ FOLHA DA MANHÃ. 12/07/1939

²⁸ FOLHA DA MANHÃ. 2/06/1941

A “solução humana” adotada pelo governo estadual para indenizar os moradores e proprietários dos mocambos, expulsos dos mangues para a abertura do canal Derby-Tacaruna, foi a de “facilitar” o seu transporte para outras localidades.

Grande parte daqueles moradores expulsos dos mocambos e que permaneceram no Recife localizou-se nos morros de Casa Amarela, situados à noroeste da cidade, levando a prática já institucionalizada entre os mocambos da cidade de pagar o “aluguel do chão”. No novo local, passaram a pagá-lo aos proprietários herdeiros das terras remanescentes de um antigo engenho de açúcar – o engenho Pantaleão do Monteiro – embora esse instituto jurídico fosse estabelecido para as terras de domínio público. Dá-se, então, lugar a uma favelização “consentida” pelos proprietários da terra, e semiformalizada, mediante contrato entre esse proprietários e os moradores, porém à margem do quadro jurídico instituído. (Falcão, J.A. & Souza, M.A., 1985)

Já próximo ao final de sua gestão, Agamenon Magalhães tentou captar os frutos de sua obra e, sempre através da imprensa, tendo como principal instrumento o seu jornal – a Folha da Manhã – ele fez uma série de reportagens, onde procurou avaliar o processo e mostrar que:

“ontem era lama, hoje é o progresso. Ontem crianças com porcos, hoje crianças brincando em terrenos enxutos, longe da podridão.”²⁹

O “progresso” nas áreas antes ocupada pelos mangues centrais do Recife se fez notar, a partir da década de 40. A densa vegetação e os mocambos foram substituídos por avenidas, viadutos e aterros com grandes edificações. Não se reconhece a face antiga desses mangues. A luta pela moradia mudou de lugar e mudou de forma. Antigamente, essa luta era contra as águas do rio e a maré, num processo de ocupação “mansa e pacífica”, posteriormente pactuado entre mocambeiros e aqueles que formalizaram a posse dos “terrenos de marinha”; na década de 40, a luta desigual entre mocambeiros e o governo resultou na transferência compulsória dos habitantes dos mangues; e, já no final dos anos 70, a luta pela moradia assume um caráter de luta organizada, através de

²⁹ Citado em PANDOLFI, D.C. (1984).

movimentos de invasões urbanas³⁰, envolvendo as áreas pobres da cidade situadas em morros e alagados.

Data de 1929 a primeira associação para luta em defesa dos mocambeiros – a Sociedade a Bem da Nossa Defesa, depois transformada em Liga Mista dos Proprietários Pobres da Vila São Miguel (1931). Os conflitos gerados pelos interessados nos mangues, com acesso aos órgãos governamentais para aforá-los, e os moradores dos mocambos, motivou a primeira atitude de organização comunitária desses moradores. Outras associações surgiram, na década de 30 e 40, mas só após 1945 elas assumiram nitidamente um papel importante de foco de resistência às investidas governamentais, ampliando seu espaço de luta a partir de meados dos anos 70.

Em pesquisa realizada em 1990³¹, constata-se que, entre meados dos anos 70 e o final dos anos 80, duplica a área ocupada por habitações pobres no Recife. Quase metade da área onde os assentamentos pobres se situam se insere em “Terras de Marinha” e se encontram em processo de legalização da posse da terra para seus moradores (em algumas delas já concluído), promovidos pelo poder público, como fruto da luta desses moradores pelo seu espaço de moradia. E, para isso, as prerrogativas que o poder público dispõe mediante o instituto das “Terras de Marinha” foram fundamentais.

O Decreto-Lei nº 9760 de 1946, que passa, desde então, a regulamentar as “terras de marinha”, autoriza a União a imitir-se, a qualquer tempo, na posse desse terrenos e seus acrescidos, sob regime de ocupação, como, também, a não considerar em vigor o aforamento dos aludidos terrenos “caídos em confisco”, e, finalmente, a reaver o domínio útil concedido, consolidando, assim, o seu domínio pleno. Propicia, desse modo, à União um instrumento adequado para que, face a um problema de real interesse público, tal interesse tenha primazia sobre o interesse privado, mediante a possibilidade da União por em ação aquele direito que por lei lhe é assegurado.

³⁰ A Arquidiocese de Olinda e Recife registrou em cinco anos (1978-83) mais de 80 invasões urbanas envolvendo mais de 150.000 pessoas.

³¹ Pesquisa realizada pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Governo de Pernambuco (Souza, M.A.A. 1990)

A primazia do interesse da população pobre face aos interesses da iniciativa privada lhe foi dada, especialmente nas "Terras de Marinha", onde o poder público se fez valer do direito que a lei lhe assegurava. Desse modo, os movimentos pela posse da terra que eclodiram no Recife, no final da década de 70, resultaram numa grande conquista dos moradores das áreas pobres da cidade. Assim, o Coque, os Coelhoos, a Ilha de Joaneiro, entre outras, remanescentes dos antigos mangues centrais do Recife, integram, hoje, o espaço formal da cidade. Encerram a luta de hoje e revivem a luta de ontem. Contudo, sua fisionomia é, ainda, testemunho de uma modernização excludente, uma vez que nessas áreas o "progresso" tarda a chegar.

**Arquiteta; Mestre em Desenvolvimento Urbano e Regional e Doutoranda em História pela UFPE; e Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.*

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

In *Annaes do I Congresso Médico de Pernambuco*. Recife, 1907.

Carta de Lei de 25.03.1824 in SENADO FEDERAL. *Constituições do Brasil*. Brasília, 1996, p.

Carta Régia de 4.12.1678. Manuscritos da **Coleção OR** do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

Carta Régia de 21.10.1710. Manuscritos da **Coleção OR** do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

Carta Régia de 7.05.1725. Manuscritos da **Coleção OR** do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

COMISSÃO CENSITÁRIA DOS MOCAMBOS. *Observações Estatísticas sobre os Mocambos do Recife*. Recife: Imprensa Oficial. 1939

Decreto nº 76 de 1938 in *Decretos Municipais do Recife*, 1938.

Instruções para reconhecimento, medição e demarcação dos terrenos de marinhas, nº 348 – Fazenda, de 14.11.1832 in *Collecção de decisões do governo do Imperio do Brasil*, 1932.

Jornal “Folha da Manhã” de 12.07.1939

Jornal “Folha da Manhã” de 2.06.1941

Lei Imperial nº 601 de 18.09.1850 in *Collecção das Leis do Imperio do Brasil*, 1850. Tomo 11, Parte 1ª, Secção 44ª.

Relatório da *Comissão de Hygiene Publica*, dirigido ao Presidente da Província de Pernambuco em 26.12.1854.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- CAMPOS, Virgílio. *Natureza Jurídica dos Terrenos de Marinha*. Parecer. Recife, mimeo, 1980.
- CASTRO, Josué. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1980
- CAVALCANTI, Daniel, Uchoa. *Alagados, Mocambos e Mocambeiros*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social / Imprensa Universitária. 1965
- FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda & SOUZA, Maria Angela de Almeida. *Mocambos do Recife. O Direito de Morar in Ciência Hoje. Especial Nordeste*. Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, vol. 3, n° 18, maio-jun 1985.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. 1951
- LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e terras devolutas*. Prefácio de Paulo Brossard. Coleção Memória Fazendária. 4ª edição. Brasília: Escola de Administração Fazendária - ESAF. 1988.
- MARX, Murillo *Cidade no Brasil. Terra de quem?* São Paulo: Livraria Nobel S. A. e EDUSP, 1991
- PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife: Editora Massangana, 1984
- PORTO, Costa. *Sistema Sesmarial no Brasil*. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1980.
- SOUZA, Maria Angela de Almeida. *Assentamentos Populares do Recife. Cadastro e Mapeamento*. Recife: Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Governo de Pernambuco. 1990.

A presença judaica na construção de Pernambuco

*Ma. das Graças Araújo Vieira **

Palestra proferida, em curso de extensão, no auditório do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano em novembro de 2001.

A presença judaica tanto pode ser percebida e descrita na sua forma física, objetiva e palpável, como pode ser contextualizada de forma subjetiva e simbólica. O assunto será tratado em observação a essas duas faces distintas, possibilitando a percepção da sua dimensão e das nuances, facetas e fragmentações que designam a sua presença em Pernambuco.

O termo “*judaico*” deverá ser abordado tendo em vista a possibilidade da abertura a questionamento quanto ao ser ou não judeu - a identidade, procurando levantar reflexões a esse respeito, e na seqüência refletir a própria palavra “*construção*”, presente no título, por ser tratada no sentido de formação, sem excluir o reconhecimento da presença judaica, nas construções de alguns dos nossos prédios rurais e urbanos.

PRIMEIRA PARTE

A presença judaica na construção do cenário sócio-geográfico pernambucano: Uma presença física e material

A mobilidade dos judeus, elemento ímpar entre seus mais acentuados caracteres, apresenta-se bem representada em mapa da Europa

assim pontuado e legendado com amostra das várias diásporas conforme seus momentos históricos ¹.

Na verdade a diáspora judaica começou no final do período do Segundo Templo, quando surgiram os centros judaicos na Babilônia, Alexandria, Roma e em todo o mundo Greco-Romano. Esse Segundo Templo foi destruído pelos romanos e, dizem os livros judaicos, foi causado pelo ódio infundado que existia entre os judeus. Essa experiência serviu-lhes de grande lição ².

O povo judeu, estando fora da sua pátria viveu carregado por um sentimento de exílio e de esperança na vinda do Messias, que o levaria de volta ao seu país. Todavia, o que se gostaria de salientar aqui é que, por causa disso os judeus se estabeleceram em muitas áreas de dispersão e se identificaram com as culturas dos que os acolhiam. Passaram assim a haver formas variadas de judaísmo após o século II, porque a religião judaica foi assimilando aspectos dos diferentes países.

Por volta da idade média, os diferentes judaísmos terminaram por resultar em dois subgrupos principais: Os judeus Ashkenazin, que quer dizer “Alemanha”, e os judeus Sefaradim, que quer dizer “Espanha”.

A religião judaica então, reforçando aqui a idéia, por causa da diáspora, foi capaz de ajustar-se aos diferentes ambientes e os judeus passaram a adquirir características raciais de muitos povos, os povos dos lugares aonde tinham se instalado. Eles adotaram até línguas diferentes como o Ladino – que é falado pelo judeu espanhol, o Sefaradim, e o Ídiche, falado pelo judeu alemão – o Ashkenazin. São línguas que ficaram como vernáculos júdicos.

Vários pogrons e diásporas houve entre séculos e séculos... Porém trabalhar-se-á partindo dos anos que antecedem um pouco a descoberta do Brasil, dos primeiros elementos que povoaram e colonizaram Pernambuco, tentando mostrar a partir de que contexto foram sendo formado os primórdios da sociedade pernambucana. E pontuar a situação

¹ Atlas Historiográfico do Mundo. A Diáspora judaica de 70 a 1800 DC 4ª Ed. Da Times Books, 1ª Ed. Brasileira, Folha de São Paulo. p. 102-103.

² Uterman, Alan. Dicionário Judaico de Lendas e Tradições. Zahar: Rio de Janeiro, 1992.

econômica política e religiosa da Península Ibérica, como berço na fase da transposição social, mostrando parte do elemento que compunha essa parte da sociedade peninsular.

A dispersão e o estabelecimento dos judeus originários da Espanha em outros locais ficaram conhecidos e chamados por: “Diáspora Sefardita”. Sefarad ou Sefardita é o nome hebreu para Espanha. Essa diáspora Sefardita partiu da Espanha em 1492 e logo depois, em 1497, de Portugal. Ela foi causada por problemas político-econômicos e também pela Inquisição, que por sua vez foi estabelecida entre outros motivos, como consequência ao exercício do judaísmo pelos judeus que sofreram o batismo forçado, chamados, na época, de cristãos-novos³. O exercício do judaísmo pelos novos cristãos, ficou conhecido e chamado de cripto judaísmo.

O estabelecimento dos judeus na península, na verdade, foi de muito antes do nascimento de Cristo provavelmente junto com os fenícios. Após a invasão dos árabes, Granada e Terragona já eram até apelidadas de “cidades judaicas” pelos historiadores árabes do século IX. Nessa época tanto os judeus como os cristãos que viviam nos reinos mouros, tinham total liberdade religiosa. A Espanha chegou a ter a maior população judaica da Europa durante a época em que vivia sob o domínio mulçumano. Já na época de dominação cristã, os judeus Sefarditas eram obrigados a viver segregados em guetos.

A chegada da peste negra, que exterminou grande parte da população, levou os judeus a serem responsabilizados, “coisas do demônio...”. E aí tiveram início os grandes pogrons em várias cidades e na Espanha também. Os soberanos usando do argumento de “proteção à integridade dos Serfaditas”, fizeram com que os judeus aceitassem o batismo forçado. Muitos chegaram mesmo a se converter, pelo menos aparentemente, porque a maioria conservava-se fiel ao judaísmo.

Por volta de 1478 os reis católicos solicitaram ao papa a instauração da Inquisição na Espanha, e aí se inicia o período negro dessa história, em que muitos judeus foram levados à fogueira, outros fugiram,

³ Johnson, Paul. *História dos Judeus*. Imago: Rio de Janeiro, 1995.

outros se converteram na esperança de salvação... Contudo, perceberam posteriormente qual engano essa tentativa de salvação, porque praticavam o judaísmo às escondidas e eram torturados e mortos. Mas essa fase coincide com o período de investimentos para se descobrir o caminho marítimo para os grandes centros de comércio do Oriente, porque o acesso por terra tinha sido bloqueado pelos turcos.

Essa foi à época dos grandes descobrimentos marítimos, das grandes armadas e conseqüentemente dos grandes investimentos para as descobertas de novas terras de além mar. Época que coincide com a intensificação das relações entre Portugal e os genoveses, especialistas nas técnicas náuticas e em cartografia. Época das grandes invenções de instrumentos para navegação. E assim muitos dos navegadores que se propunham às arriscadas aventuras eram judeus, cristãos novos ou pelo menos estavam juntos cristãos e judeus em parceria. Afinal, eram os judeus os astrônomos e os matemáticos, os técnicos na arte da navegação.

A necessidade urgente do escoamento dos judeus expulsos, precisamente na época das grandes armadas, fez naturalmente lotar os porões das embarcações de desterrados, de degredados, de criminosos como ficaram conhecidos até hoje na historiografia. Mas eram os que contrariavam a fé cristã, eram os infiéis e os pagãos que eram tachados de criminosos.

Para ter-se a pena de degredo bastava se saber que um judeu batizado, um novo cristão, foi pego na prática de algum dos hábitos da cultura judaica, prática ao judaísmo. Parece “aberrador” ao se fazer uma distinção entre o que era crime na época dos descobrimentos para sua definição como crime nos dias atuais, mas acontece que crime era o descumprimento dos ditames legais, dos quais pregavam ser prerrogativa de ajuste conceitual conforme os fatos geradores sociais da época, fatos que levaram à produção daquelas normas, consequência da “evolução” cultural da humanidade.

A importância dessa consciência contribuirá para que se desfaça essa errada maneira de imaginar que os primeiros habitantes ou povoadores do Brasil, recém descoberto, fossem em termos gerais, “uma corja de bandidos, de criminosos”, ou pelo menos, dar a consciência da

tipologia criminalista de algumas dessas figuras que, afinal, terminaram se tornando comprovadamente na história e genealogia como as cabeças dos grandes clãs da nossa sociedade.

Essa é uma informação que passa ao nosso inconsciente, passa para o inconsciente coletivo, como parte contribuinte na formação da nossa identidade, da identidade do povo brasileiro.

Por outro lado, nos altos escalões da vida espanhola, apesar de todos os pogrons, continuava a existir um clã de marranos que pela sua riqueza e o seu prestígio gozava de favor real e é de lá que o dinheiro se vem oferecer para fretar as naus de Colombo⁴. Foi daí, também, que foram feitas as maiores pressões sobre os reis Isabel e Fernando, que mesmo a tendo negado por duas vezes, terminaram autorizando a viagem de Colombo à procura das “Índias Ocidentais”.

Muitos pesquisadores e estudiosos dedicam seus trabalhos à busca da verdadeira nacionalidade e origem religiosa de Cristovão Colombo. Os estudiosos não entendem como um marinheiro insignificante sem uma renda fixa, um estrangeiro, que fazia mapas e principalmente de origem modesta teve a permissão para se casar com a filha de um nobre português.

Não havia a realidade social de hoje, os casamentos eram resolvidos pelos pais e no caso de Colombo, era a parceira extremamente desigual em termos dos padrões sociais daquela época. A família de Felipa era muito aristocrata e influente.

Sabe-se que isso ainda não prova nada, todavia é a esse nível que estão sendo desenvolvidas as pesquisas históricas, e evoluídos os trabalhos de busca às confirmações das hipóteses e teses levantadas⁴.

Em 1478 casa-se Colombo com Felipa Moniz Perestrello em Lisboa e isso fez com que os pesquisadores, entre outras hipóteses, achassem que esse casamento poderia ter sido na intenção de proporcionar a Colombo conseguir introduzir-se nos planos dos poderosos portugueses. Contudo, há também registros de teses com hipóteses em cima de

⁴ Wiesenthal, Simon. *Velas da Esperança: A missão secreta de Cristovão Colombo*. Imago: Rio de Janeiro, 1992.

que, como os marranos geralmente uniam-se pelo casamento, eles, os noivos, comumente procuravam dar provas de sua linhagem judia, mesmo que ela só pudesse ser encontrada muitas gerações no passado.

Ao que parece, essas idéias, as de que Colombo era também de linhagem judia, ficaram mais firmes após os registros da existência e da confirmação à ancestralidade marrana de Felipa Moniz pelo lado materno, embora seus antepassados tivessem se convertido há muito tempo atrás ao Cristianismo.

O fato é que os judeus viviam em busca da terra prometida e o próprio Cristóvão Colombo teve o apoio financeiro de banqueiros judeus, dos "homens de negócio", como ficaram conhecidos os judeus mais abastados, para sua grande e arriscada tentativa. Afinal, ficaram muito evidentes suas segundas intenções a partir das insistentes investidas em prol do convencimento no uso de rotas marítimas completamente distintas das que anteriormente já haviam sido estudadas e convencionadas.

Atesta-se então a presença judaica nesse momento histórico das grandes descobertas marítimas como investidores, como parceiros com outros grupos étnicos e/ou religiosos, já que eram astrônomos, matemáticos, conhecedores das técnicas e das línguas exóticas necessárias para a comunicação com outros povos.

Sua presença esteve também no elemento que formava a grande massa de fugitivos, que lotavam os porões das grandes embarcações em busca de outras terras para iniciarem uma vida nova, a maioria das vezes com outra identidade.

Contudo, ao tempo do descobrimento do Brasil, o oficial, Portugal estava completamente descapitalizado ou mesmo endividado porque tinha investido o máximo no comércio da costa africana e das Índias Orientais.

Portugal precisava ocupar a vastidão territorial dessa sua colônia, e a essa necessidade juntar-se-ia a dos judeus e dos cristãos novos que precisavam de meios de se fixar a um solo de forma segura, estável.

*"O novo mundo então de pouco tempo descoberto, acenava-lhe com tal oportunidade, não só pela vastidão geográfica a permitir um refúgio..."*⁵

Após essa fase, pode-se lembrar um pouco as três primeiras décadas após o descobrimento nas quais as terras do Brasil colônia ficaram à espera de uma atitude da coroa para sua colonização. Esperando naturalmente a oficialidade da célebre chegada da armada de Martim Afonso de Sousa.

Ao acompanhar-se a historiografia brasileira didática percebe-se uma quase omissão, como se tudo houvesse ficado inerte, parada durante três décadas no intervalo de tempo entre a descoberta oficial e a chegada da armada colonizadora. Mas tem-se que falar um pouco do que houve nesses primeiros trinta anos.

Dizia-se que Portugal não se encontrava em condições de resolver, sem ajuda, o problema da ocupação e defesa da nossa costa, não havia um retorno comercial da troca, nem a possibilidade de um investimento para a obtenção de lucro em curto prazo.

O que fazer? Entra então, nessa fase, a figura de um judeu chamado Fernan de Loronha, o Fernando de Noronha como ficou conhecido na nossa historiografia. Homem de negócio muito rico e importante, chefe de uma companhia de navegação que comercializava inclusive nas Índias Orientais, que negociou um consórcio com a Coroa arrendando a Colônia.

O mais antigo documento conhecido sobre a primeira concessão para colonizar e explorar o Brasil outorgada por Dom Manuel I a um consórcio de cristãos novos chefiados por Fernão de Noronha é uma carta de Pedro Rondinelli de 3 de outubro de 1502 cuja fotocópia do original encontra-se na Biblioteca Riccardiana em Florença. Diz assim o apêndice da carta:

"O rei de Portugal arrendou os territórios que lhes descobriram a certos cristãos novos, sob a condição de eles despacharem todo o ano 6

⁵ Lipiner, Elias. Isaque de Castro: O mancebo que veio preso do Brasil. Massangana, Recife, 1992.

navios a fim de descobrirem anualmente 300 léguas para mais adiante, e construírem e manterem uma fortaleza na região descoberta durante 3 anos.

Os arrendatários nada tinham a pagar durante o primeiro ano; no segundo, tinham de pagar 1/6, e no terceiro 1/4 (do valor da exportação), e eles pretendem exportar muito pau-de-tinta, escravos e talvez outras coisas lucrativas.

Pólo-ei ao par dos futuros acontecimentos.

Vosso,

Piero Rondinelli,

Servilva, 3 de outubro de 1502.

E assim correram as três décadas que pareciam inertes, com grande intercâmbio de madeira e de população para que fossem formadas as feitorias e para que houvesse o desbravamento das léguas requisitadas pela coroa.

Se o grupo que arrendou era de cristãos novos, como dizem os grandes mestres da pesquisa histórica e da historiografia, quem seria essa gente que chegava na nau Bretoa de Fernão de Noronha, para trabalhar e defender a costa da colônia?

“O nome de Fernando de Noronha aparece como um dos principais arrendatários que mandavam todos os anos homens e navios à terra do Brasil. Deles, entretanto, é provável que derivem esses vários indivíduos, mais tarde encontrados em diversos pontos do litoral brasileiro, alguns tidos como degredados, outros como naufragos, mas todos integrados na vida dos habitantes indígenas, cheios de mulheres e filhos.

O Caramuru, João Ramalho, Francisco de Chaves, o próprio misterioso Bacharel de Cananêia, aquele castelhano que vivia no Rio Grande do Norte, entre os potiguares, com os beijos furados como os deles, e tantos outros desconhecidos, - seriam quiçá desse número de judeus colonizadores espontâneos das terras de santa cruz.”⁶

⁶ Wolff, Egon e Frieda. *Judeus e Judaísmo Vistos Por Não Judeus*. Rio de Janeiro, 1988.

Já em Pernambuco, na entrega da capitania a Duarte Coelho Pereira encontra-se a presença judaica na participação do poderoso grupo financeiro judeu chefiado por Anton Fugger. Companhia dos Fugger de Augsburgo na Alemanha, com escritório em Lisboa, possivelmente na “Rua Nova dos Mercadores” por ser um dos grandes pontos de intercâmbio financeiro da Europa mercantil.

Os prepostos dos Fugger na donataria de Pernambuco desde meados do Século XVI eram Cristóvão e Cibaldo Lins, na verdade Cristoph e Sebaldo Lins, nomes bem conhecidos dos genealogistas, pesquisadores e estudiosos das famílias pernambucanas e nordestinas, tendo em vista o entrelaçamento entre eles e a família de Jerônimo de Albuquerque, “O Adão Pernambucano”.

Alemães de nascimento, os prepostos dos Fugger, moravam em Lisboa quando da ida de Duarte Coelho a Portugal para falar no reino com os “homens de dinheiro”, “homens de negócio”, que na sua maioria eram altos negociantes judeus ameaçados pela fúria religiosa⁷. Foram com eles, componentes de uma das mais famosas e mais importantes casas bancárias da Europa, que ficaram acertadas as medidas financeiras para apressar a industrialização agrária da nossa Pernambuco.

Cristovão e Cibaldo Lins prosperaram rapidamente, Cibaldo no comércio de exportação do açúcar e Cristovão diretamente na agricultura e fabricação, chegando a possuir sete engenhos em Porto Calvo. Mostrar o desenvolvimento histórico-demográfico que se desenrolou a partir desses acontecimentos, não será possível agora, mas pode-se dizer que eles foram os fundadores da família Lins, ainda hoje arraigada em Pernambuco, pelo casamento realizado com a filha de Jerônimo de Albuquerque, cunhado do próprio donatário Duarte Coelho Pereira.

Com o apoio financeiro para o desenvolvimento da cultura canieira em Pernambuco, dado pelos banqueiros judeus, os caminhos fluviais do açúcar proporcionaram força ao desenvolvimento dos vários engenhos como o de “Juriçaca”, do Século XVII, que até hoje encontram-se erguidas a sua casa grande e capela, a de São João Degolado⁸.

⁷ Guerra, Flávio. Duarte Coelho (Uma Herança Manuelina). Assa Pernambuco: Recife, 1985.

⁸ Ribemboim, José Alexandre. Senhores de Engenho Judeus em Pernambuco Colonial 1542-1654. 2ª Ed. 20-20: Recife, 1995.

O Engenho Camaragibe, com sua casa grande, é lendário, pois foi cenário de boa parte da história da vida privada dos judeus, cripto-judeus e judaizantes cristãos novos. Sobre esse “Engenho Camaragibe”, também conhecido como Engenho de Santiago de Olinda, relatar-se-á um pouco mais porque ele foi o primeiro engenho judeu em todo o Brasil⁸. Seu primeiro proprietário, Diogo Fernandes, chegou em Pernambuco em 1535 provavelmente com o próprio donatário Duarte Coelho pois sempre foi pessoa de sua total confiança, inclusive agraciado em 1542 com a sesmaria onde foi levantado o famoso Engenho.

Diogo Fernandes deve ter vindo para o Brasil pela mesma razão que os outros judeus, para escapar das perseguições da inquisição. Veio para o Brasil antes da sua mulher Branca Dias, cristã nova judaizante, que nasceu por volta de 1518 em Viana da Foz do Lima (Viana do Castelo), chegando ao Brasil por volta de 1545 na condição de perseguida pela inquisição depois de cumprir pena de prisão por um ano e três meses em Lisboa. Ao chegar ao Brasil, seu marido Diogo Fernandes já havia recebido a doação das terras para o Engenho Camaragibe.

O engenho Camaragibe foi sede de festas judaicas mais importantes, lá se reuniam os cristãos-novos de Olinda inclusive para celebrarem o Iom Kipur, chegando ao Engenho transportados pelas suas carroças ornamentadas com ramos de árvores.

Branca Dias e sua família foram denunciadas ao Santo Ofício várias vezes por suas práticas judaizantes: por não trabalharem aos sábados, por lavarem a casa às sextas feiras, por jantarem com comidas especiais nessas ocasiões, por praticarem suas orações com a casa fechada para que ninguém percebesse e outras mais...

A cultura portuguesa do açúcar se iniciou na Ilha da Madeira em 1456, e em 1504 ela já produzia mais de trezentas mil arrobas. As Canárias também forneciam o produto muito valioso e apreciado assim como os Açores⁹.

⁸ Ribemboim, José Alexandre. *Senhores de Engenho Judeus em Pernambuco Colonial 1542-1654*. 2ª Ed. 20-20: Recife, 1995.

⁹ Vhagen, Francisco Adolpho de. *História do Geral do Brasil*. 3ª Ed. Melhoramentos: São Paulo.

Já na primeira metade do Século XVII, quando da chegada dos holandeses, registra-se aí a presença judaica de forma oficial, quando da formação da Primeira Comunidade Judaica de Pernambuco, sua primeira sinagoga. Inclusive fazendo com que alguns dos judeus que antes da presença holandesa apareciam como sendo cristãos, os novos, se revelaram durante esse período com a declaração de suas verdadeiras identidades, passando a exercer sua representatividade social, do ser judeu publicamente. Não só do então judeu de fato, mas o de direito, o cidadão judeu.

A isso soma-se o fato de que, com a liberdade de culto, liberdade religiosa durante o domínio holandês, aqui em Pernambuco, muitos judeus que estavam instalados na Holanda, seguiram junto com Nassau, engrossando o número de judeus e cristãos novos judaizantes, de tal forma que Pernambuco passou a ser uma força econômica açucareira e conseqüentemente política de tal monta, que conforme o Pe. Antonio Vieira o melhor mesmo era deixar Pernambuco fora das mãos da Espanha¹².

O prédio onde funcionava a Sinagoga Zur Israel na Rua dos Judeus, hoje encerra uma placa em sua fachada confeccionada entre 1983 e 1984 em cerâmica vitrificada que registra a mudança histórica do nome primitivo de "Rua dos Judeus" para "Rua do Bom Jesus", quando em 1636 houve a saída dos holandeses de Pernambuco.

O fundador da Sinagoga Zur Israel – a primeira sinagoga da América Latina foi o Rabi Aboab da Fonseca que ficou famoso pelos seus versos, suas preleções, e pelo fato de só ter deixado o Brasil em 1654, provavelmente com a saída dos holandeses. Faleceu no ano de 1693 em Amsterdã com 88 anos e a sua biblioteca, que foi vendida em leilão, contava com 18 manuscritos, 373 livros em hebraicos e 53 em outras línguas.

Atualmente a presença judaica em Pernambuco se fez ainda mais concreta, inclusive através do empenho para a preservação da memória dessa sinagoga, com um grande trabalho de reconstituição realizado pelo arquiteto e historiador Prof. Dr. José Luiz Mota Menezes, depois

¹² Goldberg, David J. Os Judeus e o Judaísmo. Produtora Cultural, 1989.

de dedicada pesquisa sobre a forma arquitetônica utilizada dentro dos hábitos e costumes judaicos. Até os bancos do salão interno principal foram confeccionados seguindo um modelo de época inspirado numa peça que se encontra no Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, em seu espaço expositivo temático denominado “Sala das Lutas Libertárias”.

A presença judaica encontra-se marcadamente registrada inclusive na própria historiografia referente ao período em que Pernambuco esteve sob o domínio holandês, pois quando se levanta a presença holandesa no nordeste, sente-se dificuldade muitas vezes em discernir referências, se são sobre calvinistas ou se são referências sobre os judeus, isso porque a própria Holanda e os Países Baixos entre outros, é claro, abraçou de tal forma o povo judeu da diáspora, que estavam todos juntos nas mesmas levadas que aportaram ao nosso litoral.

Tudo indica que grandes planos foram elaborados pelos holandeses com a intenção de colonizar o nordeste, podendo até se dizer que houve um princípio de colonização com gente recrutada na Europa e que chegou ao Recife sob a direção do mestre Jan Harrison, para a qual o conselho político estudou o projeto de fixá-la em Itamaracá ou no Rio Grande do Norte¹¹.

Mais adiante se tem registros de que a própria política de dominação impulsionou Maurício de Nassau a estender os domínios do Brasil holandês. Os holandeses dominaram o Maranhão, o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Itamaracá, Alagoas e Sergipe, além da própria Pernambuco.

Com a saída dos holandeses dissipa-se a liberdade ao exercício do judaísmo, o caminho fica livre para a Inquisição e o pavor se instala entre os cristãos novos que exerciam livremente o judaísmo sob a tutela holandesa.

A partir dessas pontuações a autora elaborou a hipótese de que os sertões do nordeste serviram de refúgio para a massa da população cris-

¹¹ Mello, José Antonio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. 2ª Ed. Departamento de Cultura: Recife, 1978.

tã nova menos abastada, sem possibilidade de pagar as grandes somas necessárias para emigrar, como fizeram os 23 judeus que adquiriram a Ilha de Manhattan. Se eles tiveram condições de instalar sua gente, já nessa época, nos confins dos altos sertões do nordeste, não se dispõe, ainda, de dados conclusivos para comprová-lo.

A proibição ao casamento, as uniões entre judeus e cristãos, entre cristãos novos e cristãos velhos, nunca foi muito bem aceita. No princípio houve períodos até mesmo de proibições legais, mas isso nunca foi praticado de forma rígida, dizem alguns autores, mas muito embora se expressem dessa forma em algumas obras, pesquisadores do assunto demonstram que muitos dos que se diziam cristãos velhos, tinham na verdade ascendência judaica e que alguns até conseguiam esconder sua origem.

Entretanto, um fato que chamou a atenção durante as pesquisas realizadas pela autora, foi que entre os costumes dos judeus, estava o das uniões conjugais apenas entre os de seu grupo étnico, ou entre os que são considerados segundo suas leis como judeu. É essa determinação que aparece descrita nas leis judaicas¹², a prática do endogamia.

A referência a esse impedimento, ao de casarem com quem não seja judeu, está em muitas outras obras judaicas, inclusive a de Goldberg¹² onde acrescenta dizendo que essa oposição existia desde os tempos antigos, quando se temia que os casamentos mistos, os de judeus e não judeus, subvertissem a vida religiosa da nação com influências pagãs.

Com a dispersão dos judeus, a oposição ao casamento misto deve ter persistido, inclusive por causa da ameaça à sua sobrevivência como minoria. O fato é que se encontraram dois segmentos distintos, dois trabalhos de pesquisa que ajudaram a autora na formulação de uma hipótese a um projeto antropológico, baseada na entrada dos cristãos novos judaizantes ou não para o sertão do nordeste.

¹² Goldberg, David J. Os Judeus e o Judaísmo. Produtom Cultural, 1989.

O primeiro trabalho foi o do médico pesquisador na área da genética médica, conhecido como "Salzano"¹³, onde faz demonstração e levantamento estatístico a nível nacional, das concentrações demográficas que praticam o endocruzamento em grau muito elevado, e com ajuda de um mapa do Brasil pontua as zonas dos seus diferentes níveis. O que se pode observar claramente é que as zonas com índices mais altos de endocruzamento ficam concentradas justamente na nossa região sertaneja.

O segundo foi o trabalho do Prof. Manuel Correia de Andrade, sobre a entrada do gado para o interior, mostrando as áreas de concentração dos currais, concentração de uma leva dos primeiros povoadores do sertão pastoril¹⁴. Em seu mapa expositivo observa-se como os povoadores e criadores de gado migraram, para quais regiões seguiram e em que áreas se concentraram. Nele pode-se perceber os pontos de instalação dos currais de gado, onde houve a coesão das famílias que se interiorizaram na época do Brasil colônia.

Fazendo uma comparação com os dois trabalhos: o do Dr. Salzano e o do Prof. Manuel Correia observa-se que se trata da mesma região do sertão nordestino, o que fortalece a hipótese levantada.

Pode parecer natural o afastamento em massa dos pecuaristas da região litorânea que, por força legal, foram pressionados a recuar seu gado para não causar prejuízos ao plantio da cana-de-açúcar no litoral. Embora ainda não se saiba explicar a existência de dezenas ou centenas de famílias povoando regiões tão difíceis, muito antes dessa determinação governamental.

Ouro? Poderia até ter sido, afinal houve algumas indicações de prováveis minas pelas regiões do vale do Piancó no sertão hoje paraibano, mas nada suficientemente significativo pois, não se encontrou referências a grandes veios, motivação para o grande êxodo em direção à área do alto sertão. Houve posteriormente a entrada para o sertão de minas,

¹³ Salzano, F. M. e Maia, N. Freire. *Populações Brasileiras: Aspectos Demográficos, Genéticos e Antropológicos*. Nacional: São Paulo, 1967.

¹⁴ Andrade, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 4ª Ed. Ciências Humanas: São Paulo, 1980.

quando o ciclo econômico vai passando do ciclo do gado (civilização do couro) para o ciclo do ouro. Mas isso foi bem depois.

Uma das grandes questões levantadas no projeto: “Endocruzamento nos Sertões do Nordeste: um Traço da Cultura Sefardita?” Elaborado pela autora foi: Poderá a política de recuo do gado do litoral para o interior e a distribuição das terras em sesmarias, de forma mais intensa no período pós-invasão holandesa, serem vistas como tática para o afastamento dos cristãos-novos judaizantes do litoral nordestino?

Afinal com a saída dos holandeses de Pernambuco, a Inquisição poderia atuar de forma mais significativa, como realmente o fez. Foram justamente os anos em que ocorreram as guerras contra os bárbaros, “Guerra dos Bárbaros” como ficou conhecida. Os mesmos anos referentes ao período das guerras pela Restauração de Pernambuco. Foram os anos das primeiras entradas para o avanço do gado com maior fluxo de registro de pedidos de sesmarias que vieram logo a seguir¹⁵. E mais, ao ler-se e estudar-se seus textos, (os pedidos de sesmaria para terras do sertão), vê-se que em sua maioria os proponentes alegavam já habitarem com suas famílias e seus gados naquela região por vários e vários anos. Muitos aparecem falando em 10, 15 e até 20 anos¹⁶.

Então esta fase coincide com a época da fuga dos judeus na saída dos holandeses de Pernambuco e o fim das negociações que iriam se estender por mais alguns anos.

Outra fase da presença judaica na construção de Pernambuco, a que se pode chamar de construção da Segunda Comunidade Judaica do Recife, ocorre principalmente com a chegada da corte portuguesa em 1808, pois obviamente as entradas de Israelitas em Pernambuco e no país continuaram, mas foram casos isolados.

Judeus originários da África do Norte, principalmente de Marrocos, foram os que formaram os primeiros centros e sinagogas em Belém do Pará por volta de 1822, depois da Independência do Brasil. No entanto, a primeira “onda” imigratória mesmo, ocorreu em 1848 por

¹⁵ Porto, José da Costa. Estudos Sobre o Sistema de Sesmarias. UFPE; Recife, 1965.

¹⁶ Tavares, João de Lyra. Apontamentos para a História Territorial da Parayba. Oficial: Parayba, 1910.

causa das restrições à liberdade como política de países europeus. Por exemplo, depois da guerra franco-prussiana, 1870-1871, os judeus franceses viram sua terra natal – a Alsácia e Lorena – serem cedidas à Alemanha. Muitos vinham para o Brasil, para Pernambuco, onde já se encontravam parentes, tios e primos que tinham vindo antes na corrente imigratória de 1848.

Nos fins do século XIX chegaram muitos judeus poloneses e russos e aí houve um hiato decorrente da Primeira Guerra Mundial, que impulsionou a vinda de imigrantes russos e alemães.

Não se devem esquecer os refugiados do regime de Hitler em 1933. As últimas correntes imigratórias foram possivelmente as de 1957, quando chegaram os egípcios e os húngaros, por causa da crise de Suez e também por causa da revolta húngara contra o regime comunista.

Foram encontrados registros que indicam ter havido uma maior concentração de moradores Israelitas principalmente nas ruas dos bairros da Boa Vista, de Santo Antônio e de São José. Com a constatação de que eram os mesmos bairros dos locais onde destinavam seus pontos para o trabalho e atividade do comércio¹⁷.

Ocupavam-se basicamente do comércio e se instalaram nas principais ruas do bairro da Boa Vista, procuraram se manter coesos e solidários, e por isso o bairro concentrou um grande número de judeus. Eles procuravam manter suas atividades e moradia em torno de bairros mais centrais, e tentavam não ficar muito dispersos, formando assim uma grande comunidade física também. Essas são, provavelmente, características típicas de uma ancestralidade de medo e de isolamento numa busca inconsciente à defesa. Uma defesa física, medo de uma perseguição; uma defesa cultural, medo de serem absolvidos pela cultura local.

Parece haver várias linhas de pensamento na ideologia religiosa judaica no Brasil e em Pernambuco. O judaísmo ortodoxo, por exemplo, preserva hábitos e tradições, costumes mais antigos, como o uso do “*talit*” (tolex) que é o manto ou xale de oração. Mas, com a chegada das

¹⁷ Kaufman, Tânia N. Passos Perdidos História Recuperada: A Presença Judaica em Pernambuco. Bagaço: Recife, 2000.

influências resultantes do iluminismo judaico, existem hoje movimentos em prol de um judaísmo modernizado, um judaísmo cultura e não um judaísmo religioso, embora sem esquecer de uma consciência histórica do ser “judeu”. Movimentos que buscam uma identidade nacional e social além de uma identidade religiosa, um judaísmo atualizado. Porém, como ser leal ao seu grupo étnico e ao mesmo tempo ter valores universais?

A historiografia oficial parece não mostrar a real presença judaica em nosso contexto sócio-cultural, contudo ela é visível, com suas características, inserida na paisagem pernambucana.

A comunidade judaica de Pernambuco tem seu próprio cemitério, é o - Cemitério Israelita do Barro, que foi fundado em 1927. Antes, os mortos eram enterrados no Cemitério de Santo Amaro, mas depois de 1927 foram trasladados para o cemitério judaico. Uma curiosidade é que, quando trasladaram os mortos, separaram os homens das mulheres, mas essa é uma exigência para os ritos apenas nas sinagogas.

Não poderia deixar de existir no próprio bairro da Boa Vista uma sinagoga, a Sinagoga Israelita da Boa Vista de 1926, anteriormente chamada de Sinagoga Israelita do Recife.

Existe um centro cultural, o “Centro Cultural Israelita de Pernambuco” bastante ativo com sua agenda bem diversificada. Há também um segmento ortodoxo do judaísmo, o “Centro Judaico de Beneficência Beit Chabad”, onde funciona um colégio para crianças do 1º Grau.

Em termos gerais dentro dessa paisagem observa-se uma presença judaica representada de forma objetiva, física, palpável, de uma identidade cultural reconhecida e legitimada. Porém onde estão os descendentes daqueles cripto judeus, os cristãos novos, que se espalharam, fugiram e se embrenharam sertões adentro? Onde está sua representação na sociedade? Eles perderam sua identidade judaica?

O tempo e o medo foram mais fortes que o desejo ao exercício da fé mosaica, da observância ao judaísmo?

SEGUNDA PARTE

Possíveis fragmentos da presença judaica na construção de Pernambuco: Uma presença cultural subjetiva e simbólica.

Falou-se, anteriormente, da percepção da presença física, material, palpável e objetiva relativa à presença judaica em Pernambuco. No entanto, existe uma outra abordagem a ser desenvolvida a seguir, que enfoca a forma contextual, subjetiva e simbólica dessa possível presença judaica nas regiões interioranas e sertanejas de Pernambuco.

A história oral para a preservação da memória histórica cultural não foi rigorosamente observada, ou então não se encontrariam hoje, apenas os fragmentos dessa cultura. Mesmo assim esses traços de cultura, esses fragmentos, podem ser objeto de uma leitura contextual muito mais abrangente e que poderia representar a própria cultura judaica como um todo.

Assim como um fractal representa uma partícula de um todo maior reproduzindo as mesmas características básicas deste todo, do universo (como se vê no estudo da imagem calculada), a partícula, ou a síntese da representação real, conserva os mesmos padrões do modelo de representação real. Possivelmente o sentido simbólico de um indivíduo judeu para o judaísmo seja o mesmo de um fractal como parte igual e correspondente, em sua essência, na formação do todo real que seria o judaísmo. É que mesmo com a diáspora, onde muitos estão dispersos, existe a consciência da existência de uma unidade e de um todo em si mesmo.

É a mesma filosofia explicativa e que nos relaciona a Deus como sendo uma partícula Dele, divina, e que temos toda a sua essência como se o todo fôssemos.

Com o batismo compulsório dos judeus em Portugal, isso em 1497, dissolveram-se as comunidades organizadas e as casas de oração permanentes onde se concentravam para passar, uns aos outros, o conhecimento das leis e dos ritos judaicos. Desta forma se tornou difícil a transmissão dos ensinamentos dos ritos e costumes da cultura.

Os conhecimentos dos que praticavam os costumes judaicos às escondidas, por causa das perseguições no tempo de inquisição, passaram a ser rudimentares e até errôneos. É que para esses, a única fonte disponível para ser consultada era o antigo testamento. Acontece, que os próprios ensinamentos bíblicos, que são construções por analogias e parábolas, envoltos em um mundo que pode mais parecer ser de fábulas e fantasias, parecem ser tratados em suas análises e estudos como códigos enigmáticos, decifráveis por determinados judeus, com base num conhecimento paralelo, um dos quais inserido no que ficou conhecido como “*Cabala*”.

Para falar-se um pouco dos possíveis fragmentos da cultura do povo judeu passíveis de serem encontrados dentre a multiculturalidade existente na cultuheterogeneidade do nosso povo, aqui especialmente pernambucano, faz-se necessário entender esse mundo místico, que é o da cabala. Sim porque agora, não se está falando da presença judaica objetiva, não se trata da presença material do mundo judaico dos que aqui chegaram a partir do início do século XIX.

Fala-se agora da presença judaica que existe em cada um descendente daqueles judeus que foram forçados ao batismo cristão, descendente daqueles judeus que foram chamados de cristãos-novos, marranos, cripto judeus ou judaizantes, daqueles que não podendo externar suas práticas religiosas, sua cultura, as guardaram com profunda reserva mental, passando aos descendentes apenas alguns dos costumes e hábitos que não os poriam em risco de serem descobertos, sendo, desta forma, difícil inclusive a passagem da sua história oral¹⁸. E é por isso que hoje, para se perceber os fragmentos desta cultura se faz necessário um conhecimento mais aprofundado da história do povo hebreu, do povo judeu.

Sem os elementos básicos na bagagem do observador ele corre o risco de olhar e não perceber, de não ver os traços de uma determinada cultura, não perceber a presença judaica por ela estar camuflada, integrada num contexto mais abrangente, num universo diversificado pela

¹⁸ Omega, Nelson. Diabolização dos Judeus “Martírio e Presença dos Sefardins no Brasil Colonial”. Record: São Paulo.

multiculturalidade, como um fractal. Afinal nossa história cultural é por demais heterogênea.

Em hebraico cabala quer dizer: tradição recebida, está abrangendo precisamente dos ensinamentos esotéricos que começaram a surgir primeiramente no sul da França e na Espanha do século XIII.

“Cabala é a denominação dada ao conjunto de doutrina mística judaica. Na sua forma restrita, designa o sistema místico-filosófico que teve sua origem na Espanha, no século XIII, e cuja influência na vida do judeu é muito grande.”¹⁹

Em hebraico a palavra cabala se escreve kabbalah, tendo seu significado em “recebendo” ou “aquilo que foi recebido”. Refere-se à tradição da antiga sabedoria recebida do passado e cuidadosamente guardada. É na cabala que se encontra o coração da cultura judaica¹⁹ que surgiu na Europa medieval como um movimento distinto dentro do judaísmo, ficando seu uso muito evidente através da leitura e interpretação da Bíblia. Ela passou a fazer parte da tradição mística judaica de forma oculta e preciosa. Seu simbolismo, suas referências e formas de significação atraem os estudiosos da área, mesmo que não sejam judeus, inclusive para os indivíduos mais receptivos essa sabedoria parece que surge de forma espontânea.

O mestre Ariano Suassuna disse certa vez que: “para se conhecer uma cultura, para que ela seja abarcada, é preciso que ela seja intuída”. A intuição é, portanto, necessária para se entender uma cultura.

A tradição mística judaica é na verdade uma combinação desses dois elementos: a sabedoria espontânea do indivíduo somada à sabedoria que vem do passado. O sucesso da cabala está na mistura da tradição com a criatividade.

Os cabalistas separaram o fundamentalismo cego da anarquia, confusão mística. Eles têm idéias surpreendentes e também têm símbolos chocantes, mas foi a partir do método esotérico de transmissão da cabala que se viu um caminho para a sua aceitação.

¹⁹ Matt, Daniel C. O Essencial da Cabala, Best Seller: São Paulo, 1995.

A cabala espanhola ficava restrita a uma elite aristocrática, mas em meados do século XVII alguns elementos do que chamam cabala extática, que inclui as técnicas de meditação e da combinação de letras hebraicas foram desenvolvidos inclusive com influência da Ioga. Surgiu no seio do judaísmo porque afetou profundamente o pensamento e a observação da religião judaica, mas ela vai mais além: o humanista italiano da renascença Pico Della Mirandola, traduziu a cabala para o latim porque ele acreditava que era a revelação divina original. Esse trabalho ficou perdido por anos, mas depois com a sua restauração foi possível aos europeus passarem a compreender Pitágoras, Platão e até mesmo os segredos da fé católica... O que se dizia misterioso...

Pico Della Mirandola dizia que “nenhuma ciência é capaz de vencer-nos mais da divindade de Jesus Cristo do que a magia e a cabala”.² Dizia também que as novecentas teses sincretistas e controversas que são respaldadas na cabala, lançaram as fundações para a literatura cristã.

Importante se faz lembrar que quando, em 1492, os judeus foram expulsos da Espanha, os que eram cabalistas rumaram para o norte da África, para Itália e para o leste do Mediterrâneo, divulgando as idéias místicas. Parece que essas regiões, para onde migraram os cabalistas, coincidem com as já citadas anteriormente ao referir-se à diáspora da época dos descobrimentos marítimos e dos povoamentos e colonizações.

Daí, em meados do século XVI a cabala passou a ser um importante fator espiritual na vida dos judeus. Pode-se até imaginar que o seu conhecimento no mundo judaico, durante o período de aflição inquisitorial, fizesse com que fossem utilizados seus símbolos para uma maior interação e comunicação social entre os que temiam ser descobertos como judaizantes após o batismo forçado.

Para o estudioso contemporâneo das coisas religiosas, a cabala tornou-se um recurso rico e vital, podendo servir para mostrar que mesmo pequenas referências como o uso eventual de um número 13 pendura-

² Uterman, Alan. Dicionário Judaico de Lendas e Tradições. Zahar: Rio de Janeiro, 1992.

do como berloque num cordão em um pescoço, figuras geométricas e outros tantos símbolos mais, podem passar a ser imaginados, vistos por um estudioso dessa área do conhecimento, como prenúncio de fragmentos de uma cultura, mesmo que o usuário desses símbolos não tenha idéia da história e da origem de seus significados.

Um pesquisador provavelmente não deve conseguir todas as respostas quando se envolve e se familiariza com um grupo social de regiões “isoladas”, como alguns grupos dos nossos sertões, por exemplo. Mas, com certeza deve passar bem em baixo de seu nariz, muito do que poderia ser lido ou tido como fragmento, traço da cultura a ser explorada. O tempo e a profundidade ao estudo da cultura judaica, que é por demais complexa, irá fazer com que os que a ela se dedicam saibam mais e mais das raízes dessa nossa gente. O que não se deve esquecer é que ela existe inserida no contexto do nosso miscigenado “povo brasileiro”.

Os cabalistas alegaram que sua tradição havia sido dada originalmente por Moisés no Monte Sinai, junto com a “Torá”. Na verdade o desenvolvimento desse antigo misticismo foi baseado nos ensinamentos de Sefer Habahir, e com o movimento de reinterpretação da tradição cabalística em termos psicológicos, o movimento chassídico, alguns cabalistas enfatizaram a exploração teosófica das dez sefirot²⁰.

A ordem de distribuição das dez sefirot como uma estrutura de distribuição de energia é uma estrutura estudada dentro do conhecimento cabalístico a que os judeus cabalistas chamam de “Árvore da Vida”. Sefirot são pontos ou centros de energia que segundo o judaísmo cabalista, são as dez estruturas divinas que fizeram surgir o mundo através da emanção e que constituem os diferentes níveis da realidade, formam uma unidade e não devem, segundo eles, ser pensadas como entidades separadas.

A cultura judaica sendo carregada de uma bagagem simbólica e cabalística, possivelmente esteve presente na escolha dos nomes de árvores daqueles judeus que mudaram seus nomes, ou melhor, adquiri-

²⁰ Rehfeld, Walter. *Mística Judaica*. Icone: São Paulo, 1986.

ram um nome de aparência cristã no momento do batismo compulsório. É que, o padrão das sefirotas é muitas vezes descrito como caracterizando um corpo humano ou uma árvore que liga o céu e a terra²¹.

A influência da cabala no judaísmo esotérico foi muito ampla, oferecendo aos judeus um poderoso conjunto de símbolos místicos, disseminando a crença na transmigração das almas e estabelecendo novos rituais e costumes.

Sempre se soube que os judeus usavam nomes e sobrenomes de árvores, entre outros, na época da diáspora e dispersão da península ibérica, mas nunca se falou da razão para essa escolha. É comum encontrar-se nomes como: Oliveira, Carvalho, Pinheiro, Figueira ou Filgueira, Nogueira, Pereira, e etc... Pode-se até imaginar que essa foi uma das formas ou maneiras, naquela época, de marcar uma identidade. Assim como dezenas de outras formas de revelar quem realmente eram aos que conheciam a história dos hebreus e a filosofia do judaísmo.

Tudo leva a crer que hábitos e costumes da vida de um judeu são quase sempre reflexos do simbologismo do mundo bíblico e das interpretações cabalísticas, pelos que a ela se aliaram. Isso naturalmente como exercício a suas crenças e referências, à sua identidade. Assim, parece viável que o uso dos nomes de árvores não tenha sido alheatório.

Essas são possibilidades sem base de provas científicas, mas como hipóteses elas parecem estar respaldadas em fatores construtivos, como o de que na época da Inquisição, das perseguições, na fase do batismo cristão em massa, o povo judeu poderia ter usado desse artifício como possibilidade ao exercício de fé e crença aos seus preceitos e ditames.

Mas por quê uma árvore? Porque a árvore também tem um conceito dinâmico e envolve um crescimento orgânico. A árvore sempre produz, a árvore tem vida, tem energia. A energia da vida, a energia vital. É a mesma energia de todos os seres vivos, de tudo que tem vida. É na energia vital que os preceitos do judaísmo cabalístico se baseiam.

Os judeus parecem ilustrar sempre seus preceitos através de analo-

²¹ Himmel, Manfred. *As Árvores Curam: O Poder Terapêutico das Árvores*. Madras: São Paulo, 2000.

gias, inclusive usando a árvore como referência. Diz a lenda talmúdica, que conta sobre parte da bíblia, que no centro do Eden se achavam duas árvores: a da vida e a da sabedoria. Dizem que Midrash pergunta como podem estar ambas as árvores no mesmo lugar? E respondem: a “Árvore da Vida” está dentro da “Árvore da Sabedoria”. É que, quando a árvore do conhecimento vive e floresce, a “Árvore da Vida” também floresce, porém sem a “Árvore do Conhecimento”, a da vida murchará. Comparam as raízes das árvores às raízes do judaísmo, pois o que elas são para as árvores, elas são também para o judaísmo: são as suas partes vitais. Usando de analogia pode-se interpretar a base da Menorah² como um sistema de fluxo energético em forma de garfo.

Conta-se que a Menorá original, feita no tempo em que os Israelitas perambulavam pelo deserto, tinha um desenho magnífico, porque Moisés fundiu em ouro no fogo, e a Menorá tomou forma por si mesma.

O trabalho de interpretação distanciada numa outra cultura²² chega a ser curioso, pode-se fazer uma leitura de sua filosofia a partir, inclusive, de objetos por eles utilizados. É transformar o estranho, o desconhecido, o bizarro, o algo não comum em algo passível de leitura interpretativa. É com essa condição que se pode detectar fragmentos perdidos por entre as várias matizes formadoras da cultura de um povo.

As imagens ou representações das Menorá mais antigas, ainda parecem conservar as referências aos seus possíveis significados, com as representações das prováveis sefirotas, talvez para indicar os fluxos energéticos a que cada um dos seus sete braços poderá corresponder. Frieda Wolff, autora da obra *Conferências e Comunicações em Institutos Históricos* faz referência ao fato de “que foram encontradas mais de 500 túmulos de Israelitas em catacumbas existentes em Roma, e que em mais de 1/3 delas estavam gravadas a Merorá formando com seus sete braços semi-círculos, formando árvores com sete ramos...” “Observa-se assim a ligação simbólica entre a Menorá e uma árvore com sete ramos...”

² Uterman, Alan. Dicionário Judaico de Lendas e Tradições. Zahar: Rio de Janeiro, 1992.

²² Oliveira, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo. UNESP: São Paulo, 1998.

Na busca interpretativa, através de leitura em obras explicativas da filosofia cabalista, da qual estão incluídas as da Ioga e outras mais dessa linha mística, é provável haver também uma analogia e ligação conceitual na existência de uma relação entre os sete braços da Menorá, as sete luzes que se acendem nos momentos dos ritos na sinagoga e os sete centros de força formadores entre outros da energia vital²¹.

Provavelmente os hábitos e costumes da vida de um judeu devem ser respaldados no simbolismo bíblico que é interpretado através do conhecimento místico da cabala, da cabala judaica, entre outras regras e preceitos das suas leis, pelo menos para os mais religiosos, porque da mesma forma que existe um cristão não fervoroso ou menos praticante, existe também o judeu não religioso.

Esses pontos então assim descritos reforçam a possibilidade de que a escolha por nomes com referência a algumas árvores não tenha sido por um mero acaso, inclusive porque a própria “Torá” foi comparada, na tradição judaica, a uma árvore, “Árvore da Vida”, ela foi comparada à própria luz¹⁹. Uma analogia possivelmente em alusão aos preceitos do conhecimento cabalístico.

Na tradição popular o carvalho, por exemplo, é a árvore das atitudes e ações honestas, a antiga árvore dos julgamentos de nossos antepassados. O carvalho é também a árvore das artes e da sabedoria. Em toda a Europa ele é símbolo de longevidade, da força e do poder²¹.

O pinheiro é a árvore do renascimento das luzes, e promove o renascimento, a constante renovação corporal e espiritual. Ele também fortalece a intuição das pessoas.

Em “*Antologia do Folclore Brasileiro*” de Luis da Câmara Cascudo, encontra-se uma referência curiosa, a do “*Jejum na Construção Naval*”. Fala de uma superstição que existia para despojarem as árvores de suas cascas no fabrico das embarcações: é que no dia em que eles despiam as árvores de suas cascas, o que faziam da raiz até a copa, eles não bebiam

¹⁹ Matt, Daniel C. O Essencial da Cabala. Best Seller: São Paulo, 1995.

²¹ Himmel, Manfred. As Árvores Curam: O Poder Terapêutico das Árvores. Madras: São Paulo, 2000.

e não comiam, ficavam em jejum, pois acreditavam que se não o fizessem poderiam lhes acontecer muitas desgraças.

Uma quantidade significativa de referências ao uso de costumes judaicos inseridos em nossa cultura é encontrada em vários trabalhos editados e algumas até são de conhecimento popular, como exercício de misticismo e supersticiosidade. “Varrer a casa de fora para dentro” que na tradição judaica é explicada por honra de “*Mezuzá*”; o uso da frase “passar a mão pela cabeça” ou “passou a mão na cabeça”, como se diz hoje, significando relevar faltas e erros, transigir com o culpado, veio à nossa língua como lembrança do rito hebreu da benção paterna ou materna, que se constituía em passar a mão pela frente e cabeça da criança.

Isso faz lembrar a importância das mãos na cultura judaica. As mãos para a benção sacerdotal.

Em obras judaicas cabalistas, como no próprio Dicionário Judaico² encontra-se um desenho de mãos acrescidas de traços descritivos dos pontos ou centros de energia, sefirotas como chamam, ramificados em direção aos dedos. Com subscrição: “*mãos juntas na forma da benção sacerdotal, com signos cabalísticos e duas letras de tetragrama em cada mão, século XVIII*”.

A importância das mãos como instrumento e canal de força, de energia, segundo a cabala, são usadas inclusive no rito inicial do “*Shabat*”. No aceder das luzes do “*Shabat*”.

Um dos mandamentos do fazer em “*Mitzvot*” imposta tradicionalmente à mulher casada é o rito das luzes no “*Shabat*”. Ao por do sol numa hora pré-fixada, pois é computada astronomicamente para cada “*Shabat*”, a mãe, esposa, a dona de casa, acende a luz do “*Shabat*” e colocando as mãos sobre o rosto, se concentra em meditação. Simbolicamente a mão também é usada pelos judeus como amuleto, como um marroquino em prata na forma de mão com o nome divino gravado na palma².

² Uterman, Alan. Dicionário Judaico de Lendas e Tradições. Zahar: Rio de Janeiro, 1992.

^{2b} Hirtleman, Richard. Guide to Yoga Meditation. 12th printing. Batam Books, New York, 1978.

Paralelamente uma das principais posições de meditação Ioga²⁵ é a que se usa as mãos e a luz da vela em seu exercício. É que pelo conhecimento cabalista esotérico, a mão é um elemento importante de transmissão e captação de energia.

O conhecimento e a cultura do mundo oriental são muito antigos, mas parte deste conhecimento já está sendo inserida em nossa cultura, inclusive o cabalístico, através do esoterismo e das orientações de movimentos, associações e sociedades de bases filosóficas orientais. Encontra-se a prática da Ioga, do Do-In, da Acupuntura, que inclusive foi reconhecida na medicina como mais uma especialização, que está sendo somada à medicina alopata.

Além de outras ocasiões, é costume dos judeus, anunciarem a chegada de “*Rosh Há Shaná*”, o ano novo judaico, tocando o “*Shofar*”. O “*Shofar*” é um simples chifre de carneiro, mas que durante os dias de reverência tem um proeminente papel, seu toque ilumina o serviço de “*Rosh Há Shaná*” e em alguns outros ritos como no serviço de “*Yom Kipur*”. É um dos instrumentos de sopro mais antigos usados pelo homem, se igualando apenas à flauta do pastor chamada “*Ugav*”, mas esta não tem função religiosa²³.

Uma grande questão de trabalho de busca interpretativa²⁴ está no fato de que esse costume também continuou sendo usado pelos marranos, pelos cristãos-novos após a conversão forçada dos judeus espanhóis em 1391, no sentido de conservar a fé judaica.

Alan Unterman no verbete sobre marrano de sua obra faz uma citação importante na utilização do shofar na preservação da fé judaica ao dizer, relatando os hábitos dos marranos, que estes “*sopravam, nos campos, o shofar em rosh há-shaná*”. Chamou a atenção para o fato do shofar ser tocado nos campos, porque sempre foi usado pelos judeus em cerimônias dentro das sinagogas.

O toque do “*Shofar*” nos campos pelos cristãos novos faz lembrar o toque do berrante pelos vaqueiros dos nossos sertões.

²³ Alpern, Shabsi. O Som do Shofar. 2ª Ed. Chabad, 1992.

²⁴ Geertz, Clifford. A Interpretação das Culturas. Zahar: Rio de Janeiro, 1978.

O toque do berrante tem a função do aboio que é guiar o gado. E embora seja instrumento característico de Goiás, Triângulo Mineiro e Mato Grosso, encontra-se este instrumento entre os componentes do Minho, Portugal.

Outro uso encontrado em nossos hábitos é a expressão: “*está pensando na morte da bezerra?*” Ela vem de um costume dos antigos portugueses na colônia, que confundiam a torah, livro sagrado de Israel, com o feminino de touro. E como um homem que se recolhe a pensar tem ares de triste, o povo associou a tristeza do cristão novo à morte da toura ou da bezerra, se ela fosse o feminino de touro. Então ficou: “*está pensando na morte da toura?*” Ou, “*está pensando na morte da bezerra?*”. Quer dizer que “*a toura*”, “*tourinha*”, tornou-se vulgarmente “*bezerra*”.

O escritor João Ribeiro, autor de “*Frases Feitas*” e Câmara Cascudo em “*Mouros e Judeus*”, explicam que essa expressão faz referência às pessoas que estavam meditando²⁵.

Um dos costumes judaicos também encontrado arraigado em nossa cultura é o uso das pedras em um dos “ritos de passagem” que é a morte. Encontra-se erguido no Cemitério Comunal Israelita no Caju, Rio de Janeiro, um monumento às vítimas do holocausto²⁶, constituídos de uma coluna de pedras sobrepostas, que parece um exemplo desse referencial simbólico. Pode-se observar bem esse costume judaico através do filme “*A Lista de Schindler*” de Steven Spielberg—1993, no qual se retrata uma porção enorme de parentes e sobreviventes, um por um, a colocar pedras na lápide de Oskar Schindler.

Oskar Schindler salvou mais de 1100 judeus da morte durante o holocausto e a colocação de pedras sobre sua lápide simboliza que sua memória não foi esquecida.

Embora o antropólogo James Frazer tenha dito²⁷ que “esses costumes poderiam ser interpretados como uma forma de purificação cerimonial, pois entre os povos primitivos, era comumente concebida como

²⁵ Hittleman, Richard. *Guide to Yoga Meditation*. 12th printing. Batam Books, New York, 1978.

²⁶ Wolf, Egon e Friedla. *Guia Histórico Sentimental Judaico Carioca*. Rio de Janeiro, 1987.

²⁷ Frazer, James George. *O Ramo de Ouro*. Zahar: Rio de Janeiro, 1982.

uma forma de purgação física mais do que moral, uma maneira de varrer ou limpar a matéria mórbida com a qual a pessoa poluída estaria infectada". Parece que dentro da cultura judaica essa atitude carrega outra forma de simbologia²⁸.

Este traço de cultura pode ser observado nas sepulturas de beira de estrada existentes em várias regiões dos sertões nordestino, conforme constatado pela autora durante seus trabalhos de campo.

Observa-se que, ao se ter o conhecimento dos mais antigos hábitos da cultura de um povo, pode-se adquirir mais facilidade ao tentar fazer determinadas interpretações. Interpretações das manifestações culturais²⁷ que a princípio parecem estranhas²⁸.

Os judeus são enterrados²⁹ com mortalha simples. Há mil e oitocentos anos atrás, Raban Gamliel instituiu a prática de enterrar todos os judeus no mesmo tipo de traje, indicando que os ricos e os pobres são iguais perante Deus. As mortalhas (*"tachrichim"*, em hebraico), consistem de sete trajes separados vestidos no falecido, todos feitos de material simples, pouco dispendioso, de musseline, algodão ou linho. A roupagem externa é formada por um lençol branco no qual o cadáver é inteiramente envolvido. As mortalhas são feitas de material branco porque branco é a cor da pureza. Câmara Cascudo relata que "o lençol fúnebre, cobrindo inteiramente o cadáver, inclusive a cabeça, foi uma tradição respeitada nos sertões e mesmos nas cidades"²⁵.

Como dizem Egon e Frieda Wolff a "Estrela de David" ou "Signo de Salomão" é hoje universalmente reconhecido como símbolo judaico, mas não era assim nos tempos antigos. Esse símbolo não foi usado apenas pelos judeus, como ele tem um significado cabalístico seu uso foi mais generalizado, ele foi usado inclusive pelo povo romano da antiguidade durante uma época. E ele é também utilizado, inclusive, nas representações filosóficas de algumas sociedades secretas³⁰.

²⁵ Hittleman, Richard. *Guide to Yoga Meditation*. 12th printing. Batam Books, New York, 1978.

²⁷ Frazer, James George. *O Ramo de Ouro*. Zahar: Rio de Janeiro, 1982.

²⁸ Epstein, Isaac. *O Signo*. 3^a Ed. Ática: São Paulo, 1990.

²⁹ Asheri, Michael. *O Judaísmo Vivo: As Tradições e as Leis dos Judeus Praticantes*. Imago: Rio de Janeiro, 1995.

³⁰ Schreiber, Hermann. *Histórias e Mistérios das Sociedades Secretas*. 3^a Ed. Ibrasa: São Paulo, 1982.

Anita Brumer, estudiosa da identidade judaica, diz que uma das preocupações da comunidade judaica é o risco do aniquilamento, do esfacelamento do povo judeu e da sua força vital, isso porque ele está fora de Israel³¹.

Com as diásporas isso realmente parece ter muita facilidade de acontecer, porque parte do povo judeu vai se integrando às suas novas sociedades e culturas. O novo estado de Israel, com uma cultura nacional, parece ter sido importante nesse sentido, para que tivesse um referencial de nacionalidade embora o povo esteja espalhado por todo o planeta.

O Estado de Israel é o centro espiritual e serve de foco que irradia os valores judaicos para toda a diáspora, isto é para todos os que estão fora do centro. Mas há os que acham que o ponto chave para sobrevivência dos judeus foi e é o capitalismo, através do comércio e da usura, que deram as condições reais à sua existência. Existem, no entanto os que argumentam que o que fez e faz o povo judeu se manter vivo, o judaísmo, é a conservação de uma "situação de classe", e esse é um conceito sociológico que pode caracterizar a forma de organização do povo judeu.

Então, por quê os judeus se conservaram como classe social, tiveram condições para manter acesa as suas particularidades religiosas, étnicas e lingüísticas? Fica a questão: quem atuou como fator unificador do povo judeu? Foi a função econômica, a qual era proibida, no passado, aos cristãos? Esse é com certeza um assunto complexo, pois os próprios judeus não têm um conceito claro, objetivo e nítido do que é ser judeu³¹.

Existe uma definição clássica de "*halochá*" que diz ser um judeu "*o filho de mãe judia ou aquele que se converteu ao judaísmo conforme a halochá*". Mas é certo que a religião também é um elemento inerente à identidade judaica porque aquele que não nasceu numa família judia e quer se converter ao judaísmo, tem apenas como caminho, o canal religioso.

³¹ Brumer, Anita. *Identidade em Mudança: Pesquisa Sociológica Sobre os Judeus do Rio Grande do Sul*. Federação Israelita do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 1994.

³² Hall, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. DP&A ED: Rio de Janeiro, 1997.

Brumer afirmou que seria muito simplista e arbitrária qualquer tentativa de definição do que é ser judeu nos dias de hoje. Considera que uma auto-identificação juntamente com a comprovação da origem étnica é um bom começo para a formação dessa identidade. Enquanto isso, estudos estão sendo desenvolvidos em pequenos e grandes centros, acadêmicos ou não, que denotam, no mínimo, uma preocupação e um empenho no que se refere à formação de um conceito, de uma consciência da nossa realidade social quanto à formação da identidade do povo brasileiro.

Confrontam-se aqui questões de formação de identidade de um grupo que está inserido num contexto mais amplo, que é a da nossa realidade. Aparecem os que defendem a opinião de que a consciência judaica persiste com a diáspora por causa do ambiente hostil do não-judeu que o cerca, e que os movimentos anti-semitistas dão nova vitalidade à consciência judaica.

Lembram os estudiosos que a realidade atual entre os judeus é caracterizada por uma heterogeneidade de opiniões, tanto para os seus valores culturais como em relação ao próprio estado de Israel, porque há os que se identificam e tornam-se cidadãos israelenses; há os que se identificam e podem ou não apoiar o país, são os que continuam a permanecer na diáspora; há também os que são neutros e até existem os que são contra a existência do estado de Israel³¹. É que muitos temem o absolutismo do puro, porque mesmo nessa fase de globalização existem os que lutam para a reconstrução de identidades puritanas, possíveis celeiros de um fundamentalismo que busca um fechamento social e cultural. Trabalham contra o hibridismo e a diversidade da cultura ocidental³².

A verdade é que o próprio capitalismo empurra o mundo para a tendência a uma homogeneização cultural global. Mas, o que se faz necessário entender é que no presente momento todos os valores, todas as tradições e raízes estão sendo questionados e caminham para serem substituídos por valores, ou melhor, por identidades mais racionais e universalistas.

³¹ Brumer, Anita. *Identidade em Mudança: Pesquisa Sociológica Sobre os Judeus do Rio Grande do Sul*. Federação Israelita do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 1994.

³² Hall, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. DP&A ED: Rio de Janeiro, 1997.

Ao confirmar-se a presença judaica na construção de Pernambuco, legitimando-a em sua participação, contribui-se para a sua inserção na consciência do povo em processo de formação de uma identidade nacional.

**Ma. das Graças Araújo Vieira é Bacharela em Ciências Jurídicas e Advogada, Bacharelanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco e sócia do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.*

GLOSSÁRIO:

- Marrano** – era o termo usado para designar o cristão novo judaizante, era um termo pejorativo, que significava “porco”.
- Torá (Torah)** – é o livro sagrado de Israel, livro de ensinamento aos judeus.
- Menorá (Menorah)** – em hebraico quer dizer candelabro, ele é um dos principais símbolos judaicos.
- Mezuzáh** – Rolo de pergaminho feito por um escriba contendo textos sagrados.
- Midrash** - Interpretação bíblica do significado literal.
- Mitzvot** – Mandamento em Hebraico.
- Sabá (Shabat)** – Rito judaico para benção e celebração do dia de descanso.
- Rosh Há Shaná** – Celebração do ano novo judaico.
- Iom kipur (Yom kipu)** – Celebração ao “Dia de Expição” quando os judeus jejuam.
- Halachá (Halochá)** – Leis da teologia, ética e do folclore judaico.
- Talmúdico** – A obra mais importante da Tora oral.

A construção do Cemitério de Nossa Senhora da Conceição de Olinda

Sônia Maria Arcelina de Paula

- APRESENTAÇÃO
- O ESPAÇO SAGRADO E ATITUDES DIANTE DO MORTO
- ASPECTOS LEGISLATIVOS E SANITÁRIOS
- A POSIÇÃO DA CÂMARA DE OLINDA
- AS IRMANDADES E O SEU PAPEL NA VIDA SOCIAL
- A CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- NOTAS
- BIBLIOGRAFIA
- ANEXOS.

APRESENTAÇÃO

O presente relato tem por finalidade abordar parte da História Administrativa da Vila de Olinda enfocando primordialmente a construção do seu primeiro Cemitério Público. Foi necessário entretanto a fundamentação de alguns aspectos ocorridos na Europa e no Brasil que contribuíram de certo modo para a transposição de instituições ao Novo Mundo, especialmente no caso brasileiro. Tivemos a preocupação em contar um pouco do cenário em que a morte e a saúde da comunidade

transcorreram no passar dos tempos, abordando também alguns aspectos legislativos e o papel da Igreja e a Instituição das Confrarias no processo a na administração da morte. A documentação anexa revela alguns fatos posteriormente descritos.

“Ser enterrado na Igreja era também uma forma de não romper totalmente com o mundo dos vivos, inclusive para que estes, em suas orações, não esquecessem os que haviam partido” (Reis, 1991)¹

As pestes sucederam-se paulatinamente, uma das mais expressivas foi a do cólera que veio de Alagoas para Pernambuco, devastando muitas cidades e matando muitas pessoas, de forma esmagadora e brutal:

“o indivíduo, aparentemente sadio pela manhã, a tarde era levado às costas piedosas de escravos ou de libertos, para a cova” (Rocha, 1995).

O ESPAÇO SAGRADO E ATITUDES DIANTE DO MORTO

Na Europa do século XVIII, uma nova atitude diante da morte e dos mortos delineou-se no rastro do iluminismo do avanço do pensamento racional, da laicização das relações sociais, da secularização da vida cotidiana.

Os mortos nesse período começaram a ser encarados como tabu público, passando pouco a pouco a serem velados e enterrados privadamente, pelo círculo íntimo da família.

Uma atitude fundamentalmente na doutrina dos miasmas, onde a crença em que as matérias orgânicas em decomposição especialmente de origem animal, sob ação de elementos atmosféricos formavam vapores (miasmas) daninhos à saúde, infectando o ar que se respirava.

Uma das formas mais temidas de morte era sem sepultura certa. E o morto sem sepultura era dos mais temidos dos mortos, pois morrer sem enterro significava virar “alma penada”.

Era importante morrer em terra firme, não ser enterrado em qualquer lugar, mas em local sagrado e esse local durante muito tempo foi a Igreja.

¹ REIS, 1991.

Os cortejos fúnebres se identificavam com procissões que tematizavam o enterro de Cristo e as sepulturas eram associadas como o local onde Cristo era Senhor.

“Igreja, porta de entrada para o Paraíso.”

As covas no chão – Na época as igrejas não eram mobiliadas com bancos ou cadeiras, os frequentadores das igrejas oravam e assistiam a missa de pé ou ajoelhados, e quando cansados sentavam-se no chão sobre as sepulturas.

As covas eram retangulares, com oito a seis palmos de profundidade, cobertas com pedra de lioz, mármore ou madeira.

Eram numeradas para evitar que fossem abertas as recentemente utilizadas.

ASPECTOS LEGISLATIVOS E SANITÁRIOS

“As pestes não pouparam o Estado de Pernambuco na segunda metade do século XIX. Só no quinquênio 1851-1855, verificaram-se, nada menos de dez epidemias. Nesse curto lapso, a febre amarela visitou a Capital da Província três vezes. Logo depois, em janeiro de 1856, chega o cólera, procedente das remotas regiões levantinas, com escalas por outros países americanos a outras províncias brasileiras. A cidade toma-se de terror e o número de óbitos ascende a calamitosa cifra de mais de três mil”.

A cólera de 1856 assumiu, na Província, sobretudo nos meses de fevereiro a março do mesmo ano, cerca de 130 pessoas falecidas. Nada se sabia a respeito da causa do cólera ou da etiologia da peste. Muito pouco se realizava de útil na defesa contra essas infecções. Quase nada além das fogueiras nas ruas a das quarentenas a maneira medieval.

A cidade cobria-se de imundícies, a ignorância era regra, tudo conspirava contra a saúde da gente. Os enterramentos faziam-se em igrejas, em covas de profundidade arbitrária, empestando-se o ar com o cheiro acre de putrefação. Os cadáveres muitas vezes se transportavam em carros comuns de passeio em caixões de aluguel, a servirem sucessivamente a centenas de enterros...

A Lei nº 143, de 15 de maio foi o supremo arbítrio para as questões de higiene a no dia 9 de julho de 1845, o governador da Província de Pernambuco o Tenente Coronel Manuel de Souza Teixeira instalou num dos Torreões da Alfândega, no Bairro do Recife, o Conselho Geral de Salubridade Publica; repartição onde respeitavam-se as coisas boas ou mas da saúde: a policia sanitária era exercida pela Câmara Municipal, com a ajuda do Delegado de uma velha instituição, chamada Proto-Medicato.

Coube ao higienista Joaquim de Aquino Fonseca a presidência do Conselho e o papel de elevar o nível sanitário do Recife a da Província de Pernambuco: a campanha pela construção do Cemitério Publico, pela reforma dos hospitais, pela vacinação antivariólica, pela abolição dos enterros a noite, pela repressão ao charlatanismo, pelo isolamento dos leprosos, pela instituição de um serviço de verificação de óbitos a de fiscalização das farmácias.

O primeiro grande trabalho do Conselho, feito por Aquino, foi sobre inumações, sepulturas a enterros; trabalho elaborado com "*estudo e meditação*", reformando inteiramente a revolucionariamente os velhos métodos de enterramentos perigosos a saúde publica, ainda que essa reforma atentasse contra os rígidos preconceitos religiosos de seus contemporâneos.

"As inumações eram realizadas nos cemitérios das Igrejas, inúmeras foram as queixas enviadas ao Conselho contra, por exemplo, as que se procediam na Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Bairro de Santo Antônio, do que resulta, que as famílias que vão a missas de madrugada, não podiam penetrar na dita Igreja, recuando pelo desagrado, a até certo ponto pelo temor que lhes causa o mau cheiro, que por vezes exalava das sepulturas, que durante a noite ficavam abertas, os caixões, simplesmente alugados aos donos dos defuntos, andavam abaixo a acima, das casas para as Igrejas a vice-versa, na mais displicente e repugnante falta de higiene.²

² ROCHA, Leduar. Notas sobre um Higienista Pernambucano do Século XIX. Arquivo Público Estadual, 1955

A POSIÇÃO DA CÂMARA DE OLINDA

Em sessão ordinária a 6 de fevereiro de 1856, a Câmara Municipal de Olinda sob a Presidência de Joaquim Cavalcanti de Albuquerque decreta:

- Art. 1º – Fica desde já proibido os enterramentos nas Igrejas, em todo o Município desta Cidade de Olinda, os quais deverão ser feitos nos lugares que a Câmara designar por Edital. Os Sacristãos, ou administradores das Igrejas que infringirem a presente disposição serão multados em 30\$000 reis a oito dias de prisão, e o duplo nas reincidências.
- Art.º 2º – Verificado que o falecimento de qualquer indivíduo tenha sido de Cólera será o cadáver imediatamente conduzido para o lugar designado, a logo sepultado em cova de oito palmos de profundidade. Os que contrariarem a presente serão multados em 20\$000 reis, ou cinco dias de prisão.
- Artº 3º – Ninguém poderá ter porcos soltos nas ruas, a dentro dos quintais por mais de três dias: os que forem encontrados serão mortos e arrematados a benefício da limpeza das ruas.
- Artº 4º – Ficam desde já obrigados os moradores desta Cidade a mandar, dentro de oito dias da publicação destas Posturas, limpar as frentes de suas casa, a os quintais a fundos dos mesmos, pena de 5\$000 reis de multa.
- Artº 5º – Os moradores de todas as casas desta Cidade ficam obrigados a caia-las internamente dentro do prazo de 30 dias: os que o não fizerem pagarão a multa de 2\$000 reis.

AS IRMANDADES E O SEU PAPEL NA VIDA SOCIAL

No Brasil, são as Irmandades que abstraem a função dos soberanos quanto a construção a conservação dos edifícios do culto, a remuneração do clero e a propagação da fé crista.

Para que uma confraria funcionasse, precisava encontrar Igreja que lhe acolhesse, ou construir a sua, a ter aprovado seu estatuto ou compromisso pelas autoridades eclesiásticas.

Em geral cada templo acomodava diversos Irmandades, que veneravam seus santos patronos em altares laterais. Os templos em que estes residiam era a principal representação e fundamento de sua identidade, pois não poderia um templo a principio ter mais de uma confraria com o mesmo nome.

Havia regulamento e administração dos mesmos, os compromissos estabeleciam a condição social ou racial exigida dos sócios, seus deveres e direitos. Entre os deveres estavam o bom comportamento e a devoção católica, o pagamento de anuidades, a participação nas cerimônias civis a religiosas da irmandade. Em troca, os irmãos tinham direito a assistência medica a jurídica, ao socorro em momento de crise financeira, em alguns casos ajuda para compra de alforria a muito especialmente, direito a enterro acompanhamento de irmãos de confraria, a sepultura na capela da irmandade.

A CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

A construção do Cemitério Publico de Olinda teve inicio em 01 de maio de 1853, sendo oficialmente inaugurado em 1º de dezembro de 1853, situado em um dos extremos da cidade, nas imediações da Igreja de São João, cuja benção teve lugar seis dias depois, ministrado pelo Cura da Se, ou seja, pelo Cônego Antônio José de Souza Gomes.

Em 1º de outubro de 1857 foi sepultada a primeira pessoa no cemitério, o menor de nome João. Em 10 de abril de 1856, a criado o seu regulamento a aprovado por lei provincial nº 438. Nos livros da época, que abrangem o período de 1857 a 1858 consta que foram sepultados 174 corpos sendo: "Homens, 47; mulheres, 53; párvulos de um a outro sexo, 74, entrando nesse numero escravos, dos quais 8 homens, 7 mulheres e 7 párvulos. Deram-se grátis 50 sepulturas, venderam-se 124, sendo reservados 93 outros.³ O vencimento do administrador era de 446\$000 anuais, e o coveiro 299\$700 mensais. O serviço era também auxiliado por duas negras livres, porem sem nenhuma remuneração.

³ Coleção Anuário de Olinda – Biblioteca particular da família Manguinhos.

Havia neste cemitério, segundo a Revista Anuário de Olinda, uma capelinha dedicada a Nossa Senhora da Conceição onde se supõe ter sido no local onde se erguia o cruzeiro, por competência da Câmara Municipal a sua pedra fundamental foi introduzida a 17 de outubro de 1858.

Para sua construção, o cemitério de Olinda contou com o auxílio das seguintes pessoas: Dr. Manoel Joaquim Carneiro da Cunha, 100\$000; Dr. Silvino Cavalcanti de Albuquerque, 100\$000, José Antônio de Araújo, 100\$000; Bispo diocesano, 50\$000; Coronel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque, 50\$000; Cônego João Crisóstomo de Paiva Torres, 10\$000; Cônego Dr. Manuel Tomaz de Oliveira, 5\$000; Cônego João Batista de Albuquerque, 4\$000; Cônego Firmino de A. Azevedo, 1\$000. Total 521\$000 (...). A Câmara Municipal contribuiu com 1.394\$360.⁴

O terreno do dito cemitério foi doado pelo Mosteiro de São Bento, a pedido da Câmara Municipal, através da “resolução da sessão de 6 de fevereiro de 1856”⁵ dirigida ao abade Felipe de São Luiz Paim. Assinaram o documento os vereadores Joaquim Cavalcanti de Albuquerque, Manuel Antônio dos Passos a Silva, Francisco Luiz, José Eustáquio, Maciel Monteiro, João Batista da Silva Manguinho a Antônio Joaquim Guedes

Em 1893, poucos anos de proclamada a República, o cemitério público figurava com um administrador a um servente, que exercia também a função de coveiro. Funcionava da seguinte forma: o indivíduo era sepultado, então o administrador mandava que o responsável retirasse a guia na Coletoria entregando-a devidamente paga. O processo era informado ao prefeito. Os valores dos enterros variavam: sepulturas 3\$000; catacumbas das Irmandades 8\$000 a catacumbas municipais 25\$000. Com o crescimento populacional outros lugares da cidade reclamam a construção de outros cemitérios e já em 1924 a Prefeitura Municipal de Olinda contava com três cemitérios sendo eles: o Cemitério de Nossa Senhora da Conceição com um administrador, um servente a um pedreiro, o de Beberibe, inaugurado a 15 de abril de 1898, em

⁴ Anuário de Olinda – Biblioteca particular da família Manguinhos.

⁵ Anuário de Olinda – Biblioteca particular da família Manguinhos.

terreno doado pelo Prefeito Coronel Luciano Eugênio de Mello, com um administrador a um servente, e o de Paulista, com um administrador. Em 1933 os cemitérios ficam ligados a Diretoria do Patrimônio a Arquivo.

Segundo o Decreto nº 163, de 29.11.1932⁶, as taxas relativas ao cemitério, seriam cobradas da seguinte forma.

- a) Enterramento em catacumba pertencente a municipalidade:

Adulto: 60\$000

Criança: 30\$000

- b) Enterramento em catacumbas privadas:

Adulto: 25\$000

Criança: 15 \$000

- c) Enterramento em jazigos, túmulos, mausoléus ou carneiro perpetuo:

Adulto: 20\$000

Criança: 10\$000

- d) Sepulturas comuns ou reservada:

Adulto: 6\$000

Criança: 4\$000

- e) Por prorrogação do prazo de inumação em catacumbas da Municipalidade:

Grande: 30\$000

Pequena 15\$000

- f) Por prorrogação do prazo de inumação em catacumbas privadas (por ano):

Grande: 8\$000

Pequena: 6\$000

⁶ Decreto nº 34 – Orçamento para o exercício financeiro de 1932, Livro 28.

- g) Por terreno cedido perpetuamente, para a construção de jazigos, túmulos, mausoléus, ou carneiros por metro quadrado – 200\$000.
- h) Por colocação de pedras, lapides ou lousa, com inscrição a catacumbas, túmulos ou mausoléus de 50 cm por 70 cm – 15\$000. Pelo que exceder – 6\$000.
- i) Para canteiros ou jardins a mantê-los pelo prazo de três anos, em derredor da sepultura, catacumbas, jazigos, túmulos, mausoléus, etc. – 25\$000.
- j) Para retirar ossadas de catacumbas, jazigos – 10\$000.
- k) Para retirar ossadas de cova rasa – 3\$000.
- l) Por espaço ocupado em de ossada depois do prazo de 18 meses para cova a 24 meses para catacumba: Grande: 40\$000 Pequena: 20\$000

E digno da nota que o Decreto de 1932, referente a receita do cemitério ainda se encontra em vigor no ano de 1942, só havendo uma mudança na moeda que passa de reis para cruzeiro.

BIBLIOGRAFIA

- Acervo Documental do *Arquivo Público Municipal Antônio Guimarães*, Olinda.
- Pereira da Costa, F. A.** *Anais Pernambucanos*, 2ª Edição, Coleção Pernambucana, 2ª Fase, Fundarpe, 1983, Volume III, Recife, 1987.
- Assis, Virgínia Maria.** Pretos e Brancos – a Serviço de uma Ideologia de Dominação (caso das Irmandades do Recife) – Tese de Mestrado em História, Recife, 1988.
- Santana, Flavio Dionísio.** *História Administrativa de Olinda (1892 – 1945)*
- SEPACTUR**, *Arquivo Público Municipal Antônio Guimarães*, páginas 28, 29 e 30, Olinda, 1995.
- Rocha, Leduar.** *Notas sobre um Higienista Pernambucano do Século XIX.* Arquivo Público Estadual, 1955.

ANEXOS

Diante da importância do Regulamento do Cemitério Público de Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Olinda, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano o transcreve, atualizando a ortografia e o anexando ao texto de Sônia Maria Arcelina de Paula.

BIBLIOGRAFIA

REGULAMENTO PARA O CEMITÉRIO PÚBLICO DE N. S. DA CONCEIÇÃO DA CIDADE DE OLINDA

LEI N° 438

CAPITULO I DO CEMITÉRIO

- Art. 1. O cemitério fundado atrás das barreiras de São João, e sob a invocação de N. Senhora da Conceição, é destinado a sepultura dos cadáveres de pessoas falecidas na Cidade de Olinda e seus subúrbios. As falecidas nos lugares vizinhos onde não houverem cemitérios, poderão ser sepultadas no atual, precedendo expressa autorização do delegado do termo e a competente licença do vigário.
- Art. 2. As inumações serão feitas em sepulturas comuns, em reservas e em catacumbas.
- Art. 3. A inspeção do cemitério pertence a câmara municipal de Olinda.

CAPITULO II DO PESSOAL

- Art. 4. O cemitério terá um administrador, um capelão, um porteiro, dois guardas, um jardineiro servindo de sacristão, e os serventes e coveiros necessários ao custeio do estabelecimento.
- Art. 5. O administrador, capelão e porteiro serão nomeados pela Câmara, precedendo para o capelão proposta do Prelado Diocesano; os guardas e jardineiro serão propostos pelo administrador e aprovados pela Câmara, e os serventes e coveiros serão da exclusiva nomeação do administrador, que admitirá tantos quantos lhe forem ordenados pela Municipalidade.
- Art. 6. O administrador vencerá anualmente o ordenado de 600\$ reis, o capelão 500\$ reis e o porteiro 400\$ reis, os guardas 360\$ reis e o jardineiro 300\$ reis.

Art. 7. Ao administrador compete :

1. A direção e regime interno do cemitério.
2. Por e conservar em boa guarda o arquivo do mesmo.
3. Enviar a Câmara Municipal os mapas estatísticos e trimestrais das pessoas sepultadas no cemitério, com as declarações convenientes : artigos 71 e 72.
4. Passar as certidões que de qualquer livro se lhe requerer, precedendo despacho da Câmara Municipal, do Chefe de Policia ou Delegado do Termo, por cada uma das quais terá 320\$ reis.
5. Lançar no livro dos inventários a relação de todos os móveis, utensílios e objetos pertencentes ao estabelecimento, e lavrar o termo de consumo dos que se inutilizarem, precedendo licença da Câmara.
6. Processar a folha dos empregados do cemitério e fazer-lhes o pagamento, recebendo do procurador da Câmara as quantias para isso necessárias, e as que forem precisas para outras despesas do estabelecimento.
7. Propor a suspensão temporária, ou mesmo a demissão de qualquer dos empregados que não cumprirem os seus deveres, de cujas faltas deverá dar a Câmara uma circunstanciada parte.
8. Demitir ou despedir livremente os serventes a coveiros que não cumprirem com suas obrigações.
9. Participar a Câmara todas as infrações deste Regulamento, indicando as medidas a providencias, que julgar convenientes a regularidade do serviço do cemitério.

Art. 8. Ao capelão compete :

1. Celebrar quotidianamente a aplicar quatro vezes na semana o Santo Sacrificio da Missa pelos defuntos sepultados no cemitério; nos dias de guarda pelas nove e nos semanários pelas sete da manhã.

2. Franquear a capela com seus paramentos e guisamentos indispensáveis a qualquer sacerdote, que em hábito talar quiser ali celebrar.
3. Encomendar todos os corpos que não vierem encomendados, e nos que já tiverem sido em suas respectivas freguesias rezará o memento, antes do que o administrador não permitirá que se enterrem.
4. Dar parte circunstanciada ao Prelado Diocesano, declarando o nome, estado, idade, qualidade e a freguesia a que pertencer, de qualquer cadáver que não venha encomendado, para que se providencie contra esse abuso.
5. Proceder as encomendações ou mementos de corpo presente dentro da capela do cemitério, e conforme quiserem os interessados este sufrágio, poderá ser solenemente celebrado com música ou canto plano, sendo eles obrigados a dar quatro libras de cera para o altar mor, e a pagar ao capelão e sacristão conforme a pauta do Diocese; o mesmo se entende nas visitas de covas, que poderão ser feitas com o pano de cruz sobre as sepulturas.
6. Arrecadar a cera usada em tais cerimônias, que ficará para o uso da Capela, provendo que seja toda ela guardada em um caixão, do qual ficará a seu cargo uma chave e outra na mão do administrador.
7. Presidir as funções fúnebres que se celebrarem dentro do cemitério, a exceção dos casos prevenidos no art. 48, nos quais cedendo a Presidência não deixará todavia de manter a boa ordem como primeiro responsável por qualquer falta em prejuízo do culto.
8. Cuidar do asseio e decência da Capela, comunicando ao administrador suas necessidades, para que este as satisfaça, ou solicite as providencias a quem competir.
9. Assistir as exumações para trasladação de restos mortais a requerimento das pessoas nelas interessadas, percebendo

por cada uma 500 reis, e gratuitamente as que forem ordenadas pela autoridade policial ou pela Câmara Municipal.

Art. 9. No caso de moléstia do capelão um sacerdote designado pelo Prelado Diocesano o substituirá, percebendo a metade de todos os seus vencimentos; e se a substituição for por outra qualquer causa o capelão perderá tudo em favor do que o substituir.

Art. 10. Ao porteiro compete:

1. Abrir e fechar o cemitério as horas indicadas neste Regulamento.
2. Velar pela ordem que se deve observar na condução dos cadáveres desde a entrada do cemitério até a sepultura.
3. Não permitir o ingresso de cadáver algum, sem que a pessoa encarregada do funeral apresente licença da Câmara Municipal, ou ordem de autoridade policial.
4. Ter sob sua responsabilidade o ponto dos empregados, mensalmente organizar a folha de pagamento dos mesmos, e dos coveiros e serventes.

Art. 11. Aos guardas compete:

1. Cumprir as ordens do administrador.
2. Indicar aos coveiros os lugares em que devem ser sepultados os cadáveres, e observar exatamente o que neste Regulamento se acha prescrito relativamente as sepulturas, representando vocalmente ao administrador as faltas que cometerem os coveiros.
3. Conservar o cemitério com o maior asseio e designar o trabalho dos serventes, que lhe são imediatamente subordinados.
4. Lançar no verso das guias que da Câmara Municipal vierem acompanhando os cadáveres, o numero da sepultura em que for inumado, e o nome do coveiro designado para isso.
5. Entregar ao administrador no fim do cada dia todas as guias dos cadáveres sepultados.

6. Observar que as sepulturas sejam respeitadas e bem conservadas, assim como, que na plantação de árvores, arbustos e flores, se não infrinja o que se acha disposto neste Regulamento no plano do cemitério, avisando ao administrador da ruína que causar, e começar a sofrer qualquer sepultura.

Art. 12. Ao jardineiro sacristão compete:

1. Residir no cemitério desde às 6 as horas da manhã até às 6 da tarde.
2. Cuidar do serviço da Capela, seu asseio, guarda e conservação de suas alfaias, pelas quais será responsável, informando a capelão sobre qualquer dúvida que ocorrer.
3. Abrir, fechar e conservar as chaves da mesma, assistindo aos atos fúnebres, e ajudar todas as Missas que nela se celebrarem.
4. Plantar arvores, arbustos a flores nos lugares que lhe forem indicados pelo administrador; cuidando na limpeza do terreno e na conservação das plantas; para cujo serviço haverá tantos serventes quantos a Câmara determinar.

Art. 13. Aos coveiros compete:

1. Abrir sepulturas nos lugares que lhes forem indicados pelos guardas, a quem são imediatamente subordinados, e neles inumar as cadáveres, ou recolhê-los às catacumbas depois de abertas por pessoas competentes que as fecharão.
2. Fazer todo o serviço inerente às sepulturas e o mais que lhes for prescrito pelos guardas de conformidade com este Regulamento a ordens recebidas.
3. Ter sob sua guarda e responsabilidade toda a ferramenta e utensis (sic) do cemitério, velando em sua conservação; e durante o tempo que não houver serviço de sepulturas ajudar aos serventes na limpeza e asseio do cemitério.

Art. 14. Aos serventes compete:

1. Preparar o terreno para as plantações, segundo as ordens do jardineiro a quem são imediatamente subordinados.
2. Regar as plantas a flores, e fazer todo o serviço que lhes for determinado.

CAPÍTULO III DAS SEPULTURAS

Art. 15. As catacumbas serão construídas nos quatro lados do cemitério em duas ordens, uma sobre outra; poderão também haver outras duas ordens em frente a estas e em linhas paralelas, tudo de conformidade com o plano e plantas adotadas.

Art. 16. Só depois de dois anos poderá ser inumado na mesma sepultura reservada ou catacumba, outro cadáver sendo de adulto, e sendo de criança de menos de oito anos, poderá sê-lo com o intervalo de ano e meio. Nas sepulturas comuns porém, deverá decorrer o espaço de três anos.

Art. 17. As catacumbas poderão servir para depósito dos cadáveres que tenham de ser inumados em sepulturas concedidas a perpetuidade, a nas quais ainda não estejam construídos os jazigos, e nestes casos serão os cadáveres depositados em um caixão de madeira convenientemente fechado.

Art. 18. Passados três meses depois do tempo fixado no art. 16 deste Regulamento, os restos mortais que não forem reclamados, serão com todo o cuidado e acatamento extraídos do lugar em que estiverem, e depositados em outro comum, designado pela comissão, de edificação da Câmara Municipal.

Art. 19. Sobre as sepulturas concedidas temporariamente não será permitido levantar monumento, apenas sobre elas se poderão colocar pedras tumulares, cruzes ou qualquer outro objeto fúnebre, que sirva para distingui-las.

Art. 20. Os restos mortais de homens célebres pelas suas virtudes cívicas e religiosas, que não tiverem parentes ou amigos que os re-

clamem, ou que não possam obter concessões perpétuas, serão depositados em lugar conveniente com a precisa distinção, para a todo o tempo serem conhecidos; devendo a Câmara Municipal para poder assim determinar pedir a aprovação do Presidente da Província.

- Art. 21. As concessões para sepulturas a perpetuidade hereditária não poderão compreender mais terreno do que o destinado para quatro sepulturas, exceto se para mais obtiverem concessões do Presidente da Província. Todo o terreno concedido deverá ser assinalado pelos concessionários, não ficando o administrador responsável pelos inconvenientes que resultarem se o contrário for observado.
- Art. 22. Sobre os terrenos concedidos a perpetuidade hereditária é permitido levantar mausoléus e construir carneiros com a solidez que aprouver aos concessionários, não podendo estes ceder ou negociar sob qualquer título os terrenos que houverem obtido para sepulturas
- Art. 23. Logo que o enterro chegar ao portão do cemitério será recebido o caixão que contiver o cadáver, e com todo o respeito, conduzido a braços e a passos lentos a sepultura que lhe for destinado. Terminada a cerimônia, a pessoa encarregada do serviço fúnebre entregará o cadáver ao guarda presente, não podendo este retirar-se sem que esteja a inumação concluída, O transporte desde o portão até a Capela e sepultura será feito pelos parentes a amigos do falecido.
- Art. 24. Fica livre aos encarregados dos enterros o mandarem os cadáveres fechados e pregados em caixões de madeira.
- Art. 25. Em tempo de peste, epidemia infeccionante ou contagiosa, não se poderá sepultar ninguém em catacumbas.
- Art. 26. O preço de uma catacumba quando as houver será de 12\$ reis, de uma sepultura a perpetuidade 50\$ reis pela posse do terreno; de uma reservada 2\$ reis, e o de uma comum 1\$ reis. Nos carneiros ou mausoléus não se receberá cadáver algum, sem que pague 4\$ reis por cada um.

Art. 27. O depósito na catacumba custará 10\$ reis por um ano, e 8\$ reis por mais cada ano que for demorado (Art. 17)

Art. 28. Terão sepulturas grátis:

1. Nas catacumbas da Câmara os religiosos mendicantes e os sacerdotes pobres.
2. Nas sepulturas comuns os cadáveres achados em qualquer lugar publico, quando se não descubram seus parentes, patrões, amos, senhores ou chefes, ou não forem reclamados por alguém.
3. Nas mesmas os dos pobres, cuja indigência for atestada pela autoridade policial da freguesia ou pelo respectivo pároco.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES ECONÔMICAS E POLICIAIS

Art. 29. O público terá franca entrada no cemitério das 6 horas; da manhã às 6 da tarde, e só durante, este espaço será permitido receber cadáveres, salvo em casos extraordinários ou de epidemia.

É proibido fazer-se do cemitério lugar de recreio.

Art. 30. As pessoas que dentro do cemitério não se portarem com o respeito devido às cinzas dos mortos, e desobedecerem as reflexões feitas pelo administrador a bem da ordem estabelecida neste Regulamento, serão expulsas por um guarda ou pelo porteiro; se se mostrarem contumazes serão levadas ao delegado ou sub-delegado de policia.

Art. 31. Os transportes de materiais de construção e de terras procedentes de escavações, não poderá ser feito no cemitério senão em carros, cujas pinas tenham pelo menos cinco polegadas de largura, e a terra de escavações de obras particulares será depositada onde o administrador designar.

Art. 32. Os concessionários ou construtores, que danificarem os caminhos do cemitério descarregando materiais, ou por qualquer outro modo causarem algum estrago, ainda mesmo às sepulturas

que estiverem a cargo dos particulares, serão obrigados a repor logo as coisas em seu primitivo estado, a quando o não façam, proceder-se-á a reparação à sua custa.

- Art. 33. É proibido dentro do cemitério talhar ou preparar pedras para a construção de monumentos, e depositarem-se materiais para qualquer edificação. O administrador designará fora do cemitério lugar conveniente para tais serviços.
- Art. 34. Não se empreenderá construção alguma, sem que seja circunstanciadamente indicada e descrita em uma minuta, que depois de vista e examinada pela comissão de edificação da Câmara Municipal, será rubricada pelo administrador e arquivada.
- Art. 35. O Administrador será avisado três dias antes de começar a obra, que se se tornar por algum motivo prejudicial poderá embargá-la dando parte a câmara para decidir à vista do parecer da comissão de edificação que deverá ser ouvida.
- Art. 36. Os concessionários ou construtores serão obrigados a se informarem com as disposições que lhe forem prescritas pelo Administrador e pela comissão de edificação da câmara municipal no que toca ao plano simétrico e boa ordem do cemitério.
- Art. 37. As plantações serão feitas, sem exceção alguma na porção de terreno concedido e marcado a cada uma sepultura, e disposta de modo que não prejudique as sepulturas vizinhas e nem embaracem a vista ou passagem dos intervalos de separação.
- Art. 38. Nenhuma inscrição será feita sob qualquer cruz, pedras tumulares ou monumento, sem prévia aprovação do delegado do termo, que rubricará a dita inscrição para ser apresentada ao administrador.
- Art. 39. Dentro do cercado ou muros do cemitério não se admitirá mesmo em depósito objeto algum que não seja de se próprio uso.
- Art. 40. Nos domingos e dias santos e no de finados, nenhum trabalho haverá no cemitério à exceção das inumações ou exumações policiais.

CAPITULO V DAS EXUMAÇÕES

- Art. 41. Nenhuma exumação extraordinária ou temporária se fará sem ordem por escrita das autoridades competentes. Quando o administrador entender que daí resultará prejuízo a saúde pública, fará suas reflexões às ditas autoridades, mas executará logo o que ultimamente for deliberado.
- Art. 42. As exumações serão praticadas em dias fixados pelas respectivas autoridades, e sempre que for possível antes das seis horas da manhã. A este ato assistirão somente as pessoas que a autoridade houver designado.
- Art. 43. As exumações ordinárias (art. 16) serão praticadas de autoridade do administrador, ou a cuidado das famílias, com autorização do mesmo, e neste caso toda e qualquer despesa como salários dos coveiros, meios de desinfecção, ficarão a cargo dos interessados, sendo pagas ao cofre da câmara municipal.
- Art. 44. Terminada qualquer exumação judicial, os restos mortais, se deles não precisar a autoridade que a mandou fazer, serão de novo sepultados no lugar em que se achavam, procedendo-se como na primeira inumação.

CAPITULO VI DA CAPELA

- Art. 45. Haverá no cemitério uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, sujeita unicamente a jurisdição do prelado diocesano, a na qual se poderão celebrar todos os sufrágios pelo repouso eterno dos que foram ali sepultados.
- Art. 46. Em cada ano no dia da comemoração dos defuntos e a expensas da câmara municipal se celebrará na capela com assistência do seis clérigos um ofício com missa e absolvição no fim, pelas almas dos que ali estão sepultados.

Art. 47. As irmandades, confrarias e ordens religiosas, e mesmo os particulares, poderão em dias não proibidos pela igreja, celebrar officios fúnebres pelas almas de seus irmãos e parentes, na capela do cemitério, procedendo licença do capelão, que assinará o dia, de acordo com o administrador.

Art. 48. Na distribuição dos dias para officios das irmandades, ordens e confrarias, serão preferidos os que estiverem marcados em seus respectivos compromissos; e quando houver encontro de dias, a irmandade mais antiga preferirá a moderna, para a qual se marcará o dia seguinte que não for proibido pela igreja. Somente nestes dias deixará o capelão do cemitério de presidir o ato, competindo o préstito ao prelado ou comissários das ordens, e ao capelão da respectiva irmandade; assim como terá o mesmo direito aquele vigário que quiser celebrar na capela do cemitério o officio paroquial de corpo presente.

CAPITULO VII

DOS CARROS FÚNEBRES

Art. 49. Será livre a qualquer indivíduo ou corporação estabelecer carros fúnebres para uso privado ou para alugá-los, guardadas as seguintes disposições

- § 1. Obter para isso licença da câmara municipal em que se declare, o numero dos carros, assim como a casa e rua onde forem estabelecidos.
- § 2. Pagar a taxa de dez por cento sobre os preços abaixo estipulados por cada uma vez que servirem. Os carros de 1^a, 2^a classe; excetuando os de 3^a que nada pagarão.
- § 3. Transportar ao cemitério nos carros de terceira classe acima mencionados os pobres e desvalidos na forma do art. 58.

Art. 50. Fica proibido o uso de trinas, flores, e outros adornos nos carros dos adultos que se dividirão em três classes do modo seguinte:

- § 1. Os de 1ª classe serão puxados a dois cavalos decentemente arreitados, e deverá ter o caixão coberto com um pano do veludo com borlas nas pontas de galão ou franjas de ouro, e tendo uma cruz no centro, tudo por 25\$000.
- § 2. Os de 2ª classe serão puxados a um cavalo, sendo o caixão coberto com um pano preto de lã, com borlas, galã ou franjas de fio de algodão, tudo por 10\$000.
- § 3. Os de 3ª classe serão puxados a um cavalo, sendo o caixão de madeira decentemente pintado de preto com uma cruz na tampa, e a inscrição – Caridade – nas cabeceiras do dito caixão.

Art. 51. Os carros para donzelas serão da mesma forma, preço e classes que os de 1ª e 2ª acima, podendo haver diferença somente na cor dos panos, de pretos para roxos, e admitindo quatro cachos, ou palmas de flores brancas nos quatro cantos do carro.

Art. 52. Os carros para os anjos serão também de duas classes a saber.

- § 1. O de 1ª classe terão o caixão ornado de veludo, ou cetim carmesim forrado de cetim branco e guarnecido com duas ordens de galão entrefino vulgar, podendo-se usar de flores e trinas, tudo por 25\$000.
- § 2. Os de 2ª classe terá o caixão ornado de cetim encarnado, forrado de tafetá branco guarnecido de galão ordinário e flores, e trinas, de segunda qualidade, tudo per 16\$000.

Art. 53. Todos os carros fúnebres deverão ser conduzidos per boleceiros vestidos de libre preta e decentemente preparados.

Art. 54 Fica proibido o aluguel de carros por maior preço e com outros ornatos que não sejam os estabelecidos neste regulamento, sob pena de pagarem seus proprietários a multa de..... 50\$000 por cada uma vez que a infringirem.

Art. 55. É proibido igualmente conduzir-se os cadáveres de classe superior aquela cuja taxa se tiver pago; e quem o fizer pagará 60\$000 de multa que se cobrará do dono do carro respectivo.

- Art. 56. A taxa estipulada no § 2. do art. 49, será paga ao procurador da câmara o qual dará um conhecimento em que declare a classe do carro, para ser apresentado e entregue ao administrador do cemitério na ocasião do enterro.
- Art. 57. O cortejo fúnebre será feito a passes graves, sendo o féretro seguido em primeiro lugar do vigário, e dos padres que com ele forem, e nos outros três carros irá a irmandade ou os amigos e parentes do falecido.
- Art. 58. O procurador da câmara distribuirá com igualdade por todos os que tiverem carros fúnebres as obrigações prescritas no § 3. do art. 49 em favor dos pobres e desvalidos. O que não cumprir este dever dentro do 4 ou 5 horas depois do recebida a ordem do procurador da câmara, pagará a multa de dez mil reis.
- Art. 59. É proibido a condução dos cadáveres de qualquer condição que sejam, em cabeça, devendo ser feita ou em carros fúnebres, ou em esquifes levados a ombros, e cobertos com pano preto de cruz, ou finalmente em caixões levados à mãos. Os que infringirem esta disposição pagarão a multa de 5\$000.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

- Art. 60. Pertencendo à câmara municipal a inspeção e administração do cemitério público, deverá ela velar em sua conservação e promover o seu melhoramento, fornecendo ao estabelecimento todos os objetos necessários para o seu serviço.
- Art. 61. Em quanto o cemitério não for murado de tijolo o se não fizerem a capela e as casas necessárias estando competentemente montado; haverão somente os empregados seguintes : um administrador com 400\$000, um guarda com 300\$000 e os coiveiros e serventes indispensáveis ao serviço do estabelecimento.
- Art. 62 O administrador, além das atribuições que lhe são próprias, acumulará provisoriamente as do art. 10 a seus §§, e o guarda, além das que lhe estão consignadas no art. 11, acumulará do mesmo

modo as do art. 12, a seus §§ afora as mais que lhes dá este regulamento.

- Art. 63. A câmara municipal organizará anualmente o orçamento da receita a despesa do cemitério para ser submetido a aprovação da Assembléia Provincial a quem também anualmente dará contas.
- Art. 64 Para que seja admitido a inumação qualquer cadáver, deverá a pessoa que disso tratar, pagar à boca do cofre municipal a quantia estipulada, havendo do procurador uma guia extraída de um livro de talão para ser apresentada ao administrador afim de dar as providencias precisas.
- Art. 65 Não poderá o procurador fazer o recebimento e dar a guia indicada no art. antecedente, sem que lhe seja previamente apresentada declaração por escrita da autoridade policial respectiva de que não há motivo para demorar-se a inumação, bem como licença do pároco, que serão arquivadas, devendo depois de ouvida a pessoa que reclama a guia, declarar nesta, se o cadáver foi encomendado ou não.
- Art. 66. Nas sepulturas comuns os cadáveres serão colocados uns unidos aos outros, mas nunca sobrepostos, Estas sepulturas são destinadas especialmente para os casos do que trata o art. 28.
- Art. 67. Os escravos também serão inumados em sepulturas comuns, mas em lugar distinto e separado daquele que serve para as pessoas livres.
- Art. 68. No fim de cada trimestre dará o procurador da câmara conta da receita a despesa do cemitério que será arquivada.
- Art. 69. A renda arrecadada inclusive as multas, terá applicação especial à manutenção do estabelecimento, seu melhoramento e amortização da dívida provincial, dele proveniente.
- Art. 70. Haverão dois livros para o assentamento de óbitos, abertos, numerados, rubricados, e encerrados pelo presidente da câmara municipal, que serão escriturados pelo administrador, um das pessoas livres, outro dos escravos.

- Art. 71. O assentamento do livro de óbitos das pessoas livres conterá a declaração do nome, naturalidade, idade, estado, profissão, residência, tempo em que faleceu e a moléstia que deu causa à morte, assim como o número da catacumba ou sepultura em que jazer.
- Art. 72. O assentamento no livro de óbitos dos escravos deve conter a declaração do nome do falecido, seu senhor, idade estado, naturalidade, a moléstia de que morreu, devendo o administrador assinar no fim de cada página de cada um destes dois livros, que terão margens em que se possam lançar as observações que ocorrerem sobre as exumações.
- Art. 73. Até o fim de Janeiro de cada ano, e fora disso quando expressamente lhe for exigido, fará a câmara municipal ao presidente da província um relatório dos melhoramentos mais urgentes, acompanhado dos mapas que precisos forem para explicar os serviços, durante o ano findo.
- Art. 74. É proibido aos empregados do cemitério despojar as caixões de seus ornatos, e os defuntos de suas vestimentas, ou de quaisquer outros objetos com que estiverem adornados.
- Art. 75. As irmandades, confrarias e ordens religiosas, poderão obter da câmara municipal concessões para edificarem catacumbas em recinto privado dentro do cemitério, havendo ajuste sobre a quantidade de terreno; do que se lavrará termo em que especialmente se declare que fora do benefício do citado artigo, ficam como as particulares, sujeitas a todas as disposições deste regulamento a das alterações que posteriormente forem feitas em virtude da lei provincial.
- Art. 76. As corporações de que trata o art. antecedente, ficam sujeitas às taxas do art. 26 e a deverão pagar do mesmo modo que as particulares, com a única diferença de que para cada um cadáver inumado em suas catacumbas pagarão somente 4\$000 rs. ficando a câmara obrigada a manda-las abrir e fechar.
- Art. 77. As corporações que obtiverem terrenos no cemitério para cata-

cumbas, serão obrigadas a fazê-las de conformidade com as plantas e planos aprovados, no espaço de um ano contado do dia em que assinarem o termo na câmara municipal, e as que ainda não assinaram se contará o mesmo tempo da data da última planta aprovada; e não o fazendo perderão a posse do terreno que lhe havia sido concedido.

Art. 78. Os cadáveres de membros de irmandades e confrarias que tiverem catacumbas, não serão inumados nestas sem que estejam completamente acabadas e prontas, e sem que seja previamente apresentado ao administrador do cemitério o título comprobatório da qualidade de irmão ou confrade, selado pelo menos trinta dias antes do falecimento.

Art. 79. A câmara municipal proverá por suas posturas a fiel observância deste regulamento cominando aos seus infratores as penas que a autoriza a lei de seu Regimento.

Art. 86. O administrador, capelão, sacristão, e todos os empregados do cemitério, não poderão receber sob qualquer pretexto ou motivo, outros emolumentos, ofertas, ou gratificações pelo desempenho de suas obrigações, além do que ficam expressamente marcados neste Regulamento.

Art. 83. A pretexto de infrações dos artigos do presente regulamento não poderá o administrador recusar sepultura a qualquer cadáver que chegar ao cemitério, exceto quando lhe for vedada pelo Prelado Diocesano ou outra autoridade competente; mas será em todo o caso obrigado a dar parte as autoridades respectivas de todas as irregularidades que notar, afim de se tomar providencias.

Paço da câmara municipal da cidade d'Olinda em sessão ordinária de 1º de abril de 1856 – Salvador Henrique do Albuquerque pró-presidente – José Eustáquio Maciel Monteiro – Antônio Joaquim do Almeida Guedes Alcanforado – João Baptista da Silva Manguinho – Miguel José Teixeira, Subscrevi a assinei.

Em fé de verdade

O secretário da câmara municipal.

Eduardo Daniel Cavalcante Vellez de Guivara.

In Collecção de Leis Provinciaes de Pernambuco do Anno de 1858, Pernambuco na Typographia de M. F. Faria, 1858, pgs. 69 a 82.

Nº 438

APROVA O REGULAMENTO DO CEMITÉRIO PÚBLICO DE OLINDA

Benvenuto Augusto de Magalhães Tanques, Presidente da Província de Pernambuco: Faço saber a todos os interessados, que a Assembléia Legislativa Provincial decretou a resolução seguinte:

Art. Único. Fica aprovado o regulamento confeccionado pela Câmara Municipal de Olinda em 10 de abril de 1856, para o Cemitério Público daquela Cidade; revogada as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O secretário desta província a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo de Pernambuco, aos 26 de Maio de 1858, trigésimo sétimo da Independência e do Império.

L.S.

Benvenuto Augusto de Magalhães Taques.

Selada e publicada a presente resolução nesta Secretaria do Governo de Pernambuco, aos 26 de maio de 1858

José Bento da Cunha Figueiredo Junior, Secretário do Governo

Registrada a fl. 115 do livro 4. De Leis provinciais. Secretaria do Governo de Pernambuco, 26 de Maio de 1858. Francisco Lemos Duarte, Escriurário da 4ª Secção.

In Collecção de Leis Provinciaes de Pernambuco do Anno de 1858, Pernambuco na Typographia de M. F. Faria, 1858, pgs 4 e 5.

Escravos e estrutura da riqueza no Agreste Pernambucano, 1770-1887

Flávio Rabelo Versiani

(Universidade de Brasília)

José Raimundo Vergolino

(Universidade Federal de Pernambuco)

1. Introdução¹

Os estudos sobre o escravismo brasileiro têm avançado em várias direções, nas últimas duas décadas. Uma delas se relaciona à constatação de que a escravidão foi, no Brasil, um fenômeno bem mais complexo do que antes se supunha: a antiga associação entre uso de mão-de-obra escrava e a grande lavoura de monocultura, tão presente em livros escolares, tem dado lugar ao reconhecimento, de forma crescente, da relevância quantitativa não só da escravidão urbana como daquela ligada à unidades produtivas agrárias distintas da grande propriedade. Outra vertente tem a ver com a racionalização do comportamento dos proprietários de escravos, e dos próprios escravos, a partir das hipóteses de maximização derivadas da teoria econômica.

¹ Este artigo decorre de projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq. Os autores agradecem a eficiente colaboração de Antônio Pessoa, Ivna Morais e Vicente Cardoso da Silva.

O presente artigo faz parte de um programa de pesquisas que pretende trazer contribuições à melhor compreensão da escravidão numa realidade regional específica, o Estado de Pernambuco, conjugando a busca de um conhecimento mais completo do fenômeno, que não se restrinja à grande unidade açucareira, com a aplicação de alguns resultados da literatura econômica sobre o escravismo.² Neste sentido, tencionamos investigar, a partir de documentos cartoriais, algumas características das formas de utilização da mão-de-obra escrava nessa região.

O foco da literatura sobre a escravidão em Pernambuco – especialmente quando se tem em conta o peso de clássicos sobre o assunto, desde Joaquim Nabuco a Gilberto Freyre – recai principalmente, como se sabe, sobre o complexo casa-grande e senzala. Os resultados reportados a seguir, em linha com o que se colocou acima, referem-se a um aspecto diferente e pouco estudado, do tema: a escravidão fora da região açucareira do litoral, ou melhor a zona da Mata Atlântica. O trabalho se organiza da seguinte forma: a próxima seção mostra dados sobre a distribuição do estoque de escravos entre as várias regiões da província, no século XIX. Depois de uma descrição sucinta das características da economia do Agreste, no período considerado (seção 3), passa-se à apresentação dos dados resultantes do levantamento de inventários, quanto à estrutura de propriedade de escravos (seção 4), à composição dos ativos na riqueza (seção 5) e à composição demográfica do plantel de escravos (seção 6). A última seção reúne as conclusões do trabalho.

2. Escravidão na região não-açucareira de Pernambuco

De acordo com as estimativas do Conselheiro Veloso, o número de escravos de Pernambuco em 1819 era próximo de cem mil, o que correspondia a cerca de 9% do total brasileiro. Acrescentando-se o estoque de cativos das vizinhas Alagoas e Paraíba, com uma estrutura produtiva muito similar (e que até poucos anos antes eram, de fato, parte da Província de Pernambuco)³, conclui-se que essa região do País

² Sobre isso ver, por exemplo, Versiani (1994; 1999).

³ A Paraíba separou-se de Pernambuco em 1799, e Alagoas em 1817. V. Mello (1979[1852]:35)

detinha, em conjunto, um plantel de aproximadamente 184 mil escravos, maior do que o de qualquer outra província (Tabela 1). Pela mesma estimativa, o número de escravos em Minas Gerais, por exemplo, era um pouco inferior a 170 mil (IBGE, 1990:32). No Censo de 1872 (após o fim do tráfico em 1850 rápida expansão da cafeicultura e significativo movimento de venda de escravos do Nordeste para o Centro-Sul), o estoque combinado de escravos de Pernambuco, Alagoas e Paraíba havia diminuído para cerca de 146 mil, mas era ainda cerca de 10% do total nacional (Tabela 1).

**TABELA 1 - PERNAMBUCO, ALAGOAS E PARAÍBA:
NÚMERO DE ESCRAVOS, 1819 E 1872**

PROVÍNCIA	1819		1872	
	Escravos	Proporção do total do País (%)	Escravos	Proporção do total do País (%)
Pernambuco	97.633	8,8	89.028	5,9
Alagoas	69.094	6,2	35.741	2,4
Paraíba	16.723	1,5	21.526	1,4
T o t a l	183.450	16,6	146.295	9,7

Fonte: IBGE (1990:32)

Onde estavam esses escravos? A literatura sobre o Nordeste, e Pernambuco em particular, freqüentemente transmite a impressão de que o uso de mão-de-obra escrava na região, ao longo do século XIX, estava fundamentalmente concentrado na Zona da Mata, onde se localizavam as vastas plantações de cana-de-açúcar. Esta impressão está associada, em grande medida, à abundância relativa de estudos sobre a economia açucareira da região, em comparação com os voltados às demais zonas fisiográficas. Também a reforçam os conhecidos relatos de viajantes estrangeiros que estiveram nessa parte do País no período (como Tollenare, Koster e Graham), os quais se referem, quase exclusivamente, à escravidão do açúcar.

Vai na mesma direção o ponto de vista, repetido por muitos autores, de que a criação de gado e o cultivo de algodão – as atividades produtivas típicas da região não-açucareira da província – eram impró-

prias para o emprego de mão-de-obra escrava. No que se refere ao gado, Nelson W. Sodré, por exemplo, fala numa “incompatibilidade” entre o pastoreio do gado e o trabalho escravo (Sodré, 1962:123). Castro (1971, v.2:22) menciona que “o algodão e a pecuária quase não utilizavam escravos”. No tocante ao algodão, Manuel Correia de Andrade, baseando-se no fato de que o cultivo do algodão, ao contrário da cana-de-açúcar, não exige trato constante ao longo de todo o ano, afirma, em seu livro clássico sobre o Nordeste:

“Não havia [...] vantagem em adquirir escravos a preços elevados para que eles trabalhassem apenas durante algum tempo, ficando inativos vários meses, sem produzir e consumindo alimentos. Daí a cultura do algodoeiro na segunda metade do século XIX quase não usar o trabalho escravo, sendo preferível pagar a moradores as fainas agrícolas, mesmo quando a procura de braços [...] provocou a ascensão dos salários [...]” (Andrade, 1973:102).

Em contraste com essa visão generalizada, tem passado em geral despercebido na literatura o fato de que, uma fração substancial dos escravos pernambucanos, não estava na região açucareira da província, mas sim no Agreste e no Sertão, pelo menos na primeira parte do século XIX. Os dados que substanciam tal afirmativa, provêm de um levantamento feito, por ordem do Presidente da província, no início da década de 1840, a partir de informações que se determinou fossem remetidas por párocos e autoridades municipais. Os resultados desse levantamento foram publicados pelo governo provincial em 1852 (Mello, 1979[1852]). O número de escravos que aí consta, para a província como um todo (cerca de 76 mil), é provavelmente inferior ao total então existente;⁴ mas não parece existir qualquer razão para se supor uma tendência nos dados referentes à distribuição de escravos entre as várias

⁴ Lembrar que a estimativa do Conselheiro Veloso para 1819 é de 97,6 mil escravos em Pernambuco (Tabela 1), existindo também uma estimativa de 150 mil escravos, referente a 1823 (IBGE, 1990:32).

⁵ Com efeito, se houver algum viés, esse pareceria ser no sentido de subavaliar o plantel de escravos do interior da província – ou seja, do Agreste e do Sertão. Mello refere o fato de que os vigários não tinham interesse em reportar populações grandes para suas paróquias, no temor de que elas pudessem ser subdivididas (Mello, 1979[1952]:–); e sem dúvida seria mais fácil para um pároco do interior falsificar informações, com esse objetivo, do que no caso do Recife ou cidades próximas, onde uma subavaliação flagrante poderia chamar a atenção das autoridades.

comarcas da província.⁵ O que os dados mostram é que quase dois em cada cinco escravos de Pernambuco, em 1842, estavam fora da Zona da Mata (Tabela 2).

TABELA 2 - PERNAMBUCO: DISTRIBUIÇÃO DE ESCRAVOS ENTRE AS ZONAS DA MATA, AGRESTE E SERTÃO - 1842

ZONA	Nº DE ESCRAVOS	%
Mata ^a	47.892	63,0
Agreste ^b	21.159	27,8
Sertão ^c	7.019	9,2
Total	76.070	100,0

(a) Comarcas do Recife, Santo Antônio, Cabo, Goiana, Nazaré, Paudalho e Rio Formoso

(b) Comarcas do Brejo, Bonito, Garanhuns e do Limoeiro.

(c) Comarcas de Boa Vista e Flores.

Fonte e método: computado a partir de dados em Melo (1979[1852]): “5º Mapa Estatístico da População da Província de Pernambuco, Distribuída segundo as Idades, com Declaração da Condição, Cor e Naturalidade dos Habitantes, Ano de 1842” e tabelas subseqüentes, referentes às comarcas do Recife, do Brejo, Santo Antônio, Boa Vista, do Bonito, Cabo, Flores e Garanhuns. Para a comarca do Limoeiro, tomou-se o número de escravos referente a 1827, do “5º Mapa da População da Comarca do Recife [...], Ano de 1827”; o total de escravos das comarcas de Goiana, Nazaré, Paudalho e do Rio Formoso, todas da Zona da Mata, foi obtido por diferença.

O livro de Melo reproduz também dados populacionais referente a 1827, derivados de um levantamento estatístico da província determinado, no ano anterior, pelo governo imperial (Melo, 1979[1852]:270). Esses números provêm uma verificação independente dos dados da Tabela 2, e confirmam o peso relativo dos cativos do Agreste e Sertão: para um total então apurado de 79.936 escravos na província, em 1827, 21.735 (27,2 %) eram do Agreste (uma porcentagem quase exatamente coincidente com a da Tabela 2), e 3.745 (4,7%) do Sertão.⁶ Segundo Melo (1979[1852]:271), espalhou-se nessa época a notícia de que seria lançado um imposto sobre escravos, o que teria causado uma subavaliação de seu número. Pelo mesma razão acima exposta, é plausível que tal subavaliação fosse maior nas regiões mais distantes da capital, o que poderia talvez explicar o percentual mais baixo relativo ao Sertão, em 1827.

⁶ Melo (1979[1852]), “5º Mapa da População da Comarca do Recife, Distribuída em Classes, segundo os Estados, Profissões, Ocupações e Condições dos Indivíduos, ano de 1827”. O Agreste é definido pelos então termos do Limoeiro, Garanhuns e Cimbres, e o Sertão pelo Termo de Flores.

Tendo em conta as interpretações correntes na literatura, é surpreendente que entre 30% e 40% dos escravos de Pernambuco estivessem em regiões onde predominavam atividades produtivas bem distintas do regime de *plantation* característico do cultivo da cana-de-açúcar. Esse fato levanta várias questões: em que atividades se aplicava a mão-de-obra escrava do Agreste e do Sertão? Quem eram seus proprietários? Nas seções seguintes procura-se fornecer alguns elementos para desvendar tais pontos, até agora muito pouco investigados.

3. A economia do Agreste: visão sumária

O Agreste pernambucano constitui uma zona de transição entre a Mata úmida e o Sertão semi-árido, tendo uma área de 24,7 mil km², o que corresponde a aproximadamente uma quarta parte do total do Estado (Lins, 1989).

A ocupação do Agreste, como a de todo o interior do Nordeste, “foi determinada pela necessidade de prover a área açucareira de animais para trabalho e alimento” (Andrade, 1979:37); ver também Furta-do (1976:cap.10).

Existe alguma controvérsia quanto ao avanço da penetração territorial em Pernambuco, a partir do litoral. Contrariamente à afirmação de Capistrano de Abreu, para quem, ainda na segunda metade do século XVIII, não se teria avançado para o interior além de Bezerros, no limite ocidental do Agreste, Gonsalves de Mello mostrou que o Sertão foi explorado ainda na época de Duarte Coelho, no século XVI, e efetivamente ocupado pelo menos desde as primeiras décadas do século XVIII (Gonsalves de Mello, 1966:8).

No que toca ao Agreste, diversas sesmarias foram concedidas na região na segunda metade do século XVII, embora não imediatamente exploradas, dada a presença de índios e quilombolas e a dificuldade de acesso. Segundo Sampaio, “a implantação de currais mais permanentes é datada de 1696 pouco tempo após a vitória na chamada Guerra dos Bárbaros, que possibilitou a consolidação do processo de colonização no Nordeste.” O processo de ocupação humana do Agreste pernambucano se fez, fundamentalmente, por duas rotas, seguindo o curso dos rios Capibaribe e Ipojuca (Gonsalves de Mello, 1966).

A partir da segunda metade do século XVIII, o crescimento da demanda internacional por algodão estimula a ocupação da área, ecologicamente favorável a essa cultura. Nas fases de maior demanda – como durante a guerra de independência dos Estados Unidos, as guerras napoleônicas e nos anos 1860 a guerra civil norte-americana – o algodão chega a disputar terras à cana-de-açúcar, nas porções menos úmidas da Zona da Mata, recuando para o Agreste em períodos menos favoráveis. Assim, por força do desenvolvimento da indústria têxtil inglesa e os reflexos disso no mercado internacional do algodão, a região agrestina deixa de ser essencialmente um apêndice da economia açucareira da Mata, fornecendo-lhe produtos agrícolas alimentares e animais de tração, e passa a ter uma atividade exportadora autônoma. Na segunda metade do século XIX, com o aparecimento da produção têxtil nacional, expande-se a demanda por algodão, e a região passa a fornecer matéria-prima também para o mercado industrial interno.⁷

Mas não houve antagonismo entre a cultura do algodão e as atividades produtivas anteriormente estabelecidas no Agreste; ao contrário, existiram várias formas de complementaridade entre uma e outras. O algodão, permite culturas intercalares de milho, feijão, mandioca e fava; a terra preparada para o cultivo comercial é, portanto, utilizável também para a produção de víveres. A pecuária beneficiou-se igualmente da introdução do algodão, pois o algodoeiro fornecia alimento ao gado, de diversas formas: as sementes, antes de serem usadas para produção de óleo, tornaram-se uma ração básica durante a estação seca; quando se introduziu a industrialização da semente, a “torta” residual pôde também ser aproveitada como alimento do rebanho; após a colheita, o gado era solto no algodoeiro, alimentando-se não só das folhas do algodoeiro como do restolho das culturas intercalares.

Essas possibilidades favoreceram, no Agreste, o desenvolvimento de unidades produtivas voltadas à policultura, e de uma sociedade menos hierarquizada, ao longo do século XIX. “Embora, nos períodos mais favoráveis, se tenham formado grandes unidades de produção, empregando o braço escravo” – como reconhece Andrade (1979:50) –

⁷ Este parágrafo e os seguintes baseiam-se em Andrade (1979:49-52).

a pequena propriedade mostrava-se economicamente viável, na cotonicultura. Ao contrário da cana, que depois de colhida necessita ser processada rapidamente para o fabrico do açúcar, o que induz à união entre canavial e engenho, em geral dentro da mesma propriedade, o algodão pode ser estocado após a colheita, permitindo uma separação completa entre a atividade agrícola e a industrial. Acresce que o algodoeiro não exige trato tão constante como a cana, nem requer grandes investimentos; a variedade herbácea tem ciclo vegetativo curto e traz retorno rápido; a arbórea, embora exija uma espera de dois anos até o início da produção, fornece colheitas por 10 a 15 anos, sem novos investimentos. O pequeno agricultor de algodão freqüentemente não tinha terras próprias, mas trabalhava como meeiro ou “terceiro” na grande propriedade.

A ausência de economias de escala na cotonicultura favoreceu também menor resistência à divisão de terras decorrente de heranças, em comparação com a zona açucareira do litoral; com isto, a concentração da propriedade de terras tendeu a ser menor, no Agreste, principalmente nas áreas mais úmidas, melhores para a agricultura. De outra parte, houve tendência a um maior adensamento populacional, dado que “os núcleos surgidos nos entroncamentos de estradas e caminhos desenvolveram-se em povoadas, vilas e cidades, em função do comércio e da instalação de unidades industriais” para descarçamento e prensagem do algodão (Andrade, 1979:51).

Em suma, o Agreste, no período que nos interessa aqui, é uma região com as seguintes características: (i) coexistência da produção agrícola e da pecuária, às vezes na mesma propriedade, embora as áreas mais úmidas tivessem maior vocação para a agricultura; (ii) cultivo simultâneo do algodão e de culturas alimentares, favorecendo o autoabastecimento e/ou o fornecimento de víveres para áreas urbanas; (iii) ocorrência de períodos de grande lucratividade no algodão; (iv) viabilidade da pequena unidade produtiva na produção algodoeira, embora coexistissem grandes unidades; (v) em consequência, menor concentração fundiária (e, provavelmente, menor concentração de renda), em comparação com a zona açucareira.

4. Inventários do Agreste: padrão de propriedade de escravos

A fonte em que nos baseamos para a análise a seguir são inventários de bens de pessoas falecidas, registrados no cartório de Cimbres, termo e município do norte da Zona Agreste, cuja sede era, desde a primeira metade do século XIX, a atual cidade de Pesqueira. Os livros de registro cartoriais constam do acervo do Arquivo Orlando Cavalcanti”, pertencente ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

A região de Cimbres, em termos de estrutura produtiva, é típica do que foi dito acima sobre o Agreste pernambucano. O Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco, de 1863, registra que o distrito de Cimbres “é extenso e povoado por brancos e mestiços, lavradores de algodão e de mantimentos para o consumo do distrito.” (Honorato, 1976[1863]:38). Quase todos os inventários examinados registram propriedade de gado vacum.

A amostra aqui examinada consta de 112 inventários, referentes ao período de 1770 a 1887, nos quais aparece um total de 753 escravos. É claro que a utilização de dados de inventários tem certas limitações incontornáveis: é necessário tomar como base os documentos disponíveis, havendo pouca possibilidade de controlar a determinação da amostra. É impossível, em nosso caso, avaliar a proporção dos donos de escravos cujos bens eram objeto de inventário. Sabe-se que inventários *post mortem* eram exigidos em três casos: quando o *de cuius* não deixava testamento, quando havia menores entre os herdeiros, e quando, não existindo herdeiros, os bens eram apropriados pelo Estado (Mattoso, 1992:603). O que se pode dizer, contudo, é que não parece haver, em princípio, motivos para se supor algum tipo de viés sistemático associado à utilização de tal fonte, como base do estudo da estrutura da propriedade de escravos.

A Tabela 3 mostra a estrutura de propriedade revelada na amostra examinada. O que se verifica é que a grande maioria dos cativos fazia parte de pequenos plantéis: 41% estavam nas mãos de quem tinha no máximo 10 escravos, e três quartos do total pertenciam a quem não

tinha mais do que 20 escravos. Ou seja, um quadro inteiramente distinto da tradicional associação entre escravidão e grande lavoura: um escravismo de pequenos proprietários, não de grandes senhores.

TABELA 3 - PERNAMBUCO: PADRÃO DE PROPRIEDADE DE ESCRAVOS EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770 - 1887

Tamanho do plantel	Número de inventários	Número de escravos	% do total	% Acumulado
1 - 5	42	105	13,9	13,9
6 -10	27	203	27,0	40,9
11 - 20	19	261	34,7	75,6
20 +	5	184	24,4	100,0
Total	93	753	100,0	

Fonte: inventários, "Arquivo Orlando Cavalcanti"- IAHGP.

O fato de que a grande maioria dos escravos, numa região de cultivo de algodão, esteja em mãos de pequenos proprietários, e não de grandes produtores, oferece um contraste marcante com afirmativas correntes na literatura. Como vimos, é comum considerar-se que o uso da mão-de-obra escrava estaria restrito, nesse caso, "às grandes unidades de produção", na expressão de Manuel C. de Andrade. O que transpõe aqui, ao contrário, é a utilização generalizada de escravos em pequenas unidades: o trabalhador cativo modal pertencia a um indivíduo que não tinha mais do que 10 escravos de sua propriedade (já que 55% dos escravos correspondiam a essa categoria); e o número médio de escravos por proprietário é 8,1.

Uma estrutura análoga de posse de escravos aparece também em áreas de produção agrícola dependentes da grande lavoura, como é o caso dos lavradores de cana, que cultivavam o produto mas não possuíam engenhos, e eram fornecedores destes. Os dados de Schwartz (1985:452), para o Recôncavo baiano, referentes a 472 lavradores, em 1816-17, mostram que cerca de 65% dos escravos eram propriedade de lavradores com menos de 20 cativos, sendo próximo de 10 o número médio de escravos por proprietário. Médias ao redor de 10 foram também encontradas por Barickman, para o período 1779-1835, em paróquias do Recôncavo onde predominava o plantio de cana; e ao redor de 5 escravos por proprietário em comunidades voltadas principalmente

ao cultivo de fumo e de mandioca (Barickman, 1998:144). Sabe-se também que pequenos proprietários predominavam na massa escrava de localidades paulistas, na primeira década do século XIX, especialmente ali onde não havia ocorrência de engenhos de açúcar (Luna & Costa, 1983).

No entanto, ao que nos consta, não há menção anterior na literatura de uma baixa concentração da propriedade de escravos no Agreste pernambucano – e nem da importância relativa do estoque total de escravos dessa região, no contexto global da província. Nesse sentido, as indicações trazidas pelos dados de nossa amostra são muito significativas, mostrando que também aqui é necessário desviar o foco da análise, deixando de lado a preocupação exclusiva com o escravismo da grande lavoura.

5. Estrutura da riqueza

O passo seguinte é o exame da estrutura da riqueza revelada pelos inventários. As Tabelas 4 a 7 mostram a proporção média, em relação ao valor total da riqueza bruta constante dos inventários, dos seguintes ativos: Dinheiro; Metais (abrangendo objetos de ouro, prata, cobre pedras preciosas); Móveis; Equipamentos (abrangendo objetos e utensílios ligados a atividades produtivas); Animais; Escravos; Casas, Sítios e Terras (CS&T); Dívida Ativa (créditos do falecido); e Lavras e Safras (L&S) (valor realizável de produtos agrícolas). A última coluna mostra a Dívida Passiva (DP/TOT) (débitos deixados pelo falecido), também como proporção do valor total dos ativos⁸.

Os dados estão distribuídos por estratos, definidos a partir do tamanho do plantel de escravos constante de cada inventário. Preferimos essa forma de estratificação, em lugar da baseada no valor total dos inventários – usual em estudos desta natureza – por duas razões: primeiro, por que ela põe em destaque o que mais nos interessa, a participação dos escravos no total da riqueza; e segundo, porque o número de escravos nos inventários é um indicador razoável da riqueza inventariada.⁹

⁸ As Tabelas 4 a 7 encontram-se no final do artigo.

⁹ Coeficientes de correlação entre o número de escravos e o valor dos ativos dos inventários; 0,84, para 1770-1819; 0,98, para 1820-1849; e 0,87, para 1850-1887.

A Tabela 4 mostra os dados para todos os 112 inventários de nossa amostra; as Tabelas 5, 6 e 7 distinguem os inventários referentes aos períodos 1770-1819, 1820-1849 e 1850-1887, respectivamente. A lógica dessa separação é agrupar os dados segundo subperíodos com características comuns, no que se refere ao mercado escravista. Os anos de 1820 e 1850 são marcos relevantes, nesse sentido, já que a importação de escravos parece ter caído drasticamente, em Pernambuco, a partir do início da década de 1820, em relação ao período desde o início do século (Eisenberg, 1974:149). E obviamente a importação cessou após 1850, com o fim do tráfico.

Nos números da Tabela 4, alguns dados correspondem ao que se poderia esperar *a priori*, enquanto outros parecem surpreendentes. De um lado, é natural, numa região em que a agricultura e a atividade criatória eram importantes, que os itens “Animais” e “Casas, Sítios e Terras” constituam proporção relevante da riqueza. Os percentuais relativos a Dívidas, quer ativas, quer passivas, também não constituem surpresa: dado que muito poucos teriam acesso, na região, a um mercado financeiro institucionalizado, seria de se esperar que empréstimos interpessoais assumissem um papel importante, o que explica que a maioria dos inventários registrassem créditos e/ou dívidas de montante relativamente elevado.

Por outro lado, chama imediatamente atenção o alto percentual referente ao valor dos escravos, no montante dos inventários. De fato, verifica-se, na Tabela 4 que de metade a quase dois terços do total da riqueza apurada, correspondiam a escravos. O exame de inventários individuais revela que, em mais de um em cada cinco inventários, o valor dos escravos superava 70% da riqueza inventariada (24 inventários, ou 21,4% do total); e, em um em cada oito inventários, aquela proporção superava 80% (14 inventários, ou 12,5% do total). E esses altos percentuais aparecem tanto no caso de indivíduos de poucas posses (inventários de valor total relativamente baixo), como no caso de riquezas de valor bem mais elevado. Ou seja, os dados sugerem que uma alta proporção da riqueza, no Agreste pernambucano, correspondia ao valor dos escravos possuídos, independentemente do montante total do patrimônio dos indivíduos.

Quando se afirma que a proporção do valor dos escravos nos inventários é “alta”, tem-se em mente, é claro, uma comparação com outros dados. No caso de inventários relativos à Zona da Mata, por exemplo, os dados preliminares que examinamos (que proporcionarão, uma vez apurados sistematicamente, um estudo comparativo) indicam que os percentuais relativos a escravos são substancialmente inferiores. A evidência apresentada por Eisenberg vai na mesma direção: seus dados, baseados em 57 inventários de senhores de engenho da Mata, mostram uma proporção do valor de escravos de 26,5% do total da riqueza (Eisenberg, 1974:68).

Informações sobre a composição da riqueza em outras regiões mostram também, em geral, uma participação substancialmente inferior do valor dos escravos, em comparação com os números da Tabela 4. No caso da Bahia, Kátia Mattoso examinou 1.115 inventários da cidade do Salvador, referentes ao período de 1801 a 1889 (Mattoso, 1992:cap.31). Seus dados permitem uma classificação dos inventários por atividade econômica dos inventariados; verifica-se que, apenas no caso dos “marítimos” (pequenos empreiteiros ligados à pesca) e dos “proprietários agrícolas” (que não incluem senhores de engenho) o percentual médio referente ao valor dos escravos possuídos excede uma quinta parte da riqueza (40,3%, no caso dos marítimos, e 23,5%, nos proprietários agrícolas). No caso dos senhores de engenho, a proporção é de 19,1% (*ibid.*:629). Quando os dados são agrupados por período (antes e depois de 1850), vê-se que a proporção média do valor de escravos aumenta, tanto para os proprietários agrícolas (18,4% para 25,0%), os marítimos (27,5% para 47,4%) e principalmente os senhores de engenho (13,1% para 37,2%), sugerindo escassa substituição de mão-de-obra escrava por trabalho livre nessas atividades, em resposta ao aumento no preço de escravos ocorrido entre o primeiro e o segundo períodos. Ao contrário, na maioria das demais categorias há uma redução substancial na proporção da riqueza aplicada em escravos após 1850, destacando-se o caso dos artesãos, onde o percentual médio cai de 66,3% para 12,4% (*ibid.*:634-636).

Ainda para a Bahia, os exemplos citados por Schwartz (1985:215-217)) mostram proporções bem inferiores às do Agreste, para o valor

dos escravos em relação à riqueza de senhores de engenho (16,5% para os cinco casos referentes ao período pós-1770). Para lavradores de cana, por outro lado (proprietários de canaviais que abasteciam os engenhos), a proporção média é comparável a nossos dados (50,5%, para os oito casos pós-1770).

O estudo de Zélia C. de Mello, com base em 746 inventários da cidade de São Paulo, no período 1845-1895, mostra que a proporção da riqueza relativa a escravos tem um pico de 32,3% no período 1845-50, decrescendo para 27,6% em 1851-60, 18,9% em 1861-71, 7,8% em 1872-80, e 8,0% em 1880-87 (Mello, 1985:Tabela AE-3).

Há indicações, assim, de que os inventários do Agreste mostram de fato uma proporção particularmente elevada da riqueza aplicada em escravos, em comparação a outros estudos.

O exame das Tabelas 5 a 7, que distinguem três subperíodos (1770-1819, 1820-1849 e 1850-1887) reforça essa impressão. Embora as informações sobre a evolução do preço dos escravos na província sejam ainda fragmentárias, há indicações de uma tendência ao aumento de preços entre 1820 e 1850 e certamente os preços subiram consideravelmente após a extinção do tráfico¹⁰. Levando isso em conta, a comparação entre os dois primeiros subperíodos (Tabelas 5 e 6), indicando uma tendência ao aumento da proporção de escravos na riqueza, sugere uma baixa tendência a substituir escravos por mão-de-obra livre. Entre 1820-1849 e 1850-1887 (Tabelas 6 e 7): a proporção do valor de escravos tende a cair, como esperado, mas sugerindo uma baixa elasticidade-preço na demanda por escravos; os percentuais continuam próximos de 50% em todos os estratos. Como visto acima, essa ordem de grandeza estabelece um marcado contraste com os dados de Mattoso (1992), para a Bahia, e Mello (1985), para São Paulo.¹¹

¹⁰Nossa pesquisa deverá contribuir para um melhor conhecimento da evolução dos preços de escravos em Pernambuco, mas os dados respectivos ainda não foram analisados. No caso da Bahia, os preços de escravos do sexo masculino aparentemente passaram de um índice 100, em 1819-20, para cerca de 250, em 1949-50, e 590, em 1859-60. (Mattoso, 1992:637).

¹¹Cabe observar, contudo, que o número de inventários relativos a 1850-1887 (23), é relativamente pequeno.

É curioso que pequenos proprietários mostrem tanta resistência a reduzir o valor aplicado em escravos em seus ativos, em face de um aumento no preço destes. Que isso se dê no caso dos senhores de engenho (como mostrado no estudo citado de Mattoso) é compreensível: a literatura sugere mais de uma explicação teórica para a superioridade da mão-de-obra escrava sobre a livre (como as economias de escala associadas aos trabalhos de *plantation*, no estudo clássico de Fogel & Engerman, 1974; ou a possibilidade de uma maior produtividade decorrente do uso de coerção, em Barzel, 1977; ou de economias de custos de transação, como em Hanes, 1996). Tais explicações poderiam justificar uma baixa substituíbilidade entre mão-de-obra escrava e mão-de-obra livre. No caso em exame, no entanto, não resulta claro, no atual estado de conhecimento das formas de utilização de escravos no Agreste, qual a racionalização adequada para a baixa propensão a desfazer-se de seus escravos, revelada pelos pequenos produtores escravistas.

Podemos especular que um elemento dessa explicação seja o fato de que, na ausência de outros ativos, especialmente financeiros, a aplicação em escravos poderia parecer uma forma atraente de manter riqueza. Tratava-se, ao que tudo indica, de um ativo líquido e rentável (embora envolvendo os óbvios riscos de morte, doença ou fuga). Os dados de Mattoso sugerem a possibilidade de uma substituição entre aplicações em escravos (comuns entre os rentistas baianos da primeira metade do século XIX) e aplicações financeiras. Estas se tornaram crescentemente disponíveis, em Salvador, a partir de 1840, sob a forma de depósitos bancários, apólices do governo e ações de sociedades anônimas, ao mesmo tempo em que se reduziam (praticamente cessando, após 1870) os investimentos em escravos para fins de renda (Mattoso, 1992:616 e ss.).

Nesta mesma ordem de idéias, a inexistência de tais aplicações alternativas, no Agreste (comprovada pela ausência de qualquer menção a papéis financeiros, nos inventários por nós analisados), poderia estimular a manutenção de uma proporção significativa de escravos, nos *portfolios* do Agreste. Essa é uma possibilidade a ser explorada, em nosso programa de pesquisas.

6. Perfil demográfico dos escravos: alguns dados

As Tabelas 8 e 9 apresentam o número de cativos do Agreste segundo faixas de idade e sexo, distinguindo os períodos antes e depois de 1850, em termos absolutos e relativos, respectivamente.

Os dados da Tabela 8 mostram, em primeiro lugar, que havia uma maior proporção de escravos homens na região do Agreste; trata-se de perfil demográfico que não difere de outras regiões de Pernambuco (Vergolino, 1997) e do Brasil (Luna, 1992). Observa-se também uma queda na participação dos escravos homens em relação ao total da população cativa, ao longo dos dois períodos de análise, o que pode ser explicado pela cessação do comércio de escravos, impedindo a renovação do plantel masculino, e pelo tráfico interprovincial, a partir da venda predominante de escravos do sexo masculino para outras regiões. Isso, como se sabe, aconteceu especialmente após 1850, com o término do tráfico transatlântico.

TABELA 8 – PERNAMBUCO - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770-1888 (VALORES ABSOLUTOS)

Faixas de Idade	1770-1850			1851-1888		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1-14	51	53	104	23	22	45
15-40	120	69	189	35	35	70
41 e +	25	15	40	27	16	43
Total	196	137	333	85	73	158

Fonte: v. texto.

TABELA 9 – PERNAMBUCO - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770-1888 (VALORES RELATIVOS, POR FAIXA DE IDADE)

Faixas de Idade	1770-1850			1851-1888		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1-14	49,0	51,0	100,0	51,0	42,0	100,0
15-40	63,0	37,0	100,0	50,0	50,0	100,0
41 e +	62,0	38,0	100,0	62,0	38,0	100,0
Total	59,0	41,0	100,0	54,0	46,0	100,0

Fonte: v. texto.

A Tabela 10 considera a evolução de cada grupo de escravos segundo as faixas de idade. Percebe-se uma queda na proporção de escravos na faixa de 15-40 anos entre os dois períodos, e um incremento na proporção de escravos masculinos na faixa dita improdutiva (acima de 40) – resultado esperado do fim do tráfico, das vendas interprovinciais e envelhecimento da população escrava, dado um desequilíbrio entre taxas de natalidade e mortalidade.

TABELA 10 – PERNAMBUCO - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770-1888 (VALORES RELATIVOS, POR SEXO)

Faixas de Idade	1770-1850			1851-1888		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1-14	26,0	38,0	31,0	27,0	30,2	28,4
15-40	61,0	50,0	57,0	41,2	47,9	44,3
41 e +	13,0	12,0	12,0	31,8	21,9	27,3
Total	100,0	100,0	100,0	100	100	100

Fonte: v. texto.

As Tabelas 11 e 12, a seguir, mostram dados referentes à origem dos escravos, – se africanos ou nascidos no Brasil (para aqueles cuja origem pôde ser estabelecida). Dentre 491 escravos, 277 (56,4%) eram brasileiros e 214 (43,6%) africanos.

TABELA 11 – PERNAMBUCO – ESCRAVOS EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, SEGUNDO A ORIGEM, 1770-1888 (VALORES ABSOLUTOS)

Idade	Homens			Mulheres		
	Brasileiros	Africanos	Total	Brasileiros	Africanos	Total
1 - 14	63	11	74	62	13	75
15 - 40	64	91	155	67	37	104
41 +	11	41	52	10	21	31
Total	138	143	281	139	71	210

Fonte: v. texto.

A composição do estoque de escravos, entre brasileiros e africanos, sofre uma mudança, na medida em que se estabelece um corte por sexo. Constata-se um maior número de escravos homens de origem africana do que nascidos no Brasil. Isso é coerente com o fato de que,

dada a baixa taxa de reprodução, os escravos para uso na produção – homens jovens ou adultos – fossem predominantemente importados. Um fato que chama atenção é que o diferencial maior encontra-se na faixa de idade acima de 41 anos; uma explicação para isso dependeria de uma análise cronológica mais pormenorizada, o que poderá ser feito a partir de uma amostra mais ampla.

Em relação ao sexo feminino, constata-se o predomínio de escravas brasileiras na população total pesquisada, indicando que as aquisições de escravos eram predominantemente masculinas. Observa-se, uma maior participação de escravas africanas em relação às brasileiras, na faixa de população acima de 41 anos de idade, fenômeno idêntico ao caso dos escravos do sexo masculino.

TABELA 12 – PERNAMBUCO – ESCRAVOS EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, SEGUNDO A ORIGEM, 1770-1888 (VALORES RELATIVOS)

Idade	Homens			Mulheres		
	Brasileiros	Africanos	Total	Brasileiros	Africanos	Total
1 - 14	45,65	7,69	26,33	44,60	18,31	35,71
15 - 40	46,38	63,64	55,16	48,20	52,11	49,52
41 +	7,97	28,67	18,51	7,19	29,58	14,76
Total	100	100	100	100,00	100,00	100,00

Fonte: v. texto.

A relevância maior desses dados demográficos, para os propósitos deste artigo, é mostrar que o escravismo do Agreste era associado à atividade produtiva, tal como na zona açucareira da província, e como tal respondia a estímulos econômicos. A predominância de escravos do sexo masculino é coerente com isso; aliás, a taxa de masculinidade observada em nossa amostra (134 para o total dos escravos) coincide com a registrada para a província como um todo, em 1829 (136) e 1842 (133); cf. Eisenberg (1974:150). A queda na taxa de masculinidade, após 1850 indica que o mercado de escravos no Agreste estava relacionado ao mercado nacional, e a região também participou da oferta que alimentou o tráfico interprovincial. A relação entre africanos e crioulos tam-

bém sinaliza na mesma direção: os escravos produtivos eram principalmente africanos e do sexo masculino, em contraste com a predominância dos brasileiros entre escravos jovens.

Ou seja, os dados sugerem que os pequenos proprietários de escravos do Agreste comportavam-se com a mesma racionalidade econômica que pode ser atribuída aos utilizadores de mão-de-obra escrava em maior escala, nas demais regiões do País. Seus escravos eram comprados num mercado que, ao que tudo indica – o que procuraremos comprovar em fases posteriores da pesquisa – tinha as mesmas características do mercado de escravos da área litorânea. Nada indica que se tratasse de um escravismo marginal, atribuível a supostas motivações não-econômicas.

7. Conclusão

Os dados examinados acima permitem as seguintes conclusões:

1. Os escravos das regiões não açucareiras de Pernambuco – ou seja, o Agreste e o Sertão – eram uma proporção substancial do número total de escravos da província; na primeira metade do século XIX essa proporção se aproximava de 40%. Assim, a idéia de que as relações escravistas dos engenhos da Zona da Mata sejam representativas do escravismo do Nordeste deve ser qualificada.
2. O Agreste que detinha, na primeira metade do século XIX, cerca de 30% dos escravos de Pernambuco era, no período, uma região de produção de algodão e lavouras alimentares e de criação de gado, freqüentemente na mesma propriedade; a estrutura fundiária mostrava, em geral, menor grau de concentração do que na zona açucareira, e a pequena unidade produtiva podia ser economicamente viável. Esse fato indica que não são corretas as afirmativas, correntes na literatura, no sentido de que o uso de mão-de-obra escrava não era associado a tais atividades produtivas.
3. O exame de uma amostra de 112 inventários do Termo de Cim-

bres, na porção norte-ocidental do Agreste, referente ao período 1770-1887, mostra dominância do pequeno proprietário de escravos; cerca de três quartas partes do estoque total de escravos da amostra era parte de plantéis de tamanho inferior a 20 escravos.

4. A estrutura de riqueza revelada pela amostra indica que uma proporção alta do monte total dos inventários correspondia ao valor dos escravos; para o conjunto dos inventários, a proporção média é superior a 50%. A média é crescente para inventários com maior número de escravos, atingindo cerca de 65% para os de mais de 20 cativos; mas mesmo em inventários de indivíduos de pequenas posses se encontram casos de proporções ainda mais elevadas para o valor relativo dos escravos.
5. A participação de escravos na riqueza aumenta entre 1770-1819 e 1820-1849, e decresce um pouco entre este último subperíodo e 1850-1877. Dado que há indicações de que o preço dos escravos tenha mostrado aumento substancial, em especial após 1850, os dados sugerem uma baixa propensão a substituir escravos por mão-de-obra livre, entre os proprietários do Agreste. O fato de que escravos pudessem ser uma forma de aplicação de recursos, na ausência de outros ativos líquidos e rentáveis, poderia ajudar a explicar tal propensão.
6. Dados sobre a estrutura demográfica dos escravos na amostra indicam que o comportamento do proprietário de escravos do Agreste era coerente com o que se esperaria de um agente econômico que reage racionalmente aos estímulos de mercado.
7. Esses achados apontam na direção de uma importância maior do que até aqui reconhecida dos pequenos proprietários de escravos, no Nordeste, e corroboram, assim, os resultados de outros estudos que, nas últimas duas décadas, têm relativizado a relevância da escravidão de grandes plantéis no Brasil.

TABELA 4 - PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770 - 1887

ESTRATOS (Número de escravos)	N° DE INVENTÁRIOS	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										
		Dinheiro	Metals	Móveis	Equip.	Animais	Escravos	C S T	Dívida Ativa	L S	Total	DP / TOT
0	19	0,2	1,5	2,3	0,8	61,9	-	20,5	12,8	0,1	100,0	8,2
1 a 5	42	1,2	3,9	2,0	0,5	24,3	48,8	13,3	5,4	0,6	100,0	10,2
6 - 10	27	0,8	1,7	1,5	0,5	10,7	56,7	16,5	9,1	2,5	100,0	5,5
16 - 20	17	1,0	1,7	0,7	0,4	14,5	60,0	15,5	4,4	1,8	100,0	7,3
Mais de 20	7	1,3	1,4	0,3	0,1	14,2	64,7	11,2	3,6	3,4	100,0	1,2

Fonte, método e definições: v. texto

TABELA 5 - PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770 - 1819

ESTRATOS (Número de escravos)	N° DE INVENTÁRIOS	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										
		Dinheiro	Metals	Móveis	Equip.	Animais	Escravos	C S T	Dívida Ativa	L S	Total	DP / TOT
0	4	-	0,7	4,0	0,4	55,8	-	31,5	7,7	-	100,0	34,0
1 a 5	7	-	3,6	3,6	1,0	26,3	39,1	13,3	11,5	1,4	100,0	3,7
6 a 10	7	0,0	3,2	2,1	0,6	10,5	51,2	14,5	11,6	6,3	100,0	5,3
11 a 20	3	-	1,4	1,0	0,2	10,9	56,9	25,2	4,3	-	100,0	13,3
Mais de 20	2	0,5	3,6	1,1	0,2	33,4	39,8	13,2	7,9	0,2	100,0	2,0

Fonte, método e definições: v. texto

TABELA 6 - PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1820 - 1849

ESTRATOS (Número de escravos)	Nº DE INVENTÁRIOS	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										TOTAL	DP / TOT
		Dinheiro	Metals	Móveis	Equip.	Animais	Escravos	C S T	Dívida Ativa	L S			
0	9	0,5	1,7	0,7	0,3	72,6	-	12,2	12,0	-	100,0	-	
1 a 5	23	-	2,8	1,4	0,5	26,6	53,6	11,8	2,7	0,6	100,0	9,8	
6 a 10	11	1,1	1,4	1,9	0,8	8,8	64,0	14,9	5,0	2,1	100,0	4,4	
11 a 20	7	1,6	2,4	0,5	0,4	7,0	70,4	11,0	3,4	3,2	100,0	12,1	
Mais de 20	4	1,6	1,4	0,3	0,1	9,0	67,6	11,7	4,5	3,8	100,0	1,5	

Fonte, método e definições: v. texto

TABELA 7 - PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1850 - 1887

ESTRATOS (Número de escravos)	Nº DE INVENTÁRIOS	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										TOTAL	DP / TOT
		Dinheiro	Metals	Móveis	Equip.	Animais	Escravos	C S T	Dívida Ativa	L S			
0	6	-	1,7	3,6	2,0	49,7	-	23,5	17,3	0,2	100,0	3,4	
1 a 5	12	4,2	6,2	2,1	0,1	18,8	45,4	16,1	7,0	-	100,0	14,9	
6 a 10	9	1,2	0,8	0,5	0,1	13,1	52,1	20,1	12,2	0,0	100,0	7,0	
11 a 20	7	1,0	0,6	0,7	0,4	18,2	56,7	16,5	4,4	1,7	100,0	1,5	
Mais de 20	1	-	1,2	0,3	0,1	34,9	52,9	9,0	-	1,6	100,0	-	

Fonte, método e definições: v. texto

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste. 2ª ed. Recife: Sudene, 1979. (Série Estudos Regionais, nº 1).
- BARZEL, Yoram. "An Economic Analysis of Slavery," Journal of Law and Economics 20(1):87-110, Apr. 1977.
- BARICKMAN, B.J. A Bahian Counterpoint: Sugar, Tobacco, Cassava, and Slavery in the Recôncavo, 1780-1860. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- CASTRO, Antônio Barros de. 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira. 2v. Rio de Janeiro: Forense, 1971.
- EISENBERG, Peter L. The Sugar Industry in Pernambuco, 1840-1910: Modernization without Change. Berkeley: University of California Press, 1974.
- FOGEL, Robert W. & ENGERMAN, Stanley L. Time on the Cross. 2 v. Boston: Little, Brown & Co., 1974.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 14 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- GONSALVES DE MELLO, José Antônio. Três Roteiros de Penetração do Território Pernambucano (1738 e 1802). Recife: Imprensa Universitária, 1966. (UFPe, Instituto de Ciências do Homem, Monografia nº 3).
- GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. 3ª ed. São Paulo: Ática 1980.
- HANES, Christopher (1996). "Turnover Cost and the Distribution of Slave Labor in Anglo-America." Journal of Economic History 56(2):307-329, June.
- HONORATO, Manoel da Costa. Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco. 2ª ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1976. (Publicado originalmente em 1863).
- IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1990. Estatísticas Históricas do Brasil. 2ª ed. Séries Estatísticas Retrospectivas, v.3. Rio de Janeiro, 1990.

- LINS, Rachel Caldas. Áreas de Exceção do Agreste de Pernambuco. Recife: Sudene, 1989. (Série Estudos Regionais, nº 20).
- LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. "Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX." Estudos Econômicos 13(1):211-221, jan./abr. 1983.
- LUNA, Francisco Vidal. "Características demográficas dos escravos de S. Paulo (1777- 1829)." Estudos Econômicos 22(3), set./dez. 1992.
- MATTOSO, Kátia M.Q. Bahia, Século XIX; uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979. (Publicado originalmente em 1852).
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. Metamorfoses da Riqueza; São Paulo, 1845-1895. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MOTT, Luiz. "Descrição da Capitania de São José do Piauí, 1772". Revista de História 112:544-74, 1977.
- SAMPAIO, Yony. "Formação Territorial do Nordeste". Mimeo, s/d.
- SCHWARTZ, Stuart B. Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- VERGOLINO, José Raimundo. "A Demografia Escrava no Nordeste do Brasil: o Caso de Pernambuco - 1880/1888." Revista Econômica do Nordeste 28. Número Especial, jul. 1997
- VERSIANI, Flávio Rabelo. "Brazilian Slavery: toward an Economic Analysis." Revista Brasileira de Economia 48(4): 463-478, out./dez. 1994.
- VERSIANI, Flávio Rabelo. "Gilberto Freyre, a Escravidão 'Benigna' e a Economia do Escravismo." XXVII Encontro Nacional de Economia - Anais. Belém, dez. de 1999.

Diretoria do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

Anos 2000-2002

Presidente de Honra: José Antonio Gonsalves de Mello

Presidente: José Luiz Mota Menezes

Vice-Presidente: Yoni de Sá Barreto Sampaio

1º Secretário: Reinaldo José Carneiro Leão

2ª Secretária: Luzilá Gonçalves Ferreira

Tesoureiro: José Alexandre Ribemboim

Diretor do acervo: Guilherme Jorge Paes Barreto Neto

Comissão de Admissão de sócios:

Maria Cristina Cavalcanti de Albuquerque

Fernanda Ivo Neves

Luiz Carlos de Oliveira Diniz

Comissão de Publicação e Divulgação:

Luzilá Gonçalves Ferreira

Jobson Figueredo Alves

Ney de Brito Dantas

Comissão de História e Geografia:

Roberto Cavalcanti de Albuquerque

Hildo Leal da Rosa

José Alexandre Ribemboim

Comissão de Arqueologia e Etnografia:

Ulisses Pernambucano de Mello Neto

Ruy dos Santos Pereira

Guilherme Jorge Paes Barreto Neto

Comissão de Genealogia e Heráldica:

Zilda Monteiro Fonseca

Reinado José Carneiro Leão

Luiz Ignácio de Andrade Lima

Conselho Fiscal:

Fernando de Mello Freyre

José Roberto Melo

Nilse Fontes de Souza

José Grimberg

Luci Artes Gráficas Ltda.

Av. Presidente Kennedy, 1539 - Olinda - PE

Fone/Fax: (0xx81) 3241.5729 / 3241.2708

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)